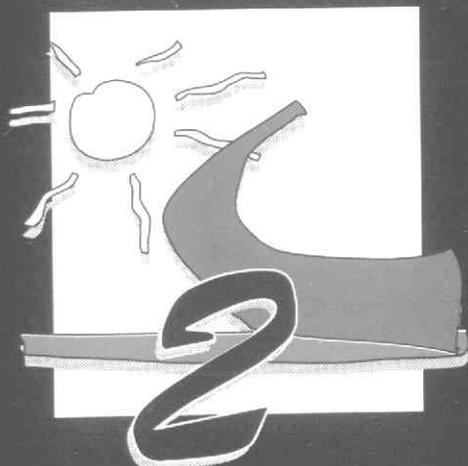


estudos aveirenses

revista do iscia



bibliA

Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição, nos sécs. XVI-XVII
Amaro Neves

A função direcção num mundo em mudança
Armando Teixeira Carneiro

Gestores e In-gestões. As pessoas e a competitividade
Arménio Rego

A comunicação audiovisual na relação Ensino-Aprendizagem
Cacilda Marado

Finta dos Homens da Nação da Comarca de Esgueira, 1627
Carla Emília R. Pereira

O boom de revistas sobre Transportes
Francisco C. Braga e Gilberto M. Ferreira

Por terras de Arouca. Quatro antigas oficinas oleícolas
Henrique J.C. de Oliveira

Principal Cronologia Comunitária
João Pedro Dias

A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888 - 1891
Manuel Ferreira Rodrigues



NUNO ARGEL DE MELO

in memoriam

bibRIA

Uma das poucas certezas científicas de hoje é a inevitabilidade da morte de qualquer ser vivo. Que o ser humano, consciente da sua transitoriedade enquanto tal, tenta *cosmetizar* de diferentes maneiras, desde o milenário embalsamamento dos corpos até às novas técnicas criogénicas, passando pelas diversas crenças no *mundo para além da morte*, com eventuais *retornos transformados* dos que acreditam na *reencarnação noutros seres...* Mas, como escrevia Luís Vaz de Camões, há aqueles que da lei da morte se vão libertando *porque ficam vivos na memória dos vindouros*, por actos realizados enquanto vivos... E tanto mais *vivos* quanto a sua obra se mantenha *viva*. Pelo esforço primitivo do *autor* e pelo esforço continuado dos outros.

Nuno António Pauor Argel de Melo (1931-1993) – um dos poucos que se libertaram dessa inevitabilidade científica.

A FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro e o ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração são duas instituições aveirenses que ficam a dever a Nuno Argel de Melo muito da sua existência.

Somos dos que acreditamos na obra colectiva enquanto somatório de vontades individuais. As realizações humanas resultam dum esforço colectivo a que é dado ânimo e forma pela criatividade e trabalho individual. E a FEDRAVE foi, e é, um claro exemplo disso.

Foi em fins de 1988 que o meu Amigo e Companheiro Rotário, Eng. Nuno Argel de Melo, engenheiro, consultor e professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, apoiado na experiência específica e saber do Prof. Doutor Salvato Trigo, e secundados, na ocasião, pela Dra. Joaquina Damas, de conhecida ascendência aveirense, se me acercou para lançar o repto da criação dum instituto de estudos superiores na região de Aveiro. A dinâmica

sócio-económica do meio envolvente e a difundida crença nas virtualidades da iniciativa privada, algumas das características mais relevantes das *gentes de Aveiro*, constituíam como que um *caldo biológico* perfeitamente adequado à sua constituição. Um instituto superior que poderia, e deveria, ocupar um *espaço educativo* ainda não preenchido, mas necessário. E foi assim que, aderindo à ideia, contactei, a seguir, o Prof. Doutor Jorge Arroiteia e os Drs. Amaro Neves, Armando França, Énio Semedo e João Pedro Dias. Que logo aderiram, também, ao projecto com o entusiasmo e a isenção e independência que ele merecia, tendo-se optado por criar uma fundação sem fins lucrativos que parecia vir a melhor corresponder ao *animus donandi* de todos: *o dar de si*, num projecto colectivo, sem interesses económicos individuais, que precisaria ter a dinâmica e a adaptabilidade que só as instituições privadas conseguem ter. E a 24 de Fevereiro de 1989 nascia a FEDRAVE, que, por sua vez, logo instituiu o ISCIA que, meses depois, seria formalmente reconhecido pelo Ministério da Educação. Em fins de 1993, finalmente, a *pequena-grande* equipa de oito dos nove fundadores iniciais (por razões pessoais, a Dra. Joaquina Damas havia abandonado, logo no início, o projecto) sentia que a fase de consolidação estava realizada. As dificuldades de constituição, as inevitáveis e necessárias contradições internas, as exteriores *más vontades* e perplexidades, haviam sido superadas. O trabalho de desenvolvimento começava então.

Mas o destino não quis que o Eng. Nuno Argel de Melo pudesse participar nesta nova e empolgante fase, com o seu saber ponderado, com a sua inigualável vontade de trabalho (que, por vezes, chegava ao *absurdo* e que terá tido nefastos resultados na sua saúde), com o seu enorme entusiasmo e *sofrido* empenhamento que sempre *resolvia* num equilibrado desiderato. Na sequência de algumas crises cardíacas, cuja frequência começava a preocupar os seus familiares e amigos, acabaria por sucumbir na madrugada de 3 de Dezembro de 1993. Morria com a tranquilidade da sua curta mas produtiva vida, possivelmente com o desgosto consciente de não poder ainda dar mais de si. Nunca o saberá, nem nunca o terá talvez suposto, na sua sempre irrequieta vontade de fazer mais e melhor, mas legou-nos a todos um bem inestimável: **o seu exemplo.**

Aveiro, a quem ele, há muitos anos, se havia unido de coração, pelo casamento, ficará também unida a ele pela resultante da sua inteligência, cultura e vontade de servir.

Aveiro, 94.03.11, dia do aniversário do seu nascimento.

Amaro Arroiteia Carneiro

OS CRISTÃOS-NÓDOS DE AVEIRO E A INQUISIÇÃO
NOS SÉCULOS XVI-VIII

1. Considerações gerais

Este trabalho tem por objectivo analisar a situação dos cristãos-nódos de Aveiro durante os séculos XVI e XVII, tendo em conta o contexto histórico-social da época, a situação da cidade de Aveiro, a sua economia, a sua população, a sua organização social e política, a sua situação perante a Inquisição, a sua situação perante a sociedade portuguesa e a sua situação perante a sociedade europeia.

bibRIA

Os cristãos-nódos de Aveiro foram sempre considerados como uma comunidade marginalizada e discriminada, sendo alvo de perseguição e de tratamento desigual por parte da sociedade portuguesa e europeia. Esta situação resultou da sua situação de cristãos-nódos, ou seja, de cristãos que não tinham sido batizados no ventre materno, mas que tinham sido convertidos posteriormente.

No entanto, apesar da sua situação marginalizada, os cristãos-nódos de Aveiro foram sempre uma comunidade activa e dinâmica, contribuindo para o desenvolvimento da cidade e do país.

¹ Este trabalho baseia-se nos dados recolhidos nos arquivos da Inquisição de Aveiro, bem como nos arquivos da Inquisição de Lisboa e de Évora, e nos arquivos dos municípios de Aveiro e de Vila Nova de Gaia.

² Para mais informações sobre a situação dos cristãos-nódos de Aveiro, ver o trabalho de António José Saraiva, *Os cristãos-nódos de Aveiro* (Lisboa, 1987).

³ Para mais informações sobre a situação dos cristãos-nódos de Vila Nova de Gaia, ver o trabalho de António José Saraiva, *Os cristãos-nódos de Vila Nova de Gaia* (Lisboa, 1987).

⁴ Este trabalho baseia-se nos dados recolhidos nos arquivos da Inquisição de Aveiro, bem como nos arquivos da Inquisição de Lisboa e de Évora, e nos arquivos dos municípios de Aveiro e de Vila Nova de Gaia.

bibRIA

Armando...

OS CRISTÃOS-NOVOS DE AVEIRO E A INQUISIÇÃO, NOS SÉCULOS XVI-XVII*

1. Considerações genéricas

Evidentemente, não há relatos circunstanciais que permitam ajuizar como poderão ter evoluído os comportamentos sociais e religiosos da comunidade de cristãos novos de Aveiro, depois das drásticas medidas tomadas por D. Manuel, a 5 de Dezembro de 1496, que visavam a expulsão dos judeus – e também dos mouros – sob pena de morte e confisco de bens. Mas esses comportamentos não deverão ter-se diferenciado do restante do país, adaptados às exigências que a nova legislação impunha e à fiscalização cada vez mais apertada. Ainda assim, vai-se notando, também, que D. Manuel procurava ganhar tempo em relação às imposições espanholas (a Espanha recebia os mouros, acolhidos pelos Reis Católicos) e, uma vez por outra, concedeu benefícios de integração enquanto se processavam os batismos forçados, um pouco por todo o reino.

Havia que contar, no entanto, com a atitude de desconfiança em relação à sinceridade e vivência da nova fé, por parte dos velhos cristãos face aos novos conversos, e até de segregação, em continuidade do que até aí acontecera na sociedade portuguesa. Nem a determinação régia, no sentido de que os «conversos não sejam tratados como *gente destinta pois que sam convertidos a nossa samta fee*»¹, conduziu a qualquer mudança comportamental em relação à tradição, embora esteja fora de dúvida que a total integração era um dos objectivos reais, tanto mais que, por outro lado, através de leis sucessivas, foi tentando o seu total controlo, impedindo-os de se deslocarem livremente no território nacional e assim diminuindo as hipóteses de saírem do reino.

Não parece legítimo pensar que os «conversos» tenham passado a ser hipócritas. É que a conversão tinha sido realizada por decreto e não por educação na fé, isto é, quando muito, os que tinham sido judeus de facto, por convicção religiosa, passaram a viver «com o credo cristão nos lábios e o amor ao Judaísmo no coração»². E se mudanças houve – e do ponto de vista jurídico nem se discutem – é certo que, pelo menos em teoria, desde que baptizados, passavam a ter acesso a cargos concelhios e outros na vida social³, uma vez que só havia agora uma lei que era a que estivesse em vigor para os cristãos!

Na prática, porém, a realidade apresentava-se bem diferente, sobretudo:

* O presente trabalho pretende dar continuidade a um anterior, «Os Judeus em Aveiro. Contributos para o seu estudo» (*Estudos Aveirenses*, nº1, 1993, p. 5-15). Na sua forma actual, este estudo é ainda uma proposta de trabalho, aberta, pois, ao diálogo, numa área tão rica de ensinamentos.

¹ Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova, 1982, p. 487.

² Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, S. Paulo, Pioneira, 1971, p. 121.

³ Maria José Ferro, *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Presença, p. 89. A autora explicita que, «baptizados, os cristãos-novos permaneciam no reino e aspiravam a usufruir as mesmas regalias e privilégios que anteriormente eram apanágio único da maioria cristã. Frequentavam a corte, obtinham do soberano títulos de nobreza com a respectiva limpeza de nascimento, que os libertava do qualificativo «cristão-novo» e das leis que se lhe aplicavam. Ocupavam cargos importantes na administração central e municipal, na economia, nas artes, na ciência, etc.» (*ibidem*).

- Pelo exercício das antigas confissões religiosas, de séculos, que em alguns casos conduziram a pregações de autênticas cruzadas – tanto sobre os judeus como também sobre os mouros – com maior ou menor intensidade, mas apresentando-os como diferentes no tecido social português.
- Pela maneira própria de viver dos judeus, sempre olhados como usurários, capitalistas, cobradores de impostos, etc., situações em que o cristão era geralmente devedor⁴, reagindo bruscamente contra aqueles, aproveitando todas as circunstâncias para exercerem sobre eles a crítica social, quando não retaliações e levantamentos de todo o tipo; acresce, ainda, que lhes eram atribuídas as situações genéricas de inferioridade social, bem patente na literatura de Quatrocentos e de Quinhentos⁵.
- Por toda a maneira conturbada e violenta como se processou a «conversão» com um cortejo de crimes e de imposições, até às perseguições continuadas sobre quem pairasse a acusação de praticar ainda ritos mosaicos.

Isto é, não era de facto possível uma saudável integração, tanto mais que não se verificou o total desaparecimento de «judeus de sinal» do reino⁶, ainda que se reconheça, a um nível mais geral, que eram raros os estados europeus que, ao tempo de D. Manuel, ofereciam condições melhores do que as que eram dadas em Portugal, pelo que cresceu em todos os judeus do mundo muita estima a este reino e, até, admiração pelo seu rei⁷. A Espanha, por exemplo, depois de durante décadas ter caído em desuso a prática da Inquisição em toda a Europa, tinha reorganizado a Inquisição, a partir de 1481, na forma mais tenebrosa, e desde então havia passado à sistemática perseguição judaica, em resultado do que muitos os milhares de judeus se haviam refugiado no território português.

Não surpreende que, com tantos judeus recebidos em Portugal, do final do século XV ao princípio do século XVI, provenientes especialmente de Espanha, o próprio D. Manuel tenha feito diligências para obter a Inquisição, neste caso como forma de manter a ortodoxia católica, mais do que a pensar nos rendimentos a colher. Fê-lo, também, certamente, para agradar quer à jovem rainha, filha dos reis católicos de Espanha, quer ao povo em geral que se recusava a aceitar como seus iguais cristãos tais pessoas, na boca de quem «as preces cristãs se transformavam em blasfémias»⁸.

No fundo, ainda que tenha havido legislação contraditória por parte de D. Manuel, ora no sentido de integração, ora conduzindo à diferenciação já existente, mesmo assim, durante quase todo o seu reinado – e sem questionar algumas das severas punições populares, tais

⁴ Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal* [...], p. 499.

⁵ A título meramente exemplificativo citam-se autores como Gil Vicente e João de Barros, ou ainda o *Cancioneiro Geral*, onde o judeu, fosse qual fosse o seu lugar na sociedade, era, em regra, objecto de escárnio mantendo-se o anti-semitismo mesmo após a conversão.

⁶ Maria José Ferro, «A expulsão dos Judeus de Portugal», in João Medina (dir.) *História de Portugal*, vol. VI: *Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, Lisboa, 1992, p. 30.

⁷ José Gonçalves Salvador, *Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*, S. Paulo, Pioneira, 1978, p. 7. O autor refere o facto de eles denominarem D. Manuel como «Pio-Rei, ao mesmo tempo que os adversários diziam-no El-Rei Judeu».

⁸ Meyer Kaysersling, *op. cit.*, p. 123.

como o massacre de 19 de Abril de 1506⁹, de Lisboa, em que terão sido mortos mais de 2000 ou 3000 cristãos-novos (conforme os autores¹⁰), nem os autos-de-fé que foram acontecendo – puderam os antigos judeus continuar, mais ou menos clandestinamente, e em seus lares, a observar os preceitos mosaicos e a «rezar ao Todo Poderoso da maneira tradicional; contudo, oficialmente, deviam mostrar-se bons católicos e não indiferentes aos rituais da Igreja»¹¹.

A realidade, porém, demonstra inequivocamente que se foi acentuando a diferenciação social na mentalidade portuguesa, ao longo de Quinhentos, podendo sintetizar-se como polarizada entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Assim, sem qualquer receio de distorcer a realidade, pode dizer-se que, no mínimo, o antagonismo se sintetizava, globalmente, em duas formas bem distintas de ser e de estar, na mentalidade da época, pelas antinomias:

- Cristãos-velhos vs cristãos-novos.
- Bons vs maus.
- Os que possuem a luz vs os que estão nas trevas.
- Os que procuram voluntariamente a salvação vs os que procuram voluntariamente a condenação.
- Os que enriquecem o reino pelo trabalho da terra vs os que o empobrecem, levando dinheiro, ouro e jóias quando fogem para a Flandres e Itália, para atingirem a Terra da Promissão¹².

E não se julgue que a dicotomia resultava da conversão forçada; antes se inseria numa linha de continuidade mental, assente numa lógica de séculos, como se tem demonstrado. A título de curiosidade, consulte-se a elucidativa *Carta a Próspero*, do humanista Cataldo Áquila Sículo, escrita cerca de 1500, em que este argumenta, de forma violenta e na linha das ideias atrás expressas, contra o seu amigo e conterrâneo, esperando vir a convertê-lo do judaísmo à igreja católica¹³. E, apesar de tudo, tratava-se de um humanista...com uma sólida formação crítica, adquirida a partir da sua terra natal, a Sicília.

A verdade é que, com D. Manuel e com D. João III, o império português se dilatou de forma impressionante, em espaço e em contacto com povos das mais desvairadas raças e convicções religiosas, cobiçado na variedade e quantidade de especiarias e de muitos produtos raros, vivendo num luxo de carácter orientalizante, enquanto a Europa se abalava nas mais sólidas estruturas dos impérios, com as questões humanistas e protestantes a servirem de suporte às movimentações políticas de múltiplos senhores, e as dificuldades cada vez mais graves a minarem o império de Carlos V, duplamente cunhado de D. João III (que contribuiu lar-

⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Parte I, Cap. 102, p. 253-254. É verdadeiramente arrepiante esta descrição, considerando a época em que foi escrita, num cortejo de vinganças e crimes de todo o tipo, perante a passividade das autoridades e beneficiando do apoio clerical. ao contrário, D. Manuel, ausente de Lisboa quando se deram estes acontecimentos, castigou de forma exemplar os seus promotores e algumas das autoridades que se haviam mantido passivas.

¹⁰ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea e variedade de Histórias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, p. 357. Sobre este acontecimento, o cronista vai mais longe e relata: «Vi que em Lisboa se alçaram / povo baixo e villãos / contra os novos cristãos, / mais de quatro mil mataram / dos que ouveram às mãos. / Húos delles vivos queimaram, / mininos espedaçaram, / fizeram grandes cruzes, / grandes roubos, e vilezas / em todos quantos acharam» (*Ibidem*).

¹¹ Meyer Kayserling, *op. cit.* p. 123.

¹² Maria José Ferro, *Judeus e Inquisição [...]*, p. 96-97.

¹³ Américo da Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, 1985, p. 31-35. Trata-se de um excelente documento para compreender a dicotomia mental acima referida, vista pelo lado do cristão-velho.

gamente para minorar, ainda que de forma momentânea, apenas, a crise económica de seu cunhado, sem todavia ter evitado a sua ruína geral, enquanto ele próprio se encaminhava também para a falência, como aconteceu com a feitoria de Antuérpia, em 1549)¹⁴.

Terão sido o fanatismo de D. João III e o medo da subversão total dos valores católicos, por um lado, e as constantes ameaças dos turcos às portas de Roma, a par com os levantamentos religiosos e políticos que se estavam a verificar por quase toda a Europa – e que vão conduzir ao Concílio de Trento em que Portugal foi um dos mais fortes defensores da ortodoxia católica –, a crise económica em que subitamente se viu envolvido a partir da década de 1530 e, sem dúvida, a necessidade de encontrar receitas rápidas que motivaram o persistente combate do rei, junto da Santa Sé, para que lhe fosse concedido o tribunal da Inquisição, nos moldes em que os reis católicos o haviam alcançado. Com efeito, ainda em 1524, em inquérito mandado fazer pelo rei português, se concluiu não haver «senão indícios muito vagos de prática clandestina de ritos judaicos, como a guarda dos sábados e da antiga Páscoa»¹⁵. Não obstante, D. João III estava determinado, e nem a má fama de que gozava a Inquisição espanhola, a nível internacional¹⁶, o demovia, enquanto os seus emissários e aliados pressionavam de todas as formas possíveis, às vezes remando contra a opinião do papa e dos representantes dos cristãos novos, também eles com sólidos aliados junto ao Vaticano.

Mas D. João tinha pressa. Obrigado a publicar a bula de perdão concedida aos cristãos novos em 7 de Abril de 1533, não se deu por vencido, abrindo as prisões apenas para alguns, enquanto recorria à força política de seu cunhado Carlos V para um envolvimento na questão, em seu favor, junto do novo papa. E logo em Maio de 1536, teve a felicidade de ver nomeados três inquisidores – Coimbra, Lamego e Ceuta, cabendo ao rei a nomeação de um outro, embora o papa proibisse a confiscação de bens dos réus, durante dez anos, e determinasse que se seguissem durante três anos «as normas do processo civil comum, e não os tradicionais estilos da Inquisição»¹⁷. Não era, ainda, o que o soberano pretendia, mas nem por isso deixou de dar imediato seguimento para que os tribunais erectos pudessem começar a organizar-se, pois logo que estivessem ultrapassadas algumas dificuldades, entrariam em laboração, começando desde logo as actividades processuais.

Curiosamente, ele próprio reconhecia, em 1539, que «os cristãos – novos constituíam uma grande parte da Nação, e parte mais útil que todo o resto do povo. Por eles, pelos seus cabedais, o comércio, a indústria e as rendas públicas cresciam de dia apara dia, quando a perseguição veio mirrar a seiva de prosperidade geral, sendo notória a saída de somas enormes de Portugal para a Flandres desde que a Inquisição se estabelecera»¹⁸.

¹⁴ Iossif Grigulevitch, *História da Inquisição*, Lisboa, Caminho, 1990, p. 296. O autor lembra que a princesa Isabel, irmã de D. João III, devia levar ao marido, Carlos V, como dote, 800.000 cruzados e que, para os pagar, o rei português convocou as Cortes, «que lhe permitiram estabelecer novos impostos até um montante de 150 mil cruzados. aconselharam-no também a que o restante fosse pago pelos «cristãos-novos» e, para que se tornassem mais «compreensivos», que o rei instituisse a Inquisição. Nesse sentido insistiram também a rainha, os seus numerosos «conselheiros espirituais» espanhóis e Carlos V.

¹⁵ António José Saraiva, *A Inquisição Portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1964, p. 24.

¹⁶ Alexandre Herculano, *A História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. II, Lisboa, Bertrand, s/d., p. 97. Na verdade, um pouco por todo o lado, mas sobretudo em Roma, contavam-se atrocidades da Inquisição espanhola. Não hesitou, o rei português, em recorrer a alguns dos mais famigerados inquisidores espanhóis, ou seus mais directos cúmplices, fazendo deles seus aliados.

¹⁷ António José Saraiva, *op. cit.*, p. 39. Aliás, o Papa vai continuar a recomendar moderação ao rei português, no exercício do tribunal da Inquisição.

¹⁸ *Idem*, *op. cit.*, p. 25.

A verdade é que o cerco ao papa continuava, enquanto no território nacional, ainda que esporadicamente, já se levantava um por outro auto-de-fé. Mas a década de 1540 tornou-os como que regulares, nos principais centros. Assim, logo neste ano, a 20 de Setembro, ocorria um primeiro auto-de-fé, em Lisboa¹⁹, com grande cerimonial e enorme espanto, para se repetir no ano imediato, em Outubro. E, a partir daqui, ainda que houvesse algumas limitações ao exercício do Santo Ofício, vão decorrer vários outros nas principais sedes de diocese do reino, pelo que estes primeiros anos da década de 40 foram de geral indignação e de pânico, em toda a comunidade cristã-nova e até entre muitos que a ela não pertenciam, mas que eventualmente podiam ser acusados de menos cumpridores na fé católica.

Apesar de tudo, os cristãos-novos ainda esperavam por melhores oportunidades, convencidos de que o papa não autorizaria o Tribunal do Santo Ofício nas condições em que a Espanha o usava. Por isso, em 1544, «enviaram ao papa um memorial em que relatavam pormenorizadamente as perseguições que tinham sofrido em Portugal desde 1493, indicando o nome dos carrascos e vítimas, assim como as datas exactas e o local de cada crime referido»²⁰.

Finalmente, já depois de aberto o concílio de Trento (1545), e numa tentativa de pacificar a Europa e os príncipes levantados, o Papa Paulo III, pela bula de 16 de Julho de 1547, mandou que se aplicassem na Inquisição portuguesa as formas tradicionais que se usavam em Espanha, sem restrições de maior, ao mesmo tempo que nomeava como inquisidor-geral o infante D. Henrique (que não perdeu tempo a instruir e eventualmente a nomear inquisidores para o resto do país). Procurou, ainda, o mesmo papa delimitar o espaço de confisco e ouvir pedidos dos cristãos novos, nomeadamente quanto à revelação das testemunhas aos acusados... mas D. João III continuava a manobrar para que nada diminuísse a força da «sua» Inquisição, conseguida com muito dinheiro e muitas influências, como principal objectivo da acção diplomática portuguesa junto ao Vaticano.

Importa lembrar a notável acção de D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu, e mais tarde cardeal que, tendo sido um dos principais colaboradores do rei de Portugal acabou por se tornar seu inimigo, por discordar desta sua orientação, passando a ser um dos mais influentes defensores dos judeus, junto da Santa Sé.

Ora, como também é compreensível, à medida que o rei português ia conseguindo alcançar as suas vitórias, muitos cristãos novos iam tentando fugir para longe da terra portuguesa²¹, em

¹⁹ João Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Lisboa, Clássica Editora, 1975, p. 97.

²⁰ Iossif Grigulevitch, *op. cit.*, p. 307. Importa referir que Alexandre Herculano, comentando este mesmo memorial, diz que «esta narrativa importante, que mais de uma vez nos tem subministrado o fio para sairmos do dedalo de multiplicados documentos, deve ser lida com precaução, porque não é nem poderia ser imparcial. Entretanto, é certo que ella se estriba não raro em instrumentos authenticos passados por magistrados e officiaes publicos, que decerto não queriam favorecer a raça perseguida. Outras vezes a narrativa é plenamente confirmada por documentos de diversa ordem, que ainda existem, e até ha factos em que a relação do Memorial é diminuta».

²¹ Meyer Kayserling, *op. cit.*, p. 221 e ss. De facto, embora todos os autores concordem em que, desde os princípios do século XVI os criptojudes, como os cristãos-novos tentavam outros destinos estrangeiros de maior tranquilidade, Meyer Kayserling individualiza alguns destinos, tais como, primeiramente, «Turquia e Siria, pátria original dos Judeus [...], depois, a Itália - «que fervilhava de criptojudes», pelas diversas repúblicas italianas (para além dos papas Clemente VII e Paulo III terem «oferecido asilo aos criptojudes refugiados de Portugal»), tais como Ancona, com cerca de 3000 judeus portugueses, cerca de 1553, ou Ragusa que recebeu, em 1544, um navio «transportando exclusivamente refugiados lusitanos», Nápoles, Veneza, etc.. depois, a Flandres, sobretudo em Antuérpia e Bruges, onde Portugal mantinha excelentes contactos. A própria França, seguindo de perto o

particular aqueles que se haviam mostrado mais renitentes na conversão ou por qualquer outro motivo recebavam vir a cair nas malhas do Santo Ofício. Muitos, à falta de melhor solução, voltaram a refugiar-se na raia espanhola (sobretudo depois de 1580), o que levou a que as inquisições dos dois reinos se entendessem em torno de objectivos comuns²². E não faltaram também os que sonharam com a vastidão do império português – ou até espanhol, mudando de nome, como que escondendo-se nas longínquas paragens, pelo Pacífico ou pelo Índico.

Mesmo assim, por exemplo, «nas Índias Portuguesas – onde, em favor da perseguição e extermínio da raça hebreia, agiu principalmente o jesuíta Belchior Carneiro, de Coimbra (1555) – abriu-se vasto campo para as actividades da Inquisição devido ao número de cripto-judeus que, expulsos da Espanha e de Portugal, lá procuraram moradia e refúgio, ou para lá foram desterrados, enriquecendo-se através do comércio»²³. E esta foi uma das grandes apostas de vida da comunidade errante, que em muitos casos se aventurou para o Oriente, até ao Japão e à China, na esperança de um dia poder voltar à *Terra da Promissão*.

A maior parte, porém, longe de imaginar o pior (e a falta de recursos raramente poderá ser invocada), foi preferindo arriscar, não só porque, entretanto, se achou mais ou menos integrada na vida social quer por ligações familiares quer por profissionais, mas também, – quem sabe? – confiante em que os portugueses, de brandos costumes, nunca levariam ao extremo as consequências. E como muitos se enganaram...

Gradualmente, foi-se fazendo a «limpeza de sangue». Se pelas cortes de 1525 e pelas de 1535 se reclamava que fosse proibida a actividade de médico e de boticário a gente de sangue judaico (o que se vai continuar com D. Sebastião), *cerca de 1546 – 1547 os cristãos – novos, pela voz de quatro conselheiros de D. João III, queixavam – se de serem excluídos das Misericórdias, confrarias, da vida militar, e até dos mesteres das cidades*²⁴, agravando-se ainda mais a legislação discriminatória com Filipe II, apoiada pelos breves pontifícios de 1588 e de 1600, a ponto de se proibir que os cristãos-novos fossem providos em benefícios e cargos eclesiásticos, devendo para o efeito apurar-se a pureza de sangue até ao 7º grau, inclusive.

Mas, na complexidade da sociedade portuguesa, a abrir o leque de mesteres, de ocupações identificadas com a vida marítima, de alargamento de agremiações religiosas e assistenciais, de profissões liberais e de participação cívica e militar, etc, o verdadeiro problema para a Inquisição, estava em saber ao certo onde acabava o «cristão velho» e onde começava o denominado «cristão-novo».

Isto mesmo defendia o jesuíta Diogo de Aredo, junto de Filipe IV, cerca de 1625, ao escrever que «os christãos novos estão já incorporados com os christãos velhos, de maneira que não há família nenhuma de consideração em que não haja muitos homens e muitas mulheres participantes do sangue hebreu»²⁵. Daí que, em sua opinião, continuar a perseguir os cristãos-novos era despovoar o país.

Ou, de maneira mais agressiva e manifestamente crítica quanto à acção do Tribunal da Inquisição, dizia o P^{re}. António Vieira, pondo em causa a acção e os objectivos para que foi

exemplo das repúblicas italianas. um pouco por todo o Báltico. o Norte de Africa... e até ao Oriente ou às recônditas paragens da América Latina, longe eventualmente das teias do Santo Ofício.

²² Pilar Huerga Criado, *En la raya de Portugal*, Salamanca, Ediciones Universidad, p. 39. Por este tempo, já a Inquisição espanhola era mais suave, havendo casos em que sonegava informações à inquisição portuguesa, até como forma de ganhar tempo (Cf. *idem*, *op. cit.*, p. 227).

²³ Meyer Kayserling, *op. cit.*, p. 234.

²⁴ António José Saraiva, *op. cit.*, p. 108.

²⁵ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 214.

criado: «sendo o último fim do santo officio da Inquisição extirpar herezias, não entendo como se consiga este fim no judaísmo de Portugal, pois vemos que em vez de se extinguir, parece que crece [*sic*], nem se conhece proveito que aja feito tẽ gora conforme suas sentenças, porque discorrendo por cidades e terras aonde ouve prezos, se achara que prenderão ha 40 annos hum homem, e dali a dez seu filho, e dali a 8 seu netto, e procedendo assi acharão bisneto, e mais se tomarem o negocio de mais longe, e cada hum delles diz que seu pay o ensinou; entra agora a minha duvida, que conversão fez aqui o santo officio? pois conforme suas sentenças, filho, netto e bisnetto são judeus, ensinando huns aos outros, de maneira que se pode bem concluir, que quaes entrarão, taes sairão, e se pode fazer hũa illação muito mais cumprida, E he que daqui a hum milhão de annos (se tantos o mundo durar) estará o judaismo em Portugal na mesma altura em que o esta no presente»²⁶.

Enquanto isto, insistiam os representantes do alto clero português²⁷, o Duque de Bragança e tantos outros altos fidalgos, na acção mais dura por parte da Inquisição e preconizavam também a expulsão geral...

No fim de contas, tratava-se de um problema de fé ou, antes, de um «problema de consciência nacional»?

Ao longo da primeira metade do século XVII, sobretudo pelas dificuldades que a Espanha vai conhecer com a diminuição da prata e com a *Guerra dos 30 Anos*, a que se podem juntar problemas conjunturais contra as colónias portuguesas, é a Inquisição que se converte em forma fácil de arranjar impostos suplementares para o socorro da Índia, das praças do Brasil ou de outras paragens, para não concluir que uma parte substancial dessas enormes verbas, arancadas aos cristãos-novos, acabava por se destinar a recompensas a particulares ou desviadas para a guerra geral.

Daí as críticas veladas, sobretudo pela década de 30, quando se intensifica a pressão do rei de Espanha sobre o reino português, da qual resultaram alguns levantamentos pelas principais vilas e cidades, cujo expoente foi o levantamento de Évora, em 1637. Explorados mais do que nunca, compreende-se que muitos fiéis da religião mosaica ou cristãos novos apostassem no novo rei de Portugal, após 1640.

Pelo menos, não havia que esperar pior do que fora, globalmente para eles, a dominação filipina. D. João IV pôde, assim, contar com alguns leais colaboradores, entre os fugidos da Pátria, mas não pôde, certamente, por falta de apoio à sua governação, garantir-lhes a tão so-nhada tranquilidade.

É que as mentalidades não se alteram facilmente, sobretudo se houver, como havia, privilégios sociais que os cristãos velhos não queriam perder!

A partir de então, a inquisição portuguesa e a espanhola «quedaron incomunicadas e sus relaciones de intercãmbio paralizadas»²⁸, o que não sendo verdade para todos os casos, o parece ter sido para beneficio dos Portugueses que fugiam para o país vizinho.

²⁶ António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1985, p. 235-254. *Carta do padre António Vieira sobre os estilos e procedimentos das Inquisições de Portugal*.

²⁷ Caso bem conhecido é o de Simão Rodrigues, jesuíta como António Vieira, que acusa os que haviam fugido de Portugal para Ancona e outras cidades de Itália, onde encontrou tantos que praticavam o judaísmo, depois de viverem o cristianismo em Portugal, pedindo ao rei que intervenha internacionalmente (António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 100).

²⁸ Pilar Herga Criado, *op. cit.*, p. 228.

2. «Factos [...] que repugna descrever», na perseguição aos cristãos-novos de Aveiro

Ao estudar-se, mesmo que genericamente, a presença de *Judeus* ou, depois, dos *Cristãos-novos*, em Aveiro, é inevitável o confronto com os juízos que Alexandre Herculano deixou, na sua imprescindível obra de consulta sobre esta temática que é a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Tais juízos, sendo tão severos, convidam a uma séria reflexão sobre o contexto da época, de forma a explicar as razões que levaram o maior historiador português a produzi-los (por isso se apresentou, anteriormente, um breve – muito breve, mesmo – panorama do evoluir sócio-político e mental em que decorreu o estabelecimento da Inquisição, até ao seu pleno funcionamento²⁹, a par com a ambiguidade de comportamento manuelino e até joanino).

Ora, tendo em conta os autos-de-fé que se realizaram, em algumas das principais cidades do país, a partir de 1540, logo depois do de Lisboa «as fogueiras ardiam também em Coimbra, Porto, Lamego, Tomar e Évora, alimentadas com gente arrebanhada nos locais mais remotos e interiores da província»³⁰. Daí que, neste ambiente particularmente trágico para os cristãos-novos, seja fácil de entender o desespero de alguns e o estado de pânico geral que entre eles se deve ter instalado.

Por isso mesmo, tal como acontecera em Lamego e Coimbra e um pouco *per totum Regnum*³¹, ao longo do ano de 1543, surgiram diversas relações das arbitrariedades praticadas pelos inquisidores e seus mais directos colaboradores, as quais foram apresentadas ao rei, na esperança última de que este fosse sensível às queixas e atento a tantas injustiças, pois que, como bem sublinhou Alexandre Herculano, «as atrocidades que se perpetravam em Aveiro, em Coimbra e por outras partes, não pretendiam que as acreditassem sob sua palavra: eram por dezenas as testemunhas que citavam na larga exposição dirigida a D. João III em nome da gente da nação em 1543, documento solemne, em que ainda luz um resto de esperança na justiça humana. Queixando-se em especial dos desvarios do bispo de S. Thomé, solicitavam apenas que se mandasse a Coimbra, à custa dos réus, qualquer indivíduo de san consciencia e de alta jerarquia, que se informasse da verdade acerca de cada um dos agravos que enumeravam, dando-lhes tempo para provarem plenamente aquillo sobre que restassem duvidas»³².

Por estranho que pareça, não pediam a liberdade nem a reparação moral, social ou económica, mas que fossem julgados, de novo, por pessoa que soubesse respeitar o direito e a justiça.

Aveiro, vila essencialmente mercantil – com cento e cinquenta barcos de alto mar, pelos meados de Quinhentos – e com uma população que ultrapassaria, por certo, e de longe, os

²⁹ Não cabendo na reduzida dimensão deste trabalho a análise da mentalidade dominante, pode dizer-se que, em Coimbra, os inquisidores não respeitavam sequer as determinações papais no sentido de não serem objecto do tribunal da Inquisição os casos anteriores a 1533. Assim, o próprio inquisidor, bispo de S. Thomé, «anunciando o estabelecimento do tribunal da fé em Coimbra e intimando os fiéis a que viessem denunciar todos os delictos contra a religião de que tivessem conhecimento [...] deixou de fixar a data além da qual esses delictos eram como se não existissem. Esta circunstancia engrossava desmesuradamente a lista dos réus, muitos dos quaes foram presos e processados por factos que se diziam praticados mais de dezeseis [sic] annos antes [...]. Atulhados em escuras enxovias das torres do antigo castello de Coimbra, muitos dos presos foram recolhidos em casebres immundos e fetidos [...]» (Alexandre Herculano, *op. cit.*, p.).

³⁰ António José Saraiva, *op. cit.*, p. 41.

³¹ António Gomes da Rocha Madail, «Para a História da Inquisição em Aveiro», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. X, 1944, p. 82.

³² Alexandre Herculano, *op. cit.*, vol. III, p. 161.

14.000 habitantes³³, contando dentro de si uma significativa presença de sangue judaico, agora virado cristão-novo, não podia deixar de se manifestar, também, não por solidariedade, mas sobretudo face à gravidade das arbitrariedades a que muitos aveirenses dessa época se viram sujeitos. De facto, o rosário de queixas constantes no *memorial* dos cristãos-novos de Aveiro abarca um tão vasto leque de acções eventualmente delituosas aqui praticadas pelo delegado da Inquisição de Coimbra – que era o vigário de S. Miguel, ao tempo a única igreja paroquial – e denuncia comportamentos seus de tão baixo nível, moral e cívico, que A. Herculano, tendo analisado boa parte da documentação, reunida na *Symmicta Lusitanica*³⁴, traduzia a sua indignação por estas palavras: «Quando a indole e os actos do primeiro inquisidor de Coimbra eram estes, pôde conjecturar-se qual seria o procedimento dos seus delegados pelo vasto territorio que a jurisdição daquelle tribunal abrangia. Nenhum, porém, mais que o d'Aveiro se mostrava digno de tal chefe. Era elle o vigario da igreja de S. Miguel, conhecido pella sua dissolução. Entregue à caça, ao jogo, e publicamente amancebado, a perseguição dos christãos-novos veio agradavelmente distrahi-lo das suas diversões ordinarias. Apenas revestido da delegação inquisitoria, tractou de arranjar delatores e testemunhas. Repellido por muitos que procurou seduzir para exercerem esse odioso mister, não lhe faltou, quem o acceitasse, tanto mais desde que recorreu ao meio, já vantajosamente experimentado, de atizar odios pessoas e de lisongear a sede de vingança. A pena d'excommunhão fulminada contra os que não denunciasses os actos de judaismo de que tivessem noticia deu-lhe também delatores, e as injurias, que não poupava aos que recusavam servir-lhe de instrumentos, submeteram ao seu imperio mais de um genio timido. Havia,

³³ Amaro Neves, «Os judeus em Aveiro. Contributo para o seu estudo», *Estudos Aveirenses*, nº 1, 1993, p. 14-15. O cálculo da população foi feito com base no rol aqui mandado fazer pelo bispo de Coimbra, em 1572, quando foram inventariadas 11.365 pessoas de comunhão, o que, em abono da verdade, só peca por defeito e antes deveria dilatar-se para valores próximos dos 18 a 20.000 habitantes, já que nas «pessoas de comunhão» não entravam crianças, ciganos, protestantes, estrangeiros, escravos... Se se achar demasiado este cálculo, atente-se às notas de Artur de Magalhães Basto, emérito investigador do Porto, quando equacionou a população «tripeira» no ano de 1583, com base em documento da época, também para justificar o alargamento e divisão das paróquias da cidade, no qual se diz «haver quatro para cinco mil vizinhos, em que ha dezoito para vinte mil almas de confissão... afora os menores que serão outros tantos», donde o autor, a par de estudos de outros investigadores, ser levado a problematizar a existência de 40.000 almas! Neste caso, como facilmente se verifica, apenas se «dobrou» o número das almas de confissão (A. Magalhães Basto, *Sumário de Antiguidades*, 2ª ed., Porto, Edições Progredior, 1945, p. 96 e ss.). Este montante, de resto, foi defendido ao longo dos séculos.

O citado texto de 1583 refere, um tanto vagamente, quatro a cinco mil vizinhos, o que daria, para os tais 40.000 habitantes, uma correspondência média de cerca de 9 habitantes por vizinho. Veja-se, pois, por comparação, que a vila de Aveiro, em 1590, pedia ao rei «que sejam autorizados os seus carneiros a comprarem reses em Esgueira, Ilhavo, Vagos, Angeja, Aradas, Bemposta e Antuã», petição que o rei deferiu, quando «a vila de Aveiro tinha por esta altura 2000 vizinhos» (*Livro de Registos da Câmara de Aveiro*, apud António de Oliveira, *Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. II, Coimbra, 1976, p. 123). Conclui-se, pois, que a população de Aveiro se situaria dentro dos valores apontados, certamente ainda em fase crescente pela viragem do século, mantendo-se, sem grande alteração, até à entrada no último quartel de Seiscentos.

É possível confrontar os valores indicados com os registados na região bairradina (Cfr. Luís Seabra Lopes, «S. João da Azenha. Um espaço rural em, evolução no vale do Cértima», *Estudos Aveirenses*, nº 1, 1993, p. 99-150).

³⁴ Trata-se de um conjunto de volumes, «200 e tal, tendo-se extraviado alguns em consequência da viagem de D. João VI ao Brasil» (*Arquivo Historico Português*, vol. I, p. 369), essencialmente constituído por cópias de documentos existentes no Arquivo do Vaticano, mandados copiar em tempo de D. João V, pelo embaixador português Manuel Pereira Sampaio (A. G. da Rocha Madail, *op. cit.*).

comtudo, um recurso contra as violencias desse homem. Era a corrupção. Mais de um réu obteve a liberdade a troco de peitas, e até, quando as capturas dos chistãos-novos eram mais frequentes, a concubina do vigário de S. Miguel andava de casa em casa, promettendo a uns e a outros que não seriam presos, se quizessem ser generosos. Accusavam-no geralmente de ter delapidado varias alfaias da igreja, de jogar as esmoladas para applicações pias, de ter prendido a mulher de um christão-novo, a quem devia dinheiro, para no meio do tumulto rasgar o escripto de divida; accusavam-no de mais de uma sollicitação infame feita no confessorario, e de revelar o sigillo da confissão para chegar aos seus fins. Como agente da Inquisição, como sacerdote, e até como homem, o delegado do bispo de S. Thomé era um miseravel. O memorial dos hebreus portuguezes, tractando da perseguição em Aveiro, menciona factos que nos repugna descrever, e que até seriam inacreditaveis, se não se invocasse naquelle memorial o testemunho de dezenas de individuos ecclesiasticos e seculares de todas as jerarchias. Se taes factos fossem inexactos, elles teriam sido altamente desmentidos por essas testemunhas que se invocavam, e que os christãos-novos pediam instantemente que se ouvissem»³⁵.

Palavras duras, sem dúvida, mas que, depois de analisado o respectivo documento que as motivou, se oferecem como ajustadas ao sério trabalho do historiador que teve a coragem da lúcida critica. De facto, repugna imaginar alguns dos factos que nele são mencionados, admitindo-se até pior, já que eles apenas eram apontados para que, mais tarde, sobre eles, houvesse a necessária e justa averiguação.

Ignora-se o nome do vigário, mas refere-se que vivia na «rua da Cruz». Mas não se ignora o nome do bispo, Fr. Bernardo da Cruz – bispo de S. Thomé – que viria a ser, depois, substituído por D. João Soares, cujo retrato, feito na *Symmicta Lusitanica*³⁶ ao tempo em que ele ainda era confessor do rei, diz tratar-se de «frade de poucas letras, mas de grande audácia e em extremo ambicioso. As suas opiniões são pessimas, e elle publico inimigo da sé apostolica, do que não duvida gabar-se, como refinado hereje que é. Todos o conhecem por tal, menos o rei [...]. É homem perigoso e de vida dissoluta. O paço serve-lhe de convento».

Mas, voltando ao documento em análise, mais do que um exame exaustivo, em perspectivas diferentes, preferiu-se deixar os *Desmandos dos Inquisidores na vila de Aveiro da Diocese de Coimbra* em texto anexo, integral, tal como nos foi transmitido por Rocha Madail – que o considerou um «formidável depoimento, imagem viva da sociedade local no distante século XVI» – impondo-se, todavia, algumas considerações, ainda que breves para texto tão longo, tanto sobre o seu carácter intrínseco como sobre os dados de carácter delituoso nele constantes, que permitam uma melhor [?] compreensão das dificuldades que se podem levantar a uma leitura linear.

Sobre o texto propriamente dito:

- Reconhece-se, com facilidade que o documento enferma de «inumeráveis erros e descuidos dos copistas»³⁷, confirmados também pelo citado investigador aveirense que, por isso mesmo e dado que o texto se encontra escrito em latim, solicitou a colaboração do Dr. José Pereira Tavares, «latinista seguro», a quem confiou a tradução. E perante outras dificuldades que se lhe punham, como que justificando faltas maiores, Rocha Madail esclarece mais: «Passagens houve, ainda assim, cujo sentido, deturpado na transcrição,

³⁵ Alexandre Herculano, *op. cit.*, t. III, Liv. VIII, p. 151-154.

³⁶ Tomo 12, p. 42.

³⁷ A. G. da Rocha Madail, *op. cit.*, p. 81. Citando, aliás, A. Herculano que, não obstante reconhecer essa verdade, generalizada a todo o conjunto da *Symmicta Lusitanica*, pôde utilizá-lo para os seus preciosos estudos.

pelo menos, do original para a *Symmicta* [...], não foi possível reconstituir. Vão substituídas por pontos de reticência e notadas com interrogação³⁸.

- Admite-se, no entanto, que a boa vontade demonstrada por ambos os estudiosos locais – que prestaram, aliás, excelentes serviços à cultura regional – pode ter ainda agravado o entendimento do texto global, pois que ser *latinista seguro* não significa que fosse um bom paleógrafo e que conhecesse as regras de transcrição e, em alguns casos, a estrutura do texto original pode ter sido prejudicada quando optaram pelas «suas» regras de transcrição, referidas em 1); assim, por exemplo, confrontando nomes de testemunhas, como António Rodrigues, António Rodrigo e António Rochio (que poderia ser Rodrio), tudo leva a crer que serão uma só e mesma pessoa, podendo a certeza depender, apenas, de uma correcta transcrição; ou, noutra vertente, verifica-se um apreciável número de incongruências, certamente resultantes de imprecisões ou falhas de pontuação – e pontuar é interpretar – como em «Agarena Fernandes de Torres» (item 5), «Maria de Leão» e «Caupona de Mamarosa» (item 9), «Diogo Fernandes de Montemor» (item 14), ou «Francisco Rodrigo, de Sá» (item 34), «Fernando de Leão» (item 45)... sem se conseguir apurar se se trata de nome ou de topónimo.
- Em diversos casos, parecendo importante estabelecer as relações familiares entre as testemunhas, não se pode concluir a relação certa; o mesmo se poderá aplicar a citações genéricas e algo confusas que resultam, acima de tudo, de um documento que estruturalmente foi mal organizado, mais com o objectivo de proporcionar averiguações do que relato de conclusões; assim, a título meramente exemplificativo, se cita, indiscriminadamente, por testemunha, tanto «o tesoureiro» ou «o arcepreste», como o «tesoureiro arcepreste» e ainda «o arcepreste Diogo Dias», o que nos leva a concluir que tudo é uma só pessoa, não sendo sempre indicado o seu nome talvez por ser de todos sobejamente conhecido;

2.1. Sobre matéria de carácter eventualmente delituoso

Era este o objectivo do *Memorial*, todo ele apontando irregularidades múltiplas praticadas pelo vigário de S. Miguel, *varão sem dúvida celerado, furioso, iracundo, perversíssimo*³⁹; de resto, e segundo os cristãos-novos, se a iniciativa partia do bispo inquisidor, o qual «em dano do de Coimbra, e para total excomunhão dos cristãos novos da vila de Aveiro, da mesma diocese, cometeu violências e horrendos crimes»⁴⁰, o vigário de S. Miguel apresentava-se ajustado ao chefe, pelo que, «confiado nos favores dele, tão estupendos e celerados crimes de Deus» praticou.

De facto, são 47 as acusações, por vezes confusas, vagas e até sugerindo duas ou mais irregularidades no mesmo item, alguns dos quais se não afiguram fáceis de «catalogar».

Muitos dos actos apontados, vistos à distância de séculos e esquecido o ambiente de terror que envolvia a comunidade dos cristãos-novos, como também o de religiosidade obtusa dessa época de padrões rígidos que vieram a ser definidos pelo Concílio de Trento e fiscalizados pelo tribunal do Santo Ofício e outras organizações, parecem um tanto ridículos. Não o eram, porém, nesse tempo, antes se apresentavam como factores da maior importância na conduta

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ A. G. da Rocha Madail, «Desmandos dos Inquisidores na Vila de Aveiro, da Diocese de Coimbra», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 10, 1944, p. 83. Veja-se o texto integral.

⁴⁰ *Ibidem*.

ético-religiosa, excluindo-se dessa sociedade, por pagamento de multas, por castigos corporais, por castigos morais (por exemplo, a excomunhão), pela prisão, pela confiscação de bens, pelo expulsão ou desterro... ou pela morte – conforme a gravidade – quem ousasse desviar-se desses preceitos ou desafiasse os poderes da fé.

Adivinha-se, pois, a complexidade do documento que alguns julgam ser exagerado nas acusações, como outros supõem feito acima do peso real dos cristãos-novos de Aveiro. Ou, por outras palavras, haveria tantos cristãos-novos nesta «vila notável», como os nomes indicados no documento? Tratar-se-ia, de facto, de uma comunidade segregada, que tinha tão grandes razões de queixa? Não haveria, também, algumas retaliações à mistura ou eventuais despeitos? Ou, de forma mais directa, tratar-se-ia mesmo de uma queixa de cristãos-novos?

Convém não esquecer que esta «comunidade» vivia, tal como se compreende do anteriormente exposto, em grande estado de angústia, era naturalmente populosa e tendia a sê-lo cada vez mais pelo século XVI, com um crescimento acentuado por toda a centúria⁴¹. Se pode ter havido uma por outra queixa de despeito, não foi, de certeza, razão de monta para considerar. De resto, para dissipar quaisquer dúvidas, bastariam as consultas aos processos da Inquisição de Coimbra, dos quais se dão, adiante, pequenos apontamentos.

Não pode, pois, haver dúvida de que, de facto, se trata essencialmente de uma queixa de cristãos-novos. Alguns deles são, até, indicados pelo nome. Outros são marcados com o tal «ferrete» ou por terem aceitado ser testemunhas diversas vezes, ou por serem familiares de outros declarados como tal, ou ainda por desempenharem na vida social actividades quase exclusivamente de antigos judeus e agora cristãos-novos, como físicos, médicos, tabeliães... e todos sabiam que ficariam na mira de futuras retaliações, por se atreverem a denunciar faltas e crimes que poderiam, em condições normais, trazer sérias complicações aos responsáveis por tais actos.

Fique, portanto, de vez, afastada essa dúvida sobre esta gente que se poderia dizer, hoje, «de boa fé», que pedia paz e queria fazer riqueza para os seus e para o país, sempre invejada e sobre quem eram atiradas todas as responsabilidades do que não corria bem numa sociedade de privilegiados, com uma visão religiosa afastada do espírito ecuménico, vendo fantasmas em todas as esquinas do tempo. Alexandre Herculano não teve qualquer hesitação, nem Rocha Madail... nem nós!

Mas, afinal, quais eram esses crimes?

Pode dizer-se que, em linhas gerais, são aqueles que Alexandre Herculano apontou. Ou, para melhor explicitar, apresenta-se uma relação dos mais comuns, indicando os números (ou itens) em que eles são referidos no documento.

⁴¹ Cfr., *supra*, nota 33.

Principais acusações contra o vigário de S. Miguel

Obrigava ou induzia a jurar (falso)	1, 2, 4, 5, 6, 43, 44, 47
Obrigava ou induzia a depor contra	3, 6, 7, 42, 43
Extorquia bens sob ameaça	8, 9, 10, 13, 38, 39
Apropriação / roubo de alfaias, etc	4, 15, 16, 17, 25, 30, 34, 36, 37, 45, 46
Praticava(colaborava em) feitiçarias	18, 19
Tentava seduzir jovens ⁴²	19, 20
Prendeu ou ameaçou mandar prender	7, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 20, 42
viciado em jogar	22, 23, 24, 30, 40
Excomungava ou ameaçava de excomunhão	4, 7, 8, 12, 17, 33, 38, 43, 45

2.3. Testemunhas do memorial

Também, quanto a testemunhas, diversas questões se podem levantar, sobretudo pela deficiente informação acerca de alguns nomes citados, dificultando pesquisa sobre as suas condições sociais e profissionais, ou mesmo familiares. Outras vezes, de forma muito vaga, indicam-se como testemunhas *todos esses*, sem se saber concretamente quantos e seus nomes, se são todos homens ou se eram homens e mulheres, ou o *sacristão, um certo Ferreira, a serva*, etc.

Da mesma forma, por se partir do princípio que algumas pessoas referidas eram sobejamente conhecidas no meio, casos há em que os nomes como os cargos são indicados da forma mais simplista: *bispo-reitor; governador...* o que retira, aos olhos de hoje, alguma possibilidade de averiguar o estatuto social destas testemunhas.

Por tudo isto, a análise do quadro que se apresenta, mostra suficientemente as dificuldades acima referidas, complementadas com outras, em notas pontuais, no final do quadro.

Tenha-se, no entanto, em conta que foram indicadas mais de oito dezenas de testemunhas, dispostas a correr riscos, certamente em abono da verdade e contra injustiças e prepotências de todo o teor. Por outro lado, veja-se a qualidade social de muitas delas, entre a alta sociedade aveirense da época.

3. Processos inquisitoriais de aveirenses

Foram muitos os aveirenses envolvidos em processos inquisitoriais. Mais do que habitualmente se pensa, tendo em conta que esta vila era essencialmente marítima, com grande mobilidade de pessoas tanto nos portos do reino como por todo o império marítimo português, quer em Espanha como pelas possessões coloniais espanholas ou ainda por outros recônditos luga-

⁴² Não se contam as referências que são feitas à sua concubina ou «amásia».

1. Das principais acusações apontadas, algumas não estão claramente definidas neste ou naquele «tipo» de crime. De resto, as principais acusações eram sobre faltas consideradas graves, de carácter religioso, as quais, por obrigação, cabiam ao *vigário*, para além do geral desmazelo, mau comportamento moral e social, castigos corporais, etc., que se tornam difíceis de «tipificar». E, para além de muitas outras questões que devem ser levantadas a partir da análise do documento, seria também curioso saber a quem terá cabido a responsabilidade do título, *Desmandos dos Inquisidores [...]*? Não deixa de ser mais um motivo de interrogação.

2. Referências claras a judeus/cristãos-novos constam nos itens 3, 6, 7, 11, 13, 42, 47 (havendo outras veladas, quer genericamente quer a pessoas concretas).

res, onde os tribunais podiam estar activos e, portanto, a eles poderiam chegar as acusações e denúncias mais disfarçadas. Faltam, no entanto, dados de conjunto sobre alguns dos tribunais e muitas vezes os processos não esclarecem as terras de origem e ligações familiares, já que os acusados, se pudessem esconder detalhes, o fariam como forma de acautelar que, num futuro próximo, também a Inquisição viesse a apertar o cerco à família.

Se se diz que foram muitos os aveirenses que estiveram a contas com a Inquisição, mesmo sem números aproximados, essa afirmação extrai-se com facilidade partindo do movimento registado nos principais centros inquisitoriais do país, entre 1540 e 1732, pois que Lisboa, entre «condemnados e penitenciados dos autos da fé»⁴³, somou 6.760, seguindo-se Coimbra com um total de 8.632 e Évora com 9130, o que dá um total de 24.522, apenas nestes três centros, dos quais foram queimados 1.454 acusados.

Processos houve, em que estiveram envolvidos aveirenses, que são de há muito tempo bem conhecidos, pelo que se referem apenas casos como exemplos e não com a preocupação exaustiva de inventariar todos os casos, o que além de impossível por falta de dados absolutos, também não cabia no espaço deste estudo.

Para além desses, ficam também, aqui, outras referências, até para além da Restauração, sem que tenha havido a preocupação de saber se eram ou não de cristãos-novos, já que partilhámos a ideia de que seria extremamente difícil provar a pureza de sangue cristão velho, na sociedade portuguesa da segunda metade de Quinhentos ou pelo século XVII. Mas uma coisa é certa, como adiante se verá: apesar de todas as perseguições e do êxodo de séculos, os cristãos-novos de Aveiro continuavam activos, pelo meado de Seiscentos, tendo abandonado gradualmente a área da tradicional *comuna*, para se instalarem, como também noutras vilas e cidades acontecia, em novas zonas de habitação, do tipo *Vila Nova*.

Mas, recordemos alguns desses processos:

3.1. Fernão de Oliveira

Trata-se de nome entre os mais notáveis do seu tempo, tanto pelos escritos célebres que produziu nas ciências, como o *Livro da Fábrica das Naus* e a *Arte da Guerra*, ou nas letras — a *Gramática* e o *De re rustica* (tradução de Columbela), como por actividades de viajante, diplomata, etc. Desde cedo voltado para o culto da vida religiosa, iniciou estudos nos dominicanos de Aveiro, mas poucos anos depois era transferido para o convento de S. Domingos, em Évora, donde acabou por fugir e conhecer mundos diferentes, nomeadamente a França e Inglaterra, que lhe permitiram ser um crítico atento ao ambiente de religiosidade fechada em que Portugal vivia, chegando a defender o *herético* rei de Inglaterra e os ingleses, do que lhe advieram, mais tarde, grandes complicações. Preso em 1547 e submetido a interrogatórios, só em 1548, e depois de se retractar de algumas afirmações sobre os ingleses e seu rei, «os inquisidores o condenaram somente a abjuração dos seus erros e a prisão no cárcere por tempo indeterminado, mas devendo andar de hábito, e tonsurado rezando o officio divino». E passados três anos, muito doente e muito pobre, conseguiu que o mandassem para o mosteiro de Belém, tendo-lhe sido dada a liberdade em 1551, «não se sabe se sinceramente convertido à fé católica, se saudoso do tempo em que, vestido de capa e *pelote* curto, armado de espada, com chapéu e barba comprida, fizera de marinheiro e piloto por França e Inglaterra»⁴⁴.

⁴³ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 489.

⁴⁴ António Baião, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol. I, Rio de Janeiro, 1924, p. 22. Nesta obra, que se reporta ao processo nº 12.099, da Inquisição de Lisboa, Fernão de Oliveira é o 2º caso tratado pelo autor.

Diversas terras se têm proposto como glória de ter sido seu berço natural, mas é forte o argumento que ele próprio deixou em favor de Aveiro, quando declarou, perante o tribunal da Inquisição, ser daqui natural.

Rangel de Quadros tentou traçar-lhe a genealogia, mas esbarrou com dificuldades enormes, associando-o a um tronco de Pedro ou Diogo de Oliveira, o que apenas se regista como curiosidade⁴⁵.

Figura polémica no trajar e no viver, mas admirada pelo seu muito saber, «o vulto do padre Fernão de Oliveira é digno de ser estudado sob todos os seus aspectos. Elle representa em Portugal uma das mais brilhantes personificações do espírito do livre exame em pleno século XVI»⁴⁶. A verdade, porém, é que parece que «nem os christãos velhos, nem os christãos novos sympathisavam com elle».

«Aquelles consideravam-n'õo um impio, um rebelde às leis da Igreja catholica».

«Os christãos novos chamavam-lhe traidor, suppondo que elle tinha ido a Roma, para conseguir, a pedido do Rei, uma bulla, para em Portugal se estabelecer o Tribunal do Santo Officio»⁴⁷.

3.2. O processo «das bruxas» de Aveiro

Não se conhece, pormenorizadamente, este estranho processo que tanta tinta fez correr. Não é caso único, pois vários foram os processos desaparecidos, e pode até acontecer que este apareça um dia. Por agora, apesar de diligências neste sentido, feitas nos arquivos de Lisboa⁴⁸, nada de novo se nos ofereceu. Mas é fora de dúvida que este famoso processo teve repercussões enormes, não só pelo trágico fim a que conduziu, mas porque arrastou outros de semelhante teor, envolvendo sobretudo pessoas humildes, vítimas da cegueira dos doutos privilegiados da época, incapazes de compreenderem a linguagem simples do povo ou de tal forma fanatizados que em tudo viam fantasias diabólicas, como se as classes populares tivessem tido formação catequética específica. A falta do documento original da Inquisição de Lisboa onde o processo decorreu, e irrecusável verdade dos factos consta de uma «confissão de humas bruxas que queymarão na Cidade de Lisboa o Anno de 1559 – pelo Juizo Secular em huma devaça que mandou tirar a Rainha Dona Caterina», logo se esclarecendo, no prólogo do texto dessa devassa, a razão que lhe deu motivo: «Depois que no Anno de 1559 o Licenciado Gomes Soares Dezembragador, e Ouvidor do Duque de Aveyro na mesma villa de Aveyro, trouxe a esta Corte, e Cidade de Lisboa certas Bruxas prezas, com seus processos, das quaes foram queymadas sinco no Rocio da mesma Cidade, A muy Catholica Dona Catherina vendo,

⁴⁵ Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, Aveiro, vol. I, Aveiro, s/d. p. 3. Volume policopiado existente na Biblioteca Municipal de Aveiro. E como curiosidade apenas, até porque se não vislumbra entre as figuras, transcreve-se a acta de 15 de Janeiro de 1595, no livro nº 15, da Freguesia da Vera Cruz, em que Gonçalo António casou com Maria, filha de Afonso Gonçalves e de Joana Gonçalves, «moradores aos laguos desta freguesia forã padrinhos o escrivã da Câmara deixo fº da silva Irmã de farnã doliveira m.res na Agoa da granja». A curiosidade está em que se deduz, claramente, que apesar do escrivão ser pessoa bem conhecida, o clérigo apela a outra figura – o irmão do escrivão – como que realçando a sua qualidade social – quem sabe se respeito cultural e político? – desse tal Fernão de Oliveira. Note-se, no entanto, que o gramático português deveria ter morrido, já com idade avançada, depois de 1581. Pelo menos assim se supõe.

⁴⁶ Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernão de Oliveira e a sua Obra Náutica*, Lisboa, 1898, p. 81.

⁴⁷ Rangel de Quadros, *op. cit.*, p. 4.

⁴⁸ Cabe aqui um agradecimento ao sr. Eng. Luis Seabra Lopes que, em Lisboa, colaborou nas diligências sobre esta matéria.

TESTEMUNHAS DOS DIVERSOS ACTOS PRATICADOS PELO VIGÁRIO DE S. MIGUEL
AVEIRO, INÍCIO DO SÉC. XVI¹

1	Adão, mestre	mestre [físico? de ofício?]	13
2	Afonso, a mulher de	mulher de Brás Lopes [?]	1
3	Afonso Gomes	tabelião de O. do Bairro	10
4	Afonso Gomes, a mulher de	mulher de Afonso Gomes	10
5	Agarena Fernandes de Torres	escrava	5, 27
6	Álvaro Doquintes	–	44
7	Alvaro de Sousa	fidalgo ²	47
8	André Afonso	tabelião	25
9	André Alvares	“sentífero” [?]	11
10	André Gonçalves, a mulher	ele, “meânico”	18
11	André Jorge	Tesoureiro	7, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21 23, 28, 29, 30, 39, 40
12	André Martins	filho de Bastião Martins	26
13	André Martins, a mulher de	a mulher de André Martins [?]	26
14	António Alvares	–	2
15	António Rodrigues	–	5, 7, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 29, 39, 40
16	Bastião Martins	pai de André Martins	3, 26
17	Bastião Martins, a filha de	filha de Bastião Martins	4
18	Bastião Vaz	barbeiro	21
19	Beatriz Curada	–	2
20	Bedes	filho da serva Isabel	41
21	Bispo- reitor	bispo-reitor	11
22	Catarina Lopes	“senhora”	18
23	Caupona [?] de Mamarosa	–	9
24	Columba, a filha da	–	20
25	Cosme Diogo	–	21
26	Diogo Dias	clérigo, arcepreste/tesoureiro	5, 7, 12, 14, 15, 16, 17, 18 19, 21, 22, 24, 29, 39, 40
27	Diogo Fernandes de Montemor	–	14
28	Diogo Homem	–	13
29	Diogo Lopes	–	40
30	Eduardo Fernandes	genro de Maria de Leão	9, 10
31	Eduardo Fernandes, mulher de	a mulher de Eduardo Fernandes	10
32	Eduardo Lopes	governador [de quê?]	19
33	Eduardo Rodrigo	–	34
34	Egídio Coelho Barrigelo	–	9, 10
35	Fernando Diogo	tabelião	47
36	Fernando de Leão/filho de Leão Bandaglio	–	25,45
37	F. Bandaglio, a mulher de	a mulher de Bandaglio	25
38	Ferrario Vicente, a mulher de	a mulher de Ferrario Vicente	42
39	Ferreira, “um certo”	–	32

¹ Para além destas testemunhas, há diversas outras referências mais vagas e algo genéricas, sem se poder averiguar de quem se trata, tais como: «eles próprios» (item 27); «a mulher [...]» (item 28); «todos esses» (item 34, sendo citados, entre eles, Eduardo Rodrigo e Francisco Rodrigo); «eles e ela» (item 35, sendo ela Maria Peres e seus filhos, quantos?).

² Trata-se de fidalgo aveirense de relevante influência regional.

40	Ferreira, a mulher do tal	–	32
41	Flávio	físico	46
42	Francisco	filho de mestre Simão Peres	41
43	Francisco Brás	–	7, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 29, 39, 40
44	Francisco Rodrigo, de Sá	–	34
45	Francisco Velasco	–	17
46	Francisco Vieira ³	–	7, 12, 15, 19, 39, 42
47	Gaspar Dias	“pessoa de grande autoridade”	6
48	Gonçalo Homem	soldado	11
49	Gregório, mestre Dr.	“mestre Dr.” [médico?]	44
50	Haro	médico	36
51	Isabel	serva de mestre Simão Peres	41
52	Isabel Dias	mulher de Pedro Tomás	43
53	João Diogo, a mulher de	mulher de João Diogo	23
54	João Gonçalves	mecânico	38
55	João Gonçalves, a mulher de	ele, mecânico	18
56	João Peres	tabelião	31, 36, 37, 38
57	Jorge Álvares, a mulher de	mulher de Jorge Álvares	18
58	Jorge Nunes Mercário	–	13
59	Juiz de Mortágua	Juiz de Mortágua	11
60	Lôpo Álvares	–	33, 34
61	Lourenço Canar, a mulher de	mulher de Lourenço Anes Canar	32
62	Luís Gomes Sancinatoro	–	13
63	Manuel Dias	tabelião	46
64	Manuel Diogo, a serva de	serva	27
65	Maria Peres	–	35
66	Maria Peres, os filhos de	pescadores [?]	34, 35
67	Miguel Ribeiro	–	18
68	Miguel Rodrigo	–	22
69	Paulo Luís	doutor [médico]	33
70	Pedro Anes Amado,	governador da Província	44
71	a mulher do mesmo	governador da Província	44
72	a mãe da mulher do mesmo	governador da Província	44
73	a ama do mesmo	governador da Província	44
74	a serva do mesmo	governador da Província	44
75	Pedro Dermaro, juiz	Juiz	46
76	Pedro Jorge, a mulher de	–	27
77	Pedro Tomás	–	43
78	perfumista	perfumista	8
79	Prior de Santo Arbus [?]	prior	12
80	prior de S. Martinho	prior de S. Martinho	21
81	sacristão ⁴	–	5, 23
82	Salinia	presbítero, clérigo, escrivão	31, 43
83	Salvador Fernandes	–	31

³ No item 12, é referido Francisco Vetiva, mais parecendo tratar-se de erro de cópia, pelo que se contabilizou como Francisco Vieira. A análise do documento assim o sugere, pelos nomes que acompanham esta testemunha, enquanto aquele nome nada diz ao documento

⁴ No item 5, é indicado como testemunha «ainda aquele que na igreja presta serviços», pelo que, à falta de melhor explicação, se optou por juntar a *sacristão*.

e ouvindo o grande damno, e perda do povo christam, que o Demonio nosso inimigo, por sy, e por meyo de Bruxos, e Bruxas, e feiticeiros, e feiticeiras, fazia nesta terra, como faz em todas as outras: Determinou de mandar tirar huma devaça geral sobre estes cazos»⁴⁹.

Sobre o número das bruxas (e eventualmente bruxos) levados de Aveiro, pouco se pode adiantar, sendo admissível que tenham sido levadas cerca de dúzia e meia, das quais cinco foram queimadas! Nem nomes, nem famílias, nem idades, nem povoações de origem... nada mais ficou que o resto certamente pouco interessaria. Serviram de pretexto para acção exemplar, em defesa dos bons costumes.

Admita-se, sem necessidade de especulações, o espectáculo dessas simples mulheres do povo, expostas ao ridículo e ao vexame na capital...até à consumação do cerimonioso auto-de-fé, em que o Duque de Aveiro, cujo objectivo principal da sua qualidade de *senhor de Aveiro* devia ser a defesa dos seus habitantes, foi autêntico agente inquisitorial.

E, deixando de parte outras considerações, importa referir que nessa devassa mandada fazer por D. Leonor (começada a 14 de Abril de 1559), o entusiasmo foi tanto que «em poucos dias foram presas vinte e sete mulheres, em que também entrou um homem [...] e uma delas foi queimada no Rossio desta cidade [...] Os processos de suas culpas e livramentos foram mui bem vistos e examinados por ministros mui doutos»⁵⁰.

A partir daqui, o mote estava dado, com a Rainha e o Duque de Aveiro a incentivarem outras devassas que, pelo país e pelos anos fora, se haviam de fazer.

3.3. João da Costa, vigário de S. Miguel, Aveiro

É certo que o grande humanista João da Costa não era aveirense, podendo parecer abusiva esta inclusão. Mas são fortes os argumentos que a justificam, sobretudo para quantos conhecerem a acção por ele desempenhada na cultura portuguesa da época – meados de Quinhentos, entre os mestres humanistas recrutados para imprimir direcção pedagógica e científica ao Colégio das Artes, em Coimbra, criado por D. João III, do qual veio a ser *principal*. Foi, pois, nome entre os mais notáveis do seu tempo – aliás, conhecido entre os melhores mestres franceses, uma vez que, entre outras funções de prestígio, fora também o *sub-principal* do Colégio de Guiena (notável colégio de Bordéus), quando André de Gouveia o convidou, juntamente com Diogo de Teive, António Martins, Crouchy, os irmãos Buchanam, Arnaldo Fabrício, Elias Vinet e outros, para integrarem o corpo docente daquele colégio, formando o célebre «grupo dos bordaleses».

João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Buchanam – para não falar do malgrado André de Gouveia – acabaram por ser as principais vítimas da inveja dos «parisienses», vindo a ser presos pela Inquisição, sob acusação de luteranismo. E quando mais tarde recuperaram a liberdade, «João da Costa e Diogo de Teive assentaram em abraçar a carreira eclesiástica, sendo certo que já anteriormente à prisão o primeiro falara em se ordenar, ou mesmo em professar em ordem religiosa»⁵¹.

Ora, sem se pretender seguir toda a biografia do douto humanista, importa dizer que apesar de ter sido preso e posta em dúvida a sua qualidade de católico, foi grande a admiração que o

⁴⁹ Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), cod. 861. Neste documento se desenvolvem, na continuação do texto, excéntricas actividades de bruxaria, à mistura com uma fertilíssima imaginação popular que tem sido objecto de análises diversas.

⁵⁰ António Borges Coelho, *op. cit.*, vol. I, p. 251 e ss. O autor faz excelente análise do documento total, para além do que juntou muitos outros que aquela Inquisição dizem respeito, no âmbito das bruxarias.

⁵¹ Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, Lisboa, vol. II, p. 883.

monarca mostrou ter por ele, conforme escreveu Barbosa Machado: «Iguar à sciencia era a innocencia dos costumes merecendo por tão egregios dotes ser consultado por Elrey D. João o III em materias gravissimas, que promptamente resolvia seguindo os dictames da sua consciencia timorata»⁵². E, a fechar esta breve síntese biográfica, dizer também – e é isso que justifica este apontamento – que João da Costa, conforme consta e é repetido por todos, «falleceo com summa piedade quando era Prior da Igreja Matriz de S. Miguel da Villa de Aveyro pouco antes da fatal batalha de Alcacer sucedida a 4 de Agosto de 1578», seguindo a informação do Abade de Sever, citado por Mário Brandão, em *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*.

Este douto investigador coimbrão, aliás, pretendendo ir mais longe sobre informação tão sumária, explica que a igreja de S. Miguel era a principal de Aveiro e matriz das quatro paróquias existentes a partir de 1572, todas pertencentes à Ordem de Avis e, portanto, da apresentação do monarca já que era ele o Grão-mestre da Ordem, para concluir que «por não constar a data da sua nomeação como Prior, ignoramos se a deveu ainda a D. João III, ou se só foi apresentado na dita igreja no reinado de D. Sebastião. Ao priorado de S. Miguel, segundo se afigura bastante rendoso, andava inerente a dignidade de juiz eclesiástico de Aveiro»⁵³.

É claro que a dúvida sobre quem terá nomeado João da Costa, essa persistiu no espírito do investigador, não obstante ter procurado os registos paroquiais de Aveiro (conforme explica em nota de rodapé), existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, dos quais, relativamente a S. Miguel, «os mais antigos são de 1580. Nos livros da freguesia de Vera Cruz, que remontam a 1572, nenhum vestígio encontrámos do mestre. E da freguesia do Espírito Santo só existem livros a partir de 1589». E a dúvida pode persistir, pois também nós folheámos todos os livros paroquiais existentes no Arquivo Distrital de Aveiro – que são mais, em número, e mais antigos do que o referido investigador indica, sem nada de relevante a acrescentar, quanto a esta problemática.

Mas há outra questão, certamente não menos importante que ousamos trazer à discussão, tendo em conta que é confirmado por muitos investigadores, que ele foi nomeado vigário de S. Miguel, ignorando-se a data, ao certo, mas que o citado investigador admite poder ter acontecido ainda em tempo de D. João III. A partir da análise dos livros paroquiais, aqui, confirma-se:

- Que os livros da paróquia de S. Miguel, pelo menos desde 1562 em diante, são invariavelmente assinados pela mesma pessoa, até à primavera de 1594, na qualidade de *vigário* (excepções pontuais, apenas por sua ausência ou autorização).
- Que tendo sido dividida a «sua» paróquia, em 1572, por o bispo de Coimbra a considerar demasiado populosa – e certamente, demasiado rica – algumas vezes nos aparece, nos registos das novas freguesias, a referência ao *padre vigário*, diferenciando a qualidade e o respeito de que aquele gozava entre os párocos novos, como entre outros que, ocasionalmente, prestam serviços diversos.
- Que só a partir da primavera de 1594, o *vigário* ou o *padre vigário* deixa de assinar, continuando ainda a fazer baptizados e alguns casamentos, mas sem capacidade para assinar (a última assinatura que se nos ofereceu, já depois de serviços em que não assi-

⁵² Cfr. *idem*, *op. cit.*, p. 884.

⁵³ Mário Brandão, *op. cit.*, p. 886. O autor segue, em considerações, diversos autores sobre as valias do juiz eclesiástico de S. Miguel e seus representantes.

nou, foi a 17 de Abril de 1594⁵⁴) o que se pode entender por velhice ou doença, ou as duas coisas juntas.

✠

CONFESSÃO

De humas Bruxas que queymarãõ na Cidade de Lisboa
Anno de 1552.
Pelo Juizo Secular em huma devaca que mandou
fizar a Rainha Dona Catharina

Depois que no Anno de 1552 o Licenciado Gomes Soares Dezembregador, e Ouvidor de Duguayo chamamos Villa de Aveiro, foyz a esta Corte, e Cidade de Lisboa certas Bruxas prozas, com suas prozas, das quaes foram queymadas cinco no Placeto da mesma Cidade. A Rainha Catholica Rainha Dona Catharina vendo, e ouvindo o grande damno, e perda do povo Christiano, que o Demonio neste infimido perly, e por meyo de Bruxas e Bruxas, fãhiuirtos, e feitiçarias, e outras maldades, como faz em todos os outros. Determinou de mandar fizar huma devaca geral sobre estes casos.

A qual devaca por seu mandado, e Provisam se cometeo ao Licenciado Gomes Soares, que comigo se foyz em esta Cidade de Lisboa, e seu Termo, a qual devaca comencamos a 14 dias do Mes de Abril do dito Anno de 1552, e em poucos dias foram prozas vinte e sete mulheres, em que tambem entrava hum homem, nas quaes, e muitas dellas se fez nesta Cidade publica juftica, de de greder, e acrytes, e huma dellas foy queymada no Placeto desta Cidade, e os prozes de suas culpas, e juramentos foram muy bem viltos, e examinados por Ministros muy doutros, Dezembregadores do Saço, e do conselho del Rey N. S. m. da N. S. m. da N. S. m.

1. Fac-simile da «Confissão»

etla

⁵⁴ Arquivo Distrital de Aveiro (ADA), S. Miguel, Baptismos, liv. 3, fl. 170. Depois desta, aparecem, ainda, baptizados feitos pelo vigário, o último dos quais foi a 7 de Junho de 1594, mas em regra os deste ano são sem a sua assinatura.

Assinatura de João da Costa, 1547.

Mário Brandão, *op. cit.*, I, p. 299.

2 aos dous turnos do novo ban
 # izuuuũũ anã fa de simo
 pã de sua mã de crã qã
 forã padrinhos a d'cã mã
 sã de saã d'vũũ

Assinatura do vigário de Aveiro, 1570

ADA, S. Miguel, *Baptismos*, liv. 1, fl. 1.

Pedro
 a 19 dias de julho da crã de 77 annos baptisou ho padre
 uigairo ap' filho de saluador mateus e de sua molher maria ant
 sei padrinho migel cardoso em adrinha traner o molher de
 gregorio broz d'vũũ

Assinatura do vigário de Aveiro, 1577

ADA, S. Miguel, *Baptismos*, liv. 2, fl. 66.

Tudo nos leva a concluir que o *vigário* ou o senhor *padre vigário* outro não era que João da Costa, o emérito *humanista* que bem pode ter sido o animador da colegiada de S. Miguel⁵⁵ e de outras instituições locais. Certamente, ninguém teria o atrevimento – pelo que significava em abuso e implicaria protestos de enormes repercussões – de assinar documentos com um título a que não tivesse direito. Por este facto, ter-se-ia de rever aquela afirmação vaga fornecida pelo abade de Sever, que levou o douto investigador coimbrão – e todos depois dele – a apontar-lhe a morte para cerca de 1578.

Importa, neste caso, conferir as suas assinaturas, tendo em conta que ele, em Coimbra, era, acima de tudo, João da Costa – *humanista*; em Aveiro, já feito sacerdote, foi, acima de tudo, João da Costa – *vigário*. Isto é, numa perspectiva de *humanista-cristão*, João da Costa seria um homem realizado na sua função de *vigário* e suficientemente diferenciado pela categoria da paróquia a que presidia, a qual implicava outros cargos perfeitamente identificados com o seu saber e o seu prestígio.

Em todo o caso, surpreende que, sobre tal figura, paire tão pesado silêncio, a ponto de não se conhecer, na historiografia local, qualquer apontamento sobre João da Costa e até se apontar outro nome em seu lugar⁵⁶. Assim sendo, torna-se necessário desafiar este silêncio. Recorde-se que no ano de 1572, D. João Soares, bispo de Coimbra, mandou dividir a paróquia de S. Miguel, à qual presidia João da Costa que, por certo, não deve ter gostado de tal intervenção, nem ela lhe pode ter sido indiferente. Ele era já de há anos o *vigário*, figura de grande prestígio, mas sabia que o meio eclesiástico não esqueceria que ele fora *bordalês*, e julgado pela Inquisição. Isto, para não pensar que houvesse qualquer fricção entre ele e o seu bispo – o que também não seria de todo improvável, face ao ambiente Coimbrão, onde Costa havia criado amigos e discípulos, mas também algumas inimizades.

Pode, até, ter acontecido que o próprio mestre, natural de Portimão (1511 ou 1512), tenha ajudado a construir o silêncio sepulcral das fontes, no desgosto da partilha da sua paróquia, por tudo quanto isso representava, até no apoio aos irmãos⁵⁷ e outros familiares. Importaria também descobrir se este cargo não teria sido uma boa maneira de se livrarem dele em Coimbra, onde a sua presença fazia sombra a muita gente. E, em 1572, pelo menos, ano da divisão da sua paróquia, uma coisa era certa: já não podia contar com o apoio joanino...

Há, porém, uma outra questão a levantar. Com a sua presença, não consta que cristãos-novos ou outros aveirenses se tenham levantado em massa, por maus exemplos ou por falta de disciplina religiosa. Bem ao contrário, tudo leva a crer que o seu nome terá vindo repor a di-

⁵⁵ Rangel de Quadros, *Aveiro, Origens, Brasão e Antigas Freguesias*, Aveiro, Paisagem Editora, 1984, p. 55. O autor esclarece que a igreja de S. Miguel «tinha uma colegiada, composta de cinco beneficiados e um tesoureiro, os quais rezavam, em coro, as horas canónicas, como nas catedrais e colegiadas insignes.

Presidia o pároco. Tanto ele, como os beneficiados eram apresentados pelo rei, como grão-mestre da Ordem de Avis [...]. Não se sabe quando foi instituída a colegiada. Apenas me foi possível saber, que já existia essa corporação antes de 1562. Alguns registos paroquiais e outros documentos assim o indicam e por eles também me foi possível saber os nomes de alguns dos tesoueiros e os de alguns beneficiados».

⁵⁶ *Idem*, *op. cit.*, p. 58. O citado autor diz que «o pároco mais antigo desta freguesia, de quem pude obter notícia, foi António Álvares (ou Alvres) Varejão, freire professo da ordem de Avis. Já era pároco em Outubro de 1562. Tinha o título de *vigário*, como ainda o tiveram alguns dos seus sucessores. Pelos registos paroquiais se vê que ainda era *vigário* em 6 de Novembro de 1592». Sobre esta questão, não nos apareceu nenhuma prova clara, nem Rangel de Quadros cita a fonte da sua informação. Assim, como contradizer todas as informações que dão João da Costa, como *Vigário* de Aveiro até à sua morte?

⁵⁷ Mário Brandão, *op. cit.*, p. 3000. É verdade que ele foi apoio dos irmãos e de outros familiares, numa fase em que estavam em França ou, depois, em Portugal, dados os poucos recursos de seus pais, já falecidos. Tudo leva a crer que, *vigário* de tão rica paróquia, pudesse continuar a ajudar familiares mais necessitados.

gnidade perdida no cargo de vigário de S. Miguel, após os citados *desmandos* sendo até admissível que o próprio rei D. João III se tivesse empenhado em «lavar» a imagem do priorado de S. Miguel.

Terá sido efectivamente assim? É que nem sequer se guardou memória do lugar onde tenha sido enterrado...

Em todo o caso, por uns largos pares de anos – mais de três décadas, contadas nos livros de registos entre 1562 a 1594 –, partindo do princípio que a assinatura lhe pertence, aqui viveu, sem alardes tanto quanto parece, o padre João da Costa, que havia sido célebre *humanista*, irradiando saber e virtude cristã, mas talvez esquecido, para não dizer desterrado, enquanto o seu antigo colega de outros tempos, Diogo de Teive, voltou a ser chamado ao Colégio das Artes e semeou elogios múltiplos às figuras do tempo, entre os quais o Duque de Aveiro e seus familiares – uma outra forma de estar na vida!

Eis porque nos pareceu justo evocar o grande *humanista*, como «aveirense», sem que se vislumbre qualquer ligação com sangue judaico. E também se não acredita que tenha desenvolvido acção de relevo especificamente em favor dos cristãos – novos, por tal ser pouco comum na mentalidade do tempo e se lhe tornar perigoso, face aos seus antecedentes. Uma coisa é certa: teve possibilidade de ouvir muitas e boas histórias sobre um dos seus antecessores, pois deve ter convivido com bastantes daqueles que se propuseram ser testemunhas nos *Desmandos* anteriormente referidos.

Mas, ter um homem desta envergadura moral e cultural em Aveiro, por tantos anos, em absoluto silêncio, também será demasiada injustiça...

3.4. O Dr. António Homem

Parece descabida esta referência a um dos processos mais tenebrosos do século XVII, que envolveu a vida e a obra do emérito conimbricense que foi o Dr. António Homem, a quem a Igreja, os reis, a Universidade e as ciências do tempo tanto ficaram a dever. Sabemos que nasceu em Coimbra e nem queremos discutir esse privilégio da capital mondegana, mas também não podemos deixar de lembrar que muitas das boas famílias aveirenses para ali convergiam por ser sede diocesana e oferecer melhores perspectivas de futuro na vida eclesiástica, ou ainda por ser verdadeiramente o centro cultural universitário para conferir graus académicos. Então, porquê esta inclusão? Vamos citar, insuspeitamente: «Em 1624 condenou a Inquisição de Lisboa alguém que em vida gozou de grande consideração e cujo martírio reforçou ainda mais o amor ao Judaísmo: o professor e diácono António Homem».

«Nasceu em 1564, em Coimbra, de pais neocristãos; seu pai chamava-se Vaz Brandão e sua mãe era neta de Nunes Cardoso, conhecido em toda a região como «o homem rico de Aveiro». Como muitos outros criptojudeus, seus pais resolveram que seu filho seguiria a carreira eclesiástica, a fim de desviar seus inimigos e melhor se prevenir contra a perseguição do Santo Ofício [...]. A batina não conseguiu encobrir suficientemente o fundo do seu coração. Seja por ter o bisneto do «homem mais rico de Aveiro» desde logo atraído a suspeita de tendências judaizantes, seja por não ter sido suficientemente cauteloso quando observava os ritos hebreus»⁵⁸.

O autor, depois de razoáveis considerações acerca de uma vida atribulada enquanto cultor de religião judaica, conclui sob as condições do auto-de-fé que o vitimou, a 5 de Maio de

⁵⁸ Meyer Kayserling, *op. cit.*, p. 247-248.

1624: «Queimaram-no vivo. Sua casa foi demolida e em seu local erigiram uma coluna com os dizeres *Praeceptor infelix*».

Como se vê, a ligação de António Homem a Aveiro, resultava tanto do sangue como da avantajada situação económica. O apelido Homem irá perdurar, a par com os Cardosos, tendo nas suas lembranças o que fizeram a um familiar seu de tanta distinção, com altos cargos eclesiásticos e saber irrefutável, que ao seu país prestou tão relevantes serviços.

4. Referências, a título exemplificativo, em Coimbra

Pela inquisição de Coimbra, cidade capital da Diocese a que Aveiro pertencia, naturalmente, passaram centenas de aveirenses, uns como réus e muitos outros como testemunhas, embora destas nem sempre conste o nome. Seriam listas demasiado longas e, quanto a testemunhas, seriam sempre incompletas, ainda que tivéssemos à mão a totalidade da documentação referente às devassas e respectivos processos que ali decorreram. Ficam algumas sugestões, colhidas entre os principais investigadores desta área de estudos, sem a preocupação de esmiuçar os objectos de acusação, nem os conteúdos mosaicos ou cristãos, nem sequer as penas dadas...e nem sempre por ordem cronológica.

4.1. Tudo podia servir para arrancar a confissão...

Não se pretende repetir, de forma nenhuma, o que sobre este assunto anda escrito, em abono da verdade. Apenas se introduz esta reflexão, por dizer respeito a pessoas de Aveiro: «Tratava-se do processo de uns presos de Aveiro, marido e mulher. Uma creada que os seguira foi chamada à Inquisição, e della exigiu o bispo que declarasse ter visto praticar os seus amos factos contrários à fé. A declaração, porém, da testemunha foi exactamente o contrário. Irritado, o dominicano fê-la encerrar num cárcere. De tempos a tempos, mandava adverti-la de que, se queria ser solta, accusasse os amos. Resistiu sempre. Desenganado de que nem o amor da liberdade, nem algumas demonstrações de benevolência, a que recorreu, abalavam a constância daquelle nobre character, chamou-a um dia ante si e, elle proprio tentou convencê-la. Tudo foi baldado. Acceso em colera, o phrenetico frade começou a espancá-la com um pau até lh'o quebrar na cabeça e nas costas, deixando-a lavada em sangue, e o algoz sagrado fez lavar o depoimento que quiz ao som dos gritos da desgraçada»⁵⁹.

4.2. Casos de claro judaísmo ou de eventuais práticas mosaicas, registados entre 1567 e 1582

São, de longe, os casos mais comuns, como o caso anteriormente citado, logo nos primeiros anos de funcionamento. Apenas como exemplo, entre 1567 e 1582, nas *Sentenças da Inquisição de Coimbra*, de 23 casos de «crime» sentenciados, respeitantes a aveirenses, naturais ou residentes, 19 são de *práticas judaicas*, o que mostra esmagadora percentagem e, certamente, traduz uma religiosidade popular enraizada nas classes populares. Dos réus, pode dizer-se que são, na larga maioria, jovens mulheres, entre os 15 e os 30 anos⁶⁰, dizendo-se em

⁵⁹ Alexandre Herculano, *op. cit.*, vol. III, p. 144. Em muitas destas referências, o autor não indica nomes, sexo ou idades.

⁶⁰ Elvira Azevedo Mea, *Sentenças da Inquisição [...]*, Porto, 1982, p. 4. O caso mais jovem é de Guiomar Antunes, *cristã nova da villa d'Aveiro*, acerca da qual se provou que «concertava milhor a candeia as sextas feiras [...] por honra dos sabados seguintes e observância da dita lei de Moyses e jejuava por algumas vezes jejuns judaicos em segundas e quintas feiras sem comer em todo o dia senam a noite como judia e como tal fazia todos os autos de cristã por comprimento do mundo somente.

muitos destes casos, claramente, que se trata de «cristã-nova» ou de cristão-novo. Três irmãs, Ana Gomes (16 anos), Isabel Gomes (18 anos) e Beatriz Gomes (25 anos), todas cristãs-novas da vila de Aveiro (ainda que a mais nova seja dita como natural de Viseu e aqui residente), estão presas ao mesmo tempo⁶¹, variando as acusações em torno das práticas mosaicas à mistura com jejuns cristãos.

Branca Rodrigues, «cristã nova, molher de Migel Lopes, cristão novo, calciteiro, morador na villa d'Aveiro»⁶², confessou que «guardou alguns sabados de trabalho na obra e sempre quando não ouzava de os guardar per obra por não ser sentida de suas criadas que eram cristãs velhas», o que constitui registo de certo interesse, pois que muitas vezes os servidores se vingavam dos seus patrões, sobretudo se eles eram cristãos-novos.

Curiosamente, no caso do réu Paulo Rodrigues, o tribunal decidiu não proceder contra ele, «cristão novo, defunto, depositado, vista a informação que há de elle ser doudo e por tal tido e avido e que fosse enterrado em sagrado»⁶³.

Registe-se, ainda, que neste grupo de moradores de Aveiro que foi julgado em Coimbra, Nuno Brito é citado como natural de Trancoso, António Nunes veio de Lamego e Xuan Suarez Martins, cristão velho, era castelhano, razão pela qual acabou por ser degradado, provavelmente para a sua terra.

4.3. Sentenças por palavras contra a igreja e clérigos

Discordando, eventualmente, de certas formas de orientação religiosa, ou até de desumanidades ou da maneira como eram conduzidas estas perseguições religiosas, alguns – e neste caso reportamo-nos ainda ao grupo de 1567 a 1582 – acabavam por *proferir palavras escandalosas*, mesmo sendo cristãos velhos, como aconteceu com Manuel Afonso, almocreve, «morador na vila d'Aveiro» que, disse «perante muitas pessoas na villa d'Esgeira que a igreja e os clérigos aviam mester queimados e que os clérigos erão luteros [...]», o que lhe valeu receber, para reconciliação, que fizesse «penitência pública em um domingo a missa do dia com huma vela acesa na mão, no cruzeiro da igreja d'Esgeira e pagase dous mil reis para a confraria do Santo Sacramento» e outras custas⁶⁴.

Por outro lado, casos houve, e muitos, entre os membros do clero que mereciam juízos críticos. Entre esses, cita-se um – condenado por *afirmações heréticas* – por ser de localidade próxima de Aveiro, mais concretamente da vila de Vagos. Trata-se de Simão Mendanha, tendo o tribunal decidido «que não fose mais nunca cura na igreja de Vagos pollo escandalo que deu e que fique sospenso de poder confesar por espaço de dous annos e page as custas»⁶⁵.

⁶¹ *Idem, op. cit.*, p. 20-27.

⁶² *Idem, op. cit.*, p. 354.

⁶³ *Idem, op. cit.*, p. 308. Algo surpreendente, é o acordão final, pois que o tal «doudo» mostra bons argumentos em *defesa da religião judaica e do luteranismo*, que por certo terão inquietado os doutos inquisidores.

⁶⁴ *Idem, op. cit.*, p. 404.

⁶⁵ *Idem, op. cit.*, p. 394. As afirmações heréticas citadas resumem-se a que andava por «diversos lugares a afirmar que a simples fornicacão de solteiro com solteira não fora nem era pecado mortal senão depois de um certo concilio a esta parte».

E há casos ditos de Aveiro, porque o termo da vila é alargado, como no caso do cristão velho Gonçalo Gonçalves, natural de Verba, freguesia de S. Paio de Requeixo, condenado por crime de bigamia⁶⁶, ou outros.

4.4. Dois casos diferentes

Nos *Autos e Diligências de Inquirição* feitos à Universidade de Coimbra, em 1612, diversos estudantes de Aveiro foram ouvidos. Alguns deles passaram pelos interrogatórios da Inquisição, mais tarde, nomeadamente no célebre caso do cientista Dr. António Homem. Entre esses, «Jacinto da Rocha, solteiro, filho de Sebastião da Rocha e de Maria Nogueira, já defunta, natural de Aveiro, onde o dito seu pai é escrivão da Câmara e almoxarife do Duque, estudante legista do sétimo ano e morador na Rua do Tinge-Rodilhas, da idade de vinte e dois para vinte e três anos [...] e outrossim, ele declarante, amigo de Manuel João Pereira [...] ambos naturais da dita vila de Aveiro»⁶⁷; adiante, refere-se «Paulo da Fonseca, bacharel formado em Cânones, de Aveiro, onde hoje vive»⁶⁸; e ainda «Pero Ribeiro, estudante canonista, de Aveiro, criado do Bispo do Algarve, que então era Reitor da Universidade»⁶⁹, [...] Manuel Nunes que foi músico da dita Capela (da Sé), que é de Aveiro⁷⁰, [...] Miguel Saraiva, solteiro, estudante que, ao tal tempo, era das Escolas Menores, natural de Aveiro, não sabe o nome de seus pais»⁷¹, Ascenso Dias⁷² e outros, por vezes com referências curiosas, como o escândalo público que era em Coimbra que «o Dr. Manuel de Abreu, lente de Medicina, andava amancebado, há quinze ou dezasseis anos, com uma filha de um boticário de Aveiro, a quem não sabe o nome»⁷³, o que, aliás, é confirmado por outros depoimentos, num dos quais se diz que, por isso, o boticário aveirense ia a Coimbra buscar o citado lente.

Algo semelhante ao «processo das bruxas» anteriormente referido, é de citar um processo que «saiu no Auto Público de fé celebrado no Terreiro de S. Miguel de Coimbra, em Domingo 21 de Fevereiro de 1683» – isto é, cento e vinte e cinco anos depois do de Lisboa! – e que envolveu um simples mulher da região de Aveiro, Maria Antónia, natural de Válega, com 82 anos de idade, a qual até cumpria os Sacramentos «e as mais obras de Christã por não deixar o pacto q. tinha com o dem[onio]». Acusada de diversas práticas de feitiçaria, aliás extremamente curiosas explicadas por várias folhas do seu processo, a Mesa do Santo Ofício, considerando que a ré parecia arrependida de seus actos, entre outras penas espirituais como a excomunhão, o hábito penitencial perpétuo, ser açoitada pelas ruas públicas da cidade, etc, «a degrada p^a sempre do lugar do seixo, e por tempo de Sinquo annos p^a o Reino de Angola»⁷⁴.

⁶⁶ *Idem, op. cit.*, p. 437.

⁶⁷ Joaquim Ferreira Gomes, *Autos e Diligências de Inquirição. Contribuição para a história da Universidade de Coimbra no século XVII*, Lisboa, Gulbenkian, 1989, p. 72-73.

⁶⁸ *Idem, op. cit.*, p. 90.

⁶⁹ *Idem, op. cit.*, p. 130.

⁷⁰ *Idem, op. cit.*, p. 253.

⁷¹ *Idem, op. cit.*, p. 387.

⁷² *Idem, op. cit.*, p. 477.

⁷³ *Idem, op. cit.*, p. 263. Trata-se de um caso «exemplar», sobretudo por estarem associados «lente» de Medicina e Boticário, duas actividades muito a gosto dos cristãos-novos. Além disso, o sobrenome do lente, *Abreu*, é nitidamente de inspiração judaica, adaptado de Hebreu.

⁷⁴ A cópia do original foi-me gentilmente cedida pelo sr. Eng.º Luís Lopes. São cinco páginas de extraordinária criatividade, revelada por uma camponesa de 82 anos, que impressionam sobretudo pelo desprezo e arrogância dos inquisidores, tão fanáticos nas coisas da fé quanto insensíveis, até, à avançada idade da condenada.

6. Outros exemplos, entre os fugitivos ou simplesmente espalhados pelo império colonial

«Luís Henriques, natural de Aveiro, cuja mãe fora presa pelo Santo Ofício, ausentara-se para Castela de pouca idade, daí para a Berberia, depois Egipto, onde era morador. «Agora reside em Londres por assistir a uns negócios»⁷⁸.

«Da poderosa comunidade cristã-nova (ou judaica) de Hamburgo que tinha em 1619 três sinagogas, Heitor Gomes Bravo denuncia três dezenas de famílias com cinco doutores, pelo menos três deles médicos, e gente de Lisboa, Porto, Aveiro, Tomar, Setúbal, Mértola»⁷⁹.

O mesmo Heitor Bravo conta que vindo de Florença para Veneza, em 1607 ou 1608, «foi circuncidado pelo cirurgião Brás Lindo, português, segundo ele, natural de Aveiro, mas que a Inquisição dava como fugido da Guarda»⁸⁰.

É claro que é absolutamente impossível ter um levantamento de quantos aveirenses, cristãos novos ou cristãos velhos andaram espalhados ou fugidos pelos cantos do mundo, tanto mais que alguns mudavam de nome. Na cidade Antuérpia, em 1571, havia «85 famílias portuguesas e 17 homens solteiros»⁸¹, para além de outros em cidades vizinhas. E nem mesmo para o Brasil, para onde tantos navegavam com maior facilidade, se pode apurar tudo, quando os dados nos aparecem desgarrados, tais como por mero acaso, dizer-se a propósito da grande quantidade de ouro ou prata que alguns podiam trazer consigo, que «um dos viajantes a bordo do navio de que era mestre João Luís, de Aveiro, e que regressa em 1528 de São Miguel a Lisboa, traz consigo 39.000 reais em ouro e em prata»⁸².

Ou, acidentalmente, em livro de óbitos, por vontade da família ou para abater os «fregueses» às obrigações paroquiais, como tantas vezes acontece, o pároco registou, por ouvir dizer que «falecera nas Antilhas domingos gaspar meu freges m[orad]or q. foi na rua da granja», e logo de seguida, que «nas mesmas Antilhas falecera Bartolomeu Andre m.or na rua de S. Paulo»⁸³, ambos os registos com data de 6 de Março de 1588.

Ou, em 27 de Janeiro de 1596, quando «veo nova q. na Ilha de S.to thome», anotou que tinha falecido Pero Ribeiro, morador na Rua Larga, juntamente também na mesma ilha, com «Nicolao Ribeiro solt^o f^o q. foj de Berttholameu Glz»⁸⁴.

Ou, ainda mais tarde, a 3 de Janeiro de 1600, que «Pedro Dias [...] faleceu em Sevilha / a mulher mandou-lhe fazer 3 ofícios de 3 lições e deu esmolos pls ditos ofícios e 6 missas cantadas», para no mês seguinte, no dia 3, voltar a referir que «Yoão d'oliveira – faleceu em Sevilha, a mulher mandou fazer 3 of. e 3 e [sic] 6 missas cantadas e deu 1800 de esmola»⁸⁵.

Ou ainda, por outros motivos e noutras fontes, entre tantos que reclamavam haveres de familiares mortos ou eventualmente dados como desaparecidos, espalhados pelo império, apenas dois registos: Joana Francisca, viúva de Tomé André, pede na Misericórdia de Aveiro que esta instituição lhe recupere a herança perdida, pois que indo seu marido «por marinheiro

⁷⁸ António Borges Coelho, *op. cit.* vol. I, p. 426.

⁷⁹ *Idem, op. cit.*, vol. I, p. 426.

⁸⁰ *Idem, op. cit.*, vol. I, p. 434.

⁸¹ Hans Pohl, «Os Portugueses em Antuérpia, 1550-1650», in J. Everaert e E. Stols (dir.), *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, Antuérpia, INAPA, 1991, p. 61.

⁸² *Livro dos roubos... Guimarães*, p. 6, apud por Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, vol. II, p. 90.

⁸³ ADA, Vera Cruz, *Óbitos*, liv. I, fl. 144v.

⁸⁴ *Idem, op. cit.*, liv. 15, fl. 98.

⁸⁵ *Idem, op. cit.*, liv. 16, fs. inums.

da índia de Portugal em a nau Santa Illena falleceo o dito seu marido em massambique; e q, toda a fazenda e d(inheir)o q, trazia o dito seu marido lhe ficou em massambique»⁸⁶, e o caso de Beatriz Lopes que, em 29 de Fevereiro de 1612, conta na Mesa da Misericórdia, que sendo falecido seu marido, João de Seita [Ceuta?] «seu f.º se foj pera a Jndia de Portugal e dahi pera Malaca onde o matarão»⁸⁷, mas consta que lhe deixou trezentos cruzados depositados na Misericórdia de Malaca, pelo que os reclama.

Ora, casos destes, podiam-se apresentar aqui largas dezenas. É claro que nada nos indica que fossem cristãos novos, mas nada nos permite também excluir essa hipótese, tanto mais que, conforme temos defendido, nestas páginas, e tem sido afirmado por diversos autores, é certo que entre a segunda metade de Quinhentos e um pouco por quase todo o Seiscentos, a velha comunidade judaica preferia o litoral marítimo, pela maior mobilidade que lhe permitia, até em contactos externos. Assim, referido aos finais do século XVI, do centro e norte de Portugal, era claro que na «zona de Entre-Douro e Minho há apenas uma incidência de judaizantes no litoral e nos meios urbanos, nomeadamente Porto e Aveiro»⁸⁸.

Além disso, são vários os casos conhecidos de estrangeiros que partilham da vida social aveirense como padrinhos – apenas um exemplo: «Corim Cabeça framenguo mercador», vem no final do século XVI, baptizar uma filha de Gaspar Silvestre⁸⁹ – como sócios de empresas e até como noivos⁹⁰.

E, como que a terminar estas sugestões que podem dar uma pálida ideia da presença de aveirenses pelo império, fica mais uma referência à participação deles na «jóia» do império colonial português – o Brasil – onde, no último quartel de Quinhentos, pululavam «os rendeiros hebreus, marranos, cristãos-novos e judeus [...] São, no comum, homens do Porto, de Viana, de Lisboa e de Setúbal, cidades litorâneas, de intenso comércio»⁹¹, referindo várias vezes também a importância de Aveiro quer através do movimento do seu porto que coloca, em 1638, entre os maiores no comércio com o Brasil – «o Porto com 10.596\$572 e Aveiro com 7.777\$090, enquanto Setúbal mais chegado a Lisboa acusa 15.666\$362, sendo que muitos iam descarregar ali e não no Tejo [...]»⁹², para a seguir lembrar que, quando em 1646, foi preciso fazer mais um socorro ao Brasil, foi «o dinheiro do Consulado, referente a Viana, Porto, Aveiro e Algarve e mais o da Fazenda que resolvem a premência dos recursos». Isto é, não pelos nomes mas pelas actividades globais se nota a presença de uma burguesia comercial marítima, que se sabe ser basicamente de cristãos-novos. E Aveiro, entre os mais ricos centros do país, pois muitas vezes «as naus que procedem do Porto, de Viana e do Aveiro, vêm completar as cargas em Lisboa, se não a conseguiram por lá, ou descem à Madeira, à ilha de

⁸⁶ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (ASCMA), *Acordãos*, liv. 2, fl. 15. E caso quase igual consta na folha 9 do mesmo livro, com data de 2 de Outubro de 1611, onde era pedido que a Misericórdia recuperasse a herança de «Joam de Sequeira [...] que faleceo na índia».

⁸⁷ *Idem*, *op. cit.*, fl. 14.

⁸⁸ Elvira Azevedo Mea, *op. cit.*, p. LXX.

⁸⁹ ADA, Espírito Santo, *Baptismos*, liv. 1, fl. 28.

⁹⁰ *Idem*, Vera Cruz, liv. 1, fl. 52. Este registo de casamento, com data de 13.12.1572, refere que «Tomas dava marinheiro fº q. foy de dava e de sua molher marguarita moradores nos reinos da Irlanda na cidade de Lamarique», casou com uma filha de Simão Lucas e de Isabel Gonçalves. No ano seguinte, em 2 de Março, também na igreja da Vera Cruz, outro casamento (Cfr. liv. 1, fl. 53) com noivo irlandês da mesma cidade, donde eram os seus pais.

⁹¹ José Gonçalves Salvador, *op. cit.*, p. 175.

⁹² *Idem*, *op. cit.*, p. 209.

Palma, ou à Terceira», o que obriga a que haja correspondentes entre os principais portos nacionais e estrangeiros, quase sempre de sangue judaico, como por exemplo confessava, em 1621, um inquirido em Lisboa, regressado de Amsterdão, explicando que os cristãos-novos lá refugiados, «têm correspondentes em Portugal, na Madeira e no Brasil, tanto assim que, naqueles dias, despacharam três naus com fazendas, uma destinada a Aveiro, outra a Lisboa, e a terceira [...] que seguia para o Brasil com escala na Madeira»⁹³.

Da presença de aveirenses, mercadores, pilotos e marinheiros nessa colónia, muitos documentos se oferecem, sobretudo ao longo de Seiscentos.

7. E as muitas interrogações que ficam...

A família do grande filósofo Espinosa tinha em Aveiro familiares directos, entre o sangue judaico, numa família que se espalhou por várias praças marítimas de Portugal e da Flandres. Ao certo, porém, as ligações passariam por Ana Garcês, casada em Aveiro⁹⁴, e com outros familiares pelo Porto, etc.

Até que ponto haveria ligação da «família judaica» de Aveiro com as comunidades do litoral francês, inglês, flandrino, holandês, alemão, das costas bálticas?

Importa lembrar que, desde muito cedo, era pedido aos reis que afastassem os judeus e depois os cristãos-novos de certas actividades que se foram enobrecendo pelos finais de Quinhentos e por todo o Seiscentos, entre elas as de médico, de físico, de cirurgião, de boticário⁹⁵. No documento transcrito por Lúcio de Azevedo, diz-se, claramente que, entre outros, «o físico de Aveiro foi preso em Coimbra e queimado». E o mesmo veio a acontecer um pouco à profissão de tabelião e mesmo ao funcionalismo municipal e membros de confrarias... sendo afastados por serem cristãos-novos, e até de certas actividades artísticas que implicavam interpretação dos actos evangélicos ou figurações dogmáticas.

Ora, na Misericórdia de Aveiro encontram-se variados ecos dessa acção segregadora, tais como, em 2 de Janeiro de 1595, a Mesa ter decidido tirar «algus nobres que na taboa estavam que não podião servir»⁹⁶, o que significa que lhes não queriam reconhecer tratamento enobrecido, ou, em fase mais avançada dessa exclusão, assentaram, em 9 de Julho de 1630, que se não «asseitasse de oje em diante a pesoa nenhũa de qualquer qualidade que seja pitissão por efeito de serem irmãos desta S. irmandade da misirjcordia sem nella nomear seus pais e quatro avos e donde são naturais p.^a se saber se tem algũa rasa de mouro ou gudeu ou outra nassão infame. E achandosse qualquer rassa dos sobreditos por nenhũa vja seja asseito nesta irmandade E p.^a isso se farão as diligenssias nessessarias a custa dos empretantes e sem as tais diligenssias não serão amitidos e em caso que em algũ tẽmpo o foj bem o riscarão»⁹⁷.

⁹³ *Idem, op. cit.*, p. 257.

⁹⁴ António Borges Coelho, *op. cit.*, vol. I, p. 446.

⁹⁵ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 167. A pressão acentuou-se em tempo de D. Sebastião, que a 20 de Setembro de 1568, determinou que houvesse «sempre na universidade trinta estudantes de medicina e cirurgia, cristãos velhos, mantidos por um subsídio de setecentos e quinze mil reais, fornecido em derrama por diversas comarcas. Esta mesma providência ampliou Filipe III, para que nas mesmas condições houvesse estudantes boticários, elevando a 1.600\$00 réis o subsídio», conforme provisão de 18 de Fevereiro de 1606. Já em tempo de Filipe IV, divulgou-se uma lista de 51 médicos, físicos, boticários, presos pela Inquisição, acusados de serem responsáveis por muitas mortes de cristãos-novos (Cfr. *op. cit.*, p. 465-468), tendo alguns deles conseguido fugir para o estrangeiro.

⁹⁶ ASCMA, *Assentos dos Irmãos*, liv. 337, fl. 9.

⁹⁷ ASCMA, *Das dividas á Santa Casa*, liv. 5, fl. 76.

Não haverá, pois, dúvidas sobre as determinações de quantos na sociedade aveirense, como a nível nacional, se sentiam inquietos com a evolução social destes cristãos que cresciam e enriqueciam, mas que com frequência deixavam de ser tolerados para serem perseguidos. E nem se pense que estes irmãos da Misericórdia não foram capazes de levar por diante esta decisão. Melhor prova, para citar apenas uma, foi o que fizeram ao licenciado Mateus da Fonseca, que tendo sido admitido como *irmão de maior condição* da Misericórdia, em 31 de Maio de 1600 – o que lhe conferia dignidade de nobre – e confirmado na reforma da instituição levada a cabo em 1614, por um grande fidalgo aveirense – Rui Dias Evangelho, escudeiro de D. Brites de Lara – iria a ser excluído com a decisão de 1630, embora a viesse a recuperar, depois, porque, tendo-se queixado ao rei e por ser pessoa de grande estima e ter prestado bons serviços aos aveirenses, nomeadamente à Santa Casa da Misericórdia, de que foi provedor, Filipe III de Portugal determinou que continuasse a usar dessa categoria visto que «por sua antiguidade merecia [...] entre os irmãos de maior condição»⁹⁸.

Refira-se, por mera curiosidade, que Mateus da Fonseca era também conhecido como Mateus da Fonseca Homem, mas supomos que toda a família faria por esquecer este apelido, claramente judaico, certamente depois do célebre processo do Dr. António Homem (atrás referido). E também, que, por esta altura, um filho de Mateus da Fonseca, de seu nome Miguel da Fonseca, era nome conhecido no panorama da pintura portuguesa, batendo-se denodadamente pela nobilitação da arte dos pintores⁹⁹, a começar por ele, o que lhe foi recusado no Porto. Mais tarde, também este veio a ter em Aveiro a mesma qualidade social que havia tido de seu pai, na participação da Misericórdia.

8. Os prestimosos cristãos-novos... e a finta de 1627, em Aveiro

Bem ao contrário do comportamento civil como do político, a estes «portugueses» continuaram a recorrer os cristãos-velhos quando as aflições económicas lhes batiam à porta, nomeadamente a fidalguia arruinada, tanto mais que era sabido que sempre eles teriam forma de encontrar dinheiro. Mas, para os reis, foram muitas vezes estes que lhes valeram, ora comprando perdões temporários, ora fornecendo-lhes bens através da Inquisição, como se tornou prática corrente na primeira metade de Seiscentos¹⁰⁰. De facto, a Inquisição era uma perfeita «mina», além de um manancial de chorudos empregos, ao mesmo tempo que fazia um controle férreo sobre a sociedade, coadjuvada pelos *familiares do Santo Ofício*, pessoas que apoiavam a sua acção e eventualmente denunciavam práticas menos convenientes à mentalidade dos cristãos velhos. Mas não vamos falar deles, porque denunciantes e colaboracionistas não cabem aqui,

⁹⁸ ASCMA, liv. 337, fl. 97. A sua admissão está registada no mesmo livro, fl. 19.

⁹⁹ Vítor Serrão, *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*, Lisboa, 1983, p. 145 e ss. Aliás, ao longo desta emérita obra, várias vezes é abordada pelo autor a luta deste pintor que travou aceso pleito com a Câmara do Porto, até à decisão final do Tribunal da Relação, em 1622. Do meu ponto de vista, a negação do tal estatuto de «privilegiado» já deve ter sido associada à clara genealogia judaica e aos impedimentos que aos cristãos-novos eram postos na promoção social.

¹⁰⁰ Isaías Rosa Pereira, *A Inquisição em Portugal, séculos XVI-XVII. Período filipino*, Lisboa, Vega, 1993, p. 126. Esta obra transcreve significativa parte da correspondência real com as principais inquisições do reino e, neste documento, de 23 de Setembro de 1622, «o Rei agradece de novo ao Inquisidor-Geral os 80.000 cruzados do dinheiro do fisco para socorro da Índia, tanto mais que o erário régio está «no aperto e falta de cabedal» que ele conhece. E, por que o cobrador destes dinheiros procedeu bem na sua recolha, concedeu-lhe o hábito da Ordem de Cristo com 20.000 reis de pensão!

senão para dizer que Aveiro tinha um elevado número deles, acreditados na Inquisição de Coimbra.

Aqui, importa ainda a contribuição pronta, por castigo – mas de quê? – por medo ou por esperança de melhores dias, da comunidade cristã-nova aveirense. Ao novo pedido de Filipe IV ao inquisidor-geral, para auxílio imediato a prestar à Índia, com data de 27 de Fevereiro de 1627, aliás na sequência de outro que foi o socorro da Baía de Todos os Santos, escrevia o rei que «me pareceu dizer-vos e encomendar-vos muito particularmente (como faço) procureis e façais que este oferecimento se cumpra nesta ocasião da necessidade presente por ser tão apertada»¹⁰¹, o que desde logo pressupõe um oferecimento forçado, atirado mais uma vez para cima dos cristãos-novos. Se dos outros não tivemos notícia, até agora, a *Finta dos homens da nasam*, de 1627¹⁰², dirigida ao provedor da comarca de Esgueira, é integralmente conhecida e por ela se manda que «entre os homens da nação dessa comarca se hão-de repartir, Cem mil rs de juro para os comprar E averem com as condições declaradas [...] tomeis tres homens da dita nação moradores nessa dita villa e sua comarca e dos mais inteligentes e praticos della [...] e feita esta repartição por vos com os ditos homens e cobranças dos pagamentos pollos meios que forem mais eficazes [...]» para, logo que possível, levar e entregar todo o dinheiro ao tesoureiro mor, em Lisboa.

Os três homens escolhidos foram Manuel Ribeiro, Francisco Nunes Viseu e Manuel Sedenso [?], todos de Aveiro, a quem o provedor encomendou a ingrata tarefa – mais uma, certamente – para que a cumprissem, «com pena de se proseder contra elles. E da repartição feita, a Simão e Lourenço Pereira couberam 512 mil reis (pagos pelo seu caixeiro, Manuel Correia), à mulher e filhos de Paulo Gomes 288 mil reis, a Luís Gomes 352 mil, a Francisco Dias Mendes 192 mil, a Francisco Nunes Viseu 64 mil, a Gaspar Roiz 80 mil, a Jorge Nunes 16 mil, a Manuel Roiz Faneco 32 mil, a Manuel Sedenso 16 mil, a Brites Gomes, viúva, 32 mil, a Manuel Mesquita 16 mil (note-se que pertenciam à família Gomes as 3 jovens que tinham sido presas pela inquisição, uma das quais se chamava Beatriz ou Brites).

Não se pense que esta cobrança foi pacífica; bem pelo contrário, pois que ninguém gostaria, como ainda hoje ninguém gosta de ser taxado e, para mais, cobrado de imediato. Assim, atente-se, por exemplo, que Gaspar Rodrigues foi notificado quando estava na Câmara e, escreve o notificante «notefiquandoo nam me responde a preposito nem lhe emtendi o que elle me disia».

Enfim, tudo nos permite concluir que a comunidade cristã-nova aveirense continuava relativamente próspera, ainda que dispersa por variadas paragens, mas mantendo as ligações familiares possíveis.

Perante esta pressão dos órgãos do poder como da população em geral, sobretudo pelas elites de cristãos velhos, compreende-se que a tradicional população de sangue judaico tendesse a afastar-se dos centros mais desenvolvidos e aí procurando passar despercebida, num ambiente mais íntimo da sua vida familiar, sem a permanente observação de denunciante e desconfiados. É natural que assim tenha sido.

Tudo leva a crer que muitos tenham optado por esta forma silenciosa de sobrevivência, arreigando-se, por vezes, à terra mas sem deixarem de ter actividades paralelas, nas artes, nos ofícios, nos serviços da administração... e ganhando a confiança dos seus vizinhos. Poderia ser

¹⁰¹ *Idem*, op. cit., p. 152.

¹⁰² A *Finta dos Homens de Nação*. O que pode significar «gente da nação hebraica», cristãos-novos, hebreus, judeus... ou, no estrangeiro, «homens da nação portuguesa» ou simplesmente portugueses – foi gentilmente facultada pelo sr. Dr. Artur Jorge Almeida. Soubemos, depois, do estudo da Dr. Carla E. Ramos Pereira, publicado neste número de *Estudos Aveirenses*.

esta a explicação para que a tradição popular visse nos habitantes de Verdemilho, a menos de meia légua de Aveiro, uma relativa presença de gente de sangue mosaico e, como tal, pelo século XVIII, globalmente considerasse os *Judeos de verdemilho* como parte significativa da sua população, embora se adiantem outras razões (por comparação com Sôza, onde tinham vivido «monges negros»): «podia ali aver alguma caza religiosa ou haver alguma casa de Sinagoga dos Cristãos novos da lei velha isto é dos judeos, e como ali naquelles citios ouvesse desembarque podia m.to bem ser q. da Palestina viesse alguma porção de gente e dezambarcassem ali e por aquelles mesmos terrenos habitassem por q. toda aquella margem da ria, e desde a vea de Arada athe aos fins de verdemilho pelo norte e meio dia era ria Navegável, e também porque por aquelles citios viverão os Agarenos descendentes de Agar escrava de Abraão, e os Saramagos Magos descendentes de Sara»¹⁰³.

Este documento fala das outras comunidades em torno de Aveiro e de Ílhavo, mas diferencia bem Verdemilho que, em verdade, se vai apresentar com uma relativa prosperidade, pelo fins de Seiscentos e por todo o Setecentos.

Talvez venha a propósito recordar que Verdemilho era ponto importante na estrada real, daqui se podendo tomar a barca que conduzia a Ovar, na mais rápida ligação ao Porto, tanto mais que podia fazer a ligação nocturna, estando pela manhã em Ovar ou, quem sabe, sair pela barra fora...rumo à liberdade negada na terra portuguesa.

bibRIA

¹⁰³ A. G. da Rocha Madail, *Illiabum. Série de subsidios para a história de Ílhavo*, 2ª ed., Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1992, p. 78-79. Trata -se de um manuscrito que o autor situa pela segunda metade do século XVIII, de acentuado sabor popular, mas que nem por isso pode ser desprezado em termos de tradição que, pelos vistos, podia ser comum e traduzir a realidade do afastamento dos cristãos-novos em relação a Aveiro.

ANEXO

DESMANDOS DOS INQUISIDORES
DA DIOCESE DE COIMBRA,
NA VILA DE AVEIRO

1) Foram também apresentados ao Reverendo Senhor Nuncio outros muitos crimes além dos narrados, que pelo mesmo Bispo de S. Tomé e pelos seus oficiais foram omitidos, para que dêles no reino... se fizesse, os quais foram divulgados e são notórios; e até porque, além dos ditos, o Bispo Inquisidor, em dano do de Coimbra, e para total excomunhão dos cristãos novos da vila de Aveiro, da mesma diocese, cometeu violências e horrendos crimes e para isto intrometeu no exercício dêsse negócio um presbítero, vigário de S. Miguel da dita vila, varão sem dúvida celerado, furioso, iracundo, perversíssimo, o qual, tanto êle como o predito Bispo, praticou os crimes que se seguem, por indústria do referido Bispo e, confiado nos favores dêle, tão estupendos e celerados crimes de Deus e, pôsto de parte o temor da Justiça, não tendo faculdade alguma nem jurisdição; ora o dito vigário induziu... a Afonsa (?), mulher de Brás Lopes, a jurar falso contra o Mestre Luís, o que a própria fêz, e ao seu marido.

2) O mesmo fêz com António Álvares e Beatriz Curada.

3) Também levou Bastião Martins a depor contra os cristãos novos, obrigando-o muito e dizendo além disso que era então tempo de tomar dêles vingança.

4) Levou a filha de Bastião Martins, na capela da Beata Catarina, e impôs-lhe pena de excomunhão, a jurar falso contra Fernando Álvares e sua mulher; e porque ela àcêrca disso fêz objecção, injuriou-a, chamando-lhe meretriz e outras palavras injuriosas, e por causa disto negou-lhe também o Santo Sacramento.

5) Item obrigou Agarena Fernandes de Tôrres, e muito a instou, a jurar falso contra seu senhor, com promessa de a livrar da escravatura; e, porque isto não fêz, injuriou-a

públicamente com palavras, na igreja, quando ali estava para receber Santo Sacramento, dizendo-lhe que não queria jurar por não ser cristã. Testemunhas disto: aquela, o arcipreste tesoureiro e ainda aquêle que na igreja presta serviços.

6) Item induziu Gaspar Dias a jurar contra certo cristão novo, seu inimigo, dizendo-lhe que, sendo tempo de se vingar, fôsse prestar juramento. Testemunha disto: êle próprio, que é pessoa de grande autoridade.

7) Item sem nenhuma razão impôs no púlpito a pena de excomunhão para que fôsem depor contra os cristãos novos, e tomava denúncias e por elas prendia e soltava. Testemunhas para isto: António Rodrigues e o arcipreste e Francisco Brás e André Jorge Francisco Vieira.

8) Item pelas mesmas denúncias que tomou pela excomunhão que impusera, prendeu um perfumista da localidade de Aveiro, a quem soltou por causa dos presentes que dêle recebeu.

9) Item, vindo o mesmo vigário de Coimbra para Aveiro, encontrou Eduardo Fernandes, genro de Maria de Leão, e prendeu-o, dizendo o tinha por culpado, e assim prêso o conduziu até esta localidade; e, porque êle lhe deu os seus bens, o soltou. Testemunhas presentes para isto: Egidio Coelho Barrigelo e Caupona de Mamarosa e o citado Eduardo Fernandes.

10) Dirigiu-se para a localidade de Oliveira do Bairro, levando consigo Barrigelo, e entrou em casa do ourives Eduardo Fernandes e prendeu-lhe a mulher, declarando-a culpada; e, porque ela lhe deu dos seus bens e também galinhas para comer e vender, a soltou. Testemunhas presentes para isto: Egidio Coelho Barrigelo e Afonso Gomes, tabelião da dita localidade de

Oliveira e sua mulher e a mulher de Eduardo Fernandes.

11) Item no ano pretérito fêz por seu punho certa carta deprecatória e assinada pelo juiz de Mortágua a quem requeria prendesse Fernando de Medina, cristão novo, porque o considerava culpado por visita, sem para isto ter autorização. Testemunhas presentes para isto: o juiz da referida localidade de Mortágua e André Álvares (sentifero(?)) e o bispo reitor, a quem o juiz acima nomeado levou a mencionada carta, e Gonçalo Homem, soldado.

12) Item fêz-se vigário geral do episcopado e por sua própria mão escreveu certa carta de excomunhão que um domingo começou a divulgar perante o povo, dizendo-se sem dúvida irmão João, mestre capelão de Nosso Senhor e vigário geral no espiritual e temporal na dita localidade de Aveiro, e dá cartas de excomunhão sem licença do bispo. Testemunhas para isto: Francisco Vetiva e o arcepreste e Francisco Brás, André Jorge e António Rodrigo e o prior de Santo Arbus (?).

13) Por aquele tempo em que entregou aos cárceres alguns cristãos novos da localidade indicada, andava a sua concubina em negociações pelas casas, dizendo que, se lhe dessem dos seus bens, faria que o vigário os não prendesse. Testemunhas para isto: Diogo Homem e mestre Adão e Jorge Nunes Mercário e Luís Gomes Sancinatore (?), de quem a referida concubina extorquiu até... (?).

14) Item foi-lhe dado em confissão certo apitinu (?) de prata, assim vulgarmente chamado,..... que tinha o pêso de setecentos reais, e êle próprio lhe chamou seu e o vendeu. Testemunhas para isto: António Rodrigo e o arcepreste e Francisco Brás e André Jorge e Diogo Fernandes de Montemor, a quem pertencia o dito apitú (?).

15) Item roubou certa cadeia da pia baptismal e levou-a para a sua casa, sita na «rua da Cruz», onde a tem..., e por tal motivo esteve aberta a pia. Testemunhas para isto: Francisco Vieira e o clérigo Diogo Dias e

Francisco Brás e o arcepreste e António Rochio

16) Item roubou certa parte da prata do turíbulo para os panos do altar, os quais não quis dar senão depois de, por isso, ser excomungado. Testemunhas para isto: o tesoureiro André Jorge e o arcepreste e António Rodrigo e Francisco Brás.

17) Item roubou dois livros pertencentes à igreja e certo cratinu (?), que tudo teve em sua casa, e o tesoureiro ordenou que se obtivesse certa carta da excomunhão, que o próprio vigário publicou, e depois da publicação, durante alguns dias, de manhã, enquanto se rezavam as horas matutinas, foi encontrado o seu fâmulo com os mencionados livros, trazendo-os à igreja, e êle próprio foi além dos dias marcados, a partir do próprio tempo da publicação da referida carta. Testemunhas para isto: o tesoureiro André Jorge e o arcepreste e António Rodrigo e Francisco Velasco.

18) Item, estando... a filha de Miguel Ribeiro, e porque dizia estar tomada do demónio, presente aí uma certa feiticeira, o vigário trouxe junto dêle o Beato Bartolomeu para sua casa com uma estola, onde deixou tudo à mencionada feiticeira, durante muitos dias, e tinha ligado o Beato Bartolomeu com quatro ligaduras; e, estando a referida estola na cabeça da doente, a própria feiticeira fazia as suas rezas, e vinham muitas pessoas prestar-lhe as suas homenagens e interrogá-la acerca de seus maridos e filhos já defuntos, e o próprio vigário sabia tudo isto e ia ali sempre. Testemunhas para isto: Miguel Ribeiro e a senhora Catarina Lopes e o arcepreste e a mulher de Jorge Álvares e António Rodrigo e a mulher do mecânico André Gonçalves e André Jorge e Francisco Brás e a mulher do mecânico João Gonçalves.

19) Item como se confessasse ao mesmo certa serva de Pedro Anes Amado, governador da província, e revelando-lhe certo pecado que respeita à feiticeira, êle próprio a tentou, dizendo que queria dormir com ela, por ser bonita, e lançou-lhe a mão para fazer isso; e, porque a citada serva lho não consentiu, disse que exporia tal pecado ao visitador,

quando êle viesse; e que ela própria visse qual preferia: se consentir agora no desejo dêle, ou ser denunciada. E, porque ela o não quis consentir, acusou-a do dito pecado secreto ao irmão Luís, visitador, que pouco depois veio, o qual a condenou na pena de mil reais. Testemunhas para isto: a própria serva e o governador Eduardo Lopes e o arcepreste e António Rodrigo Francisco Brás e André Jorge e Francisco vieira.

20) Item confessando-se ao mesmo uma certa filha da Comumba (?)..., ele próprio lhe manifestou desejos de dormir com ela, por ser mulher de muito boa disposição, o que ela não quis consentir; e porque êle queria abusar, ela própria se queixou disto, e depois êle mandou-a prender, por causa do ódio que lhe tinha.

21) Item quando baptizava as crianças não querê dizer «ego te baptizo in nómine Patris et Filii et Spiritus Sancti»; e, apesar de ser a êste respeito repreendido, não o quis emendar, como aconteceu com certo filho de Cosme Diogo..., a quem baptizaram de novo, e com outros. Testemunhas para isto: o prior de S. Martinho, o tesoureiro André Jorge, Cosme Diogo..., o barbeiro Bastião Vaz e o arcepreste.

22) Item não deve ter cuidado com as almas, porque é grande jogador e por isso não ministra, como lhe cumpre, os sacramentos necessários. Testemunhas para isto: António Rodrigo, Francisco Brás, o arcepreste e Miguel Rodrigo.

23) Item, estando um tal João Diogo, marinho do Alboi, para morrer, mandou chamar o dito vigário, a fim de lhe ministrar a extrema-unção; e, porque estava a jogar em casa de Lopo Álvares, não o quis fazer, apesar de ter sido repetidas vezes chamado, até que aquêle morreu sem a referida unção. Testemunhas para isto: a mulher do referido João Diogo, André Jorge e o sacristão.

24) Item, como um sujeito de S. João estivesse moribundo, o qual na verdade veio a falecer em casa da Sr^a. Catarina, mandou chamar o referido vigário para que lhe fôsse ministrar o sacramento da confissão, o que

êle, por andar ocupado a caçar coelhos, não quis fazer. Por isso, o clérigo Diogo Dias foi-lhe ministrar a confissão, e depois disso mandou chamar de novo o mesmo vigário para que lhe desse a extrema-unção; e, porque êle estivesse ocupado no jôgo, recusou-se a fazer isso, e assim morreu o doente sem a referida unção. Testemunhas para isto: o arcepreste Diogo Dias e António Rodrigo.

25) Item, entrou em casa do Bandaglio, assim vulgarmente chamado, porque lhe prendeu a mulher sem licença do Bispo e lhe esquadrinhou a casa até que encontrou certo recibo (?), do qual constava ser o próprio Bandaglio devedor de dinheiro, e dois barretes (?), o qual recibo imediatamente rasgou. Testemunhas: o Tabelião André Afonso, Fernando de Leão Bandaglio e sua mulher.

26) Item, estando André Martins casado com certa mulher, o mencionado Vigário obrigou-o a casar com uma serva de Miguel Ribeiro, por causa dos presentes que ela lhe deu; e embora Bastião Martins, pai do dito André Martins, lhe dissesse que os não unisse em casamento, porque êle era casado, não o quis fazer, e assim por êle foram praticados grandes latrocínios e devastações, e a citada outra mulher morreu. Testemunhas: Bastião Martins, o pai de André Martins e a sua mulher.

27) Item porque estas pessoas que vêm confessadas para receberem o santo Sacramento, que depois que estão na missa, lhes não querê dar corpo de Nosso Senhor... e os faz levantar, até que de novo se confessem a êle e os obriga a dizer alguma coisa contra os seus senhores, como fêz com certa serva que foi de Manuel Diogo e com a mulher de Pedro Jorge e com Agarena de Tôres, as quais estando na igreja para receberem o Santo Sacramento, públicamente as mandou levantar, o que foi grande escândalo. Testemunhas para isto: êles próprios.

28) Item, tendo êle próprio a sua concubina na parte alta da vila junto do Corgo (?), assim vulgarmente chamado, e como tivesse chegado a mesma concubina, com quem dormira, celebrou missa no Espírito Santo; e, depois que comungou, por estar muito inco-

modado, vomitou, sem sôbre isto tomar qualquer precaução. Testemunhas para isto: o tesoureiro André Jorge e a mulher... (?)

29) Item, depois de ter dado o corpo de Nosso Senhor a certo enfermo e ter voltado à igreja, pôs o Santo Sacramento no cálice sôbre o altar, não querendo tornar a pô-lo na custódia; e, quando regressou não foi encontrado, a não ser algumas poucas partículas, a despeito do que competia fazer. Testemunhas: o arcepreste, António Rodrigo, Francisco Brás e o tesoureiro André Jorge.

30) Item, tendo tesoureiro André Jorge sessenta reais de esmolas e como o próprio vigário estivesse jogando e carecesse de dinheiro para o jôgo, apropriou-se das ditas esmolas, que imediatamente perdeu e não quis restituir ao referido André Jorge.

31) Item, na noite da Natividade do Senhor, dizendo missa um tal Salimia e estando na altura do Evangelho, veio o referido Vigário com grande fúria e tirou-lhe o cálice, tal qual como êle o tinha, e afastou-se sem o querer restituir. Pelo que foi necessário, para acabar a missa, ir buscar certo cálice pertencente à confraria da Santíssima Trindade. Testemunhas para isto: Salvador Fernandes, o tabelião João Peres, o acima dito presbítero Salinia, António Rodrigo.

32) Item, morrendo uma criança de certo Ferreira, servo de Fernando Álvares, procuraram o dito vigário em casa da mulher de Dionísio Pires, onde êle próprio estava com a amázia, para que lhe fôsse dar sepultura, o que êle não quis fazer. Testemunhas: o próprio Ferreira e sua mulher e a mulher de Lourenço Anes Canar.

33) Item, sendo-lhe apresentada certa carta de excomunhão do Bispo de Coimbra por parte da mulher de João de Ipse (?) sôbre certa contenda que Lôpo Álvares, da mesma vila, tinha, estando o mesmo vigário no púlpito a fazer prédica, viu-o de pé; e porque a dita carta falava contra Lôpo Álvares, do púlpito onde estava mandou-lhe perguntar se a publicaria ou não, o qual respondeu afirmativamente. Testemunhas: Lôpo Álvares e o doutor Paulo Luís.

34) Item manda pescar aos domingos e apropria-se dos peixes que pescam, sem os pagar pelo seu valor; e por isto o mencionado vigário consente que pesquem em dias de festa, como fêz com os filhos de Maria Peres, do palheiro, aos quais e a outros mandou pescar ao domingo, e por isso os absolveria, os quais pescaram muitos peixes, e até hoje não os quis pagar, e de igual modo fêz com Eduardo Rodrigo e Francisco Rodrigo, de Sá. Testemunhas: todos êsses.

35) Item exigiu a essa Maria Peres três mil reais, por isso que os filhos dela, ou um dêles, não podiam contrair matrimónio. Testemunhas: êles e ela.

36) Item, dando-lhe João Peres certas casas de aluguer para a sua amázia, pela renda de mil e oitocentos reais, dos quais tinha de rezar um trintário ou officio dos mortos, tomou para isso mil e duzentos reais, e até hoje não o quis dizer ou rezar. Testemunhas: João Peres e o médico Haro.

37) Item, cobrando, êle próprio lhe tirou quinhentos reais, que não quis restituir, e pelo contrário se esforça por haver aquelas que restam, dizendo ao referido João que teve licença de celebrar missa na dita igreja de S. Sebastião, se der as mencionadas esmolas. Testemunhas: o dito João Peres.

38) Item foi a casa do cristão velho João Egidio Lagemo, a quem disse que era mau cristão, porque não ia à igreja, e por isso o ia excomungar; e, porque aquêle lhe respondeu que era bom cristão e todos os domingos e dias festivos ia á igreja, pediu-lhe cem reais, para que o não publicasse, os quais êle lhe deu. Testemunhas: João Gonçalves e o tabelião João Peres.

39) Item, sabendo êle próprio que têm públicamente amázias o estalajadeiro que veio da cidade do Pôrto e além disso um ourives que também veio da mesma cidade, não os afasta dos officios divinos por causa dos bens que lhe dão e põe-nos a perder. Testemunhas: o arcepreste, António Rodrigo, Francisco Vieira, André Jorge, Francisco Brás.

40) Item, porque é de muito má vida, sendo dados ao visitador do Senhor Bispo os artigos (da acusação) e sobre eles interrogadas testemunhas, não quis deixar de jogar, nem no dia de hoje o quere fazer. Testemunhas para isto: o arcepreste, António Rodrigo, Francisco Brás, André Jorge, Diogo Lopes.

41) Item, como certa serva, chamada Isabel, abrisse de noite a porta da casa da sua concubina, querendo revelar-lhe alguma coisa, despiu-a, como se fôsse a sua própria serva e, com grande aspereza e crueldade, como com razão costuma fazer aos próprios servos, bateu-lhe desalmadamente. Testemunhas para isto: o filho Bedes; Francisco, filho de mestre Simão Peres e a própria serva.

42) Item, prendeu na igreja certa mulher de Ferrário Vicente, a qual viveu com Fernando Álvares desta vila, conduziu-a a sua casa e interrogou-a muito, e muito a exortou a jurar que eles eram judeus, a fim de salvar a sua alma; e porque ela não lhe quis fazer a vontade, injuriou-a muito, dando-lhe o nome de meretriz e muitos outros desonestos. Testemunhas: a dita mulher e Francisco Vieira.

43) Item, mandou prender na vila o jovem adão e depois com certo notário apostólico fazia-se passar por inquisidor e interrogava pelos crimes ou culpas daquêle e instantemente obrigava as pessoas a jurar contra o mesmo, as quais também com as maiores excomunhões por êsse factio obrigava, e ralhava com as mesmas, por não jurarem falso contra o mesmo. Testemunhas para isto: Pedro Tomás e sua mulher Isabel dias, e o clérigo Salinia que era o escrivão.

44) Item, sabendo que a serva do governador Pedro Anes amado jurara contra êle próprio sôbre o supradito artigo (de acusação), que fala nêle, temendo aquêle mau e grande pecado, que contra êste cometera, socorre-se de Lôpo Álvares para que lhe valesse e fizesse que a mesma serva não jurasse contra êle; o qual Lôpo Álvares mandou chamar no dia de S. João esta mulher e a mãe dela, dizendo-lhe com muita instância que não culpassem o

vigário; e, ao fazerem a inquirição, êle próprio afastara a dita mulher, para que ela não pudesse depor. Testemunhas: Lôpo Álvares e a própria mulher, e o governador e sua mulher e a mãe da mulher e da ama do governador e Álvaro Doquintes e o mestre Dr. Gregório.

45) Item, como contra outra Isabel Caldeira, por causa de rendas da sua capela que lhe não haviam sido pagas, publicasse uma carta de excomunhão, um tal Ferreira deu ao mesmo vigário duzentos reais, para que êle os entregasse à dita Isabel ou ao seu procurador Fernando, os quais êle nunca quis entregar. Testemunhas: Fernando de Leão.

46) Item, roubou da casa do mestre Luís dois livros de Física, do valor de dez ducados. Testemunhas: o juiz Pedro Dermaro, o tabelião Manuel Dias e o físico Flávio.

47) Item, o mesmo vigário induziu Pedro Anes Mendes (?) de Alcântara, sendo habitante do lugar de Alboi, a ir a Coimbra jurar falso contra certo cristão novo, que ali foi, e êle não quis jurar, e êle disse-o ao nobre Álvaro de Sousa que logo no dia seguinte disse disse aquilo ao vigário no cemitério da igreja, estando presente o tabelião Fernando Diogo.

A FUNÇÃO DIRECÇÃO NUM MUNDO EM MUDANÇA¹

No último meio século, toda a actividade humana sofreu enormes modificações. Houve, a nível científico, produtivo, social e político, uma variação muito rápida de todos os parâmetros dando a sensação de que, pela primeira vez na história, havia como que uma *aceleração do tempo*. O número de inovações e aplicações tecnológicas por geração é um bom indicador para se avaliar esse fenómeno. Ele tem tido um crescimento hiper-exponencial. Também o tempo médio entre cada uma das descobertas científicas e as suas aplicações tecnológicas se tem vindo a reduzir enormemente. Séculos atrás uma descoberta científica permanecia sem aplicação prática durante dezenas ou centenas de anos. Na actualidade é muito curto o período que medeia entre uma descoberta científica e a sua utilização, em parte pela investigação, tanto a aplicada como a pura, ser muito mais orientada para determinados sectores específicos, em parte pela dinâmica global da economia e das acções de sinergia entre os vários ramos do conhecimento humano.

Deu-se uma série de efeitos conjugados que levaram a rápidas alterações da forma e hábitos de vida. É um estudo muito curioso e pouco conhecido o da análise comparativa das condições e hábitos de vida das pessoas ao longo dos séculos e mesmo as diferenças surgidas nos últimos cinquenta anos². Vários vectores importantes de modificação das condições e hábitos de vida, e de visão do mundo envolvente, marcam de modo notável as diversas sociedades que se distribuem em várias zonas do planeta Terra³. Entre eles, como mais significativos: a miniaturização dos equipamentos⁴, e o seu rendimento⁵, a nova velocidade média de transporte⁶, a nova velocidade de transmissão da informação⁷ e o alargamento da difusão da informação⁸.

¹ Texto introdutório ao Curso de Turismo, programa de formação à distância, com suportes de correio electrónico e *multimedia*, patrocinado pela Região de Turismo «Rota da Luz».

² A história da alimentação, da habitação, dos hábitos de higiene, da moda, dos transportes, dos cuidados médicos, da educação, da ocupação dos tempos de lazer, dos costumes, da ética e da moral, da informação, etc., etc., são aspectos muito pouco conhecidos da maioria das pessoas que nem se apercebem de que as condições de vida nem sempre foram iguais ao longo dos tempos...

³ Modificações que se davam de maneiras diferentes, dado o isolamento das sociedades, mas que tende agora para a igualização. Os *fundamentalismos* e os *neonacionalismos* vão buscar parte da sua força à reacção de muitos à massificação controlada, gerida através da comunicação social.

⁴ Em termos de produção de energia a primeira máquina de Watt fornecia 100 CV ocupando um espaço da ordem dos 80m³, com 4m de altura, enquanto que nos dias de hoje um motor eléctrico, ou de combustão interna, com a mesma potência ocupa um volume inferior a 0,5m³. A nível dos equipamentos informáticos os actuais computadores portáteis têm maiores capacidades e velocidades de operação do que os gigantescos computadores iniciais de válvulas electrónicas, o mesmo se passando com os equipamentos de telecomunicações que beneficiaram da passagem das válvulas electrónicas para os componentes do estado sólido e nestes dos vulgares transistores para os miniaturais circuitos integrados.

⁵ No séc. XVIII, a máquina de Savery necessitava de 80kg de carvão para produzir 1CV/h, enquanto que uma moderna turbina realiza o mesmo trabalho com menos de 0,4kg.

⁶ Se, no final do século XIX, Júlio Verne escrevia livros de ficção e aventuras, onde *A volta ao Mundo em 80 dias* era um feito quase impossível de realizar, hoje não há problemas em dar a volta ao mundo, não em 80 dias mas em 80 horas, e alguns satélites artificiais da Terra tem períodos de rotação da ordem dos 100 minutos... A

A evolução mais ou menos lenta⁹ das sociedades europeias desde o século X até ao século XX, e da norte-americana nos séculos XIX e XX¹⁰, permitiu definir critérios, conceitos e teorias de natureza macroeconómica que, baseados em modelos representativos, permitiram definir as regras de gestão, tanto de grandes como de pequenas empresas, aplicadas dentro de princípios mais alargados de conceitos políticos e sociais, também estes fruto das diferentes análises extraídas das várias resoluções dialécticas dos contrários em cada estágio do meio económico social envolvente¹¹. O que se torna mais evidente no mundo de hoje é a dificuldade de acerto na escolha da regra ou da norma adequada a determinada sociedade, estado, região ou empresa¹². Quase que se poderia dizer, em extremo, que não há hoje modelos previsionais com credibilidade e que quem acerta sempre é o historiador e não o economista prospectivo... porque aquele joga com realidades passadas e este com cenários futuros¹³! Tal posição poderia levar à confusão¹⁴, ao desânimo e ao abandono de regras ele-

escala de velocidades mudou: desde os 3km/h a pé, os 10km/h a cavalo, os 15km/h dos primeiros comboios, os 20km/h dos primeiros automóveis, passou-se a valores de 500km/h para os comboios de grande velocidade, de 1.000km/h para a velocidade de cruzeiro de aviões comerciais e 3.000km/h de aviões militares e a, nível astronáutico, a velocidade mínima para um foguetão se libertar da atracção terrestre e dirigir-se para qualquer outro ponto do sistema solar é superior aos 11km/segundo, ou sejam cerca de 40.000km/h!

⁷ As deslocações feitas a pé, a cavalo, em carro de bois ou de cavalos, em barco à vela condicionavam a transmissão da informação. Alguns sistemas elementares foram instalados para superar a velocidade de transmissão por estafetas, a pé ou a cavalo, através de sinais visuais: fumo, lumes, espelhos, bandeiras, telégrafo mecânico de braços, etc., mas só as aplicações dos fenómenos eléctricos e electromagnéticos vieram, a partir dos fins do século XIX e começos do século XX, permitir as comunicações eléctricas e electromagnéticas por fio e, depois, sem fio, de mensagens faladas ou escritas. A velocidade efectiva de transmissão de dados era muito lenta e, normalmente, a transmissão fazia-se de ponto emissor a ponto receptor, sendo depois veiculada à comunidade por comunicação oral ou escrita. Nos dias de hoje, a transmissão de informação é praticamente instantânea (a velocidades próximas da velocidade da luz, 300.000km/s no vazio, que é considerada a *velocidade limite* no nosso Universo) e é amplamente difundida, chegando directamente aos milhões de receptores, através de sistemas integrados ponto a ponto (estação terrestre-satélite-estação terrestre) e ponto a conjunto alargado de receptores (estação terrestre-satélite-receptores individuais providos de antenas parabólicas).

⁸ O que levou Marshall McLuhan a definir o mundo dos finais do século XX como de *aldeia global*. Passou-se lentamente, ao longo de mais de 1.000 anos, dum mundo feito de sociedades mais ou menos independentes e isoladas, para um mundo em que tudo influi em tudo e dum modo quase imediato, o que se estabeleceu nos últimos 30 anos.

⁹ *Lenta*, segundo o nosso referencial actual, quando a olhamos a partir dos dias de hoje...

¹⁰ Ainda que com uma dinâmica própria de verdadeiro *novo mundo*. A história, anterior ao último quartel do século XVIII, da parte norte do continente americano pouco interessa para a história económica. O que não acontece com a história da zona sul onde a actividade económica tem, desde os meados do século XVI, aspectos muito importantes a registar.

¹¹ Não há filosofias políticas desinseridas do seu contexto e mesmo as chamadas *utopias* partem de dados reais adquiridos.

¹² Só para falar em Portugal e nos últimos 30 anos as grandes opções económicas foram fracassando por serem implantadas tão lentamente que quando chegavam próximo da realização, a realidade era já outra. Veja-se o polo de desenvolvimento de Sines que foi um *acto falhado* dum política desenvolvimentista que se confrontou, durante a sua aplicação, com as 1ª e 2ª crises mundiais do petróleo; veja-se, nos dias de hoje, o *confronto* entre a teoria das novas tecnologias como *motor* do desenvolvimento da economia portuguesa e o "Relatório Porter" sobre o mesmo futuro. O mesmo se pode dizer sobre os modelos de desenvolvimento turístico que conduziram o Algarve a situação que, no mínimo, classificamos como crítica.

¹³ Na década de 1960 estiveram muito em voga os especialistas de *prospectiva* (vulgo, futurologia), como Herman Kahn, Alvin Toffler, etc.. Mas se relemos a maior parte dos trabalhos vemos que em muitos sectores

mentares de gestão caindo num total caos económico. Poder-se-ia tender para a situação em que se veria a empresa frente à envolvente económica como que um barco sem leme e sem instrumentos nem equipamentos de ajudas à navegação, em plena tempestade com mar de vagas alterosas, desfeitas e desencontradas. Mas a realidade, de facto, é outra: é perfeitamente possível, e necessário, definir estratégias e táticas¹⁵ para cada situação e sem elas o insucesso é quase certo e a probabilidade de acerto é mínima, o que não é, manifestamente, prática correcta de gestão. A diferença está no princípio de raciocínio a usar¹⁶ para identificar cada caso e estabelecer a gestão adequada, partindo do reconhecimento de que a característica fundamental a reter do meio envolvente de hoje é a *mudança*. Há sociedades em que há que saber gerir com procedimentos locais e conjunturais muito específicos, como é o caso das economias com grande taxa de inflação¹⁷, ou, ao contrário, em momentos de economia deflacionada¹⁸. Na presente fase da história, em todas as economias mundiais, há que viver condicionados, como sempre, e atentos, como nova e exigível forma comportamental, à *mudança*. Todos os parâmetros da actividade económica estão em mutação muito rápida, as necessidades do mercado são diferentes de dia para dia, as respostas têm que ser diferentes.

As empresas industriais, comerciais ou de serviços, sobretudo as de pequena dimensão, foram, durante anos e anos, geridas sob um conceito isolacionista. Cada empresa era olhada e gerida como uma unidade independente em que tudo se passava no interior da empresa e que a ligação com o exterior se restringia apenas à relação comercial com o fornecedor e com o cliente. A empresa era identificada como um corpo vivo em que, sob o ponto de vista *anatômico*, cada *função*¹⁹, corporizada num órgão, era perfeitamente estanque e era sobre o bom ou mau funcionamento de cada que se baseava fundamentalmente o controlo de gestão. Se algo funcionava mal era preciso localizar a parte em disfunção e actuar sobre ela²⁰, ficando a preocupação de gestão quase só reduzida a intervenções deste tipo ou, quando muito, a actuações localizadas no *interface* das diversas funções.

No mundo de hoje, em mudança rápida, a análise sistémica é o procedimento mais adequado. Cada empresa entende-se como parte não dissociável do conjunto de todas as outras empresas e do conjunto sócio-económico envolvente. Pode-se dizer que se é possível

(informática, telecomunicações, biogenética, etc.) a realidade ultrapassou as previsões. E a nível de modificações políticas então o não previsível aconteceu!

¹⁴ Aqui gostaríamos de recordar a enorme variedade de livros sobre as mais diversas práticas *seguras* de bem gerir, uns por vezes contraditórios doutros, quase todos com regras apresentadas como infalíveis sem o cuidado de relacionar a teoria apresentada à realidade envolvente do gestor (é o caso dos livros sobre a gestão de sucesso, nos últimos 20 anos, da economia japonesa, agora já posta em causa...). Como os livros de dietas que foram quase sempre um sucesso não para a maioria dos leitores mas para os respectivos autores!

¹⁵ Ou sejam *acções a longo prazo* e *acções a curto prazo*.

¹⁶ Mudando o esquema mental do *princípio causa-efeito* e do puro *método analítico* como únicos processos de aproximação ao problema.

¹⁷ Como é o caso do Brasil onde há que buscar uma moeda referencial exterior mais estável (no caso, como em toda a América Latina, o USD: dólar norte-americano) e onde há que negociar e transaccionar sob regras financeiras bem específicas.

¹⁸ Fases em que os *stocks* exagerados de matérias primas, componentes, ou semifabricados geram enormes prejuízos por irem incorporar produtos finais cujos preços estão em baixa.

¹⁹ Aqui, no caso das empresas, normalmente identificadas com a actividade das *secções* ou *departamentos*...

²⁰ Eventualmente por *técnica cirúrgica* que, mesmo na medicina, é cada vez menos usada, dado o seu carácter traumatizante; apenas como o último recurso onde as novas tecnologias ainda não podem ser aplicadas.

delimitar física e juridicamente uma empresa relativamente às restantes²¹, não é possível fazê-lo em termos de globalidade económica. A dependência e a interligação funcional são profundas²². As razões de determinadas ocorrências dentro duma empresa devem ser procuradas não só dentro dela mas também no meio exterior envolvente e no seu inter-relacionamento. Esta situação obriga a que cada gestor tenha, cada vez mais, necessidade de estar bem informado sobre o que se passa na sua empresa e no seu mundo envolvente, a fim de compreender e enfrentar as mudanças que vão ocorrendo²³. Aliás, sob uma perspectiva em sentido contrário, da mesma maneira que um gestor duma empresa (unidade microeconómica) deve ter uma perspectiva macroeconómica do mundo envolvente, ainda que genérica, é fundamental, também, que os responsáveis políticos pelas economias dos estados tenham a plena consciência de que a macroeconomia é a resultante objectiva das partes e actuem em conformidade com o objectivo do equilíbrio do conjunto económico²⁴.

A empresa, por pequena que seja em dimensão²⁵, tem que ser gerida por quem possa, relativamente a ela, estabelecer um *plano estratégico* e um *plano tático*, o que é convencional. O que é inovador, nos dias de hoje, é a necessidade do planeamento estratégico ser extremamente flexível a fim de poder corresponder a todas as cambiantes do espaço envolvente.

As empresas antigamente eram geridas através de planos previsionais anuais que pouco mudavam relativamente aos anteriores²⁶ pelo menos a nível dos objectivos qualitativos. E poucos parâmetros se alteravam. As matérias primas e os seus mercados fornecedores variavam pouco²⁷, a estrutura e os processos de fabrico evoluíam lentamente²⁸, a subcontratação era reduzida já que a maioria das unidades produtoras eram autónomas e tinham um plano integrado de produção, a procura dos mercados era, se não estável, pelo menos bem tipificada, a concorrência moderada, a vida útil de cada modelo de produto era muito grande o que trazia enormes vantagens aos produtores em termos de retorno de investimentos, a qualidade era uma exigência só para um grupo restrito de produtos²⁹, as relações com o factor de produção

²¹ Sejam do mesmo sector de actividade ou não, estejam no circuito económico a montante (fornecedores), a jusante (clientes) ou lateralmente (concorrentes ou não).

²² A *macroeconomia* como o somatório das *microeconomias*.

²³ Os americanos dizem: *a leader is a reader*, o que poderíamos aplicar ao caso dizendo que *um gestor tem que ser um leitor...*

²⁴ E muitas vezes tem-lhes faltado esse conhecimento ou essa perspectiva... É notório que nalguns países, e Portugal é exemplo paradigmático, se tem feito o recrutamento sistemático de ministros do sector económico ou financeiro nas instituições de ensino universitário ou nos gabinetes de estudos estratégicos da banca central ou de bancos comerciais, onde não abunda uma experiência vivida no terreno, quer dizer, ao nível das *microeconomias*.

²⁵ E a dimensão nada tem que ver com a sua implantação no mercado, nem com os meios libertos, nem com a sua rentabilidade ou com a sua autonomia.

²⁶ Mesmo a nível dos estados, os planos plurianuais não são mais do que *factos históricos*.

²⁷ O processo começou a modificar-se há cerca de 30 anos com a inovação tecnológica e o aparecimento de novos produtos e com a enorme modificação e incremento do comércio internacional potenciado pelas inovações ocorridas nos transportes de mercadorias.

²⁸ Inequivocamente deu-se, a nível da produção, uma modificação dramática com a automatização, computarização e robotização dos processos industriais. Vive-se nos primórdios do período chamado de *4ª revolução industrial*.

²⁹ A redacção e aplicação a produtos e serviços, cada vez mais alargada, de *normas de qualidade* e o aparecimento e crescente força política das *associações de defesa do consumidor* foram factores decisivos de *mudança*.

mão de obra eram relativamente simples³⁰, os custos financeiros eram estáveis e as elevadas taxas de inflação eram fenómenos não generalizados e não sistemáticos.

No *sector terciário*³¹ da *actividade económica*, o sector das actividades e serviços turísticos é aquele onde a *mudança* tem exercido maior influência. As modificações estruturais³² são enormes e vão-se, dinamicamente, operando e as modificações conjunturais³³ são bem conhecidas *a posteriori*, já que surgem com carácter, na maior parte das vezes, intempestivo. As empresas do sector turístico ou afim, mais do que quaisquer outras, têm que se organizar e operar sob o condicionamento da *mudança*, sujeitas a eventuais modificações muito rápidas de procura³⁴ e concorrência, condicionadas por modificações de fundo de carácter político, social e económico³⁵ e a hábitos e comportamentos das populações muitas vezes gerados ou, pelo menos, catalisados pelos *fazedores de opinião pública*³⁶.

As *regras fundamentais de gestão* são, na generalidade, iguais para todos os sectores da actividade económica, havendo apenas aspectos específicos a considerar para cada caso sectorial e, logicamente, para cada caso³⁷.

Cada responsável pela gestão duma empresa terá que:

³⁰ As relações entre os factores *mão de obra* e *capital* centravam-se praticamente no *factor remuneratório* o que tornava as relações entre empregadores e empregados (e suas estruturas representativas: associações laborais e sindicatos) muito mais fáceis de gerir, mesmo em caso, frequente, de conflito. Hoje novos aspectos de ordem social, económica e política são importantes, nomeadamente a necessidade de uma formação profissional contínua.

³¹ O *sector primário* engloba toda a actividade agrícola, o *sector secundário* a actividade industrial de extracção mineira e petrolífera e as actividades industriais transformadoras, o *sector terciário* as multifacéticas actividades, cada vez mais importantes, dos serviços e o *sector quaternário* as actividades de investigação e pesquisa fundamental ou aplicada.

³² O mercado do turismo fragmentou-se, em poucos anos, numa diversificada e complexa série de sectores e sub-sectores de mercado, tanto a nível da especialização, como da dimensão ou da sazonalidade. As diferentes modas de fazer férias na serra, no campo, nas estâncias termais, nas praias, no mar, em local fixo ou em excursão ou cruzeiro marítimo ou fluvial, etc., têm marcado a evolução de gerações de sociedades, restritivamente a partir dos finais do século XIX, bem marcadamente na segunda metade do século XX.

³³ Alguns dos casos mais recentes que introduziram modificações sensíveis e mais ou menos prolongadas nos fluxos turísticos: os níveis supranormais de radiação atómica na atmosfera e nos alimentos após o acidente na *Central Nuclear de Chernobil*, na então URSS, a *Guerra do Golfo*, paralisando os fluxos turísticos para a zona do Médio Oriente e Leste do Mediterrâneo durante um período de tempo bem mais alargado do que ela própria, a actividade do *Sendero Luminoso* que praticamente extinguiu o turismo nas zonas peruanas dos Andes, os atentados terroristas dos *fundamentalistas islâmicos* em países como o Egipto, a insegurança gerada pela pobreza dos habitantes das *favelas* do Rio de Janeiro, etc..

³⁴ Função temporal quase imediata do estado da economia global. As *alternativas distantes* são como que função directa duma economia estável e expansionista. O que quer dizer que num período de economia deprimida ou em recessão as *alternativas próximas* podem, e devem, ser exploradas e promovidas...

³⁵ No século XX, as férias e as actividades de lazer foram, na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, até cerca dos anos 50, um privilégio de poucos; o turismo de massas só teve peso a partir dos anos 70; a grande expansão e diversificação dos destinos turísticos, a nível mundial, só se verificou na década de 80.

³⁶ Os *opinion makers* que, com razão ou sem ela, muitas vezes são capazes de controlar, alterar e manipular os comportamentos das massas. Eles surgem sob diversas formas através de diversos canais de comunicação. Citem-se, a nível mundial, alguns comentaristas da imprensa diária ou semanal, apresentadores ou colaboradores regulares de programas de rádio ou de *talk-shows* televisivos, etc..

³⁷ Glosando o título dum livro brasileiro sobre a economia desse país: *A teoria na prática é outra*. Querendo nós transmitir que cada conceito ou regra prática deve ser avaliada e analisada bem antes de ser aplicada.

- Definir o seu plano estratégico de desenvolvimento,
- quer dizer, ter a consciência de que produto ou serviço pode ter capacidade de oferecer competitivamente ao mercado e qual o seu *mercado de referência*³⁸,
- Identificar e controlar os factores de produção que necessita possuir³⁹,
- elaborar a sua planificação de curto prazo
- a partir da qual estabelece qual vai ser a sua actividade num *horizonte* temporal reduzido;
- estabelecer e controlar o seu plano de gestão,
- dando tanta importância ao seu estabelecimento como ao seu *controlo*⁴⁰ que terá que ser dinâmico e interactivo.

Ou doutra maneira, como vulgarmente se diz, um gestor terá que, relativamente à sua empresa:

Quadro I

Saber o que fazer e para quem fazer⁴¹

Com que meios fazer

Com quem fazer

Como fazer

Quando fazer

Até quando fazer⁴²

O objectivo deverá ser sempre a satisfação plena das necessidades do consumidor, o que será uma condição elementar para o sucesso e a rentabilidade empresarial. A avaliação e consequências da satisfação ou da insatisfação dum cliente relativamente a um produto ou a um serviço é, no sector turístico, de muito mais rápida e efectiva resposta. No sector turístico uma empresa pode estar qualificada ou desqualificada no conceito do mercado muito mais rapidamente do que em qualquer outro sector⁴³.

³⁸ Entendendo-se como *mercado de referência* o sector ou *segmento de mercado* relativamente ao qual a empresa tem que escolher e controlar a sua posição relativa à concorrência directa ou indirecta. É nele que a empresa tem que se defender estrategicamente.

³⁹ Directamente ou por *subcontratação*, que é, por vezes, o modo mais rentável, e de menor risco, de usar e controlar os factores de produção.

⁴⁰ *Controlo* no sentido anglo-saxónico do termo, quer dizer, identificação dos parâmetros de evolução empresarial, sua avaliação (medição) sistemática e actuação correctiva sobre eles sempre que necessário.

⁴¹ Que produtos ou serviços o seu mercado procura e para os quais não há oferta ou existe mas é deficiente ou insuficiente.

⁴² Este aspecto do *até quando fazer* é muito importante já que envolve decisões de modificação estratégica pouco habituais e aceites na maioria das mentalidades do nosso país. É uma opção que no mercado americano se toma muito mais facilmente do que no nosso.

⁴³ E uma boa *imagem* adquirida pode ser destruída muito facilmente, não acontecendo o mesmo quando se tenta passar do mau, ou medíocre, para o bom. Por isso é que, muitas vezes, mesmo o anúncio *nova gerência* não resulta como se esperava...

Um gestor deve conduzir a sua empresa tendo sempre em atenção a sua própria evolução e a evolução do meio ambiente⁴⁴. Um produto, ou um serviço, pode muito rapidamente deixar de corresponder às necessidades do mercado e cair em total desuso e tornar-se, por isso, perfeitamente obsoleto⁴⁵. Mas, ao contrário, um produto desaparecido do mercado há muito, pode, sob a mesma forma ou sob uma forma actualizada ou diferente, reaparecer⁴⁶ para o mesmo fim ou para outro muito distinto.

Quadro II

Conhecer os factos
de modo a prever a evolução externa e a diagnosticar os problemas internos;
Definir os objectivos
tanto os estratégicos, como os de produto e mercado, como os operacionais;
Seleccionar e coordenar os meios
sejam os técnicos (equipamentos e matérias-primas), sejam os humanos ou os financeiros;
Organizar a estrutura
definir as funções de cada um ⁴⁷ e as suas <i>correlações e responsabilidades para se conseguir uma estrutura operante e participada</i> ⁴⁸
Motivar os homens
baseando-se muito nos procedimentos da <i>informação e da formação e no reconhecimento</i> ;
Controlar a actividade
medindo e corrigindo, se necessário, a todos os níveis.

Os manuais de gestão empresarial, de há cerca de 30 anos atrás, descreviam pormenorizadamente técnicas de gestão onde a preocupação sobre o fenómeno *mudança* quase não era

⁴⁴ Como um piloto aos comandos dum avião ou de um navio: controla, por diversos meios, o comportamento da sua nave e o seu rumo em relação ao rumo pré-determinado, sempre atento às modificações a curto ou médio prazo das condições envolventes climáticas ou da situação operacional do local de destino.

⁴⁵ Integrado no *ciclo de vida dos produtos*, que, como os seres vivos, nascem, crescem, envelhecem e morrem... Havendo alguns, como se verá, que *ressuscitam*...

⁴⁶ A indústria eléctrica, em fins do século XIX, recuperou o cobre para fazer condutores, as práticas desportivas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, recuperaram os barcos à vela, as actividades turísticas estão relançando as estâncias termais como alternativa às praias e ao mar de onde muitos já fogem pelos anunciados malefícios dos raios solares não filtrados pela até aqui normal camada de ozono, o pão de centeio, e doutros cereais que não o trigo, começa de novo a ser procurado, depois de anos de subalternização relativamente ao pão de farinha branca de trigo, os antigos brinquedos de madeira ressurgem numa época de revivalismo, etc., etc...

⁴⁷ Estabelecer o chamado *organigrama* da empresa mas sem que ele possa *cristalizar* a estrutura empresarial, tendo sempre em consideração que as estruturas devem ser dinâmicas e que um organigrama não é mais do que a representação esquemática da estrutura operacional que *em determinado momento* serve a uma empresa.

⁴⁸ O célebre método da *gestão participativa por objectivos*.

perceptível⁴⁹. Nos últimos anos deu-se uma explosão de técnicas e subsequentes publicações sobre a matéria das quais há que reter os conceitos teóricos genéricos e decidir por si mesmo, no terreno⁵⁰. De facto não podemos considerar ainda a gestão como uma ciência⁵¹ mas tão somente como um conjunto bem inter-relacionado de conhecimentos e metodologias, havendo que saber adequar cada proposta teórica à realidade prática e específica do caso⁵². A grande dificuldade, no momento presente, de muitos gestores, economistas e até políticos, é a de se habituarem ao *factor mudança* que os obriga a definirem estratégias muito fluidas, para as quais não estavam preparados, nem habituados, sob pena de estarem sempre a refazer o trabalho... Curiosamente têm surgido muitos livros sobre a aplicação da estratégia militar ao mundo dos negócios, recuperando e adaptando conceitos⁵³.

Na gestão global, de qualquer modo, há regras gerais que aqui apenas serão enunciadas⁵⁴. Um gestor deverá saber orientar-se a partir do conjunto de conhecimentos atrás referido, que se podem esquematizar também conforme o quadro II.

De facto, uma gestão eficaz tem que pressupor o conhecimento profundo de todas as variáveis do processo económico e do domínio dos procedimentos e acções para o seu controlo.

Um processo mais ou menos simples de análise, frequentemente utilizado tanto em grandes como em pequenas empresas, parte do reconhecimento dos pontos fortes e dos pontos fracos da empresa⁵⁵. Tal análise deve ser feita dum modo dinâmico e regular, ainda que nas pequenas empresas tenha, eventualmente, que ser feita dum modo necessariamente informal.

Cada gestor deve saber identificar bem o que diferencia a sua empresa relativamente às empresas concorrentes⁵⁶, conhecendo-as bem, para poder reforçar os seus *pontos fortes* e atenuar os *pontos fracos*, aproveitando todas as *oportunidades* que surjam à empresa no sentido da sua consolidação e evitando todos os *constrangimentos* que se verifiquem e ponham entaves ou dificuldades ao bom funcionamento. A escolha dos objectivos empresariais deve ter em conta a perspectiva anterior. Conduz quase sempre ao fracasso o pretender-se

⁴⁹ Um exemplo típico são as obras dum dos melhores especialistas europeus de gestão empresarial: Octave Gelinier. No seu famoso livro *Fonctions et Taches de Direction Générale* (Paris, 1963) não introduz especificamente o conceito da *mudança* como já o faz noutro seu livro *Nouvelle Direction de l'Entreprise* (Paris, 1979) onde já é notória essa preocupação. Livros, tanto um como outro, considerados já dois clássicos... E, do mesmo modo, se se lerem os livros de Peter Drucker, outro clássico, ver-se-á a introdução, ao longo dos anos, deste conceito de *mudança*.

⁵⁰ Quantas batalhas foram perdidas pelo *excesso de teorização e falta de avaliação concreta da situação* pela parte dos *estados maiores* à retaguarda?

⁵¹ Com o que ela encerra de *métrico, positivo e experimental*.

⁵² E o *método dos casos* é uma excelente via de pedagogia aplicada que está divulgada por todos os manuais de ensino de gestão. Só há que ter o cuidado em escolher casos adequados ao meio envolvente dos alunos.

⁵³ Em que Von Clausewitz continua a ser o teórico de base.

⁵⁴ É muita vasta a bibliografia sobre o tema e, todos os anos, dezenas de novos títulos são publicados e traduzidos em todo o mundo.

⁵⁵ Vários modelos e suas variantes existem para a realização desta análise. Um deles é conhecido por *swot approach* (*strengths, weakness, opportunities and threats approach* = análise dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e dos constrangimentos).

⁵⁶ O procedimento de gestão por mero *seguidismo*, ou por *mimetismo*, relativamente a um concorrente forte, ou próximo, não é prática que se aconselhe, pois, normalmente, a estratégia, os recursos e a estrutura de cada empresa são diferentes. Mas é uma antiga prática infelizmente ainda muito usada: um misto de *ancestralidade*, como a concentração *corporativa* do período medieval de actividades do mesmo ramo localizadas na mesma área ou rua, e de *técnica de concorrência*, a mais directa e elementar possível...

lançar um produto, ou um serviço, sem que exista procura⁵⁷ ou condições operacionais para tal lançamento. Os riscos inerentes a investimentos não previamente avaliados não são nunca de correr sobretudo numa economia em depressão e instável como a presente.

Os nichos de mercado, a especialização, os produtos ou serviços personalizados podem ser uma opção estratégica frente a uma concorrência com grandes estruturas e produtos de massa ou produtos indiferenciados⁵⁸. Em muitos casos as empresas devem basear a sua estratégia não na *semelhança* mas na *diferença*. A fluidez do mercado turístico, em períodos económica e politicamente instáveis, aconselham à escolha de objectivos de curto prazo ou de médio prazo mas que sejam facilmente adaptáveis à *mudança*⁵⁹, a um cenário diferente que possa surgir inesperadamente.

Os meios afectos à empresa devem ser os menores e os mais especializados possíveis a fim de reduzir custos de funcionamento, sem perda de qualidade, e de facilitar eventuais reconversões⁶⁰. Com a utilização de alguns dos meios que a *burótica* e a *telemática*⁶¹ colocam, cada vez mais, à disposição dos gestores⁶² para lhes reduzir trabalho, custos e *tempo de reacção*.

A estrutura organizacional deve igualmente ser bem adequada à dimensão da empresa e à sua especialização, sob uma direcção actuante e participativa.

A problemática da gestão dos recursos humanos é complexa e exige muito de saber e de *bom senso*. Mas qualquer estrutura humana, grande ou reduzida, dificilmente é gerida se os seus componentes não estiverem constantemente bem informados e relativamente a eles não for feito um esforço de formação profissional continuada⁶³. E haverá sempre que considerar

⁵⁷ Ou processo de a criar, o que em muitos casos é possível e é objecto de regras e procedimentos bem estudados na área do *marketing* relacionado com a *promoção*...

⁵⁸ No sector das actividades turísticas, frente a um excesso de oferta de serviços de massificados e indiferenciados, o lançamento dum produto ou dum serviço especializado, ou personalizado, pode ser uma boa opção. Vão-se explorar nichos de mercado onde a concorrência é reduzida e onde as pequenas empresas não encontram grandes constrangimentos. Como o mesmo se passa a nível do pequeno comércio frente às grandes superfícies de distribuição.

⁵⁹ Tendo como objectivo a satisfação das enormes e concentradas necessidades de alojamento em Sevilha, por ocasião da Exposição Universal de 1992, foram realizados elevadíssimos investimentos em infra-estruturas, alguns dos quais preparados, desde o começo, para a reconversão, outros em fase de paralisação total mesmo antes do retorno do investimento...

⁶⁰ A alternativa ao investimento pode ser o *leasing* ou a subcontratação, ainda que esta exija um controlo de qualidade muito bem estabelecido.

⁶¹ Neologismos que significam a aplicação generalizada da informática às tarefas administrativas e às telecomunicações.

⁶² Havendo que fazer um esforço para, sobretudo nas pessoas com mais de 40 anos, *vencer o medo ao desconhecido informático*. É importante que todos passem a trabalhar com computadores, sob um ponto de vista de mero utilizador, já que não se passarão muitos anos sem que a incapacidade de uso das formas diversas de computadores tornará a pessoas perfeitamente inábeis, como se de analfabetos se tratasse. A inovação, como já se escreveu, é enorme e constantemente surgem novos produtos para ocupar o lugar de outros. Veja-se, como exemplo, a *cadência de introdução de novos produtos* na cadeia sequencial: correio convencional telegramas telex telefax correio electrónico.

⁶³ Tentando criar, o mais cedo possível, em cada um o gosto pelo aprender e compreender para solucionar, mais tarde, problemas.

que um dos factores de produção mais complexos e de optimização mais difícil são os recursos humanos sobretudo no sector das actividades turísticas⁶⁴.

A formação profissional é um investimento estratégico de capital importância nos dias de hoje. Sociedade que não faça um esforço sério na área da formação profissional, e a todos os níveis, ver-se-á muito rapidamente relegada para uma posição de subalternidade, por muitos recursos físicos e humanos que possua⁶⁵. E os gestores das empresas devem capacitar-se de que a formação profissional deve ser realizada dum modo sistémico, quer dizer, a todos os níveis e numa forma tão continuada quanto possível.

Os elementos duma equipa, inserida numa pequena ou numa grande estrutura, têm que se sentir motivados para nela participarem e por ela darem o seu melhor. Não basta uma remuneração adequada, é preciso antes do mais a existência dum ambiente de trabalho onde a pessoa se sinta integrada e motivada⁶⁶.

E toda a actividade desta estrutura precisa ser *controlada*, quer dizer, analisados, medidos e corrigidos, com carácter regular e sistemático⁶⁷, os seus dados representativos. Vários sistemas de controlo podem e devem ser instalados, do qual o mais elementar é um bom e atempado serviço de contabilidade. Empresas já com alguma dimensão e correspondente valor de facturação devem ter uma contabilidade analítica que, normalmente, fornece excelentes indicadores⁶⁸. Outros indicadores, numéricos ou não, relativos aos diferentes sectores de actividade da empresa devem ser regularmente analisados, como quem controla um quadro de comando e controlo ou um painel de instrumentos duma viatura⁶⁹. E alguns desses indicadores devem ser comparados com os indicadores médios do sector e da concorrência específica e directa⁷⁰.

Regressando à *interface* entre a empresa e o meio envolvente, vejamos onde é mais crítica a problemática da mudança. Por razões metodológicas, podemos salientar do *mundo envolvente* os seguintes sectores mais importantes:

⁶⁴ E quantos erros se cometem nesta área, como, por exemplo, na contratação temporária de pessoal mais do que impreparado em períodos chamados de *época alta*! Com a conseqüente falta de qualidade no serviço prestado...

⁶⁵ E Portugal tem que fazer um enorme esforço nessa área, tanto a nível do sector público como do sector privado. Muito se tem feito, mas também muito se tem perdido, desde 1986, por falta de definições claras e objectivos precisos.

⁶⁶ Não há remuneração que substitua e compense, durante muito tempo, um ambiente de trabalho desmotivante...

⁶⁷ Os processos para o fazer serão, como os outros aspectos atrás referidos, analisados na especialidade em textos posteriores.

⁶⁸ Uma contabilidade analítica é muito importante desde que seja bem feita e que seja atempada. Conheceu-se uma contabilidade de custos que dava indicadores por centro de custo com aproximações ao escudo mas... dava-os com 6 a 8 meses de atraso! Pura perda já que não ajudava ao controlo efectivo de gestão.

⁶⁹ Razão pela qual os franceses chamam ao conjunto de indicadores de controlo duma empresa o seu *tableau de bord* (= painel de instrumentos).

⁷⁰ Alguns bancos têm para os seus clientes um serviço gratuito de análise de balanços, estabelecendo sobre eles alguns *ratios* de natureza económico-financeira e comparando-os com os mesmos indicadores médios do sector de actividade da empresa cliente.

Quadro III

os clientes			
potenciais		efectivos	
os fornecedores			
potenciais		efectivos	
de bens	de serviços	de bens	de serviços
os concorrentes			
directos		indirectos	
os serviços estatais e autárquicos			
dadores		recebedores	
as associações			
sindicais		patronais	
a comunicação social			
nacional	regional	sectorial	

No relativo aos clientes da empresa o objectivo é manter positivo o fluxo no sentido *clientes potenciais clientes efectivos*, até ao limite de capacidade de fornecimento com qualidade, sem que a inevitável perda de alguma clientela, já que ela é dinâmica, se deva a razões de descontentamento ou má imagem. Com simultânea optimização do conjunto de clientes efectivos pois, já que não se podem ter todos, é conveniente deixar para outros os clientes de menor qualidade... É tão importante *fixar* a sua clientela de qualidade como ter sempre, ciclicamente, uma percentagem de novos e bons clientes⁷¹.

Relativamente aos fornecedores, tanto de bens como de serviços, não é importante a quantidade do fluxo, entre potenciais e efectivos, ou o seu sentido, mas sim a optimização do conjunto de fornecedores efectivos. É importante que a empresa tenha um conjunto estável de fornecedores, devendo a empresa ter sempre um grande grau de autonomia relativamente a eles⁷².

No concernente aos concorrentes directos⁷³ haverá que regularmente fazer uma análise comparativa entre os pontos fortes e fracos de cada empresa. Um sector a *vigiar* é o daqueles fornecedores de produtos ou serviços que não sejam semelhantes aos fornecidos pela empresa mas que possam ser escolhas alternativas no mercado⁷⁴. É a concorrência potencial mais difícil de controlar já que as opções efectuadas pelos clientes são função de parâmetros normalmente não controláveis pela empresa.

⁷¹ Sob pena de, por *envelhecimento*, se dar, de repente, uma queda acentuada da clientela.

⁷² Os fornecedores devem sentir que a empresa é fiel aos seus bons fornecedores mas que tem alternativas logo que o deixem de ser... A posição da empresa compradora relativamente à empresa fornecedora deve ser aberta, cooperante mas independente.

⁷³ Os que forneçam o mesmo, ou idêntico, produto ou serviço para o mesmo conjunto de clientes. Por exemplo, um hotel de 5* não é concorrente directo dum parque de campismo, por muito bom que este seja em variedade e qualidade de serviços.

⁷⁴ Um clube náutico pode ser concorrente indirecto dum clube de tiro ou dum clube de golfe ou de ténis. Por isso é que alguns grandes complexos turísticos dão aos seus clientes opções diversas de ocupação de tempos livres.

O sector estatal e autárquico deve ser bem compreendido nas suas várias posições relativamente à empresa. Mas partindo duma posição de total independência⁷⁵. Há que ter a consciência de que *quanto mais se pedir ao Estado mais ele tem que cobrar em impostos*. As receitas estatais⁷⁶ são aplicadas, fundamentalmente, em duas áreas: nos serviços que ele presta aos cidadãos e às empresas e instituições⁷⁷ e nos custos directos e indirectos de funcionamento dele próprio. E, no bem de todos, haverá que rapidamente se reorganizar a sociedade para um estágio de maior independência⁷⁸.

As relações com as estruturas patronais e sindicais são importantes interfaces das empresas no seu relacionamento com o meio envolvente. Ultrapassados os períodos conturbados de crise torna-se vital manter um relacionamento aberto e construtivo entre entidades empregadoras e empregados e entre as suas estruturas representativas. As dificuldades conjunturais e estruturais do mundo de hoje, sobretudo na Europa, exigem um diálogo de total concertação social.

A comunicação social⁷⁹, com quem é importante manter relações regulares, cada vez mais, é, de facto, uma força a ter em conta⁸⁰ nas relações da comunidade envolvente. Torna-se necessário estabelecer um plano de relações públicas adequado à dimensão da empresa de modo a que uma imagem clara e positiva da actividade da empresa seja transmitida para o exterior⁸¹. Há também que compreender que a globalidade e imediatismo da comunicação de massas pode gerar muito rapidamente reacções, tanto positivas como negativas, nos comportamentos dos mercados⁸².

⁷⁵ Há, em Portugal, um errado comportamento de se defender a predominância do sector privado sobre o público mas estar sempre a querer depender das *benesses* e dádivas do Estado... Para se exigir, como deve ser, um Estado menos interventor e menos cobrador há que não se criarem situações de dependência e favor...

⁷⁶ O *fisco* nas suas várias formas.

⁷⁷ Como é, neste sector, o caso dos diversos apoios directos e indirectos do Fundo do Turismo, das Regiões de Turismo, do IIEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, na área da formação profissional, etc...

⁷⁸ O conceito do *welfare state* (estado providência) que enformou a filosofia e a prática política de vários Estados, desde há cerca de 50 anos, verifica-se de difícil aplicação e desenvolvimento para o futuro. A parte da sociedade que pode gerar receitas para o Estado é, em termos proporcionais, cada vez menor frente à parte que ainda não produz, que não produz ou que já não produz. E, a nível mundial, o dilema é ainda mais grave: as sociedades desenvolvidas não geram meios suficientes, dentro das actuais estruturas, para fazerem sair dos níveis sub-humanos as sociedades subdesenvolvidas. Por isso é que já se comenta, jocosamente e felizmente sem razão total, que o *diálogo Norte-Sul* é aquele através do qual um número crescente de pessoas do Norte ajudam os povos do Sul a que um número reduzido dos seus membros abram *contas numeradas* na Suíça...

⁷⁹ Envolvendo nesta designação toda a comunicação informativa e formativa de suportes escritos, audio e visuais. O que em língua inglesa se chama de *mass media*, usando o termo latino *media* (que os brasileiros chamam de «mídia») para representar a expressão fonética da palavra pronunciada em inglês).

⁸⁰ O chamado *4º poder*, com todas as virtualidades e defeitos que encerra mas que é efectivamente uma válvula de segurança das sociedades livres... mau grado os riscos crescentes de manipulação por vezes subliminar.

⁸¹ Muito mais do que a publicidade convencional, por anúncio, que numa empresa de pequena dimensão não tem significado algum, as notícias que surgem nos meios de comunicação social sobre eventos realizados nos locais da empresa turística têm muito interesse. Por isso é que, por exemplo, muitos hotéis fazem condições especiais de preço aos serviços regulares para instituições ou associações como os *Rotary Clubs* ou os *Lions Clubs* (clubes de serviço disseminados pelo mundo inteiro) que são, pelo número, qualidade e localidade de residência dos seus membros e visitantes, excelentes difusores do nome dos estabelecimentos onde se reúnem. É a publicidade chamada *de boca em boca*.

⁸² O que na actividade turística é bem conhecido, fazendo deslocar muito rapidamente fluxos de clientes duma zona para outras alternativas por uma simples notícia veiculada pelas televisões...

Para concluir esta análise sinóptica diríamos que, assim, cada gestor tem a necessidade de estar preparado para compreender toda a *mudança* no mundo que envolve as empresas de hoje gerindo com extrema cautela e adaptando-se com rapidez e flexibilidade. A *gestão de risco* tão proveitosa nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial⁸³, e que tantos autores da especialidade apreciavam⁸⁴ não é mais possível e o risco a ela associado é enorme. No mundo económico de hoje há que gerir com recursos escassos e tentar optimizá-los ao máximo.

Em Portugal, em plenos anos 90, a gestão turística tem que ser pensada com base na conjugação de dois movimentos sobrepostos do mundo envolvente: a própria *mudança* em si da sociedade de hoje, esperada como certa mas quase que imprevisível, e a *mudança* específica das actividades turísticas em Portugal onde se sabe haver que rever estratégias e objectivos⁸⁵. Sobretudo nas zonas Centro e Norte onde, pelo atraso em investimentos na actividade, não se atingiu o *ponto de não retorno*⁸⁶ e ainda será possível reorientar sem grandes custos de transformação e substituição⁸⁷.

Esperamos que dum diálogo sereno, construtivo, estruturado e, sobretudo, criativo possam surgir ideias para abrir aquilo a que gostaríamos de chamar a segunda frente turística portuguesa: *a qualidade e originalidade duma nova proposta de turismo do Centro e Norte de Portugal*.

bibRIA

⁸³ 1939-1945.

⁸⁴ Veja Octave Gelinier, *Fonctions et Taches de Direction Générale*, ed. fr., 1969, p. 29. Ali defendia-se uma filosofia de investimento de risco não mais correcta nos tempos presentes.

⁸⁵ Sobretudo as políticas de apoio ao *turismo de massas* (mal sustentadas no princípio e resultantes de *complexos políticos* de alguns responsáveis que queriam levar à prática no acessório aquilo que não sabiam fazer no fundamental...) e as políticas de apoio, a fundo perdido, a projectos pontuais quando faltavam verbas para as necessárias e abrangentes infra-estruturas de que a costa portuguesa é um exemplo triste relativamente a um trânsito muito denso de barcos de recreio, tanto no sentido Norte-Sul como no Sul-Norte, que praticamente ainda têm que passar da zona de Vigo para a zona de Cádiz para encontrar infra-estruturas de apoio acolhedoras, operacionais e de preço aceitável.

⁸⁶ O ponto da rota dum avião a partir do qual, em caso de emergência, já não se pode voltar atrás, havendo que usar o aeroporto de destino ou outro alternativo. Há projectos e investimentos turísticos em Portugal que há muito passaram esse ponto...

⁸⁷ E, de novo, se defende a especialização e a concentração em sectores específicos de mercado. Os projectos de poder investir em Portugal em estruturas hoteleiras para suportar uns Jogos Olímpicos ou uma Expo Universal são perfeitamente irrealistas. Como se diz para alguns casos: *small is beautiful*, que aqui também se pode aplicar dizendo, *o pequeno é rentável*.

bibRIA

GESTORES E IN-GESTÕES AS PESSOAS E A COMPETITIVIDADE

Pense nos milhares de empresas que alcançam elevadas «performances» [...] com empregados que são tratados como cidadãos de segunda classe. Então imagine, por um momento, o poder de uma organização abençoada com seguidores completamente comprometidos, cheios de energia e bem estimados¹.

1. Iluminados e arraia-miúda

O mundo das empresas é, amiúde, caracterizado por uma enorme estratificação: de um lado estão os iluminados, do outro a «arraia miúda», alegadamente desprovida de «massa cinzenta». O medo ainda constitui o método-mor nalgumas organizações. Não raramente se assiste à arrogância dos que, no tempo da abundância, se sentam à mesa da abundância e, em período de «vacas magras», se apoiam nos chavões da racionalidade/eficiência/eficácia (imputando responsabilidades pelos insucessos ao seu pessoal) e no dorso dos, alegadamente, destituídos de cérebro.

Há dias, contava-me um responsável por uma secção que, depois de ter solicitado opinião aos seus operários acerca de um prémio de assiduidade/produktividade (o qual, efectivamente, estava a ser aplicado discricionariamente e a penalizar os mais capazes e responsáveis) tinha sido admoestado: «não estás cá para pedir opiniões, mas para dar ordens» [sic]. O caso faz jus à opinião de Michael Hammer, segundo o qual «a maioria dos gestores é constituída por controladores lá no alto... Assim, se possível, quantos menos, melhor».

Estamos, pois, em presença do paradigma do gestor polícia, autoritário, mandão, iluminado, sempre-com-razão, sabe-tudo; mas uma breve reflexão não deixa de tornar claro que ele é incompatível com a *softo-economia* (uma economia progressivamente intensiva em conhecimentos e que, cada vez menos, apela ao esforço físico) dos nossos dias, a qual se caracteriza por um número, cada vez maior, de *cognitários*, um termo usado por A. Toffler para designar (em contraposição aos operários que despendem, principalmente, força muscular) as pessoas que processam, sobretudo, conhecimento e informação (*lato sensu*): «A firma da Segunda Vaga pagava frequentemente por um comportamento mourejante e burocrático. A firma da 3ª Vaga precisa de pessoas que sejam menos pré-programadas e mais ligeiras de pés. A diferença... é como a que existe entre músicos clássicos que tocam cada nota de acordo com um esquema pré-determinado e pré-estabelecido, e improvisadores de Jazz que, uma vez decidida a canção a tocar, captam sensitivamente pistas uns dos outros e, baseados nisso, decidem que notas tocam a seguir».

Esse comportamento não tem cabimento, portanto, numa época em que a competitividade assenta, em grande medida, no *empenhamento* (coisa muito diferente de *obediência*) de *todas*

¹ Robert E. Kelley, «In Praise of Followers», in John J. Gabarro (ed.), *Managing People and Organizations*, Harvard Business Review, 1990.

as pessoas que estão ao serviço das empresas. Uma empresa competitiva não quer colaboradores obedientes – quer gente implicada, comprometida, empenhada. Na verdade:

- A gestão da qualidade total exige que os colaboradores se comprometam activamente, descubram e corrijam erros na fonte, tomando iniciativa e lutando pelas melhorias contínuas.
- Fazer a manutenção preventiva total, mudar rapidamente as ferramentas, fazer bem à primeira, funcionar como cliente e fornecedor interno – temas, hoje, tão badalados – não são exequíveis sem empenhamento, dedicação, comprometimento.
- Qualquer empresa que baseia a sua competitividade num excepcional serviço ao cliente necessita de colaboradores que façam esforços extraordinários para que tal serviço seja prestado.
- As estratégias de fabrico rápido e flexível exigem interdependência, comunicação, confiança, elevada motivação, disciplina, correcção e cuidado.
- Só gente empenhada e comprometida com a sua empresa pode dela transmitir uma boa imagem para o exterior.
- Num tempo de enorme turbulência ambiental, as respostas aos problemas raramente são conhecidas, sendo a criatividade e a imaginação as principais fontes de soluções para tais problemas; ora, as ideias fervilham na cabeça de toda a gente, embora o clima organizacional nem sempre permita a sua expressão. Só uma cultura de partilha de informação, de abertura, de lealdade e empenhamento permite a libertação de tais ideias e da vontade de colaborar na resolução dos problemas.

A premissa básica do que tem sido afirmado foi, aliás, percebida por Watson, há quase 60 anos; o fundador da IBM (que Drucker considerou estar «muito avançado para a sua época, tanto na sua visão como nas suas práticas») defendia que «o trabalhador sabia melhor do que ninguém como aumentar a produtividade e a qualidade» e o engenheiro industrial devia ser um «recurso» para o grupo de trabalho e o seu «consultor», e nunca o «perito» que lhe dava ordens.

2. Gestor-líder e gestor não-líder

Talvez tenha sido por isso que, nos antípodas daquele gestor «polícia, árbitro, advogado do diabo, analista desapaixonado, profissional de carreira...que dita as sentenças», Tom Peters colocou o *gestor-líder* (vide quadro I), isto é, o homem que «anima, entusiasmo, ensina, escuta, facilita, o chefe de claqués, entusiasta, fomentador de campeões, descobridor de heróis, passeador, treinador».

É claro que um gestor corre o risco de estar a lidar com colaboradores que, efectivamente, são malandros, negligentes, irresponsáveis, malévolos. Mas não devemos esquecer um efeito muito conhecido por quem estuda o comportamento organizacional – o chamado *efeito Pigmalião* – e que consiste, resumidamente, no seguinte: se as expectativas dos gestores acerca dos seus colaboradores são elevadas, é provável que o respectivo desempenho seja elevado; é verosímil que ocorra o inverso quando as expectativas são baixas. Isto é, se um gestor atribui os problemas de *performance* dos colaboradores à sua desmotivação ou inabilidade e os trata como estúpidos e preguiçosos, esta avaliação pode tornar-se verdadeira, mesmo que inicialmente o não fosse. Pelo contrário, se um subordinado é, inicialmente, falho de capacidades ou responsabilidades, mas o gestor lhe mostra confiança de forma consistente, então a pessoa pode mudar e acabar por satisfazer as expectativas.

Não se trata, aliás, de algo que não ocorra com todos nós: se educarmos o nosso filho confiando nele, responsabilizando-o, apoiando-o, é muito natural que estejamos a fazer crescer

Quadro I

CARACTERÍSTICAS DO GESTOR-LÍDER E DO GESTOR NÃO-LÍDER

GESTOR-LÍDER	GESTOR NÃO-LÍDER
Leva água às pessoas	Preside à messe
É bom a ouvir	É bom a falar
Disponível	De difícil acesso aos inferiores
Humilde	Arrogante
Duro (enfrenta problemas difíceis)	Evasivo (artista na arte da esquiva)
Faz as coisas parecerem mais simples	Faz as coisas parecerem mais complicadas
Confia nas pessoas	Só confia em palavras e números no papel
Frequentemente, aceita as culpas	Procura um bode expiatório
Crê nos outros	Lamenta-se da falta de bom pessoal
Fornece conhecimentos verdadeiros	A informação só tem um sentido – para o seu gabinete
Vai onde há problemas para ajudar	No meio de uma crise, convoca as pessoas para uma reunião no seu gabinete
Respeita toda a gente	Acha que os operários e os indiferenciados são ingratos, preguiçosos e incompetentes
Procura controlos para abolir	Gosta de novos controlos
É directo	É manhoso, manipulativo
Admite os próprios erros	Nunca comete erros
Aberto	Secretista
Promove os que estão dentro da empresa	Procura sempre fora da empresa
Gabinete normal	Gabinete luxuoso
Encara os erros como oportunidades de aprendizagem	Encara os erros como ofensas puníveis

Tom Peters e Nancy Austin, *A Paixão pela Excelência*, p. 394-98 (adaptado)

um adulto responsável, auto-confiante e com força interior para vencer; mas se não confiarmos nele, se não o responsabilizarmos, se não o apoiarmos na auto-resolução dos seus problemas, é muito provável que daí surja um adulto irresponsável, carecido de auto-confiança e de força interior para enfrentar a vida.

3. Sem bons soldados não há generais vitoriosos

Robert E. Kelley, num rico artigo intitulado «In Praise of Followers» reconhece que existem muitos estudos (e entusiasmo) sobre liderança eficaz e poucos sobre

«subordinação» eficaz: o autor afirma que, sem os seus exércitos, «Napoleão teria sido apenas um homem de ambições grandiosas» e que as organizações avançam ou falham devido, em parte, à forma como os seus líderes as conduzem mas, também, à forma como os seus seguidores os seguem. Isto é: *sem bons colaboradores não há bons gestores*: «Não tenho nenhum argumento para este entusiasmo [acerca do papel dos líderes]. Os líderes têm grande importância. Mas procurando tão zelosamente por melhores líderes nós tendemos a perder de vista as pessoas que eles lideram. Sem o seu exército [...] Napoleão teria sido, apenas, um homem com ambições grandiosas. As organizações singram ou não, em parte, devido à forma como os seus líderes lideram, mas também, em parte, devido a como os seus seguidores seguem».

Da pesquisa que efectuou, o autor retira que existem 5 tipos de seguidores/colaboradores, sendo as pessoas com pensamento crítico, independente e activas as mais eficazes (*vide* fig. 1). Vejamos como se caracteriza cada uma dessas 5 categorias.

1. Os «yes-man»

Os *yes-man* são colaboradores animados, vivos... mas não são grandes empreendedores – são, até servis. Chefias fracas e sem auto-confiança tendem a gostar deles, formando com eles alianças que podem destruir o empenhamento dos mais eficazes.

2. As ovelhas

Os sobreviventes do tipo «Maria vai com as outras» são acríficos, falhos de iniciativa, desprovidos de sentido de responsabilidade. Fazem o que lhes é pedido e nada mais.

3. Os sobreviventes

Os sobreviventes estão perpetuamente na corrente, vivem de acordo com o *slogan* «melhor salvo, seguro e incólume do que triste». São adeptos da sobrevivência na mudança.

4. Os alienados

Os colaboradores alienados são, frequentemente, pessoas com grande potencial de realização e iniciativa mas que, por razões diversas – de que se destaca a existência de um clima que premeia a bajulação e o seguidismo, em detrimento da competência, transparência e espírito aberto – entraram num processo de descrença na mudança e de grande desilusão face à organização e chefia concretas que se lhes deparam.

São pessoas críticas e independentes no seu pensamento, mas passivas quando levam a cabo o seu papel; muitas vezes cínicas, tendem a afundar-se gradualmente em concordâncias forçadas, sendo raras vezes abertamente opositoras aos esforços das chefias.

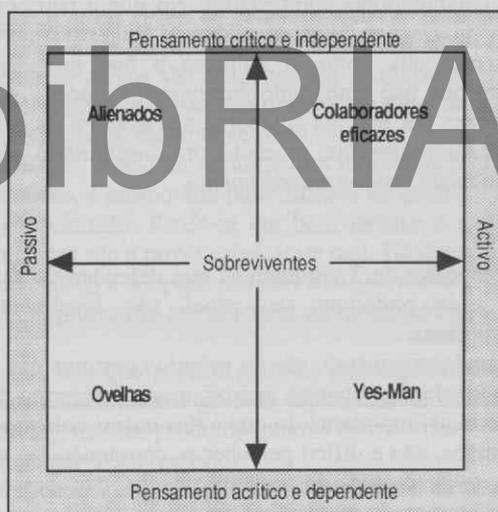
5. Os colaboradores eficazes

6. Os colaboradores eficazes, por seu turno, partilham um certo número de qualidades.
7. *Gerem-se a si próprios*, pensam pela sua própria cabeça, formam os seus próprios pontos de vista e padrões éticos e lutam por aquilo em que acreditam.
8. Constroem a sua própria competência/capacidade/destreza/habilidade; buscam formação contínua, não ficando à espera que ela venha ter com eles.
9. *São corajosos, honestos e francos*, ousando enfrentar os chefes quando estes põem em causa a organização ou quando não concordam com eles.

10. *Vivem o seu trabalho com entusiasmo*, levando a cabo as suas responsabilidades e atribuições de forma assertiva e enérgica.
11. São *tomadores de riscos* e solucionadores independentes de problemas.
12. Podem ser *bem sucedidos sem liderança forte*.
13. O chefe pode, com segurança, neles *delegar* responsabilidades.
14. São *bons juizes das suas próprias forças e fraquezas*, admitem os erros e partilham os sucessos.
15. Não vêem os colegas como concorrentes.
16. Não pensam em dar *chances* ao fracasso quando sabem que podem ser bem sucedidos, mas evitam aceitar desafios que sabem que outros colaboradores estão melhor preparados para enfrentar.
17. *Lutam pelo domínio dos problemas e assuntos* (mesmo que sejam de áreas que não a sua).

Fig. nº 1

Eficácia dos colaboradores

Fonte: Robert E. Kelley, *op. cit.***Os colaboradores eficazes:**

- Sabem auto-gerir-se (pensar por si próprios, trabalhar sem supervisão cerrada...)
- Estão comprometidos com a organização e com um propósito, princípio ou pessoa exteriores a eles próprios.
- Constroem a sua competência.
- São corajosos, honestos e credíveis.

Fonte: Robert E. Kelley, *op. cit.*

Para que uma organização tenha sucesso, ela precisa de possuir colaboradores eficazes; nesse sentido, deve levar a cabo algumas medidas, como sejam:

- a) Redefinir os conceitos de gestor e de gerido: em vez de ver o papel de gestor como superior e mais activo que o papel de colaborador, deve pensá-los como iguais em termos de importância, o que não impede que os veja como exercendo actividades diferentes.
- b) Honrar as capacidades dos colaboradores, em vez de assumir que, ao contrário do que acontece com os gestores, colaborar eficazmente é, tão-só, fazer o que é dito para se fazer.
- c) Avaliar devidamente as *performances* e proporcionar *feed-back*.
- d) Criar estruturas organizacionais que encorajem a colaboração eficaz, através, por exemplo, da delegação e de recompensas que mostrem a importância de certos comportamentos e posturas.

É óbvio que a cultura vigente não constitui terreno fértil para a assunção (efectiva, e não apenas verbal) deste paradigma. A causa e, simultaneamente, a consequência de tudo isto, reside num aspecto que não deixa de ser altamente polémico: um gestor incompetente «não pode» ser avaliado e afastado pelos seus colaboradores; mas pode afastar (e sabemos que, muitas vezes, afasta) colaboradores competentes. No que a isto concerne, Ricardo Semler, num artigo publicado na *Harvard Business Review*, sugestivamente intitulado «Managing Without Managers», escreveu, sobre a empresa a que presidia: «Não recrutamos ou promovemos ninguém que não tenha sido entrevistado e aceite por todos os seus futuros colaboradores. Duas vezes por ano, os colaboradores avaliam os gestores. Também 2 vezes por ano, toda a gente, anonimamente, preenche um questionário acerca da credibilidade da empresa e da competência do seu *top management*».

4. As 4 In-Gestões

Tudo isto vem a propósito de 3 argumentos que defendemos. O primeiro considera que gestores e geridos, cada parte no seu papel, são igualmente importantes para a competitividade das empresas.

Nos termos do segundo argumento, são os próprios gestores que, por auto-interesse não-assumido, espalham a ideologia (estamos, apenas, a usar um termo de Mintzberg) segundo a qual a sua actividade é mais importante do que a dos outros colaboradores; como o poder de decisão está nas suas mãos, não é difícil perceber as consequências que daí advêm e que, resumidamente, são a total erosão do empenhamento das pessoas. Estas não podem, obviamente, aceitar de bom grado que se lhes peça para partilharem sacrifícios em tempo de crise quando, em tempo de «vacas gordas», apenas a elite iluminada partilha os resultados do trabalho que, afinal, é de todos.

Em terceiro lugar – e seguindo um interessante artigo de Ray E. Floyd, escrito na *Industrial Management* de Maio/Junho-1993, sob o título «The Four INs of Management – Avoid Them» – pensamos que os gestores eficazes e bem sucedidos evitam cometer 4 erros; a incompetência, a insinceridade, a insensibilidade e a inconsistência. (vide Fig. II).

Fig. II



Os 4 INs dos gestores

A *incompetência* é, talvez, o IN mais frequente. Significa não possuir os conhecimentos necessários para lidar com problemas, sejam eles de ordem técnica, sejam de ordem humana. Há gestores para os quais a formação não permite suprir estas insuficiências, pois elas resultam de atitudes bem ancoradas, dificilmente debeláveis.

A incompetência resulta, muitas vezes, da concretização do *Princípio de Peter*, segundo o qual todo o empregado tende a ser promovido até atingir o seu nível de incompetência, pelo que, tendencialmente, todos os cargos são ocupados por incompetentes; daí resulta que o trabalho é realizado por aqueles que ainda não atingiram o seu nível de incompetência. Passe alguma ironia e vejamos que há, aqui, bastante verdade.

Uma das raízes do *Princípio* reside no seguinte: um indivíduo, tendo desempenhado, com brilho, várias funções técnicas, é promovido para funções de gestão – para as quais não está, todavia, habilitado ou vocacionado. Perde-se um bom técnico e ganha-se um mau gestor. Exemplos ministeriais recentes são a prova cabal deste mal. Há quem aponte como solução (a 3M, por exemplo, implementa-a) a adopção das *carreiras paralelas*, isto é, o desenho de percursos de carreira em que a promoção até ao cume da hierarquia não implica a assunção de funções de gestão.

Os gestores competentes têm que possuir mais do que capacidades técnicas; devem, por um lado, conhecer os seus colaboradores (as suas capacidades e limitações), os seus clientes (necessidades e expectativas), os seus produtos (pontos fortes e fracos) e, por outro, apoiar os seus colaboradores e conquistar o seu respeito.

Diga-se, ainda, que a incompetência é, por vezes, resultante da obsolescência técnica, levando a uma erosão gradual dos conhecimentos (isto é mais crítico nos gestores de 1ª e 2ª linha). A frequência de pós-graduações, especializações, mestrados e outros cursos pode funcionar como instrumento de actualização; cabe, porém, alertar para dois problemas:

- Um deles reside em que uma grande parte desses cursos está vedada a pessoas com poucas habilitações académicas, deixando de fora muitos gestores, empresários, patrões. Julgamos que existe, em Portugal, insuficiência de cursos abertos a pessoas com essas características.

- O outro relaciona-se com a ineficácia da designada formação de «banheira», um termo usado por Tom Peters para designar os «banhos» de formação externa que não têm qualquer eficácia, devido ao facto de não estarem orientados para os problemas concretos da empresa

e/ou ignorarem as forças internas que impedem, após a frequência do curso, a implementação do que foi aprendido.

O segundo IN, a *insinceridade*, não é um problema de «lana caprina» para a gestão (embora seja, geralmente, considerada como norma pertencente ao código da moral e, daí, despreciada no mundo dos negócios). A consequência mais grave da falta de sinceridade nas relações de trabalho é a erosão da confiança, elemento insubstituível em qualquer relação que se pretende profícua entre gestores e colaboradores.

A *insensibilidade* é o erro do gestor que não conhece o seu pessoal (isto é, as suas capacidades, limitações, atributos...), não sabe reconhecer o mérito, não sabe distribuir trabalho, não sabe detectar necessidades de formação, não sabe diagnosticar as situações/contingências que podem afectar a «performance». O gestor sensível procura sinergias entre a satisfação das necessidades do pessoal e a melhoria da «performance» da empresa.

Finalmente, a *inconsistência* é um erro que pode assumir diversas formas, nomeadamente:

- tratar situações idênticas de forma diferente;
- dizer uma coisa e fazer outra;
- tratar discriminatoriamente algumas pessoas;
- dizer que a Qualidade Total e a *Total Customer Satisfaction* (TCS) são fundamentais e, simultaneamente, adiar durante semanas uma reunião sobre o assunto (ou não comparecer, deixando para os outros a discussão);
- pregar a importância dos «Recursos Humanos» e, ao mesmo tempo, pagar salários de miséria e tratar as pessoas como gente menor.

O principal problema inerente a estes erros não reside na sua existência (nenhum gestor, por mais eficaz e bem sucedido que seja, está totalmente imunizado contra eles) mas no facto de, para certos gestores, alguns deles constituírem, não erros, mas qualidades imprescindíveis à actividade gestionária. Por isso, achamos que existe um erro que Floyd não abordou: a «inluminção», erro típico dos «inluminados».

Bibliografia

- DRUCKER, Peter F., *As Fronteiras da Gestão*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- FLOYD, Raymond E., «The Four INs of Management – Avoid Them», *Industrial Management*, Maio/Junho 1993, p. 1-2.
- FULD, Leonard M., «Achieving Total Quality Trough Intelligence», *Long Range Planning*, vol. 25, nº 1, 1992, p. 109-115.
- KELLEY, Robert E., «In PRAISE of Followers», in Gabarro, John J. (ed.), *Managing People and Organizations*, Harvard Business School Press, 1992, p. 143-53.
- LIVINGSTON, J. Sterling, «Pygmalion in Management» in Gabarro, John J. (ed.), *Managing People and Organizations*, Harvard Business School Press, 1992, p. 179-94.
- NAISBITT, John e ABURDENE, Patricia, *Reinventar a Empresa*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- PETER, Laurence e HULL, Raymond, *O Princípio de Peter*, Lisboa, Editorial Futura, 1983.

PETERS, Tom e AUSTIN, Nancy, *A Paixão pela Excelência*, Lisboa, Pensamento Editores, 1988.

SEEGERT, Scott e KLEINER, Brian H., «The Future of Labor-Management Relations», *Industrial Management*, Maio/Junho 1993, p. 15-16.

SEMLER, Ricardo, «Managing Without Managers» in Gabarro, John J. (ed.), *Managing People and Organizations*, Harvard Business School Press, 1992, p. 70-81.

TOFFLER, Alvin, *Os Novos Poderes*, Lisboa, Livros do Brasil, 1991.

YUKL, Gary A., *Leadership in Organizations*, Prentice-Hall International Editions, 1989.

bibRIA

bibRIA

Bibliography

- BRIDGES, S. 1982. A. *Journal of Applied Psychology*, 67, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1983. A. *Journal of Applied Psychology*, 68, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1984. A. *Journal of Applied Psychology*, 69, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1985. A. *Journal of Applied Psychology*, 70, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1986. A. *Journal of Applied Psychology*, 71, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1987. A. *Journal of Applied Psychology*, 72, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1988. A. *Journal of Applied Psychology*, 73, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1989. A. *Journal of Applied Psychology*, 74, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1990. A. *Journal of Applied Psychology*, 75, 1, 1-10.
- BRIDGES, S. 1991. A. *Journal of Applied Psychology*, 76, 1, 1-10.

A COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL NA RELAÇÃO ENSINO/APRENDIZAGEM

A escola de hoje move-se fatalmente neste mundo tecnológico que é o nosso. Qual caixa de Pandora, técnica e aprendizagem (dentro e fora de Escola) miscigenam-se, fundem-se; daqui ser obsoleto pensar-se numa Escola à margem de técnica. Partindo deste pressuposto, corremos o risco, porém, de considerar a técnica, e nomeadamente o audiovisual, a mezinha milagrosa que resolve todos os problemas na relação ensino-aprendizagem.

Considerando algumas correntes pedagógicas que prevêem uma aprendizagem sem professor¹, nós somos a favor, sim, dum escola onde aluno, professor e recursos, neste caso audiovisuais, se entrecruzam.

Alicerçam-se as raízes do audiovisual na Galáxia Gutenberg de McLuhan que «através da audácia dos tipos cria a audácia da expressão»². Primeira utilidade produzida em massa, o livro impresso como que dessacraliza o mundo da natureza e do poder, ao mesmo tempo que torna possível «a difusão da energia que é o conhecimento [...] fazendo-o explodir em aglomerações de indivíduos»³ através dos meios eléctricos de informação.

Galáxia Marconi será a designação escolhida por McLuhan para caracterizar esta nova era – a da tecnologia eléctrica – onde os audiovisuais dão significado à expressão «o meio é a mensagem».

A. Caracterização dos meios audiovisuais no processo ensino-aprendizagem enquanto meios técnicos.

Perante a descoberta desta nova realidade, onde a velocidade eléctrica torna possível o encontro das culturas pré-históricas com as culturas industriais, vários autores procuram explicar *o porquê, funções, metodologias, vantagens e perigos do audiovisual no ensino*⁴.

Cada época tem o seu modo específico de conhecimento; nos finais do Século XX, com a revalorização da Escola e da leitura através da utilização crescente dos audiovisuais, estamos perante a integração do saber oral, escrito e visual em produtos multimedia que, por sua vez, permitem uma aprendizagem simulada. Daqui podermos afirmar que o audiovisual é um imperativo da própria História.

Uma outra razão prende-se com a identidade própria da profissão de professor que, obrigatoriamente, na época da imagem, não pode deixar de recorrer aos meios de conhecer do nosso tempo (TV, vídeo, rádio, cinema, computador).

A apropriação da técnica pelos audiovisuais, o irromper de bem-estar e disponibilização de programas culturais por parte de alguns organismos, justificam também o seu uso no ensino.

¹ Cfr. Ivan Illich, *Sociedade sem escolas*, Petropolis, Vozes, 1976.

² Marshal McLuhan, *Os meios de comunicação como extensões do homem*, S. Paulo, Cultrix, s/d, p. 195.

³ Marshal McLuhan, *op. cit.*, p. 28.

⁴ Consulte-se, a este respeito, Maria Cacilda de Freitas Marado, *A Comunicação Audiovisual na Relação Ensino/Aprendizagem*, Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 10-12. Dissertação de Mestrado.

Um outro dado a ter em conta é o papel que eles desempenham junto dos alunos das nossas escolas, tantas vezes mais influenciados pelas personagens dos *media* do que pelos pais, professores e amigos.

Daqui poderemos afirmar que a expressão «escola paralela» já não tem sentido, uma vez que os caminhos percorridos pela escola e pelos *media* já não são paralelos, mas cruzam-se, afinal, nos discentes.

Todavia, o uso dos audiovisuais tem que ser um imperativo dos próprios currículos. Como refere José Carlos Abrantes «ensinar os audiovisuais é tarefa para a escola»⁵.

Mas outros argumentos justificam o porquê do audiovisual, nomeadamente o despertar de interesses e comportamentos bloqueados e, em alguns casos, a acessibilidade.

Classificados segundo várias perspectivas⁶, desempenham os audiovisuais várias *funções* no processo ensino-aprendizagem, a saber, sensibilização, apresentação de conteúdos, síntese, modelo, meio de demonstração, meio de informação escolar e profissional, como nos referem António Moderno e Isabel Cabrita⁷.

Como nada é absoluto nas coisas humanas, também as *metodologias* do emprego do audiovisual variam segundo o contexto em que se desenrolam, não havendo, portanto, receitas para o seu uso no ensino. Fundamental é, no entanto, que o audiovisual sirva sempre como elemento de valorização da comunicação, seja um canal de aceitação da opinião do outro e, sobretudo, um meio para a criação da autonomia do aluno. Ao professor caberá a missão de destrinçar as suas potencialidades ao assumir determinadas atitudes no seu emprego e, bem assim, aumentar e/ou diminuir as *vantagens* da sua utilização, tendo em conta que alguns *perigos* podem acontecer na sua má utilização, nomeadamente a transferência de tecnologias e o uso da tecnologia como um fim, ou seja, quando aquela não serve os interesses da escola e da educação, mas apenas persegue os seus próprios objectivos.

B. Tecnologização da relação ensino-aprendizagem

A história da educação, obviamente, é condicionada pelos valores que cada sociedade defende. Neste sentido, tal como refere João Maia⁸, podemos considerar na pedagogia europeia duas correntes educacionais com características bem diferentes, como veremos em seguida.

B.1. Escola Tradicional

Com raízes na antiguidade Greco-Latina, é seguidora do modelo do oleiro e tem como figura central o professor que vai moldando a massa do educando, imprimindo-lhe determinados hábitos, normas e atitudes.

Maria Amália Medeiros designa-a de «Método Didáctico» – umas das faces da pedagogia – e que considera a escrita, a memória, a vontade e a exposição do professor como os únicos elementos necessários à aprendizagem.

No Século XVI junta-se-lhe o «Método Intuitivo» – uma segunda face da pedagogia –, defensor da utilização das imagens, gravuras, mapas e quadro preto na sala de aulas, como processos de demonstração.

⁵ José Carlos Abrantes, *Os Media e a Escola*, Lisboa, Texto Editora, 1992, p. 26.

⁶ Maria Cacilda de Freitas Marado, *op. cit.*, p. 15-22.

⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 23-25.

⁸ João Maia, «Educação Permanente e Convívio com Homero», *Brotéria – Cultura e Informação*, vol. 133 (6), Dezembro 1991, p. 550.

P. Juif e L. Legrand identificam a sua finalidade como fundamentalmente adaptativa.

Francesco Tonucci denomina-a de «transmissiva» e portadora de determinada doutrina,⁹ ao considerar que todos os alunos são iguais e chegam à escola de «bolsos vazios», abertos a todos os conhecimentos e mensagens, venham de onde vierem.

Sobre este assunto, Filipe Rocha considera fundamentais as referências ao método científico (Bacon) e filosófico (Descartes) que vão servir de suporte à obra de Coménios – *A Didáctica Magna* –, tratado sobre o método universal de ensinar tudo a todos.

Fundamentalmente baseada na transmissão do saber de um homem mais velho para um jovem, numa relação unívoca e unidireccional, ocorre perguntar em primeiro lugar *como se processaria o ensino grego*, já que, como atrás referimos, este foi o precursor deste modelo pedagógico.

Posteriormente tentaremos ver a relação entre o ensino dos nossos dias e o carácter de *techne assumido por aquele modelo na paideia*.

Pegando na primeira questão, tanto na época de Homero como na época pré-socrática, estamos *perante uma transmissão viva do saber* nas escolas, na ágora e nos banquetes.

Com os Pitagóricos e mesmo com Sócrates, mantém-se a mesma forma *antidemocrática de transmissão de saber*, como refere Werner Jaeger: «A posterior evolução da cidade primitiva para o domínio das massas, condicionado por forças completamente diferentes, não afecta de modo decisivo a essência daquela educação, pois ela conservou o seu primeiro carácter aristocrático através de todas as mudanças políticas que houve de sofrer»¹⁰.

Com Platão o *carácter psicagógico e a oralidade* continuam a ser a forma ideal de transmissão do saber.

Mas outros princípios servem de base ao modelo educacional grego. É novamente Werner Jaeger que nos chama a atenção para o *valor humanista* da educação grega, ao afirmar que a paideia «significou a educação do homem de acordo com a verdadeira forma humana»¹¹, isto é, a educação é considerada um meio para o homem ser; neste contexto o homem é uma ideia, um ideal e humanismo será a modelação dos homens à imagem de um Homem ideal que, para Platão, seria Deus¹².

Uma outra ideia junta-se também ao princípio do humanismo grego: é a de que o *humanismo grego se confunde com Estado Ideal*, uma vez que a vida em comum apresenta característica divina.

Em relação à segunda questão, começemos por analisar o termo *techne*.

Para os gregos a palavra tem de comum com a arte «a tendência à aplicação e ao aspecto prático»¹³; doutro modo, *techne* tem um valor fundamentalmente instrumental, uma vez que é considerada um meio para atingir um fim. Neste sentido, a paideia (educação grega) funcionava como um meio, uma técnica, uma *techne* que moldava e manipulava o indivíduo.

Com um sentido bem diferente do que lhe atribuímos hoje, *techne*, arte, significava que todas as actividades e, neste caso, também a educação, assentam em conhecimentos sólidos, não correspondendo, portanto, à mera rotina.

⁹ Maria Cacilda de Freitas Marado, *op.cit.*, p. 31-32.

¹⁰ Werner Jaeger, *Paideia*, Lisboa, Aster, 1979, p. 137.

¹¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 13.

¹² Pelo facto de a forma ideal de homem ser a divina é que os deuses gregos apresentam forma humana.

¹³ Werner Jaeger, *op. cit.*, p. 608.

Platão referia os especialistas como sendo os únicos a terem acesso ao primeiro grau desta *techne*, e os Sofistas consideravam a *techne* política, a arte de bem falar, como o coroamento de todas as artes.

É, porém, à medicina que, na Grécia, se encontra intimamente ligada a educação, pelo carácter de *techne* que ambas apresentam. O modelo «mente sã em corpo sã» expressa o carácter de «adequação» que é seguido pela medicina em relação ao corpo e pela educação em relação ao espírito. Adequação que, se quisermos, podemos identificar com «metis», ou seja, uma forma particular de inteligência e aproveitamento da boa oportunidade.

Analisado este modelo educacional e estabelecida a sua ligação com determinado estágio da técnica (*techne* grega), passemos, de seguida, à caracterização da Escola Activa, tendo em conta também o estágio da técnica que lhe está ligado.

B. 2. Escola Activa

Com o seu aparecimento nos finais do século XIX e princípios do século XX, na Escola Activa «o aluno é conduzido a desenvolver actividades que são, elas próprias, conducentes à aprendizagem»¹⁴. O professor, por sua vez, funciona como mediador do saber e tem a missão de ajudar o aluno a realizar-se. Expressões como «aprender fazendo» e «saber fazer» são o protótipo deste modelo educacional que condena a passividade do aluno.

Falar, porém, de Escola Activa, sem referir os pedagogos J. Dewey, O. Decroly, Ed. Claparède e M. Montessori, não teria sentido, dado que as suas ideias constituem o cerne deste movimento renovador.

Parafrazeando J. Dewey, a escola deve preparar a criança para a vida estimulando a vontade, o sentimento e o conhecimento.

O. Decroly, um verdadeiro «apóstolo da renovação do ensino»¹⁵, defende uma escola geradora de sociabilidade e de aquisição de determinadas técnicas conducentes à sua postura futura.

Ed. Claparède, ao encaminhar a pedagogia para uma fundamentação científica, é conhecido pelo homem da pedagogia funcional ao definir as grandes leis da conduta dos seres vivos.

M. de Montessori defende que o princípio «ajudar a vida» é fundamental, ao mesmo tempo que privilegia o ambiente como elemento de estímulo na formação do carácter da criança.

A reforçar esta nova imagem de escola, destacam-se, posteriormente, outros autores, nomeadamente Skinner, Maria Amália Medeiros, Francesco Tonucci, Jean-Claude Filoux, que preconizam a ideia de que a criança é obreira do seu próprio saber e que ao professor apenas cabe o papel de «mediar» esse mesmo saber.

Em que pedagogia deverá ser colocado o audiovisual?

Em ambas, mas com metodologias diferentes, uma vez que os seus objectivos, como atrás referimos, também divergem.

¹⁴ Apud Armando Rocha Trindade, *Introdução à Comunicação Educacional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989, p. 34.

¹⁵ Filipe Rocha, *Correntes Pedagógicas Contemporâneas*, Aveiro, Editora Estante, 1988, p. 71.

B. 2. 1. A dimensão disciplinadora da pedagogia moderna

Quando caracterizámos a Escola Tradicional, afirmámos que ela se identificava com a *techne* grega; em seguida, procuraremos descrever o estádio da técnica que corresponde ao modelo da Escola Activa.

Para este efeito parece-nos fundamental a referência a dois autores: Heidegger e Foucault.

O primeiro, ao apontar dois grandes estádios na evolução da técnica (*techne* e tecnologia), afirma que a *techne* grega não punha em causa o homem que a dominava e que, pelo contrário, com a tecnologia moderna, a natureza acaba por obedecer à própria técnica, de tal modo que:

- a natureza transforma-se pela técnica num fundo disponível - a *gestell*; isto é, a natureza coloca-se num estado tal de disponibilidade que os próprios indivíduos acabam por lhe seguir as pegadas. Por outras palavras, a técnica arma a natureza de tal modo que a própria humanidade se encontra em simbiose com essa mesma realidade, realidade técnica, afinal;
- todo o conhecimento verdadeiro de hoje já não corresponde ao saber contemplativo dos gregos (teoria), mas equivale a poder eficaz sobre os fenómenos naturais e humanos.
- Daqui que a técnica retroage sobre o próprio homem, mete-o dentro dela, ultrapassa-o, envolve-o, domina-o.
- Pegando no exemplo da caixa de Pandora o homem, hoje, está dentro da caixa que tinha a técnica. Então o homem, no mundo da técnica é um *da-sein*, um ser no mundo situado no meio dos objectos que constituem esse mundo¹⁶. Não um ser no mundo colocado no meio de uma infinidade de instrumentos, mas, sim, um ser que está familiarizado com uma totalidade de significados; o que equivale a dizer o homem não se situa como sujeito no meio desses objectos, mas através da linguagem que, para Heidegger, é a morada do ser e que é a única via possível para condicionar aquilo que o condiciona, ou seja, a técnica.

Foucault, pegando no pensamento de Heidegger, aplica-o às Ciências Humanas e, concretamente à Pedagogia que, afinal, é o que nos interessa ver aqui.

Partindo do modelo da *gestell* (dispositivo), Foucault aplica-o ao homem que fica também em estado de disponibilidade.

Recorrendo ao modelo arquitectónico – dispositivo panóptico¹⁷ –, concebido por Jeremy Bentham, Foucault afirma que o panóptico (uma forma de transparência), tem como principais funções reforçar o controlo, promover a expansão do poder com eficácia, disciplinar os indivíduos usando a menor violência, aumentar a visibilidade daqueles que submete ao seu controlo e, finalmente, envolver todos que estão relacionados com o aparelho do poder.

Retomando a escola, põe-se-nos a questão: como é que se aplica à educação este poder capilar que associa «a produção de indivíduos úteis e dóceis à de populações controladas e eficazes»¹⁸?

¹⁶ Veja-se, a este respeito, Gianni Vattimo, *Introdução a Heidegger*, 5ª ed., Lisboa, Edições 70, 1987, p. 27.

¹⁷ Sobre este assunto, veja-se Jeremy Bentham, *Le Panoptique*, Paris, Pierre Belfon, 1977, p. 7.

¹⁸ Dreyfus e P. Rabinow, *Michel Foucault — un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, p. 276.

Como refere Foucault, é no século XIX que nos aparecem as disciplinas como formas gerais de dominação, «entrando o corpo humano numa maquinaria que o desarticula e recompõe»¹⁹; de tal modo que a disciplina como que fabrica corpos dóceis, submissos e exercitados, que funcionam nos espaços hospitalares e militares, nos colégios e nas escolas primárias e são o exemplo de uma nova microfísica do poder.

Efectivamente, tendo em conta os recursos de que se servem estas instituições, e concretamente a escola, a saber, a arte da distribuição (por exemplo, dos alunos dentro da sala de aula), o controlo da actividade (através da utilização de horários, programações...), a organização de géneses (colocação em série de actividades escolares), podemos dizer que o poder é uma máquina que também encontra o seu lugar na escola, na medida em que ela funciona como uma tecnologia de poder, uma tecnologia de produção de indivíduos.

Neste momento parece-nos importante fazer uma pausa e questionar: será que o poder pertence apenas àqueles que o detêm, ou será algo que se pode dividir entre os que o possuem e os que lhe são submetidos? Em relação à educação, o poder será apenas pertença da máquina educativa, ou será o aluno detentor também de algum poder?

Segundo Foucault, o poder é algo que circula e que só funciona em cadeia, em rede.

Goffman vem reforçar esta mesma opinião ao referir que os participantes de qualquer estabelecimento social «se recusam, de alguma forma, a aceitar a interpretação oficial do que devem dar e retirar da organização»²⁰.

Pegando nos vários tipos de comportamento dos indivíduos como forma de recusa, designadamente atitudes de evasão, determinações excessivas e insubordinação ritual, podemos concluir que os mesmos têm aplicação nas nossas escolas.

Quantas «viagens pela lua», quantas situações de «boicote» das aulas, quantas ironias e designações depreciativas não experimentámos nas nossas aulas, já enquanto alunos, já como professores!

Em suma: a individualidade do ser humano não é fruto directo de tudo o que lhe fazem (pressões e condicionamentos), mas constitui-se a partir da resistência que ele próprio oferece aos condicionamentos externos.

C. Caracterização da dimensão tecnológica da relação comunicativa: a questão da linguagem e do sentido

No primeiro capítulo, dissemos que os meios audiovisuais funcionam como meios de transporte, por excelência, dos símbolos e da experiência do indivíduo.

No segundo, desenvolvemos a ideia de que a linguagem antecede a experiência humana. Neste sentido, os objectos aparecem ao homem dotados de determinado sentido e afirmamos que o valor desses instrumentos se manifesta através da linguagem.

Assim, se a linguagem precede a experiência, o audiovisual, enquanto objecto técnico, é também dotado de linguagem, dotado de sentido.

Para melhor compreendermos o papel que ele pode desempenhar no ensino, importa referir o modo como Gadamer vê o problema da compreensão na hermenêutica. De acordo com este autor, a criança, quando entra nas nossas escolas, não se apresenta como uma

¹⁹ Michel Foucault, *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1984, p. 127.

²⁰ Erving Goffman, *Manicómios, Prisões e Conventos*, S. Paulo, Edições Perspectiva, 1990, 3ª Edição, p. 246.

«tábua rasa», para partir depois com o registo daquilo que captou. Ela traz consigo uma gama de experiências e de saberes (o pré-conceito)²¹, que captou também através do audiovisual, e que vai fatalmente confrontar com aquilo que a escola lhe vai veicular. E é o produto desta fusão que lhe vai conferir o conhecimento necessário para a compreensão da realidade social em que está ou se vai inserir.

Convém lembrar o que, a este respeito, afirma António Carrilho Ribeiro: «o indivíduo vive mergulhado num ambiente que o forma influenciando os seus modos de pensar, de sentir e agir»²².

Sendo assim, importa frisar que aquilo que o aluno apreende da mensagem do professor nem sempre coincide com o sentido que essa mensagem tem para este. Daqui a importância da Pragmática que estuda os efeitos da acção de falar do homem, isto é, os efeitos da linguagem.

A este respeito, é bom ter presente a teoria de Austin, segundo a qual a concepção pragmática da linguagem assenta no princípio de que, ao falarmos, não enunciamos apenas proposições de valor constativo, mas, antes enunciados (locutórios, ilocutórios e perlocutórios)²³ que, pelo facto de o serem, passam a existir, independentemente de poder ser ou não provada a sua veracidade.

Como refere Adriano Duarte Rodrigues, «a relação da enunciação com o enunciado é uma relação abissal, feita de encaixes à maneira das bonecas russas»²⁴. A linguagem, portanto, não se pode reduzir a uma dimensão referencial, já que ela é fundamentalmente a elaboração do sentido. Assim sendo, podemos dizer que o professor e o aluno são criadores de sentido na relação ensino/aprendizagem e que o milagre da educação acontece quando o encontro desse(s) sentido(s) se realiza.

Tentando fazer uma síntese do que ficou dito, podemos dizer como conclusão que:

- tanto o aluno como o professor não escapam à realidade do nosso século: vivem na era tecnológica, estão imersos num meio ambiente técnico;
- a relação pedagógica não escapa nem pode escapar à dimensão disciplinadora da técnica (o que não implica que o aluno perca a sua individualidade e se transforme num produto passivo dessa mesma técnica);
- o aluno, consumidor das mensagens dos audiovisuais, quando chega à escola, é portador de um determinado património de informações que, forçosamente, vai confrontar com as que a escola lhe proporciona;
- a construção de sentido que acontece na escola é fruto da linguagem (anterior à própria técnica), bem como o resultado da imbricação do ensino, da aprendizagem e do próprio currículo;
- o transporte dos media para o interior do sistema educativo não pode ser considerado mera panaceia para obviar aos insucessos escolares, mas, antes, um poderoso auxiliar de todo o processo educativo.

²¹ Cfr. Quentin Skinner, *As Ciências Humanas e Os Seus Grandes Pensadores*, Lisboa, D. Quixote, 1992, p. 36.

²² António Carrilho Ribeiro e Lucie Carrilho Ribeiro, *Planificação e Avaliação do Ensino-Aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989, p. 31.

²³ Cfr. Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Lisboa, Editora Presença, 1991.

²⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 30.

bibRIA

O BOOM DE REVISTAS SOBRE TRANSPORTES**

Porque pensamos que os transportes são um dos mais importantes componentes do «sistema nervoso» de uma sociedade; porque acreditamos que os transportes, muito especial os de mercadorias, atravessam uma fase de renovação cujo desenvolvimento irá ter importantes repercussões na evolução do nosso país; porque consideramos a gestão logística uma disciplina básica para o positivo impulso económico que todos desejamos face a uma nova Europa; por tudo isto, a nossa convicção da oportunidade da revista *Transcarga*¹.

Introdução

O presente trabalho resulta de uma reflexão conjunta sobre as razões da recente «febre» de publicações periódicas sobre *Transportes*. O surgimento no mercado livreiro de tão significativo número de títulos vocacionadas para esta área (Quadro I) é reflexo do aumento de importância dos transportes na sociedade actual; a importância dos transportes, a sua sofisticação e complexidade, nos nossos dias está intimamente relacionada com as demais características do mercado internacional, de resto bem sublinhadas recentemente, no acordo de Marraquexe. Numa economia aberta, à escala planetária, os transportes são a espinha dorsal dos interesses económicos. Assim se explicará a publicação de um tão elevado número de revistas especializadas. Tal facto é, assim, fruto da consciência da necessidade de adequar os diversos sectores dos transportes aos desafios da modernização e da competitividade. Essas razões imporão o crescimento de muitas actividades que coabitam neste sector tão protelado, e simultaneamente tão pouco conhecido.

Por outro lado, verificámos que o igualmente significativo o número de cursos de Transportes em estabelecimentos de ensino público e privado deve estar correlacionado com a edição das publicações periódicas. Assim, dentro de pouco tempo, não será utópico falar de técnicos com formação superior neste sector, pois é urgente encontrar respostas adequadas às novas exigências dos mercados; a sempre crescente complexidade dos mercados exige, cada vez mais, técnicos com formação credível, actualizados, flexíveis, e conhecedores do mundo em que trabalham.

Os bacharelatos e as novas licenciaturas em Transportes visam, pois, responder às necessidades prementes no domínio da concepção, planeamento, funcionamento e gestão de sistemas de transportes propriamente ditos. É comum o cidadão anónimo ou o académico menos informado interrogarem-se quanto ao interesse deste curso, suas saídas profissionais. É, normalmente, o próprio mercado que se encarrega de encontrar as respostas mais coerentes e apropriadas, no âmbito dos novos cenários comunitários.

Tudo isto acontece no quadro da construção da União Europeia e dos avanços do comércio

* Alunos do ISCIA, do 3º ano Curso Superior de Transportes.

** Este texto é parte integrante de um trabalho realizado no âmbito da disciplina de *Geografia Económica e Política*.

¹ J. M. Baltazar Nunes, *Transcarga*, nº 1.

internacional. A União Europeia é clara na formulação da sua política de transportes: menos poluição, menor congestionamento das vias, mais segurança, melhor qualidade, custos reduzidos, melhores infra-estruturas terrestres, marítimas e aéreas. Na Alemanha, Áustria e Itália assiste-se à lenta mas progressiva liberalização e privatização dos caminhos de ferro, assumindo o Estado um papel meramente fiscalizador. O Estado assegura, nesses países, a concessão de exploração aos operadores privados dos terminais marítimos e ferroviários. Mais tarde ou mais cedo será a nossa vez...

Quadro I

Revistas de Transportes

REVISTA	EDITOR	PERIOD.	TIRAGEM	ANO
<i>Antram</i>	ANTRAM	Mensal	5.000	1979
<i>Cargo</i>	L.F.D	Mensal	10.000	1990
<i>Gazetário dos Transportes</i>	-	Mensal	30.000	1993
<i>Pescas e Navegação</i>	-	Mensal	7.500	1981
<i>Porter</i>	-	Mensal	7.500	1982
<i>Transcarga</i>	JMBN	Mensal	?	1991
<i>Transportes. Informação e Debate</i>		Trimestral	1.500	1992

É significativo o número de revistas de transportes existentes actualmente no mercado livreiro português. Trata-se de um conjunto de publicações que, no seu conjunto, regista a tiragem mensal de cerca de 60.000 exemplares; cifra significativa para publicações especializadas num mercado exíguo, por razões várias, como é o nosso. Com uma periodicidade mensal, há revistas que atingem o razoável montante de 30.000 exemplares. Algumas dessas publicações estão no mercado português há muitos anos. A *Pescas e Navegação* publica-se há treze anos.

Também a sua variedade e elevada qualidade é notória, abrangendo um leque variado da actividade económica, interna e externa. Testemunham a existência de um sector activo, dinâmico, com um número de leitores a justificar a sua publicação e a mostrar a premência de formação nesta área. Os transportes são um sector vital para a economia, muito sensível às constantes mutações, políticas e tecnológicas; exigem, pois, um informação/formação contínua, especializada e *on-line*.

A maioria das revistas que inventariámos e analisámos possuem uma estrutura editorial de características familiares. O seu director é, muitas vezes, o seu proprietário. Em alguns casos, há uma ligação estreita com empresas transitárias, transportadoras, de despachantes e outras. As (poucas) excepções são as revistas patrocinadas por entidades públicas. Um exemplo claro é o aparecimento da revista *Transportes - Informação e Debate*, propriedade da Direcção Geral de Transportes Terrestres.

São publicações voltadas, pois, para a formação/informação de quadros, agentes e operadores económicos dos sectores marítimo, rodoviário, ferroviário e aéreo. Genericamente possuem razoável qualidade gráfica, apresentando, em alguns casos, textos em duas línguas. A informação é, necessariamente, variada. Pudemos registar a publicação de destacáveis de

natureza e oportunidade vária, a inclusão de entrevistas com técnicos credenciados e responsáveis pelos sectores, cadernos de *import/export*, com constantes informações sobre matérias diversas como as alterações à legislação em vigor, artigos de opinião, bolsas de fretes e outras. Vejamos sumária e individualmente as características dessas publicações periódicas. Por razões óbvias não foram arrolados e apreciados com detalhe os diversos cadernos ou simples páginas temáticas dedicadas aos transportes publicados por alguns diários e semanários. Alguns desses cadernos possuem um real valor, quer pela actualidade da informação, quer pela importância dos trabalhos temáticos publicados, como o caderno *Carga & Transportes*, do jornal *Público*.

A Carga

A *Carga* é uma revista de periodicidade mensal, com uma tiragem de 10.000 exemplares, cumprindo, agora, o terceiro ano de vida. É propriedade de Luís Filipe Duarte que desempenha, também, o lugar de director; o conselho de redacção compreende nomes como os de António Macedo, Augusto Soeiro e Fernando Gonçalves. A *Carga* destaca-se pela sua excelente qualidade gráfica, pelos seus cadernos de carga aérea e de transporte marítimo.

A Transcarga – Logística, Transportes, Manipulações

Esta revista tem, igualmente, uma periodicidade mensal. O seu primeiro número data de Maio de 1992. O director, J. M. Baltazar Nunes, é coajuvado, no conselho de redacção, por M. A. Marques dos Santos, H. Amado e Eduardo A. Santos. A *Transcarga* [...] é uma revista vocacionada para um público diversificado, que vai do empresário ao simples interessado no tema; são frequentes, nesta publicação, artigos de opinião sobre as diferentes variações dos transportes. A *Transcarga* [...] contém um caderno de logística, bem como alguma informação sobre veículos comerciais, manutenção, gestão de *stocks*, etc.

A Transportes – Informação e Debate

Contrariamente às anteriores, esta revista é trimestral. A sua tiragem é de cerca de 1.500 exemplares e é, como se disse, propriedade da Direcção Geral de Transportes Terrestres (DGTT). O seu director é José Manuel da Silva Rodrigues; do conselho de redacção fazem parte José Portela, Lídia Sequeira, Lurdes Ganho e Mário Noronha. O seu aparecimento é muito recente: o primeiro número saiu em Abril de 1993. Trata-se de uma publicação de excelente qualidade gráfica. No seu primeiro número são abordados alguns aspectos da política global de transportes; nas entrevistas com o Secretário dos Transportes, com o presidente do Metropolitano de Lisboa ou com o Subdirector-Geral da DGTT são debatidos os problemas relacionados com a qualidade, a gestão e evolução dos transportes públicos de passageiros.

A Porter e a Pescas e Navegação

A *Porter* e a *Pescas e Navegação* são duas revistas com afinidades evidentes. Ambas contam, já, mais de dez anos de existência e tiragens de cerca de 7.500 exemplares cada. Na revista *Pescas e Navegação*, também o director e o proprietário são a mesma pessoa, J. Morão Campos. Acreditamos, também, na relação entre os proprietários das revistas *Porter*, *Valdemar Costa & João Pelotas* e a empresa de despachantes oficiais homónima.

A *Antram*

A *Antram* é editada pela Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias, sendo uma das mais antigas publicações portuguesas de transportes. A *Antram* com uma periodicidade mensal, conta já quinze anos de existência. A sua tiragem actual é de 5.000 exemplares. É seu director Ricardo J. G. Félix. Dirige-se a transportadores públicos e privados.

Esta publicação realizou recentemente o seu 3º Congresso, subordinado ao tema, *Novas Tecnologias no Transporte de Mercadorias*. Com esta iniciativa, já na sua terceira edição, pretende a *Antram*, essencialmente, injectar dinâmica no sector dos transportes de mercadorias, alargar a discussão imprescindível, numa sociedade aberta. Por esta forma, os grandes problemas, as carências, bem como as soluções são mais facilmente socializadas. Desta vez, os congressistas e, especialmente, a direcção da *Antram* regozijaram-se com o anúncio do titular da pasta dos Transportes, Eng. Ferreira do Amaral, de um conjunto de medidas reclamadas pela competitividade da nossa economia. As medidas inscrevem-se na política de atenuar – até à total eliminação – os desequilíbrios entre transportes públicos e privados, situação «que não tem paralelo em qualquer país da Europa»², enquanto o ministro ia, paradoxalmente, sublinhando a importância dos transportes públicos, nomeadamente nas grandes cidades. Por outro lado, a fragmentação do sector dos transportes terrestres, é, segundo Silva Rodrigues, Director-Geral dos Transportes Terrestres um problema sério para o desenvolvimento: «não é com empresas até quatro veículos que é possível dar o salto qualitativo indispensável», sublinhou.

O *Gazetário dos Transportes*

O *Gazetário dos Transportes* é um dos mais recentes títulos da imprensa de transportes do mercado português. Trata-se de uma publicação com um figurino adequado às exigências dos comércio global. É editado mensalmente, com textos em português e inglês. O primeiro número saiu em Setembro de 1993, com uma tiragem de cerca de 30.000 exemplares! Carlos Ferreira é o seu director. Pelas suas características, acreditamos que esta revista irá conquistar o seu próprio espaço no universo dos transportes. Os diferentes cadernos recobrem um conjunto de necessidades do dia a dia, com imensas informações sobre transacções, bolsas e fretes.

Os Transportes no Ensino Superior em Portugal

Em Portugal existem actualmente três instituições de ensino superior com cursos de transportes. Esse facto parece confirmar o que dissemos sobre o *boom* de revistas deste sector da actividade económica. Em Portugal, mais de 200 mil pessoas trabalham no domínio dos transportes, públicos e privados³. Só na área dos transportes rodoviários de mercadorias existem cerca de 6400 empresas. Estes números falam por si.

Além do Curso de Transportes e Gestão Aduaneira do ISCIA, também o ISCIE pretende dar resposta à falta de técnicos neste domínio, na Região Norte. Procura ainda satisfazer as

² Declarações do ministro Ferreira do Amaral quando anunciava tres conjuntos de medidas para os transportes: 1. Um sistema de incentivos – o SIMIAT; 2. A eliminação de todos os benefícios e subsídios concedidos aos transportadores particulares e a simplificação da fiscalidade sobre os transportes públicos, com algumas derrogações relativamente ao processo comunitário em curso de harmonização fiscal.

³ J. M. Baltazar Nunes, *Transcarga*, nº 1.

Henrique J. L. de Godim

necessidades dos gabinetes de acessoria, de ordenamento do território, a falta de quadros de departamentos comerciais e aprovisionamento e de quadros de empresas transportadoras e transitárias.

O IST – EESU (Instituto Superior de Transportes – Escola de Ensino Superior Universitário), criado pelos Caminhos de Ferro Portugueses, Metropolitano de Lisboa, Serviços de Transportes Colectivos do Porto, Transtejo e Ferbitas, concede Licenciatura em Transportes. A criação deste instituto é um bom testemunho da exigência de mão-de-obra qualificada neste domínio e da forma como um conjunto de empresas resolveram o problema. Essa congregação de vontades mostra bem a necessidade de investigação científica na área dos transportes e nas tecnologias afins.

O desenvolvimento do nosso país, a implementação de políticas industriais e o imprescindível apoio às indústrias, no quadro da integração europeia mostram o campo dos transportes como um conjunto de sectores dinâmicos, com capacidade para crescer, para fazer face ao desafio do aumento de mobilidade de pessoas e mercadorias.

Para estar na primeira linha da resposta aos desafios do comércio interno e internacional é, pois, urgente, a criação de técnicos competentes, de graduação universitária, conhecedores das vantagens das mais recentes tecnologias, das novas formas de organização e gestão. É urgente a formação de uma «cultura de transportes» sólida e moderna.

bibRIA

Em 1983, através da Lei 17/83 de 12 de Junho, foi criado o Instituto Superior de Transportes e Urbanismo (IST-U), que passou a ser o Instituto Superior de Transportes e Urbanismo (IST-U) em 1985. Este instituto foi criado para dar resposta às necessidades de formação de técnicos superiores em Transportes e Urbanismo, bem como para desenvolver actividades de investigação científica e de prestação de serviços.

Apresentamos, neste trabalho, o plano de estudos de Transportes e Urbanismo, elaborado em 1985, que foi aprovado pelo Conselho Superior de Transportes e Urbanismo em 1985. Este plano de estudos foi elaborado em função das necessidades de formação de técnicos superiores em Transportes e Urbanismo, bem como das necessidades de investigação científica e de prestação de serviços.

Este plano de estudos foi elaborado em função das necessidades de formação de técnicos superiores em Transportes e Urbanismo, bem como das necessidades de investigação científica e de prestação de serviços.

Manuscrito recebido em 15 de Maio de 1992. Aceite para publicação em 10 de Junho de 1992. Publicado em 15 de Junho de 1992. Este trabalho foi financiado pelo Conselho Superior de Transportes e Urbanismo (CSTU) e pelo Instituto Superior de Transportes e Urbanismo (IST-U).

...a... ..

...a... ..

bibRIA

O Gênero do

...a... ..

O Transporte de...

...a... ..

...a... ..

...a... ..

POR TERRAS DE AROUCA QUATRO ANTIGAS OFICINAS OLEÍCOLAS**

Introdução

Pela sua situação e características geográficas, Portugal encontra-se englobado numa vasta área de civilização mediterrânica, a que andam ligados dois grandes elementos naturais – a oliveira e a vinha. Estes dois produtos foram importantes para toda a civilização ocidental, importância essa que ainda hoje não perdeu o seu valor, apesar do azeite, o mais importante óleo alimentar, ter sido relegado para segundo plano na maioria dos países europeus.

Através dos tempos, na Europa e particularmente em Portugal, o azeite conheceu as mais diversas utilizações. Além de ter sido o principal óleo utilizado na alimentação, o azeite era também usado na iluminação, profana e religiosa, e como matéria-prima na confecção das mais diversas mezinhas, especialmente o chamado «azeite virgem», no sentido original da expressão, isto é, aquele azeite primeiro que se obtinha da massa da azeitona, mesmo antes da primeira prensagem. A própria árvore, consagrada a Minerva, entrava em muita oração, especialmente criada para que Santa Bárbara afastasse as trovoadas, livrando os pobres mortais das suas fulminantes consequências.

Do ponto de vista tecnológico, isto é, no que diz respeito à sua obtenção, o fabrico do azeite conheceu em Portugal, à semelhança dos outros países pertencentes à bacia mediterrânica, uma lenta mas profunda evolução. O seu fabrico foi passando por diversas fases, cada vez mais avançadas tecnologicamente, desde o lagar mais primitivo, composto por um simples moinho de tracção animal e com prensas constituídas por enormes alavancas inter-resistentes, formadas por enormes troncos de árvores, até às mais modernas fábricas de azeite, com sofisticados sistemas mecânicos de alto rendimento e quase inteiramente automatizados.

É evidente que para nós, do ponto de vista linguístico-etnográfico, o que nos interessa são precisamente os sistemas primitivos de fabrico de azeite, com todos os seus componentes técnicos e terminologia específica, hoje praticamente extintos.

Em 1963, existiam ainda 52 lagares de vara e 20 de parafuso, com moinhos quer de tracção animal, quer hidráulica. De ano para ano, foram desaparecendo de maneira vertiginosa, subsistindo apenas 11 de vara e 5 de parafuso em 1980. Deste rápido e lamentável desaparecimento é bastante elucidativo o gráfico da Fig. 1, elaborado com os elementos que recolhemos em Coimbra. Significará isto que, dentro de poucos anos, o distrito de Aveiro deixará de produzir um dos mais importantes produtos da civilização mediterrânica?

Aparentemente, tudo levaria a pensar que sim; todavia, embora a produção oleícola do distrito tenha decrescido nos últimos anos, como bem nos revela o gráfico da Fig. 2, a verdade é que os antigos lagares, hoje em ruínas e só muito raramente em perfeito estado de conservação, têm sido substituídos por modernas fábricas de azeite.

Após estas palavras introdutórias, e para uma mais metódica análise do assunto em questão, dividiremos o trabalho em diferentes partes:

* Mestrando em *Tecnologia Educativa*, Universidade do Minho.

** Este trabalho – agora revisto e ampliado – foi inicialmente publicado no *Boletim da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV)*, nº 3 (1980, p. 8-16), nº 4 (1981, p. 5-11) e nº 5 (1982, p. 11-16).

1. Os lagares de Canelas.
2. O lagar de Vila Viçosa.
3. O lagar de Anterronde.
4. Os diversos utensílios dos lagares visitados.
5. Relação dos antigos lagares do distrito de Aveiro, de acordo com os elementos recolhidos em 1980 na J. N. A..
6. Glossário dos vocábulos registados no concelho de Arouca.

Complementarmente, anexámos uma relação de todos os lagares existentes no distrito¹, dos quais, possivelmente, em 1980, apenas seis se encontravam em estado de laborar. Os restantes, ou foram já transformados em arrecadações, palheiros, garagens ou modernas unidades, ou estão em estado de total degradação. Nessa relação será fornecida, além da localização, toda uma série de elementos, tais como: antigos (ou actuais) proprietários na data acima indicada, tipos de tracção, tipos de prensa, estado de conservação no momento em que foram visitados, ano em que foram dados como cancelados, etc.

Em um ou outro caso, como já anteriormente dissemos, servir-nos-emos de testemunhos orais, procurando reproduzi-los, na medida do possível, tal como foram registadas em fita magnética, e evitando recorrer a uma transcrição fonética.

Por fim, anexámos um glossário de termos registados no concelho de Arouca. Sem que-remos ser exaustivos na sua enumeração e análise, a explicação de alguns vocábulos obrigou-nos, contudo, a utilizar outros relacionados com esta vastíssima área. As abreviaturas usadas são as mais correntes em dicionários da nossa língua.

Esperamos, deste modo, contribuir para uma melhor compreensão de tudo quanto foi abordado e para um maior conhecimento da língua, já que uma grande maioria dos vocábulos não se encontra ainda – infelizmente – nos dicionários. Em itálico vão indicados também outros vocábulos para a mesma designação e que se encontram registados neste glossário.

1. Os lagares de Canelas

Na freguesia de Canelas, concelho de Arouca, visitámos, nos primeiros dias de Outubro de 1969, os dois antigos engenhos aí existentes. Ambos apresentam características praticamente idênticas, pelo que os iremos analisar em conjunto.

O primeiro lagar visitado, situado em Canelas de Baixo, pertence ao senhor Agostinho Soares de Figueiredo, que era o *mestre do lagar* e com quem tivemos uma longa entrevista. Segundo apurámos na J. N. A., em Coimbra, mantém ainda válido o alvará. O segundo, situado no lugar de Canelas de Cima, pertencia, até 1969, ao senhor Maria Soares de Andrade; em 1973, passou para a posse de Artur de Andrade Pinto; em 1979, foi dado como cancelado.

De estrutura e construção muito semelhantes, os dois lagares apresentam-se, exteriormente, bastante toscos e rudimentares. Dificilmente os identificaríamos como tal se neles não tivéssemos entrado. De plano rectangular, as paredes são formadas por pedras sobrepostas, sem qualquer argamassa de ligação. Os telhados são constituídos por grandes placas de ardósia, já que este material é abundante na região. Os fumos da fornalha e os vapores saem por uma estreita abertura no telhado, como se poderá ver pela fotografia exterior do lagar de Canelas de Cima, Fig. 3.

¹ Será importante referir que os elementos aí transcritos se reportam ao ano de 1980. Seria interessante que se fizesse um levantamento actual daquilo que resta no distrito de Aveiro, muito especialmente no concelho aqui abordado. Veja-se a figura 19.

Interiormente, a luz é extremamente reduzida. Além da porta principal, larga para permitir a entrada dos carros de bois, existe apenas uma janela. Para cúmulo, no caso do lagar fotografado, esta encontra-se rodeada de trepadeiras, reduzindo ainda mais a entrada da luz. Só assim se compreende que, mesmo em pleno dia, houvesse necessidade de iluminação permanente por meio de candeias de azeite:

A azeitona é trazida em carros de bois pelos próprios fregueses e, depois de lavada, é deitada no *moinho*, situado perto da entrada. Em ambos os lagares, os moinhos são movidos por tracção animal, por meio de bois. Embora muito semelhantes, apresentam, no entanto, certas diferenças, como iremos ver.

O moinho de Canelas de Baixo (Fig. 4) apresenta apenas um *mó*, sendo bastante mais tosco. É constituído por uma base feita de pedras irregulares, do mesmo tipo das que formam as paredes sobre as quais assenta o *vaso* (Esquema da Fig. 5). Este tem o formato de uma bacia, mais largo em cima do que em baixo, e é constituído por *aduelas*, presas entre si por meio de uma cercadura de madeira, por sua vez firmes ao chão por meio de colunas verticais de madeira. No interior, trabalha a grossa *mó* cilíndrica de granito, presa por um eixo ao *moirão*, coluna vertical de madeira presa a uma trave do tecto e assente no centro do vaso, e que gira em eixos de ferro puxada por meio da *almanjarra*. Os animais são atrelados à *almanjarra* por meio das *apiças*. Por cima da *mó* e preso ao *moirão*, uma pequena peça de madeira despega da *mó* a massa da azeitona, sendo conhecida pelo nome de *raspador*. Interiormente, preso ao *moirão* e junto à base, uma régua de madeira despega a massa das paredes do *vaso*, tal como se pode ver no esquema da Fig. 6, tendo sido designada pelo nome de *raspa*. No fundo, não é mais do que um raspador com funções idênticas ao que se encontra por cima da *mó*.

Quanto ao outro moinho – o de Canelas de Cima –, possui duas grandes *mós* e assenta numa base circular de pedra de formato cilíndrico, com cerca de 40 centímetros de espessura. É nesta base, sobre a qual giram as *mós*, que assentam as paredes do *vaso*, igualmente constituído por *aduelas* de madeira idênticas ao do outro moinho. A Fig. 7 permite-nos ver de que maneira está seguro o *moirão*. Observando essa mesma imagem, poderemos ver claramente não apenas a estrutura e os materiais de construção do edifício, mas ainda a disposição dos diferentes elementos do lagar: por detrás do moinho e encostado à parede, um *pio* de pedra serve para lavar a azeitona; imediatamente a seguir, e ao canto, encontra-se a fomalha com a *caldeira*, onde são aquecidas as águas para *caldear*; assentes sobre as paredes, as vigas de suporte do telhado, com uma fresta ao fundo, por onde passa reduzida luz. Convirá notar que a gravura em questão dá um falso conceito do interior do lagar. Ao contrário do que a partir dela poderíamos pensar, o interior está mergulhado em profunda escuridão, o que nos levou a ter de recorrer a um artifício fotográfico para conseguirmos a iluminação apresentada. Curiosamente, as palavras do nosso informador, o senhor Agostinho Soares de Figueiredo, ilustram perfeitamente a gravura, pelo que passamos a transcrever um breve fragmento da entrevista:

«[...]»

– A azeitona é deitada dentro do moinho?

– É deitada aqui dentro do *bajo*. Chama-s’ a isto *bajo*. [...]. Isto são as *aduelas* do *bajo* e isto é a *mó*. E isto é o *moirão*. E aquele braço é a *almanjarra*.

[...]

– Estas traves aqui em cima não têm nome nenhum? Aqui, onde prende o *moirão*?

– Isto é preso à trave d’*azenha*. Chamam-se as *linhas* d’*armação* d’*azenha*. [...].

– E esta peça de madeira dentro do vaso, como se chama e para que serve?

– Isto? Isto chama-se o *raspa*. Sim, senhor, o *raspa*. A *massa*, depois de ficar um bucuão moída agarra-s'às *aduelas*. E depois este *raspa* c'o andamento da mó bai andando sempr'im bôlta e jogando ela baixo...».

Intencionalmente, transcrevemos um pouco mais do diálogo, procurando respeitar, tanto quanto possível, dentro de uma grafia acessível, a pronúncia do informador, sem termos de aqui recorrer a uma transcrição fonética. E fizemo-lo para mostrar que, em certas zonas, os antigos engenhos oleícolas são vulgarmente conhecidos pelo nome de *azenha*, à semelhança do que acontece com os moinhos de pão. Inversamente, os modernos lagares de azeite são por vezes designados pela expressão *fábrica de azeite*.

Depois de moída a azeitona e transformada em *massa*, a actividade prossegue na zona onde se situa a prensa de vara, para onde a massa é transportada em *gamelas*.

Em ambos os lagares, a zona de prensagem é idêntica, pelo que passaremos a servir-nos, para a sua descrição, dos elementos recolhidos no lagar de Canelas de Baixo, elementos estes constituídos não só pelas palavras do informador, mas sobretudo pelas fotografias e desenhos que na altura realizámos.

Observando a Fig. 8, poderemos ver que a zona de prensagem se situa no topo oposto à entrada do lagar, ao lado da caldeira que, como também já vimos, se encontra a um canto. O sistema de prensagem, que passaremos a analisar em pormenor, é constituído por três partes: a *prensa de vara*, a zona de empilhamento das seiras e os recipientes para recolha do óleo libertado pela prensagem.

A prensa de vara não é mais do que um enorme tronco de árvore, que funciona segundo o princípio de uma alavanca inter-resistente. No lado mais delgado, a vara encaixa na parede, numa cavidade rectangular formada por dois grandes blocos verticais de pedra, as *virgens*, por cima das quais costumam colocar, neste lagar pelo menos, vários tacos de madeira, que irão servir para a prensagem. Vejam-se, a título exemplificativo, as Figs. 10 e 11. O eixo da vara é constituído por uma *agulha* de ferro, solidamente firme nas *virgens*. O extremo oposto da vara é de grande grossura, correspondendo à zona de onde saíam as raízes. Designada pelo nome de *cabeça da vara*, aí funciona o enorme *fuso* de madeira com o respectivo *peso*, permitindo aumentar a pressão da prensa. Aproximadamente ao meio, separando a zona de empilhamento das seiras da zona de recolha do óleo, duas vigas verticais de madeira, designadas por *balaústres*, amparam a vara, impedindo-a de derivar para os lados. O *fuso* da vara, tal como se pode observar nas Figs. 9 e 10, é um parafuso de madeira accionado manualmente por meio de uma alavanca, a chamada *panca*.

O *peso*, na extremidade inferior do *fuso*, é um grande cilindro de granito, tendo no topo uma *bucha* de madeira com um veio de ferro, que penetra na base de secção quadrada do *fuso*, servindo-lhe simultaneamente de apoio e de eixo. A *bucha* de madeira apresenta a secção trapezoidal, encaixando no peso de pedra pelo diâmetro, à semelhança das tampas das caixas de madeira dos dominós, aspecto este perfeitamente documentado pela gravura 9. A partir do momento em que a vara, tendo comprimido a pilha de *seiras*, não desce mais, é introduzida a *trabinca* no veio. Deste modo, fixa-se o peso ao *fuso*; e, continuando a rodar a alavanca (a chamada *panca*), a pouco e pouco o peso fica suspenso, aumentando a pressão sobre as seiras.

A zona de empilhamento das seiras (ou zona de *enseiramento*, como também é chamada em alguns locais) é constituída por um amplo recipiente de granito – a chamada *sertã* (vejam-se as Figs. 10, 11 e 12) –, situada por debaixo da vara e entre a parede e os *balaústres*. É aqui que se vão empilhando as *seiras* com a *massa*, para depois serem prensadas, libertando-se o azeite. É aqui, igualmente, que se dá as *caldas*, em número de duas, perfazendo-se, portanto, um total de três prensagens.

O azeite, por acção da prensagem, escorre para os *potes*, onde, por decantação, se separa das águas quentes que o ajudaram a separar-se da massa. Mais precisamente, estamos na presença de um sistema primitivo de decantação, tecnologicamente afastadíssimo das modernas centrifugadoras para o azeite. Este sistema, documentado pela Fig. 12, é constituído por um conjunto de dois *potes* geminados, ligados entre si. O primeiro, o pote nº 1, é o de recepção da mistura azeite-água que escorre da *sertã*. Aqui é recolhida a mistura que imediatamente começa o seu processo de decantação, separando-se a água do azeite na sua maior parte. Por sua vez, a água, eventualmente ainda misturada com alguns restos de azeite, passa para o pote nº 2, onde esse processo se conclui.

Atente-se no pormenor dos tubos 8 e 9, na Fig. 12. Não é por acaso que eles apresentam a situação e inclinação documentadas pela gravura. A saída do pote nº 1 situa-se a um nível baixo, para que só a água, eventualmente com alguns restos de azeite, possa passar ao recipiente nº 2; a entrada no pote nº 2 fica a um nível superior. O tubo de esgoto, nº 8 da Fig. 12, apresenta a sua saída, no pote nº 2, a um nível muito baixo, junto à base do recipiente, por ele saindo unicamente a água e ficando, à superfície, restos de azeite que tenham ainda passado misturados na água. São bastante elucidativas, a este respeito, as palavras do informador, que passamos a transcrever:

«Tem dois *potes* ligados um ao outro. São ligados por estes canos (8 e 9). A água caiu aqui; e o azeite fica e a água sai do fundo do primeiro pote e bem ò cimo deste. Alguns olhos que bem misturados na água sai outra bez do fundo deste e é que sai p'ra fora [...]. Conforme sai [da *sertã*], a água sai da colá... a água e o azeite tudo misturado e depois é que depura aqui. O azeite é tirado c' ma medida, uma medida de litro ou de dois litros. Bai-se tirando, tirando, até chegar à água. Depois... e depois ò resto, sabe, tudo o qui é e entrega ò freguês».

2. O lagar de Vila Viçosa

Em 10 de Outubro de 1969, continuámos as nossas digressões por terras de Arouca. Começámos por visitar a povoação de Espiunca, onde já tínhamos estado precisamente dois meses antes, e, após reduzida volta, desta vez com melhor tempo, prosseguimos o percurso pelo mesmo *estradão*. Com muito pó deixado para trás, alcançámos o lugar de Vila Viçosa, ainda na freguesia da Espiunca. Aqui, visitámos o lagar de vara, pertencente a Anfbal da Fonseca Pinheiro, que detalhada e pacientemente nos foi falando da sua oficina.

Segundo pudemos apurar recentemente, este lagar encontra-se ainda em estado de laborar; pelo menos, não existem quaisquer referências ao seu cancelamento na Delegação da J. N. A., em Coimbra. A sua estrutura é idêntica à dos lagares de Canelas: a mesma porta larga para entrada dos carros; os mesmos materiais de construção, com as pedras sobrepostas, sem qualquer argamassa. Quanto a iluminação, é talvez um pouco superior: uma janela lateral permite iluminar a zona de prensagem; a porta principal de acesso permite a entrada plena de luz, iluminando perfeitamente o moinho.

O moinho (Fig. 13), sendo de tracção animal, é de longe superior aos que anteriormente estudámos. De grandes dimensões e com duas grandes *mós*, conhecidas também na região pela designação de *galgas*, apresenta um amplo *vaso* de granito, cilíndrico exteriormente e de forma tronco-cónica no seu interior. Curiosa e invulgarmente, as *mós* ou *galgas* não são de igual dimensão, tendo sido respectivamente designadas pelo informador por *galga maior* e *galga menor*. Accionadas por meio da *almanjarra*, giram em volta de um grosso eixo de ferro, encimado por um prato cilíndrico, onde colocam «o gasóimetro». A *almanjarra* é atrelada ao animal por meio de uma corda ou um pedaço de correia, conhecidas por *açoga* ou *soga*.

No lado oposto ao da entrada principal, situa-se a *caldeira* com a respectiva *fornalha*, a prensa de vara, o pote e o *sãofridoiro*, bem visíveis nas Figs. 14 e 15.

A *caldeira*, ao canto do lagar e ao lado da prensa, assenta sobre uma base de pedra, tendo por debaixo a *fornalha*, com uma saída posterior para o fumo. É uma grande vasilha de cobre, com ampla abertura, permitindo a tiragem da água com recipientes de lata apropriados, os chamados *cocos*.

A prensa de vara (Figs. 14 e 15) é em tudo idêntica ao que já vimos, quando falámos dos lagares de Canelas. No entanto, encontrámos aqui uma nova designação, que ainda não nos surgira anteriormente, para um elemento constituinte da prensa de vara, aliás bem visível nas fotografias que tirámos e referenciado pormenorizadamente na Fig. 15, nº 14. Efectivamente, o *fuso*, bastante comprido e com uns 3 metros de comprimento, trabalha numa peça de madeira com rosca, que atravessa a vara de um lado ao outro da *cabeça da vara*, e que foi designada pela expressão *concha da vara*.

O local de empilhamento das seiras para a prensagem é também aqui designado pelo nome de *sertã*. Com um diâmetro superior ao das seiras (Figs. 16 e 17), apresenta um bordo bastante baixo, fazendo lembrar com o bico por onde corre o azeite uma *sertã de cozinha*, donde, talvez, a origem do nome dado na região a esta peça do lagar.

A abertura na base da *sertã* é regulada por meio de um tampão de madeira, nº 3 da Fig. 17, em alguns sítios envolvido em pano. O material de que é feita pareceu-nos ser de granito. A sua identificação tornou-se-nos difícil, não só devido à pouca claridade no interior, mas sobretudo devido à camada gordurosa de há longos anos, que recobre a superfície.

Igual dificuldade sentimos ao procurar identificar o material de que é feito o *pote*, situado sempre num plano inferior ao da zona de enseiramento e, no caso deste lagar, praticamente pegado à *sertã*. De formato cilíndrico, parece ser constituído por um bloco único de pedra, assente sobre uma base cilíndrica do mesmo material. Na base, existe um orifício, que é aberto sempre que se torna necessário extrair a *água-ruça*, também designada por alguns, nesta mesma região, pela expressão *água-churra*. O azeite, que por decantação fica sempre por cima, passa para as *latas* ou *latões* através de um cano, existente na parte superior do bordo do pote (vd. Figs. 16 e 17, nºs 7 e 8).

Ao lado da *sertã* e ao mesmo nível que esta, existe uma ampla plataforma de pedra (Fig. 15, nº 4), onde o *mestre* trabalha, quer para *dar as caldas*, quer depois, finda a prensagem, para desenseirar o *bagaço* ou *baga* que, no caso de Vila Viçosa, é utilizado como combustível para alimentar a *caldeira*.

3. O lagar de Anterronde

Em toda a nossa digressão por terras de Arouca, foi o lagar de Anterronde, na freguesia de Santa Eulália, o único que tivemos a oportunidade e o privilégio de ver trabalhar, acompanhando todas as operações de fabrico de azeite, desde a chegada da azeitona até à sua saída, já transformada no tão apreciado óleo de Minerva. Visitámos este lagar em plena época de laboração, a 12 de Janeiro de 1970, onde nos deslocámos expressamente, antes de seguirmos para terras do interior transmontano.

Situado no lugar de Anterronde, freguesia de Santa Eulália, no concelho de Arouca, pertence este engenho à viúva de Albano Alves, encontrando-se, segundo informações colhidas, cancelado desde 1973. Era um lagar bastante mais moderno que os anteriormente analisados. Embora em muitos aspectos já tecnologicamente ultrapassado, possuía um moinho de tracção hidráulica e uma prensa de parafuso, que analisaremos à medida que formos acompanhando o fabrico do azeite. Teremos, para tal, de recuar no tempo até à altura em que ainda funcionava,

para podermos reviver toda a sua antiga actividade, bem assim a entrevista que então tivemos com os senhores José Teixeira e Augusto Teixeira, dois irmãos que eram, respectivamente, o mestre do lagar e o encarregado. O primeiro, trabalhava no enseiramento; o segundo, nas restantes actividades, tendo por ajudantes mais dois rapazes, os chamados *moços do lagar* ou *ajudantes*. Recuemos, pois, no tempo e vejamos como tudo ali se processava.

A azeitona chega ao lagar trazida em sacas pelos próprios donos, que utilizam, em regra, carrões de bois (Fig. 18). É deitada em *gigos*, que levam o equivalente a um alqueire, sendo a medição feita de *cagulo*. Só depois é deitada no moinho.

O vocábulo *cagulo* causou-nos estranheza, já que nunca anteriormente o ouvíramos. No entanto, a explicação não tardou a ser dada pelo Senhor José: «A gente cá é deitada de *cagulo*. Quer dizer, uma rasa de milho arrasado são binte litros. Mas àzeitona é medida de *cagulo*. Bota-se até ela cair abaixo... é *cagulo*.»

O moinho, relativamente moderno (Fig. 19), é constituído por um sistema hidráulico de accionamento e pelo moinho propriamente dito, este de estrutura metálica com base de pedra, sobre a qual giram as duas mós assimétricas, igualmente de pedra, aqui chamadas *galgas*.

O sistema de accionamento está esquematizado na Fig. 20. À semelhança do que poderemos encontrar em grande número de azenhas movidas a água, é constituído por uma enorme roda de madeira, a chamada *roda d'água*, que acciona todo o sistema. No entanto, apresenta a particularidade de ficar dentro do próprio lagar, ao contrário do que é habitual. O fluxo da água, que chega ao lagar por meio de uma *conduta*, é controlado do interior por meio de uma alavanca. A água, caindo nos *copos* da «roda d'água», faz accionar esta, sendo o movimento desmultiplicado por um sistema de rodas dentadas e transmitido ao moinho por meio de «uma *linha d'eixo*. Engata naquela [roda] e vem aquele veio p'ra cima e faz andar isto», ou seja, faz accionar as *galgas*.

Transformada a azeitona em *massa*, é aberta uma porta situada na parede exterior do *vaso*, caindo esta para uma ampla caixa de madeira, de onde é retirada para os *masseiros* por meio de uma pá vulgar, tal como se pode observar na Fig. 19. Compete este trabalho aos dois rapazes que ajudam o mestre do lagar na sua tarefa.

A operação seguinte é explicada pelo Senhor José Teixeira, de quem passamos a transcrever as palavras e cujo trabalho está documentado na Fig. 21.

«O *masseiro* é p'ra levar a massa. Eu estou aqui em cima (veja-se a citada gravura). Assim: uma seira bazia. E aqueles dois rapazes estão acolá [junto do moinho – Fig. 19]. Um échi o *masseiro* e outro põe-m'aqui na beira. Eu pego no *masseiro* e *broco* in cima da seira [previamente colocada na *sertã* ou *pio* de pedra, entre os dois parafusos da prensa]. *Broco*, bira-se im cima da seira, da premeira seira. Depois torno a tchingar-lo *masseiro* e eles tornam a encher o segundo e eu broco na mesma seira. A seira fica cheia, ponho outra seira im cima. Bem outro *masseiro* de massa d'acolá da *caixa*, broca-s'im cima da outra seira. Leva cada seira dois *masseiros*».

Por meio de força física de quatro lagareiros, dois de cada lado dos raios, procede-se ao aperto da prensa de parafuso. Atente-se, igualmente, nos diferentes objectos de uso no lagar, junto ao bordo da zona de enseiramento.

Uma vez empilhadas no *pio* um total de seis seiras repletas de massa, é colocada uma *porta* circular de madeira, de grande espessura e diâmetro ligeiramente superior ao das seiras, e, por sua vez sobre esta, uma série de grossos *tabuões* que, além do seu peso, permitem aumentar a pilha a ser comprimida pela prensa (Fig. 22). E, concluída esta operação, quatro homens dão início à prensagem, trabalho este documentado de maneira suficientemente elucidativa pela Fig. 23, dispensando-nos qualquer outra explicação.

A prensa de parafuso (melhor seria dizer de parafusos, visto que possui dois), fica numa plataforma elevada cerca de um metro relativamente ao resto do lagar, tal como se poderá observar na Fig. 24. É constituída por uma barra de ferro de grande secção, tendo na parte superior e em cada uma das extremidades um sistema de engrenagens, que lhe permite subir ou descer ao longo dos dois parafusos mediante o accionamento manual dos raios, tal como se poderá observar na Fig. 23, que documenta esta actividade. Os dois sistemas de engrenagens funcionam simultaneamente, encontrando-se ligados por meio de um veio, visível na gravura 24.

Após a primeira prensagem, a prensa é levantada, a fim de se proceder ao *caldeamento* das seiras. Ouçamos a entrevista em que o Senhor José Teixeira nos explica como procede:

«Faz-se a premeira bez [a prensagem]. E tornou-se a desapertar. E as seiras põe-se acolá no lote, uma im cima das outras outra vez. E começa-se da do fundo a *caldear* com água quente que vem lá de cima duma *caldeira*, água quente que vem por este cano, por aqui e sai aqui. A gente abre a água aqui e bota dentro das seiras e mexe o *bagaço* bem mexido, mexido...».

– Mexe-se com quê? – perguntámos.

– «Com uma pá, com este pau. A água 'stá a ferber. A água 'stá a ferber. Põe-se estes três pauzinhos assim».

E abrindo a seira, o Senhor José coloca os paus verticalmente, em três pontos aproximadamente à mesma distância uns dos outros para «lebrantar a beira das seiras p'ra cima p'rá gente poder mexer o *bagaço* com a água a ferber».

– Só se escalda uma vez? Isso chama-se *caldear*? – voltámos a perguntar.

– «É, exactamente. Agora desaperta a prensa outra bez e despegou o *bagaço* acolá e o freguês enchi-o no saco e leba embora.»

Apesar de não termos obtido resposta à primeira parte da questão, por nossa culpa – só deveríamos ter posto uma única pergunta de cada vez –, viemos depois a saber que, em regra, são dadas duas *caldas*, perfazendo-se, tal como também já vimos relativamente aos lagares anteriores, um total de três prensagens.

O azeite que escorre, libertando-se da massa contida nas seiras, vai para as *talhas*, embutidas numa plataforma de cimento de secção aproximadamente quadrada e com mais de dois metros de comprimento, que poderemos observar na Fig. 25.

«O azeite escorre dacolá [das seiras], – diz-nos novamente o Senhor José – cai num canozinho, bem e cai aqui [na talha]. E o meu irmão, quíe o *mestre* aqui imbaixo, cá 'stá à espera do azeite. E depois aqui é que manobra. E [o azeite] depois bai bindo, bindo, subindo, subindo, subindo, subindo... porqu' o azeite anda sempre no *laço* da água, da água quenti. Depois, depois é água quente [...], põe-se aqui a cair e depois a água cai aqui e bai p'ró fundo da *talha* e o azeite bem sempre no cimo e bai passar práqui.

– Este segundo recipiente igual ao primeiro e ligado por esta conduta, à superfície, como se chama? – perguntámos.

– «É outra talha. O azeite passa apurado práqui. Cai ali naquela [talha] e daquela é apurado e cai nesta. Agor' áqui ésó azeite. E ali é azeite e água.»

E com estas últimas palavras do Senhor José Teixeira, damos por encerrada a nossa visita, melhor dizendo, a nossa evocação da faina outrora vivida no lagar de Anterronde, por alturas da laboração do azeite.

4. Os diversos utensílios dos lagares visitados

Além dos elementos já apresentados ao longo da análise dos quatro lagares visitados no concelho de Arouca, existe toda uma série de utensílios vários utilizados durante e após o fa-

brico do azeite, desde simples colheres de madeira para mexer a massa, até às diferentes medidas para azeitona e azeite, passando por pequenos objectos de uso variado. Sem pretendermos, de modo algum, efectuar um estudo exaustivo desses utensílios, iremos ver alguns, procurando saber para que servem e quais os nomes por que são designados.

Transformada a azeitona em *massa* por acção das pedras do moinho, esta é retirada e transportada para a zona de prensagem. Para este trabalho utilizam-se diferentes objectos, variáveis de lagar para lagar. Na zona de Canelas, encontrámos vulgares *sachos* e *sacholas* ou mesmo simples *pás*, com as quais retiravam a massa do vaso do moinho. No final, com um *bassourinho*, pequena vassoura de piaçaba, o fundo de pedra era devidamente varrido antes de voltar a ser carregado com nova quantidade de azeitona. Em Anterronde, a descarga da massa processava-se automaticamente, sendo depois utilizada uma vulgar pá, como oportunamente vimos quando falámos deste lagar.

O transporte da massa é feito em recipientes apropriados, cujo formato, material de construção e designação variam de terra para terra. Em Canelas de Baixo, o objecto para transporte da massa é feito de madeira e designado por *gamela*; em Vila Viçosa, o mesmo objecto é de lata, tomando o nome de *escudela*; em Anterronde, é de madeira e conhecido pelo nome de *masseiro*. Em qualquer dos locais, o formato é idêntico e similar ao da Fig. 26, nº 1, objecto este que poderá ser visto em plena utilização nas Figs. 19 e 21, que ilustram o decurso deste trabalho no lagar de Anterronde. Aqui, a massa é lançada automaticamente do moinho para um grande recipiente rectangular de madeira, designado muito simplesmente por *caixa* ou *caixa da massa*.

Com pequenos paus de 10 a 15 centímetros, geralmente três, são levantadas as abas das seiras, facilitando-se deste modo o trabalho de *caldeamento* ou *caldas*. Designados pelo termo *escantilhões* em Vila Viçosa, eram conhecidos, em Canelas, por *frades*. Poderemos ver alguns exemplares destes pequenos objectos de madeira nas Figs. 10 e 11.

Para o transporte da água a ferver, é utilizado um recipiente de lata, de forma cilíndrica, designado na região de Arouca pelo nome de *coco*, do qual poderemos ver exemplares não só na Fig. 26, atrás transcrita, mas ainda nas Figs. anteriores: 14 e 16. Uma vez despejada a água nas seiras, a massa é mexida com a ajuda de uma colher de madeira, especialmente concebida para este fim e de que fizemos um esboço na Fig. 26, nº 3.

Sobre a pilha de seiras, é colocado um estrado circular de madeira. De diâmetro ligeiramente superior ao das seiras, este objecto tem a finalidade de permitir uma distribuição homogénea da pressão por toda a superfície das seiras. O nome por que é conhecido varia de região para região; no caso do concelho de Arouca, registámos as seguintes designações: *trincho*, nos lagares de Canelas; *porta*, no lagar de Anterronde.

Por cima do *trincho* são colocadas várias pranchas de madeira, também designadas por *tabuões*, bem visíveis nas Figs. 22, 23 e 24.

Para a verificação do nível da água nas *tarefas*, *talhas* ou *potes*, utilizam os *mestres* uma pequena vara de madeira, por vezes um ramo de oliveira, ou mesmo uma pequena cana, que mergulham no líquido. A água que nas tarefas se separa do azeite por decantação foi simultaneamente designada, em Anterronde e Vila Viçosa, pelas expressões *água-churra* e *água-ruça*.

Para medição do azeite, é utilizada toda uma série de objectos, que tivemos a oportunidade de encontrar reunidos no lagar de Anterronde.

As medidas pequenas (Fig. 27) são conservadas num tabuleiro rectangular de folha de Flandres, onde se deposita o azeite que delas escorre após cada medição. Para grandes quantidades de azeite a medir, são utilizados os chamados *canados*, com dois tamanhos: o de 10 e o

de 5 litros. Estes, conservados – como no caso de Anterronde – num tabuleiro circular ou prato de metal (Figs. 27 e 28), são feitos de folhas de Flandres, munidos de duas asas simétricas e com uma boca relativamente larga.

Igualmente não falta nos lagares visitados um grande funil, que facilita a medição e impede que o óleo se derrame.

O transporte do azeite é feito em grandes recipientes de lata, idênticos aos documentados na Fig. 27.

5. Relação dos antigos lagares do Distrito de Aveiro

De acordo com o que dissemos no começo deste trabalho, passaremos a apresentar, por ordem alfabética, uma relação de todos os antigos lagares de vara e de parafuso do distrito de Aveiro de que há referência na Delegação, em Coimbra, da Junta Nacional do Azeite. Provavelmente, de alguns não restarão mais do que simples vestígios ruinosos, se é que, por ventura, não terão desaparecido por completo.

Para uma mais fácil localização no espaço geográfico deste distrito, procuraremos marcá-los no mapa que acompanha esta relação. Note-se que apenas indicamos os antigos lagares, o que significa que, além destes, existem diversos lagares modernos espalhados por todo o distrito e ainda em funcionamento, num total de 40, repartidos do seguinte modo pelos diferentes concelhos: 6 em Águeda, 2 em Albergaria; 11 em Anadia; 6 em Arouca; 1 em Aveiro; 9 na Mealhada; 3 em Oliveira do Bairro; 2 em Sever do Vouga.

5.1. Concelho de Águeda

1. Aguada de Cima: pertencente a Maria Martins Estima de Oliveira Coelho, foi este lagar cancelado em 1972 e, segundo parece, existe nesta altura apenas o edifício.

5.2. Concelho de Anadia

2. Ferreiros, freguesia da Moita: pertence a Adelino Martins Ferreira, foi cancelado em 1972. O lagar já não existe. Todo o material foi vendido para sucata e a casa está em ruínas, restando apenas bocados de parede cobertos de silvas.
3. Lameirinhas, freguesia de S. Lourenço: pertencente a Isac Oliveira Castanhas, este lagar está há muito tempo parado e praticamente abandonado. De tracção animal, ainda apresentava, até há poucos anos, o moinho e a prensa de parafuso.
4. Moita: pertencente a Luís Martins M. de Castro, é um antigo lagar de vara. Não está ainda cancelado, embora sirva, segundo informação, de arrecadação.
5. Póvoa do Pereiro, freguesia de Moita: pertencia aos herdeiros de Manuel Rodrigues Simões, tendo sido cancelado em 1972. Após ter sido vendido, foi totalmente desmantelado, existindo em seu lugar um aviário.

5.3. Concelho de Arouca

6. Alvarenga: pertencente aos herdeiros de Manuel José Duarte, foi cancelado em 1974. É um lagar de vara com moinho de tracção hidráulica e, provavelmente, não mais voltará a trabalhar.

7. Alvarenga: pertencente a Maria da Conceição Galvão Noronha, mantém válido o alvará e, em 1969, estava em estado de funcionamento. Com moinho de tracção hidráulica, possui uma prensa de vara.
8. Anterronde, freguesia de Santa Eulália: pertencente à viúva de Albano Alves, foi cancelado em 1973. Possui um moinho de tracção hidráulica e uma prensa de parafusos. Deste lagar nos ocupámos no capítulo IV – O Lagar de Anterronde, pelo que para aí remetemos o leitor.
9. Canelas de Baixo, freguesia de Canelas: pertencente a Agostinho Soares de Figueiredo, com quem tivemos oportunidade de conversar durante a visita ao seu lagar, mantém válido o alvará e continua, ao que parece, em estado de funcionamento.
10. Canelas de Cima, freguesia de Canelas: já por nós analisado no capítulo II, pertencia em 1965 a Maria Soares de Andrade e, em 1973, passou para a posse de Artur de Andrade Pinto. De tracção animal e com uma prensa de vara, foi cancelado em 1979.
11. Espiunca: pertencente a José da Fonseca, foi por nós visitado em 10 de Agosto de 1969, não tendo encontrado qualquer ficha referente a ele na Delegação de Coimbra de J. N. A.. Lagar com moinho de tracção animal e prensa de vara, encontrava-se de tal modo cheio de lenha que não o pudemos fotografar, tendo sido, no entanto, obtidos alguns elementos com relativo interesse durante a entrevista com o dono. Recorde-se o que dissemos a este respeito no capítulo de introdução.
12. Figueiredo, freguesia de Burgo: pertencente a Isidro de Sousa Gomes Reimão, foi cancelado em 1972, dele só existindo, actualmente, as paredes em ruínas.
13. Moldes: pertencente a António Teixeira, é um lagar de tracção hidráulica com uma prensa de parafuso. Segundo informação colhida, embora ainda autorizado, já não funciona.
14. Paradinha, freguesia de Alvarenga: pertencente a José Mendes, este lagar foi cancelado em 1977. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara.
15. Quinta do Arda, freguesia de Fervedo: pertencente a Alberto Gomes Quintas, foi dado como cancelado em 1972. Transcrevemos a informação recolhida na J. N. A.: «O lagar está parado há muitos anos e completamente abandonado. O proprietário é pessoa muito idosa e não voltará a trabalhar com o lagar. Existe uma carta do proprietário (de 1972?) a comunicar que o mesmo está desmantelado».
16. Santa Maria do Monte, freguesia de Santa Eulália: pertencente aos herdeiros de António Teixeira de Almeida, conserva válido o seu alvará e estado de funcionamento. Possui um moinho de tracção hidráulica e uma prensa de parafuso.
17. Seravigões, freguesia de Espiunca: pertencente a António Martins Rodrigues, mantém válido o seu alvará, embora já não funcione, segundo informações colhidas, há bastante tempo. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara.
18. Vila Viçosa, freguesia de Espiunca: pertencente a Aníbal da Fonseca Pinheiro, mantém válido o alvará. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara. Dele nos ocupámos no capítulo III.

5.4. Concelho de Castelo de Paiva

19. Bairros: pertencente a Gisela da Silva Lousada Soares, este lagar possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara. Mantém válido o alvará.
20. Casa da Póvoa, freguesia de Pedrido: pertencente a António Meireles M. A. Mendonça, foi cancelado em 1976. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara.
21. Casa da Póvoa, freguesia de Pedrido: pertencente a Luís Meireles F. Mendonça, foi cancelado em 1976. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara. Relativamente a este lagar, surge-nos uma dúvida: o facto de na alínea 20 nos surgir um lagar no mesmo local, com características idênticas, igual data de cancelamento e com um dono cujo nome parece ser da mesma família, leva-nos a duvidar se se tratará do mesmo lagar ou se serão efectivamente dois lagares distintos.
22. Cruz do Vale, freguesia de Raiva: pertencente a Constantino Teixeira de Oliveira, este lagar continua autorizado a laborar. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara.
23. Folgoso, freguesia de Raiva: pertencente a Manuel Zeferino Moreira, foi cancelado em 1972. Possui um moinho de tracção animal e duas prensas: uma de vara; a outra de parafuso.
24. Gilde, freguesia de Real: pertencente a Manuel Gomes Moreira Cardoso, foi cancelado em 1972. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara.
25. Gondarém, freguesia de Raiva: pertencente a Manuel Leite de Matos, foi cancelado em data não indicada nas fichas da J. N. A. Segundo aqui verificámos, possui moinho de «tracção animal e uma prensa de vara e uma de parafuso. Não trabalha há anos e costuma servir de arrecadação».
26. Pedrido: pertencente a José Maria de Sá Seabra, foi cancelado em 1977. O lagar já não trabalha há vários anos, segundo informação colhida, possuindo um moinho de tracção animal, uma prensa de vara e outra de parafuso.
27. Quinta da Fisga, freguesia de Bairros: pertencente a Fernando Salema, mantém ainda válido o alvará. Possui um moinho de tracção animal e uma prensa de vara.
28. Quinta do Outeiro, freguesia de Raiva: pertencente a Luís Paulino L. Amorim, foi cancelado em 1980, estando já parado há anos. Possui um moinho de tracção animal, uma prensa de vara e uma de parafuso.
29. Raiva: pertencente ao Engenheiro Luís da Rocha Soares Júnior, foi este lagar cancelado em 1972. Segundo informação, «o lagar está totalmente desmantelado e as paredes em ruínas».
30. Vale de Fães, freguesia de Sardoura: pertencente a Teófilo Maria Seabra, foi cancelado em 1976. Possui este lagar um moinho de tracção hidráulica, uma prensa de vara e uma de parafuso.

5.5. Concelho de Vila da Feira

- 31.** Canedo: pertencente a António Gomes Sameiro, mantém válido o alvará. Possui um moinho hidráulico e uma prensa de vara.
- 32.** Pessegueiro, freguesia de Vale: pertencente a Joaquim Francisco Soavinho, foi este lugar cancelado em 1972. Segundo informação colhida, «o lugar já não existe. Está desmantelado e o alpendre onde estava instalado tem agora apenas um alambique».
- 33.** Pomar, freguesia de Gião: pertencente a Agostinho da Mota Pereira Valente, o lugar encontra-se totalmente desmantelado, tendo sido cancelado em 1972.

bibRIA

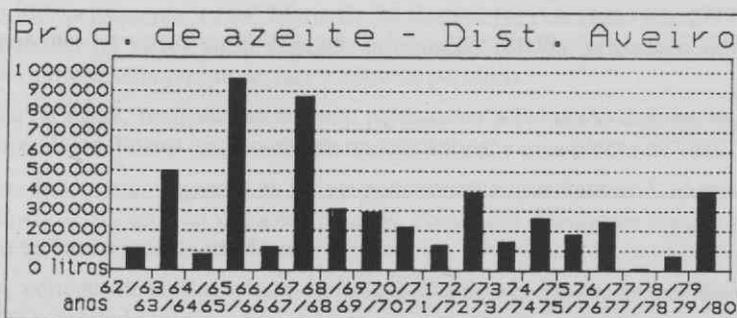
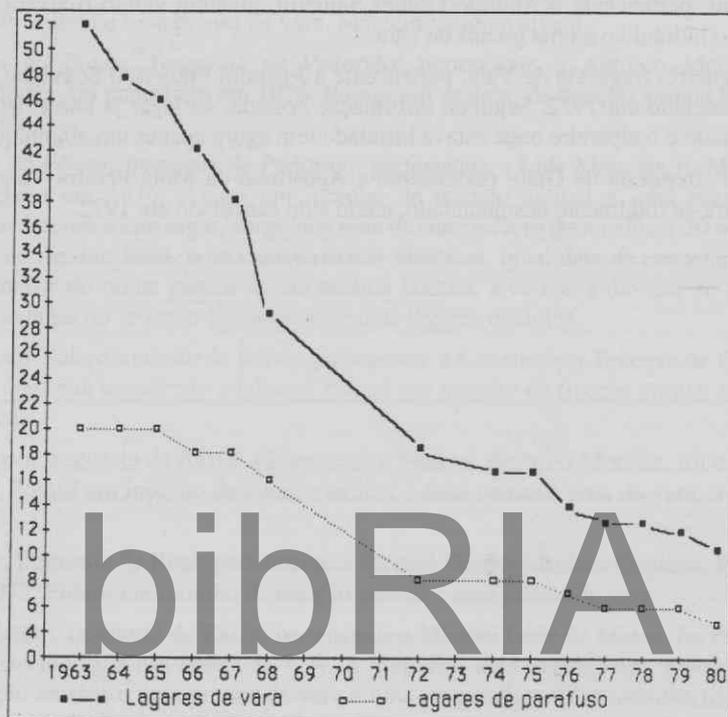


Fig. 1

Existência de lagares de vara e de parafuso no distrito de Aveiro, de acordo com os elementos recolhidos em Coimbra, na Delegação da J. N. A. Relativamente aos anos de 1968 a 1971 e 1973 não encontramos elementos.

Fig. 2

A produção de azeite no distrito de Aveiro, entre 1962-1980.

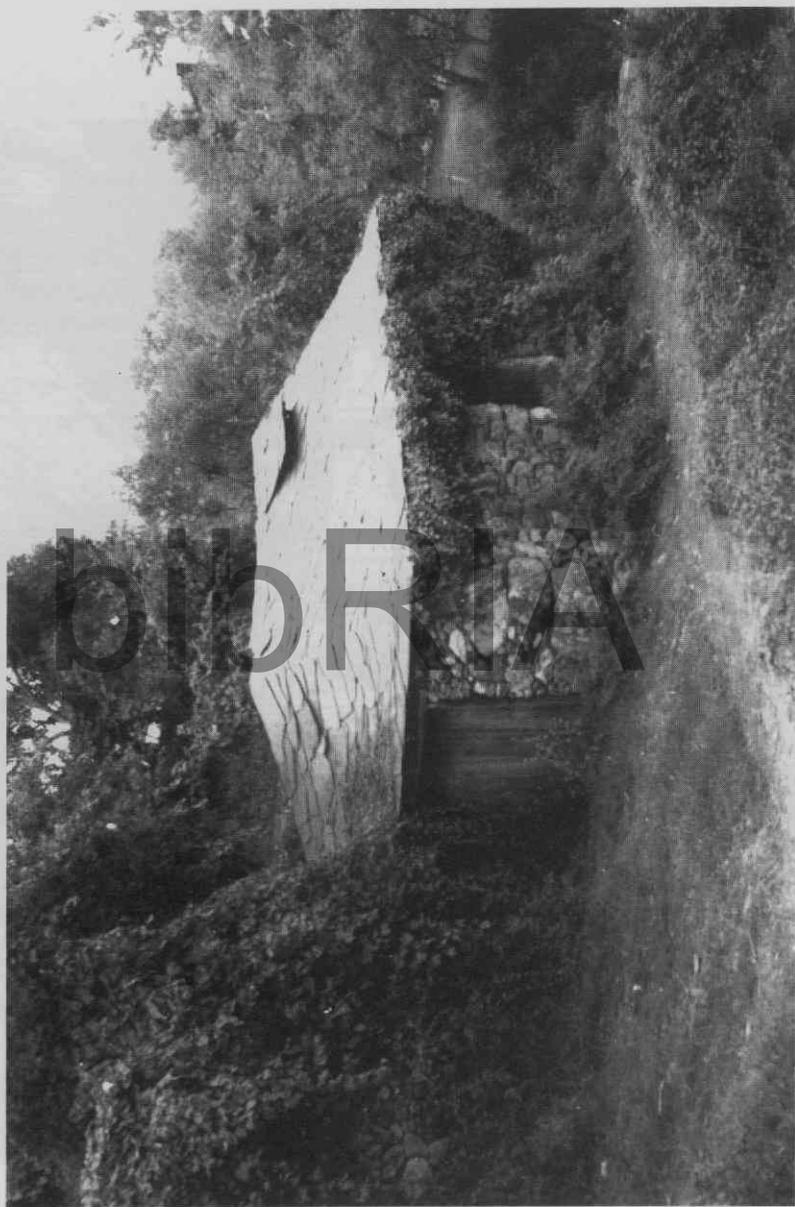
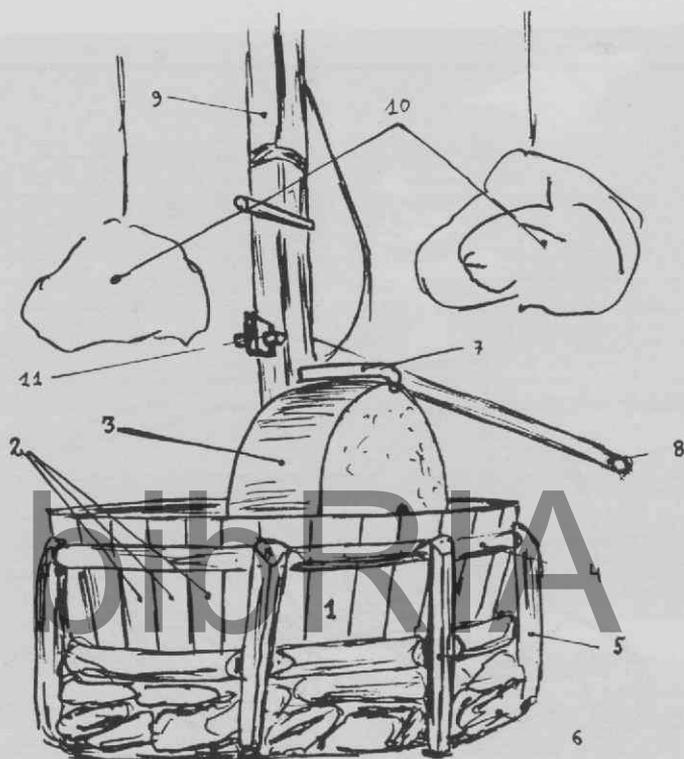


Fig. 3
Aspecto exterior do lagar de Canelas de Cima, no concelho de Arouca.



Fig. 4
Aspecto do moinho do lagar de Canelas de Baixo, no concelho de Arouca.

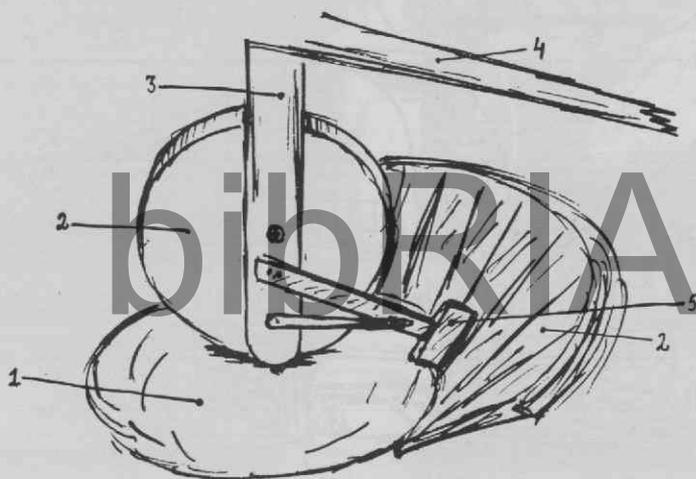


- | | |
|--------------------------|---------------------------|
| 1 Vaso do moinho | 7- Raspador de madeira |
| 2- Aduelas. | 8- Almanjarra |
| 3- Mo. | 9- Moirão. |
| 4- Cercadura de madeira. | 10- Seiras |
| 5- Suporte de madeira | 11- Fixador da almanjarra |
| 6 - Base de pedra. | |

H.X.E.O.

Fig. 5

Elementos constituintes do moinho do lagar de Canelas de Baixo.



- 1 - Base do moinho.
- 2 - Mó.
- 3 - Moirão
- 4 - Almanjarra
- 5 - Raspa.

H.J.C.O.

Fig. 6

Corte do interior do moinho de canelas de Baixo, mostrando a mó e o raspa (raspador).

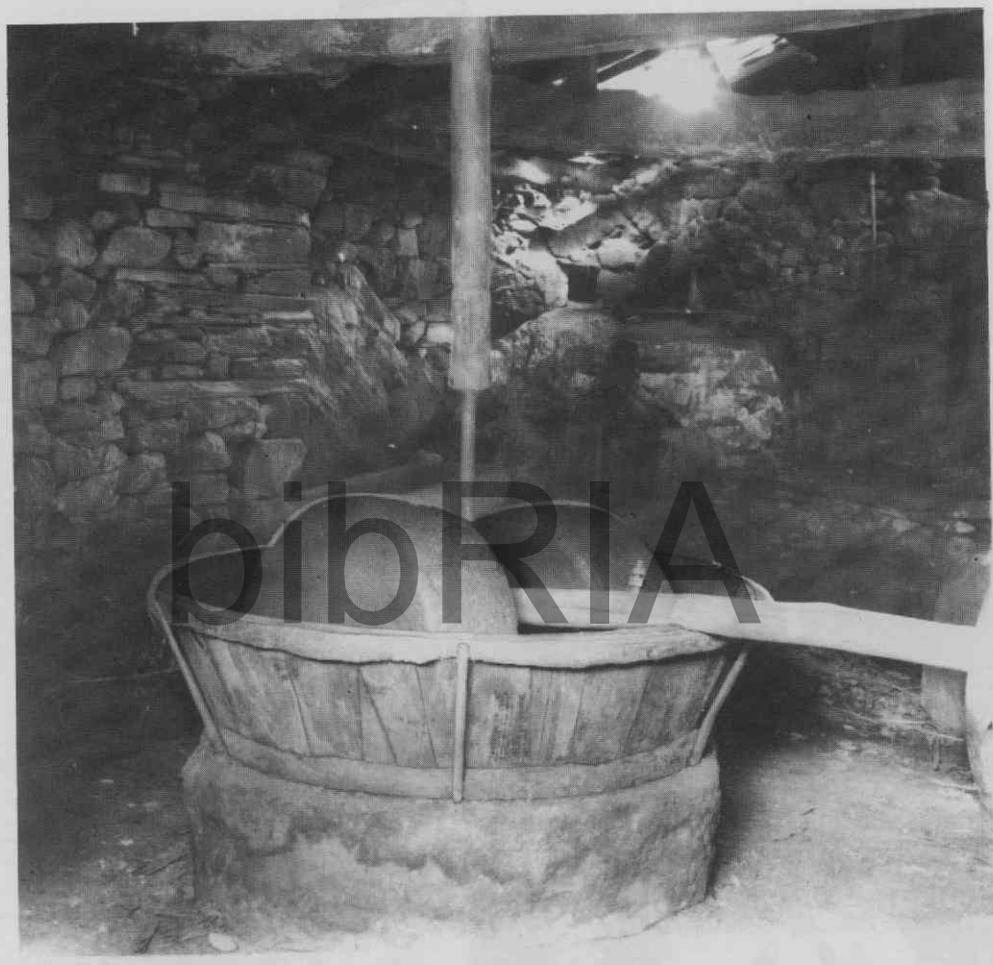


Fig. 7
Aspecto do moinho do lagar de Canelas de Cima, no concelho de Arouca. Ao fundo, o *pio*, para lavagem da azeitona, e a *caldeira*, esta ao canto do lagar.

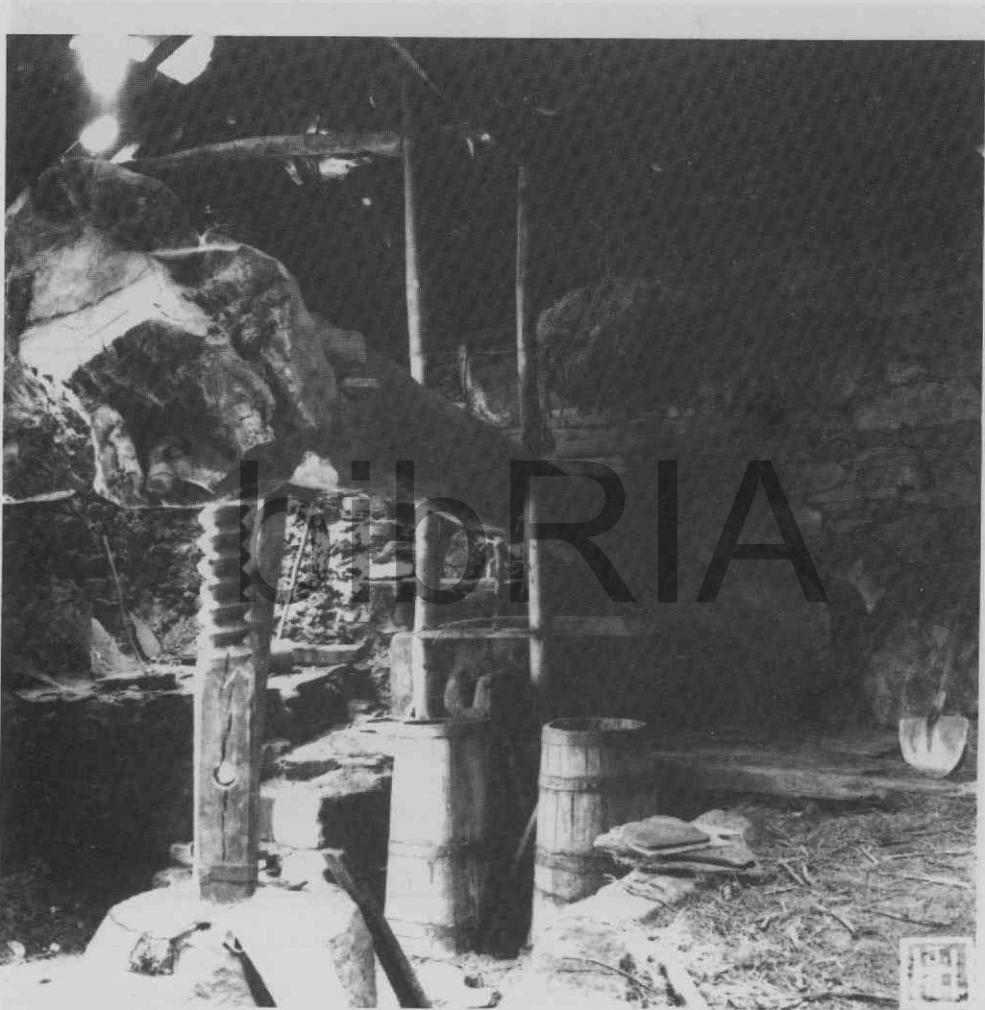


Fig. 8

Diferentes elementos da prensa de vara do lagar de Canelas de Baixo: o fuso, os balaústres e potes; a seguir, a sertã, as virgens, o trincho e uma pá; ao fundo, a caldeira.

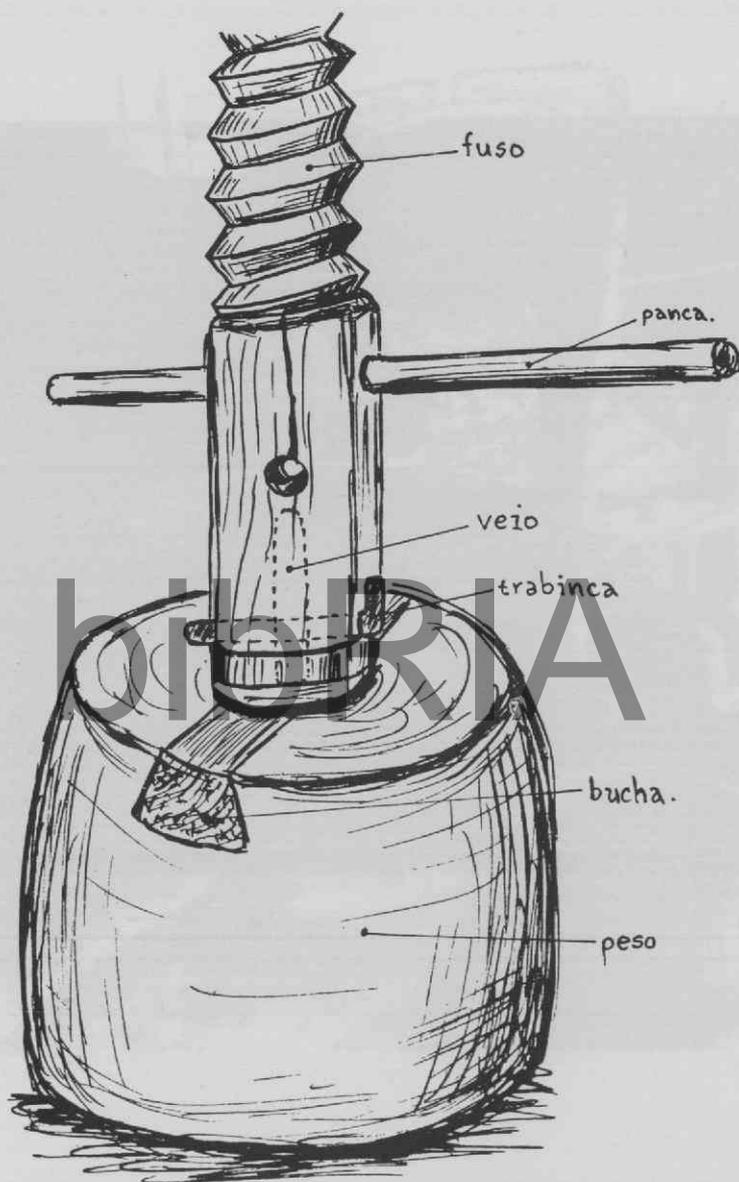


Fig. 9
Pormenor do fuso e do peso.

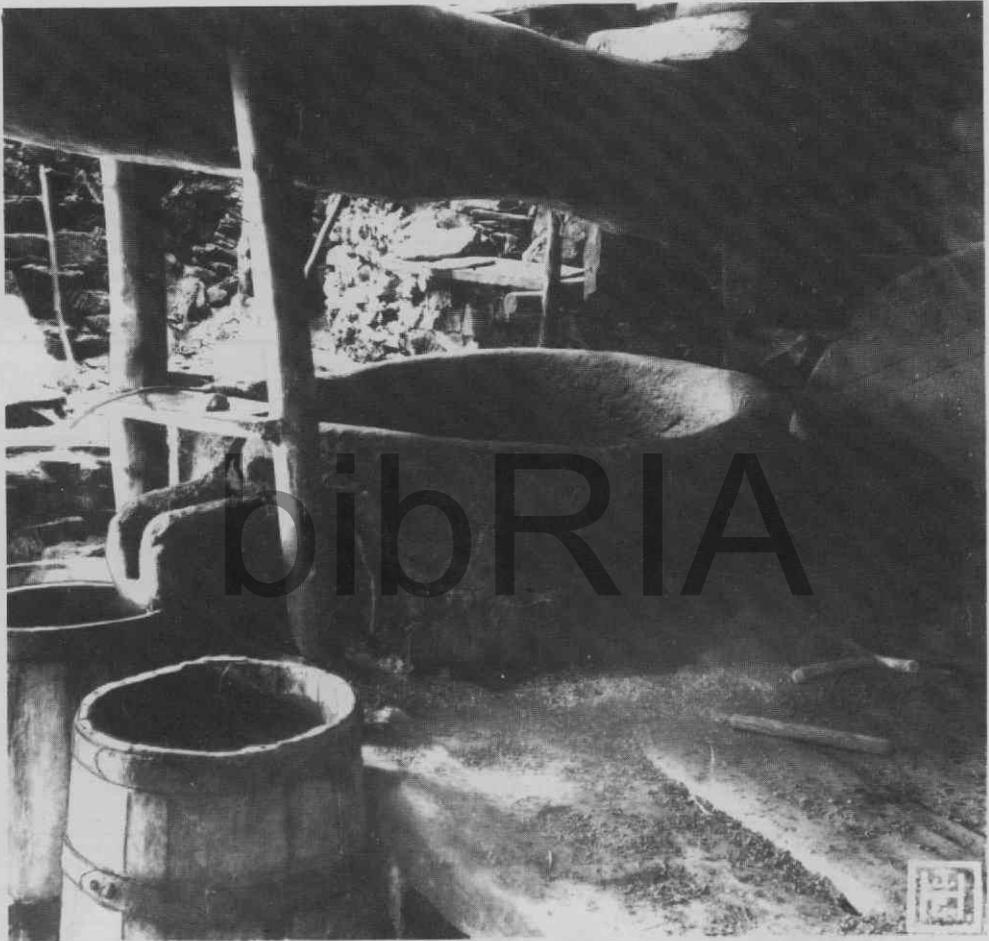
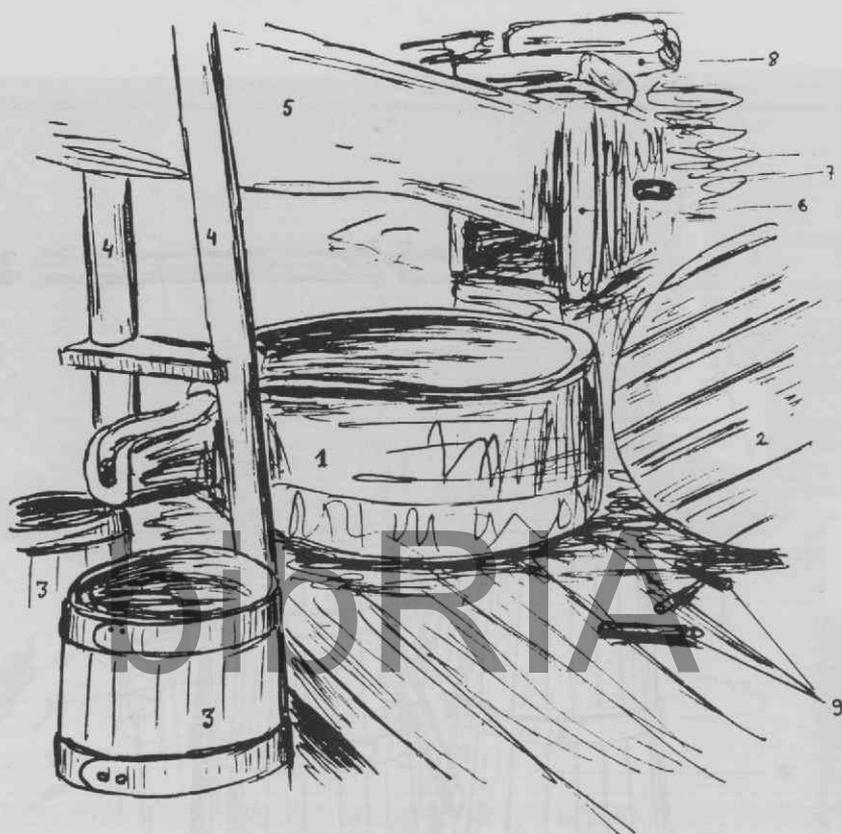


Fig. 10
Pormenor da *sertã* e dos *potes* do lagar de Canelas de Baixo, no concelho de Arouca.

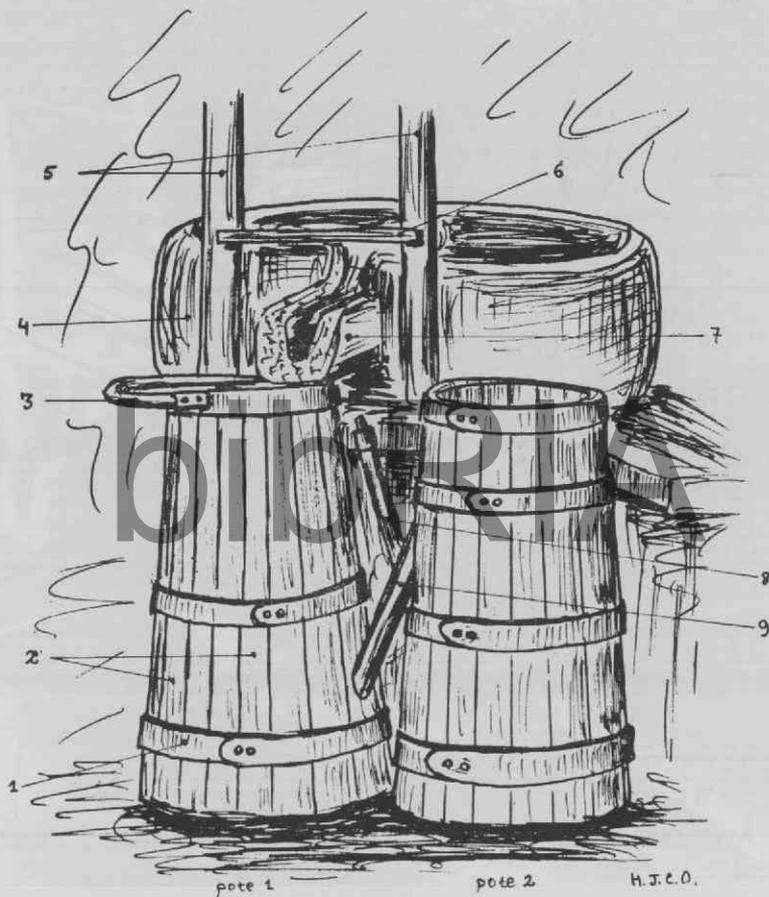


- | | | |
|------------|---------------|---------------------|
| 1- Sertã | 4- Balaustes. | 7- Agulha. |
| 2- Trincho | 5- Vara. | 8- Tacos de madeira |
| 3- Potes | 6- Virgens. | 9- Frades. |

H.I.C.O.

Fig. 11

Sertã, potes e outros elementos para a prensagem. Lagar de Canelas de Baixo, concelho de Arouca.



- | | | |
|-------------------|---------------|-------------------|
| 1- Arco de ferro. | 4- Sertã | 7- Bico da sertã |
| 2- Aduelas. | 5- Balaustes. | 8- Cano de esgoto |
| 3- Asa do pote | 6- Travessa | 9- Cano central. |

Fig. 12

Potes do azeite e sertã para empilhamento das seiras a prensar. Lagar de Canelas de Baixo, concelho de Arouca.

**Fig. 13**

Aspecto interior do lagar de Vila Viçosa, no concelho de Arouca. Em primeiro plano, o moinho de tracção animal; ao fundo, a zona de prensagem.



Fig. 14

Aspecto global da zona de prensagem, no lagar de Vila Viçosa, no concelho de Arouca. Da esquerda para a direita: *caldeira* e *fornalha*, *prensa de vara*, *pote* e *sãofridoiro*. Ver o esquema da fig. 15.

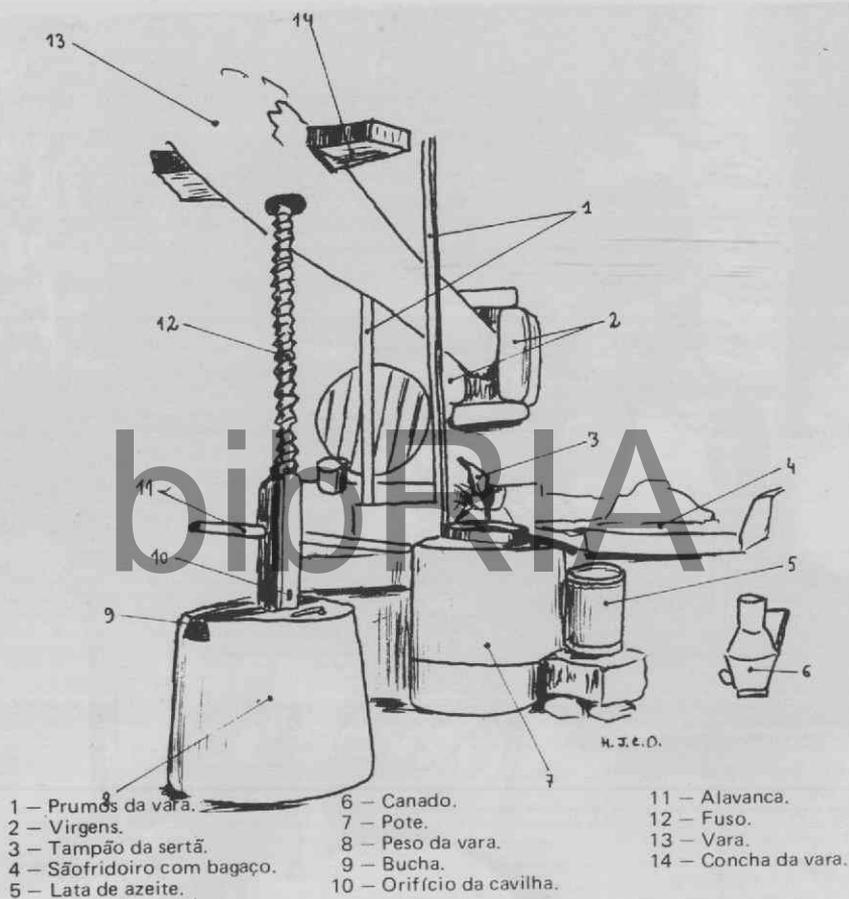


Fig. 15

Esquema descritivo correspondente à figura 14.



Fig. 16

Pormenor da zona de prensagem, no lagar de Vila Viçosa, no concelho de Arouca, mostrando o *pote*, a *sertã* e o *sãofridoiro*. Dentro da *sertã*, pode-se ver um *coco* para *caldear*. Ver também o esquema da figura 17.

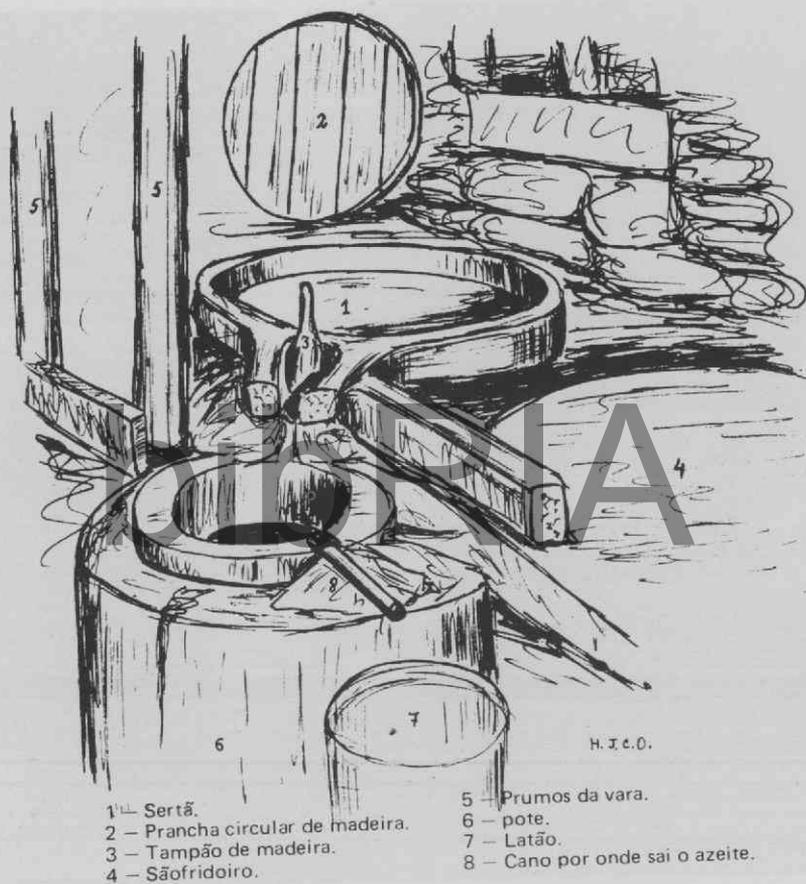


Fig. 17
 Pormenor do lagar de Vila Viçosa, concelho de Arouca, mostrando o nome de alguns elementos.

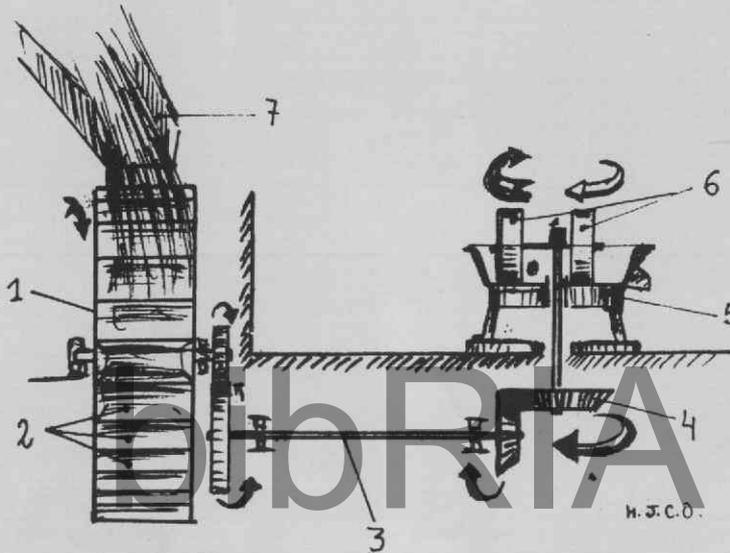


Fig. 18

Chegada da azeitona ao lagar de Anterronde, no concelho de Arouca.



Fig. 19
Moinho de tracção hidráulica do lagar de Anterronde, concelho de Arouca, no momento em que ainda laborava.



1 – Roda d'água.
 2 – Copos.
 3 – Linha d'eixo.

4 – Rodas dentadas.
 5 – Moinho.
 6 – Mós.
 7 – Conduta.

Fig. 20

Esquema representando o sistema de funcionamento do moinho do lugar de Anterronde, no concelho de Arouca.

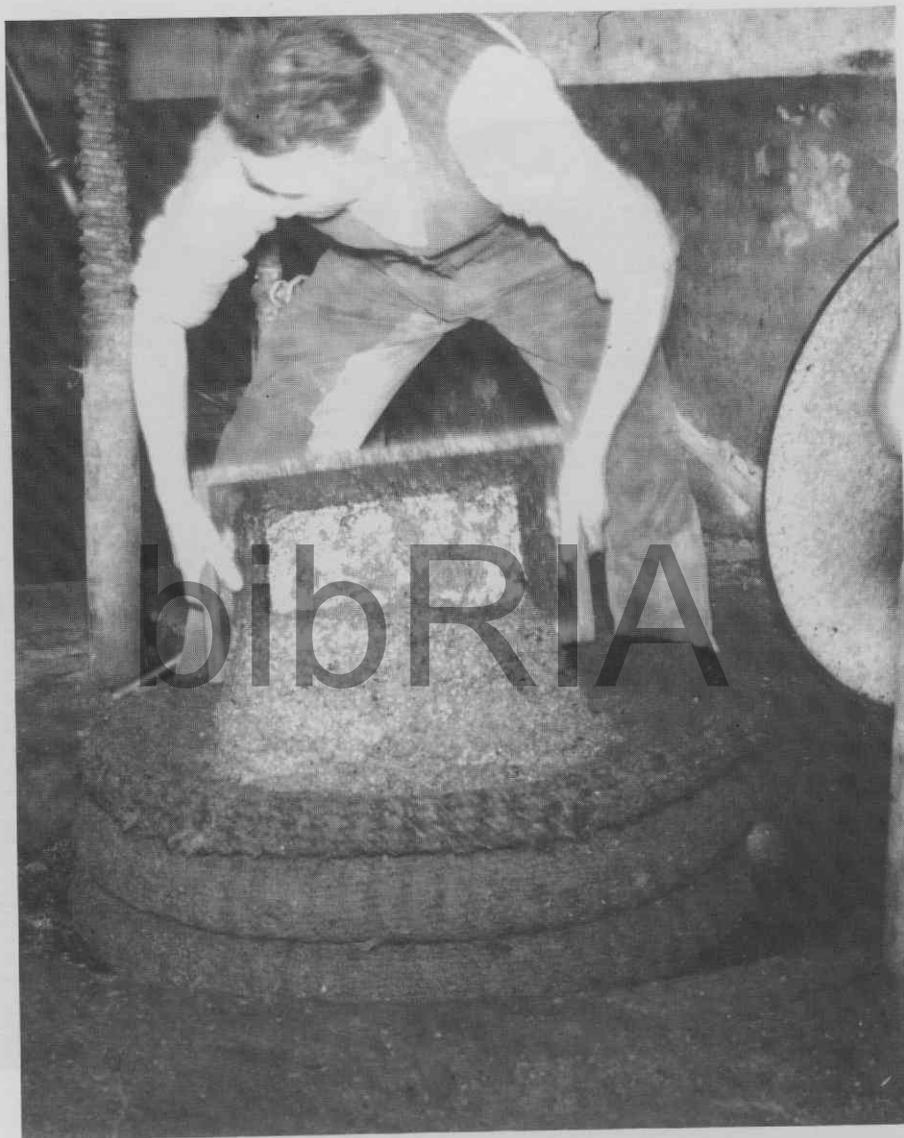


Fig. 21
Trabalho de *enseiramento* no lagar de Anterronde, no concelho de Arouca, na altura em que ainda laborava.



Fig. 22

Sobre as seiras, é colocada uma *porta* circular de madeira e diversos *tabuões*. Lagar de Anterronde, no concelho de Arouca.



Fig. 23

Por meio de força física de quatro *lagareiros*, dois de cada lado dos *raios*, procede-se ao aperto da prensa de parafuso. Atente-se, igualmente, nos diferentes objectos de uso no lagar, junto ao bordo da zona de enseiramento.



Fig. 24

Prensa de parafusos do lagar de Anterronde, no concelho de Arouca.



Fig. 25
Talhas para onde escorre o azeite prensado e onde, por decantação, se separa da água.
Lagar de Anterronde, no concelho de Arouca.

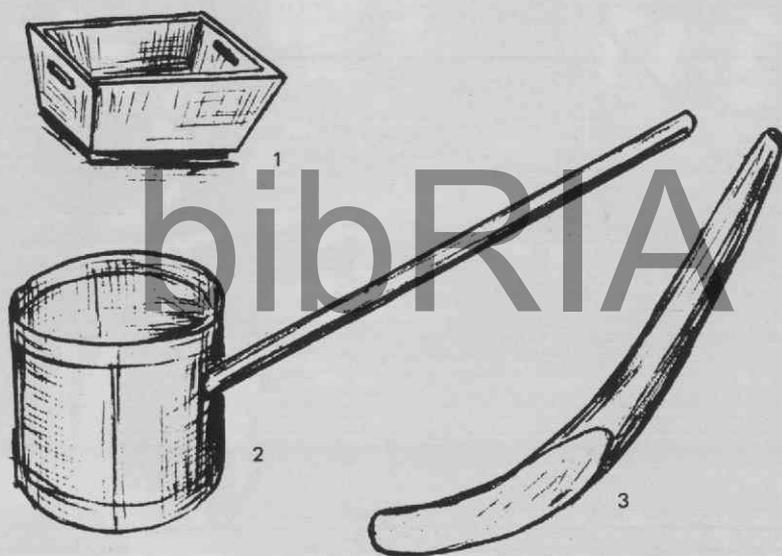


Fig. 26

Objectos do lagar: 1. *gamela* para transporte da massa; 2. *coco* para transporte da água quente; 3. colher de madeira para mexer o *bagaço* (ou *massa*) nas seiras.

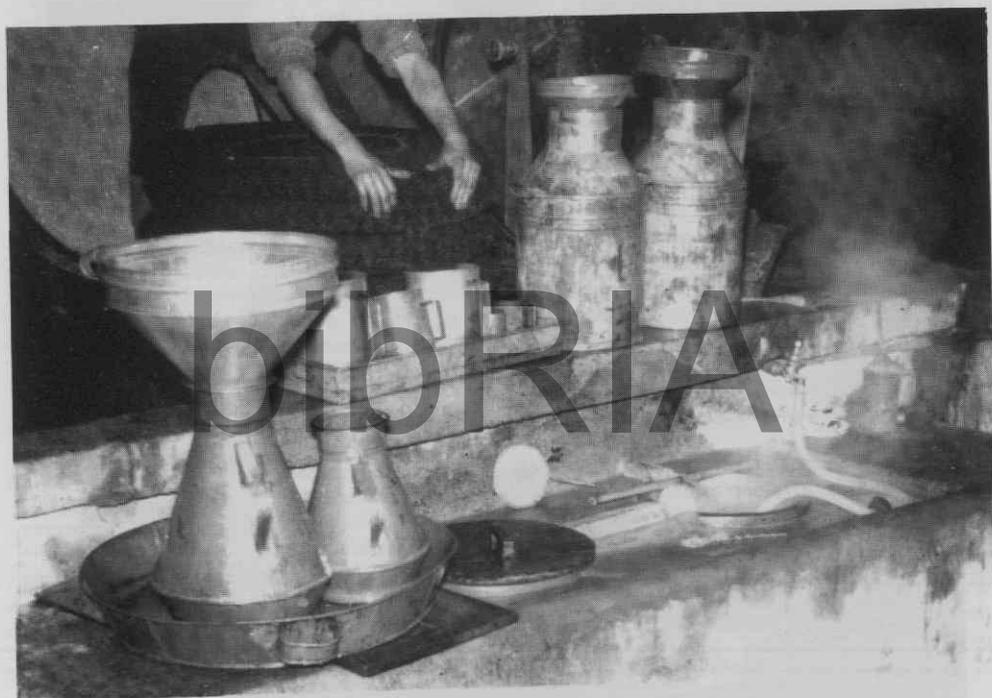


Fig. 27
Objectos diversos encontrados no lagar de Anterronde. Da esquerda para a direita:
tabuleiro circular com canados de 10 e 15 litros e um funil; tabuleiro rectangular com
diferentes medidas; latões para o transporte de azeite.



Fig. 28

Alguns objectos do lagar de Anterronde, no concelho de Arouca: canados de 10 e 5 litros; tabuleiro circular e funil de grandes dimensões.

6. GLOSSÁRIO

Açoga, *s. f.* Variante fonética de *soga*.

Aduela, *s. f.* (do Fr. *douelle*). Cada uma das tábuas, geralmente encurvadas, que formam o corpo de: 1. uma pipa ou vasilha semelhante; 2. Certos potes dos lagares com a função de *tarefas*, tal como é ilustrado pelas Figs. 10 e 11. O vaso de certos moinhos de azeite, onde giram as *galgas* e onde é deitada a azeitona para ser reduzida a *massa*, documentado pela Fig. 5, nº 2, em especial, e ainda pelas figs. 4, 6 e 7.

Adufa, *s. f.* (do Ár. *ad-duffa*). O mesmo que *porta*, *tampa* ou *trincho*, i. é, prancha circular de madeira que se coloca sobre as seiras, cuja função é a de distribuir uniformemente por toda a superfície das seiras a pressão exercida pela *vara*. *Vd.* figs. 15 a 17.

Água, Roda da. *Vd., infra, Roda da água*.

Água-churra, *s. f.* O mesmo que *água-ruça*.

Água-ruça, *s. f.* 1. Líquido escuro e ácido que a azeitona liberta, quando conservada em tulhas, cestos, sacos, etc. 2. Líquido que se separa do azeite, quando em decantação nas *tarefas* e que sai misturada com a água das *caldas*, designada na zona de Arouca também por *água-churra*.

Agulha, *s. f.* (do Lat. *acucula*). Grossa haste de secção circular, de madeira ou de ferro, que, enfiada nas *virgens* ou *agulheiras*, segura a vara, servindo-lhe de eixo, e que, em certas regiões, é também conhecido por *agulhão*. *Vd.* fig. 11, nº 7, cap. II.

Agulhão, *s. m.* O mesmo que *agulha*.

Agulheira, *s. f.* (de *agulha*, do Lat. *acucula*). Duas pedras verticais que suportam a vara do lagar e nas quais é enfiada a *agulha*. Conhecidas por vários nomes de acordo com a região, foram no concelho de Arouca designadas por *virgens*, vocábulo raramente empregue nesta acepção. *Vd.* figs. 11, p. 25, e 15, nº 2.

Ajuda, *s. m.* (de *ajudar*, do Lat. *adjutare*). O mesmo que *ajudante*.

Ajudante, *s. m.* Empregado do lagar ao qual competem várias actividades, tais como: transportar a azeitona para o *moinho*, fazer a moenda, etc., também conhecido por outros nomes, como, p. ex., *moço*.

Alçaprema, *s. f.* (de *alçar* + *premer*). As *alçapremas* são duas colunas verticais de madeira, colocadas paralelamente, uma de cada lado da *vara*, para impedir que esta decline para algum lado. São também conhecidas por *balaústes*, *colunas* e *vir-*

gens. *Vd.* figs. 8, 10, 11, nº 4, 12, nº 5.

Alguerbe, *s. m.* (de *alguerbe* do Ár. *al-qirq*). O mesmo que *sertã*. Para esta zona do lagar registámos cerca de 18 vocábulos. *Vd. op. cit.*

Almanjarra, *s. f.* (do Ár. *al-majarrá*). 1. Registrado já no séc. XVI por António Prestes (*Autos*, 17), com a acepção em que o encontramos, designa o mesmo que *manjarra*, i. é, vara de madeira do moinho à qual se atrelam os animais. 2. Vara a que se atrela o animal que faz andar a *atafona* ou *nora*. *Vd.* figs. 5, nº 8, 6, nº 4, e 7, p. 17, 18 e 19.

Apiça, *s. f.* Corda ou tira de couro com a qual se atrelam os animais à *almanjarra*.

Arca, *s. f.* *Vd., infra, Gamelão*.

Armação, linhas de. *Vd., infra, Linha de armação*.

Azeite, *s. m.* (do Ár. *az-zait*). Óleo que se extrai das azeitonas mediante processos mecânicos, tais como trituração, prensagem, decantação, lavagem, centrifugação e filtração.

Azenha, *s. f.* (do Ár. *as-saniã*). Aplicado sobretudo em relação aos moinhos tocados a água, este vocábulo designa também os que são puxados por animais.

Baga, *s. f.* (do Lat. *baca* ou *bacca*). 1. Tipo de fruto; 2. Termo registado no distrito de Aveiro e em outros para designar os resíduos da azeitona depois de espremida. O mesmo que *bagaço*.

Bagaço, *s. m.* (do Lat. **bacaceu*, de *baca*). Resíduos da azeitona depois de prensada, conhecidos também por outros nomes como, por exemplo, *baga*. Tem múltiplas aplicações: combustível das fornalhas, alimentação do gado, adubo, extracção de óleos de *bagaço*, etc.

Bajo, *s. m.* Variante fonética de *vaso*.

Balaúste, *s. m.* (do Ital. *balaústro*, por sua vez do Lat. *balaustiv*). Vocábulo que se encontra já registado na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto; ao lado de *balaústre*, designa as duas colunas verticais paralelas de madeira, colocadas uma de cada lado da *vara*, para impedir que esta decline para algum lado. São também conhecidas por outros nomes, registados noutras regiões, entre os quais, embora mais raramente, *virgens*. *Vd.* figs. 10, 11, nº 4, 12, nº 5.

Barela, *s. f.* (de *varela*). O mesmo que *veio*.

Bassourinho, *s. m.* (dim. de *vassoura*, do Lat. *versoria*). Pequena *vassoura* feita de ramos ou de *piaçaba*, com que os *ajudantes* varrem muito bem as paredes de *aduelas* e o *rasto* do moinho do lagar de

azeite.

Bica, *s. f.* Extremidade do *alguerbe* ou *sertã* por onde sai o azeite que, durante a prensagem, escorre das seiras.

Brocar, *v. tr.* Trabalho que consiste em despejar a massa no interior das seiras.

Broco, forma verbal. *Vd., supra, Brocar.*

Bucha, *s. f.* (talvez do Fr. ant. *bouche*). 1. Peça feita geralmente de madeira de figueira que envolve o eixo de ferro ao qual estão presas as *galgas*. 2. Peça de madeira que atravessa diametralmente a parte superior do *peso* da prensa de vara ou que fica no interior deste, documentado pela Fig. 9.

Cabeça da vara. Extremidade da prensa de vara oposta àquela onde encaixa na parede e que se caracteriza por ser de maior grossura, correspondendo à raiz da árvore de que a prensa foi feita. *Vd. fig. 8.*

Cachorro, *s. m.* O mesmo que *frade*.

Cagulo, *s. m.* (do Lat. *cucullu*). Forma proveniente de *cogulo*, emprega-se sempre que as medidas são enchidas até transbordarem, evitando-se deste modo o uso da *rasoira*.

Caixa, *s. f.* (do Lat. *capsa*). Recipiente de metal, madeira ou pedra, de grandes dimensões, no qual é acumulada a massa expulsa do moinho pelas raspadeiras, também conhecido por *caixão*, *gamela*, *gamelão*, *masseira*, etc., visível na fig. 19.

Caixa da massa. Recipiente de metal, madeira ou pedra, de grandes dimensões, o mesmo que *caixa*. *Vd. fig. 19.*

Caixão, *s. m.* (aumentativo de *caixa*). O mesmo que *caixa*.

Calda, *s. f.* (do Lat. *calida*). Operação que consiste em deitar água a ferver na massa das seiras, remexendo-a até a transformar num caldo líquido mais ou menos homogêneo, a fim de facilitar a extracção do óleo. O mesmo que *escaldão*.

Caldas, dar as. *Vd., infra, Dar as caldas.*

Caldeamento, *s. m.* O mesmo que *escaldão*.

Caldear, *v. tr.* Operação de *caldar* ou *dar as caldas*. O mesmo que efectuar o *escaldão*.

Caldeira, *s. f.* (do Lat. tardio *caldaria*). Grande recipiente onde é aquecida a água para as *caldas* ou *escaldão*. De diversos tipos e formatos, é constituída por uma *fornalha*, um cinzeiro e uma chaminé, além da *caldeira* propriamente dita.

Anado, *s. m.* (de cana). Vasilha para medir azeite e outros líquidos, feita de folha de Flandres e com formato variável, tendo geralmente uma boca larga e as capacidades de 10 ou de 5 litros. Os encontrados no concelho de Arouca são munidos de duas asas simétricas. *Vd. figs. 27 e 28.*

Capacho, *s. m.* (do Lat. *cappaneu* + *cenacho*, do Ár. *sannaj*). O capacho é um objecto do lagar de azeite em forma de disco plano e delgado, feito de fibras vegetais ou sintéticas, sobre o qual é distribuída a

massa da azeitona, a fim de ser espremida na prensa. Em Espanha, o vocábulo *capacho* designa o que entre nós é conhecido por *seira*. Sobre o fabrico do capacho, *cfr. op. cit.*

Castelo, *s. m.* (do Lat. *castellu*). Conjunto de capachos em pilha sobre o carro, também conhecido por *coluna*, *enseiramento* e *encapachamento*.

Chave, *s. f.* (do Lat. *clave*). O mesmo que *chaveta* ou *chabelha*.

Chabelha, *s. f.* O mesmo que *chavelha*.

Chavelha, *s. f.* (do Lat. *clavicula*). 1. O mesmo que *chabelha*, peça de madeira ou de ferro que se prende no cabeçalho do carro para o prender à canga ou jugo. 2. Haste de ferro que se introduz na extremidade do eixo da *galga* para que esta não salte fora, também conhecida por *chaveta*. 3. Lâmina com cerca de 10 a 20 centímetros de espessura e dobrada na extremidade em ângulo recto, conhecida também por *chabeta*, *chabetão*, *chave*, *trabinca* e *tranquete* e que serve para segurar o *peso* ao *fuso*. *Vd. fig. 9.*

Chaveta, *s. f.* (de chave). O mesmo que *chabelha* ou *chavelha*.

Chavetão, *s. m.* (de chaveta, por sua vez de chave). O mesmo que *chabelha* ou *chavelha*.

Cocho, *s. m.* Recipiente cilíndrico de folha de Flandres, munido de comprido cabo de madeira colocado obliquamente, podendo ou não atravessá-lo, de dimensões variáveis, com o qual é tirada a água a ferver da *caldeira* para deitar nas seiras. Com várias designações (registámos já 11 nomes diferentes), é conhecido no concelho de Arouca pelo nome de *coco*. *Vd. figs. 14.*

Coco, *s. m.* O mesmo que *cocho*. *Vd. figs. 14.*

Coculo, *s. m.* (do Lat. *cucullu*). O mesmo que *cogulo* e *cagulo*.

Cogulo, *s. m.* (de coculo, do Lat. *cucullu*). O mesmo que *cagulo* e *coculo*.

Coluna, *s. f.* (do Lat. *columna*). 1. Conjunto de capachos em pilha sobre o carro, também conhecido por *castelo*, *enseiramento* e *encapachamento*. 2. As colunas são duas varas verticais paralelas, de madeira, colocadas uma de cada lado da vara, a fim de impedirem que esta decline para os lados. São também conhecidas por *alçapremas*, *balaústes* e *virgens*. *Vd. figs. 8, 10, 11, nº 4, 12, nº 5, 14, 15, nº 1, 17, nº 5.* 3. As *colunas* são hastes verticais de ferro, que suportam a parte superior das prensas hidráulicas e algumas de parafuso.

Concha da vara. Peça de madeira com rosca, que atravessa a vara da prensa de vara de um lado ao outro junto da cabeça da vara, na qual enrosca o *fuso*. *Vd. figs. 14, 15, nº 14.*

Copo, *s. m.* (de copa). Concavidade existente na *roda da água* do moinho, também conhecida por *cubo*, na qual cai a água que acciona o moinho. *Vd. fig. 20.*

- Cubo**, *s. m.* (do Lat. *cubu*, do Gr. *kubos*, *kybos*). O mesmo que *copo*.
- Dar as caldas**. Expressão que designa uma operação que consiste em deitar água a ferver na massa das seiras, depois da primeira prensagem a seco. A massa é então muito bem remexida até ficar num caldo líquido, voltando a ser prensada. Esta operação é também conhecida por *calda*, *escaldão* e outras expressões, variáveis de região para região.
- Eixo, linha de**. *Vd., infra, Linha de eixo*.
- Encapachamento**, *s. m.* (de capacho). 1. Operação que consiste em distribuir a massa pelos capachos. 2. Conjunto de capachos em pilha para serem apertados pela prensa.
- Enseiramento**, *s. m.* (de seira). 1. Operação que consiste em distribuir a massa pelas seiras. 2. Conjunto de seiras umas sobre as outras, formando uma pilha. Para outros vocábulos com o mesmo sentido e outras variantes aos sentidos apresentados, veja-se a obra citada no começo deste capítulo.
- Enseiramento, Zona de**. Zona do lagar onde a massa é distribuída pelas seiras. Esta zona, nos lagares de Canelas, é constituída por um amplo recipiente de granito chamado *sertã*. *Vd. fig. 11, p. 25*.
- Escaldão**, *s. m.* Operação que se compõe de duas caldas – normalmente – e que consiste em lançar água a ferver sobre a massa remexida das seiras, a fim de facilitar a extração do óleo. Esta operação é mais vulgarmente conhecida por *calda*, *caldar*, *dar as caldas*, etc.
- Escantilhão**, *s. m.* O mesmo que *frade*, pequeno pau com cerca de 10 a 15 cm que, juntamente com mais dois, servem para levantar as abas das seiras, facilitando-se deste modo o trabalho de *caldeamento* ou *caldas*. *Vd. fig. 11, nº 9, p. 25*.
- Escudela**, *s. f.* (do Lat. **scutella*). Recipiente de dimensões variáveis, feito de lata, zinco ou madeira, também conhecido por *gamela*, *malga*, *masseira* e *masseiro*. *Vd. figs. 19, 21 e 26, nº 1, respectivamente nas páginas 43, 47 e 59*.
- Estradão**, *s. m.* (de estrada). Nome dado a uma estrada de terra batida e com mau piso, no concelho de Arouca.
- Fábrica de azeite**. Expressão de uso cada vez mais frequente, quer em Portugal, quer em Espanha, para designar o moderno «lagar» de azeite, por oposição ao antigo e decadente lagar de vara.
- Fornalha**, *s. f.* (do Lat. *fornacula*). Forno grande do lagar onde arde o lume que aquece a água da caldeira. *Vd. caldeira e fig. 7*.
- Frade**, *s. m.* (do Lat. *fratre*). Pequeno torno de madeira que, durante o *caldeamento*, é colocado, juntamente com mais dois ou três, no interior das seiras, a fim de lhes levantar as abas, facilitando o trabalho. Os frades são também conhecidos, noutras regiões, por *cachorros*, *escantilhões*, *franqueletes*, *moços* e *sapos*. *Vd. figs. 10 e 11*.
- Franquelete**, *s. m.* O mesmo que *frade*.
- Fuso**, *s. m.* (do Lat. *fusu*). Grosso parafuso de madeira que enrosca numa peça chamada *concha* e que constitui o sistema de accionamento da prensa de vara. Na extremidade inferior apresenta um *peso*, que contribui para o aumento da pressão da vara. O *fuso* é também conhecido por *parafuso* e por *tarraxão*. *Vd. figs. 9, 10, 14 e 15, nº 12*.
- Galga**, *s. f.* (de galgo). Pedra ou mó do moinho de azeite, de formato tronco-cónico ou cilíndrico e de dimensões variáveis, feita de um bloco único de granito. *Vd. figs. 4, 5, nº 3, 6, nº 2, 7, 13, 19*.
- Gamela**, *s. f.* (do Lat. vulgar *gamella*). 1. Recipiente de dimensões variáveis, feito de lata, zinco ou madeira, também conhecido por *escudela*, *malga*, *masseira* e *masseiro*, usado no transporte da massa para as seiras. *Vd. figs. 19, 21 e 26, pp. 43, 47 e 59*. 2. Caixa metálica, de pedra, cimento ou mesmo de madeira, de grandes dimensões, onde cai e se deposita a massa expulsa do moinho pelas *raspadeiras* (*Vd. fig. 19*). Recipiente de folha onde são metidas as medidas do azeite, também conhecido por *bacia* das medidas (*Vd. figs. 27, p. 61, e 28*).
- Gamelão**, *s. m.* Recipiente de metal, madeira ou pedra, de grandes dimensões, no qual é junta a massa expulsa do moinho pelas *raspadeiras*, também conhecido por *arca*, *caixa*, *caixa da massa*, *caixão*, *gamela*, *masseira*, *masseirão* e *tino*. *Vd. fig. 19*.
- Gigo**, *s. m.* (de giga). Cesto de vime, alto e estreito, com duas asas verticais, usado para transportar e guardar a azeitona.
- Laço**, *s. m.* Película que se forma à superfície do líquido nas *tarefas* ou *talhas*, produzida pela mistura da água com o azeite.
- Lagar, Mestre do**. *Vd., infra, Mestre*.
- Lagar, Moço do**. *Vd., infra, Moço*.
- Lastro**, *s. m.* Base de pedra do moinho sobre a qual assentam e giram as *galgas*, também conhecida por *mó de baixo*, *prato* e *rasto*.
- Lata**, *s. f.* (do ital. *latta* [?]). 1. O mesmo que *latão*. 2. Chapa metálica colocada obliquamente nos bordos do carro ou carrinho das prensas hidráulicas, a fim de impedir que gotas de azeite caiam no chão durante a compressão.
- Latão**, *s. m.* (de lata). 1. Recipiente de lata onde é conservada a azeitona. 2. Recipiente cilíndrico de lata para onde corre o azeite que se separa da água por decantação. *Vd. figs. 15, nº 5, 17, nº 7*.
- Linha de armação**. Registado no plural – *linhas d'armação d'azenha* – designa o conjunto das traves superiores onde está fixo o *moirão*.

Linha de eixo. Eixo que transmite o movimento de uma roda dentada a outra, situada no extremo oposto. *Vd. fig. 20, nº 3.*

Malhal, s. m. (de malho, do Lat. *malleu*). Grossa rodela, viga ou barroto curto, que é colocada juntamente com outras sobre a *adufa* para dar maior altura ao enseiramento, também conhecida por *tabuão* e *taco*. *Vd. figs. 23 e 24.*

Manjarra, s. f. (do Ár. *al-majarrâ*). O mesmo que *almanjarra*.

Massa, s. f. (do Gr. *máza*, pelo Lat. *massa*). Azeitona depois de reduzida a uma pasta mais ou menos homogênea, em Espanha e Itália conhecida por *pasta*, termo também existente entre nós mas com menor uso.

Massa, Caixa da. O mesmo que *masseira*.

Masseira, s. f. (de massa). 1. Recipiente de dimensões variáveis, feito de lata, zinco ou madeira, mais conhecido por *escudela*, *malga* e *masseiro*, usado no transporte da massa para as seiras. *Vd. figs. 19, 21 e 26.* 2. Caixa de metal, pedra, cimento ou mesmo de madeira, de grandes dimensões, onde cai e se deposita a massa expulsa do moinho ou da batedeira, também conhecida por *arca*, *caixa*, *caixa da massa*, *caixão*, *gamelão*, *masseiro* e *tino*. *Vd. fig. 19.*

Masseiro, s. m. (de massa). O mesmo que *masseira* e *gamelã*.

Mestre, s. m. (do Lat. *magistru*). Mestre do lagar é o *lagareiro* que está à frente dos trabalhos do lagar e ao qual competem as tarefas mais importantes e delicadas, tais como verificar se a massa está convenientemente moída, fazer o enseiramento, mexer a massa e caldear, com o auxílio do *ajudante* ou *ajuda*, *sangrar* o azeite, medir, etc.

Mó, s. f. (do Lat. *mola*). Pedra ou galga do moinho de azeite, de formato tronco-cônico ou cilíndrico e de dimensões variáveis, feita de um bloco único de granito. *Vd. figs. 4, 5, nº 3, 6, nº 2, 7, 13, 19.*

Mó de baixo. O mesmo que *rasto*, *lastro* ou *prato* do moinho.

Moço, s. m. (do Lat. *musteu*[?]). 1. Rapaz empregado no lagar, a quem compete, entre outras tarefas, encher e transportar as gamelas com a massa para o enseiramento, também conhecido por *ajuda*, *ajudante*, etc. 2. Pequeno torno de madeira com 15 a 20 centímetros de comprimento, que colocam no interior das seiras, durante o *caldeamento*, a fim de lhes levantarem as abas. É também conhecido por outros termos por nós registados em outras regiões, tais como *cachorro*, *escantilhão*, *frade*, *franchelete* e *sapo*. *Vd. figs. 10 e 11.*

Moinho, s. m. (do Lat. *molinu*). 1. Todo e qualquer aparelho que serve para moer. 2. Aparelho para moer azeitona, reduzindo-a a massa, formado por um recipiente de formato cilíndrico – a *vasa* ou *pio* –, no qual giram as pedras ou *mós*, vulgarmente

conhecidas por *galgas*. 3. Quantidade de azeitona moída de cada vez. 4. Conjunto de seiras ou capachos empilhados com massa para a prensagem 5. (Valor conotativo) pessoa que come muito. *Vd. figs. 4, 5, 6, 7, 13, 19 e 20.*

Moirão, s. m. (de mouro, do Lat. *mauru*). O mesmo que *mourão*, eixo vertical do moinho preso às traves da *azenha* ou *linhas de armação* e ao qual está preso o eixo horizontal das *galgas* e a *almanjarra*, para accionamento das *galgas*. *Vd. figs. 4, 5, nº 9, 6, nº 3, 7.*

Mourão, s. m. (de mouro, do Lat. *mauru*). O mesmo que *moirão*.

Olho, s. m. (do Lat. *oculu*). Gota de gordura na superfície de um líquido.

Panca, s. f. (do Lat. **palanca* por *palanga* ou *phalanga*, do Gr.). 1. Vara comprida e roliça de madeira com a qual é tocado o *fuso*, obrigando a descer a prensa, também conhecida por outros termos por nós registados, entre os quais *torteiral*, *tranca*, *tranqueta*, etc. *Vd. figs. 9 e 15, pp. 21 e 35.* 2. Vara comprida de madeira com que é endireitado o *enseiramento*, também conhecida por *tranca*.

Parafuso, s. m. O mesmo que *fuso*.

Parafuso, Prensa de. *Vd. prensa de parafuso.*

Penedo, s. m. (do lati. *pinna*). O mesmo que *peso*.

Peso, s. m. (do Lat. *pensu*). Elemento da prensa de vara, também conhecido por *penedo* e *pouso*, que se caracteriza pela sua forma geralmente tronco-cônica, mas também cilíndrica e esférica, cujo objectivo é o de aumentar a potência da vara. É fixo ao *fuso* por meio de um veio e uma *chave*, *chaveta*, *chavetao* ou *trabinca*. *Vd. fig. 9.*

Pia, s. f. (do Lat. *pila*). 1. Recipiente onde, em certas regiões, é conservada a azeitona. 2. O mesmo que *ta-refa*, isto é, recipiente para onde corre o azeite da prensagem e onde se separa da água e impurezas. 3. Recipiente de pedra milheira, no qual é deitado o azeite da maquia. 4. O mesmo que *pio*, isto é, recipiente do moinho onde é deitada a azeitona para ser moída pelas *galgas* ou *mós*.

Pio, s. m. (de piã). 1. O mesmo que *pia*, recipiente circular do moinho, de formato e estrutura variáveis, onde giram as *galgas* ou *mós* (*vd. supra, Pia*). 2. Esporadicamente, designa também o *alguerhe*, isto é, a zona circular onde se colocam as seiras para serem espremidas pela vara. 3. Parte inferior do moinho, sobre a qual giram as *galgas* ou *mós*, equivalente a *rasto*. 4. Aparelho de moer na sua totalidade, isto é, o mesmo que *moinho*.

Porta, s. f. Prancha circular de madeira que se coloca sobre as seiras, também conhecida noutras regiões por *adufa*, *tampa* e *trincho*, cuja função é a de distribuir uniformemente por toda a superfície das seiras a pressão exercida pela *vara*. *Vd. figs. 8, 10, 11, nº 2, 15, 16 e 17, nº 2.*

- Pote**, *s. m.* 1. Recipiente de pedra ou de barro de formato e dimensões variáveis de região para região, no qual é conservada a azeitona. 2. Recipiente de metal destinado a guardar o azeite. 3. Vaso cavado na pedra da *tarefa* (Beira Alta). 4. O mesmo que *tarefa*: no lugar de Canelas de Baixo, concelho de Arouca, distrito de Aveiro, os potes são duas *tarefas* de *aduelas* de madeira ligadas entre si e nas quais se separa o azeite da *água-ruça*, fazendo-se a *sangra* automaticamente. *Vd.* figs. 10, 12, 14, 15, nº 7, 16, 17, nº 6.
- Pouso**, *s. m.* (de *pousar*). 1. O mesmo que *peso*. 2. Mó jacente do moinho. 3. Zona onde são colocadas as seiras com massa da azeitona para prensagem.
- Prato**, *s. m.* (do Lat. *platu*, por sua vez do Gr. *platys*). 1. Disco delgado de ferro colocado de permeio entre a *chaveta* e a *galga* para impedir que a fricção desgaste esta última. 2. Base de pedra do moinho ou *pio*, sobre a qual assentam e giram as *galgas*, também conhecida por *mó de baixo*, *lastro* e *rasto*. 3. O mesmo que *carro* ou *carrinho*, nos modernos lagares com prensas hidráulicas.
- Prensa**, *s. f.* (do Lat. *pressu*, -a, por sua vez de *premere*). 1. Aparelho, manual ou mecânico, que serve para comprimir, apertar ou achatar qualquer objecto que nele se coloque. 2. Aparelho para apertar a massa da azeitona, previamente distribuída por seiras ou capachos, a fim de se extrair o azeite. A prensa é também conhecida pela designação popular *imprensa*. Para uma classificação tipológica das prensas, veja-se o trabalho anteriormente citado no início deste capítulo.
- Prensa de parafuso**. Tipo de prensa de madeira ou de ferro, mais evoluída que a prensa de vara e com diversos modelos, dentre os quais se destaca o chamado *cincho*, prensa de dimensões reduzidas, constituída por um parafuso vertical de ferro e uma prensa (sentido restrito) de tipo Mabilie.
- Prensa de vara**. Tipo de prensa, conhecida em Espanha pelas designações *prensa de libra*, *prensa de romana* ou simplesmente *prensa*, *trujal* e *viga*. Em Itália, por *turcio*, *trabocco* e *trappito* e, em Portugal, por *prensa de vara*, *vara*, *feixe* e *trabe* (trave), constituído por um enorme tronco de árvore, que funciona como alavanca, e por um sistema de accionamento. A *vara* é um enorme tronco de árvore fixo entre as *agulheiras* por meio de uma *agulha*, podendo ou não apresentar uma extremidade mais grossa, a chamada *cabeça da vara*, que corresponde às raízes da árvore, junto da qual fica a *concha*, segura por um torno, no qual enrosca o *fuso*. Para que a *vara* não decline para os lados, existem, um da cada lado, dois prumos verticais chamados *virgens*. O *fuso*, que constitui o sistema de accionamento da *vara*, apresenta um enorme *peso* na extremidade inferior, a ele fixo por uma *chave*, *chaveta* ou *chavelão*, que é introduzido na ranhura de um veio de ferro. O *fuso*, que enrosca na *concha*, é tocado por meio de uma *tranca*, pau comprido que é enfiado no ouvido do *fuso*. *Vd.* obra citada no começo deste capítulo e figs. 8, 9, 10, 11, 14, 15.
- Prumo**, *s. m.* Os prumos são duas colunas verticais de madeira colocadas ao lado da *vara* para impedir que ela decline para os lados. *Vd.*, *infra*, *Virgem*.
- Rasoira**, *s. f.* (de *raso*). Pau cilíndrico que é utilizado para tirar o *coquilo* às medidas.
- Raspa**, *s. m.* (de *raspar*). Peça de madeira com o formato aproximado de uma régua em «T», fixa no interior do *vaso* ao *moirão*, um pouco abaixo do eixo horizontal da *galga*, que serve para fazer cair a massa que se agarra às paredes do *vaso*. Esta peça, feita também de metal, é conhecida mais vulgarmente por *raspadeira* e *raspador*. *Vd.* figs. 5, nº 7, e 6, nº 5.
- Raspadeira**, *s. f.* (de *raspar*). Pá de ferro ou de madeira para fazer cair a massa que se agarra às *mós* ou às paredes do moinho e, nos modernos lagares para obrigar a massa a deslocar-se para o caminho das *galgas* e também expul-sá-la da *vasa* ou *vaso*, quando convenientemente moída, para dentro de *gamelas* ou de *caixas*.
- Raspador**, *s. m.* (de *raspar*). O mesmo que *raspa* e *raspadeira*. No lugar de Canelas de Baixo existia um raspador de madeira fixo ao *moirão*, para retirar a massa que se agarrava à *mó*. No de Canelas de Cima, existia um *raspador* — o *raspa* — para retirar a massa das paredes do moinho. *Vd.* figs. 5, nº 7, e 6, nº 5.
- Rasto**, *s. m.* (do Lat. *rastru*). Base de pedra do moinho sobre a qual assentam e giram as *galgas*, também conhecida por *mó de baixo*, *lastro* e *prato* do moinho.
- Roda**, *s. f.* (do Lat. *rota*). Roda hidráulica que faz girar as *galgas* do moinho e que pode estar dentro ou fora do lagar, mas, geralmente, no lado de fora do edifício. *Vd.* fig. 20.
- Roda da água**. O mesmo que *roda*.
- Sacho**, *s. m.* (do Lat. *sarculu*). Enxada pequena com a qual é retirada a *massa* do moinho.
- Sachola**, *s. f.* (dim. de *sacho*). Pequeno *sacho* ou *enxada*, com o qual é retirada a *massa* da azeitona do moinho.
- Sangra**, *s. f.* (de *sangrar*). 1. Líquido que escorre da azeitona e que na *tarefa* se separa do azeite por decantação. 2. Acto de *sangrar* as *tarefas*.
- Sangrar**, *v. tr.* (do cast. *sangrar*, por sua vez do Lat. *sanguinare*). Operação que consiste em tirar a *sangra* ou *água-ruça* das *tarefas*, ficando apenas o azeite.

- Sãofridoiro**, *s. m.* Zona plana e ampla onde é amontoado o *bagaço* após as diferentes prensagens. *Vd.* figs. 15, nº 4, 16 e 17, nº 4.
- Sapo**, *s. m.* O mesmo que *frade*.
- Seira**, *s. f.* (de origem incerta). 1. Objecto do lagar de azeite feito de esparto, juta e outras fibras vegetais, caracterizado pela sua construção em forma de saca-larga e circular, constituindo a parte superior aquilo a que o povo chama as *abas* e terminando por uma abertura chamada a *boca da seira*. 2. O mesmo que *capacho*.
- Sertã**, *s. f.* (do latim *sartagine*). Recipiente circular de granito, situado debaixo da vara, entre as *virgens* e as *agulheiras*, de formato variável e com uma bica de saída para o azeite, dentro do qual são empilhadas as seiras que vão ser espremidas pela *vara*. *Vd.* figs. 8, 11, nº 1, 12, nº 4, 16 e 17, nº 1.
- Soga**, *s. f.* 1. De origem incerta, do Lat. tardio *soca* e com o mesmo sentido, de provável origem céltica, designa uma corda grossa ou tira de couro que se prende às hastes dos bois para os puxar e dirigir. 2. Corda ou pedaço de correia com que, no lagar de azeite, se atrela o animal à *almanjarra*, para fazer accionar o *moinho*. *Vd.* *açoga*. Em alguns locais, as sogas são também conhecidas pelo termo *apiças*.
- Tabuão**, *s. m.* (de *tábua*, do Lat. *tabula*). Grossa rodela, viga ou barrote curto de madeira que é colocado sobre a *adufa*, para dar maior altura ao *enseiramento*, também conhecida por *malhal* e *taco*. *Vd.* figs. 22, 23 e 24.
- Taco**, *s. m.* O mesmo que *tabuão*.
- Talha**, *s. f.* O mesmo que *arefa* ou *pote*, recipiente que, no lagar de Anterronde, estava embutido numa plataforma de cimento de secção aproximadamente quadrada. *Vd.* fig. 25.
- Tampa**, *s. f.* Prancha circular de madeira que se coloca sobre as seiras, também conhecida por *adufa*, *porta* e *trinco*. *Vd.*, *supra*, *Porta*.
- Tarefa**, *s. f.* (do Ár. *tarihá*). Recipiente do lagar, normalmente junto à prensa, onde se separa o azeite da água e outras impurezas. Construídas de diversos materiais, tais como granito, barro e metal, as tarefas apresentam formas e dimensões variáveis de lagar para lagar.
- Arraxão**, *s. m.* O mesmo que *fuso*.
- Tino**, *s. m.* O mesmo que *gamelão*.
- Torteiral**, *s. m.* (de *torteiro*, por sua vez de *torto*?). Vara comprida e roliça de madeira com a qual é tocado o *fuso*, obrigando a descer a prensa, também conhecida por *panca*, *tranca* e outros termos. *Vd.* figs. 9, 14 e 15, nº 11.
- Trabinca**, *s. f.* Lâmina com cerca de 10 a 20 centímetros de comprimento, 2 cm de espessura e dobrada na extremidade em ângulo recto, conhecida por *chaveta*, *chavetão*, *chave* e *tranqueta* e que serve para segurar o *peso* ao *fuso*. *Vd.* fig. 9.
- Tranca**, *s. f.* 1. Vara comprida e roliça de madeira com a qual é tocado o *fuso*, também conhecida por *panca*, *tartoeiral*, *torteiral*, etc. 2. Vara comprida de madeira com que é endireitada a coluna de seiras ou *enseiramento*.
- Tranqueta**, *s. f.* 1. Vara comprida com que é tocado o *fuso* da prensa de vara. 2. O mesmo que *trabinca*, *chave* ou *chaveta*, lâmina metálica com cerca de 10 a 20 cm de espessura e dobrada na extremidade em ângulo recto e que serve para trancar, isto é, segurar o *peso* ao *fuso*. *Vd.* fig. 9.
- Trincho**, *s. m.* O mesmo que *porta*.
- Vara**, *s. f.* *Vd.*, *supra*, *Pensa de vara*.
- Vara, Cabeça da**. Zona da prensa de vara, que corresponde à raiz da árvore de que foi feita a prensa. *Vd.* *cabeça da vara*, *prensa de vara* e figs. 8 e 14.
- Vara, Concha da**. *Vd.*, *supra*, *Concha da vara*.
- Vara, Prensa de**. *Vd.*, *supra*, *Prensa de vara*.
- Varela**, *s. f.* (de *vara*). O mesmo que *veio*.
- Vasa**, *s. f.* O mesmo que *pio* ou *vaso*.
- Vaso**, *s. m.* O mesmo que *pio* ou *vaso* do moinho, isto é, recipiente circular do moinho onde giram as *galgas* ou *mós* e no qual é deitada a azeitona para ser reduzida a *massa*. *Vd.* figs. 4, 5, 6, 7, 13, 19 e 20.
- Veio**, *s. m.* Peça de ferro que suporta o *peso* da prensa de vara quando em suspensão, também conhecido por *barela*. *Vd.* fig. 9.
- Virgem**, *s. f.* (do Lat. *virgine*). 1. As *virgens* são duas colunas verticais de madeira, colocadas paralelamente, uma de cada lado da vara, para impedir que esta decline para algum lado. Fixas na parte superior às chamzadas *linhas do vigamento do lagar*, separam normalmente as tarefas da zona do *enseiramento*. São também conhecidas por *alça-premas*, *balaústes* e *colunas*. *Vd.* figs. 8, 10, 11, nº 4, 12, nº 5, 14, 15, nº 1, 17, nº 5. 2. Embora raramente, as *agulheiras* do lagar são também designadas por *virgens*.

PRINCIPAL CRONOLOGIA COMUNITÁRIA

A cronologia que agora se apresenta resulta do contacto quase diário que, de há anos a esta parte, vimos mantendo com aspectos e temáticas relacionadas com as Comunidades Europeias e a actual União Europeia, sobretudo na sua vertente histórico-institucional, por força da regência da disciplina de *Introdução aos Estudos Europeus*, ministrada no primeiro ano de todos os Cursos Superiores leccionados no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) de Aveiro.

Não se trata de uma cronologia exaustiva e aprofundada. Houve, tão-só, a preocupação de referenciar e ordenar os momentos que mais importantes se afiguraram e que ocorreram entre o longínquo dia 9 de Maio de 1950 – quando o Ministro Francês dos Negócios Estrangeiros Robert Schuman, convidou a Alemanha a, conjuntamente com a França, colocarem as suas produções de carvão e de aço sob o controle de uma Alta Autoridade comum a ambos, e funcionando no âmbito de uma organização eventualmente aberta à participação de outros Estados –, e o recente dia 1 de Novembro de 1993, data de entrada em vigor do Tratado da União Europeia, culminando um lento e moroso processo formalizado em 7 de Fevereiro de 1992 com a assinatura de um tal Tratado na cidade holandesa de Maastricht.

Pretendeu-se, pois, de uma forma sistematizada, assinalar as principais etapas e deixar nota das principais vicissitudes por que passou, desde o seu início, o processo de integração político-económica da Europa do pós-guerra no âmbito comunitário. Achou-se oportuna uma tal publicação não só por a mesma já circular sob forma de texto policopiado entre os alunos do primeiro ano do ISCIA, mas, também, por se acreditar que este texto pode contribuir para fornecer uma visão global e de conjunto sobre os principais aspectos da evolução comunitária sobretudo no plano histórico – institucional para todos aqueles que, por este ou por aquele motivo, se acham confrontados pela primeira vez com o estudo ou o interesse por questões de índole comunitária.

1950.05.09

Robert Schuman, em nome da França, convida a Alemanha a colocar a sua produção de carvão e aço, conjuntamente com a produção francesa, debaixo do controle de uma Alta Autoridade, numa organização aberta à participação de outros Estados.

1950.06.02

O Reino Unido informa não poder aderir à CECA devido à supranacionalidade da Organização.

1950.07.15

O Ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, Stikker, propõe a integração global da economia europeia.

1950.10.15

O Primeiro-Ministro francês René Pleven apresenta à Assembleia Nacional o projecto de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED) que levou o seu nome.

1951.04.18

Assinatura do Tratado de Paris através do qual a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo constituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

1952.03.15

Na sequência das propostas apresentadas pelo Ministro francês da Agricultura Pierre Pflimlin, em 1950, o Governo francês propõe a criação de uma Comunidade Europeia da Agricultura.

1952.05.27

É assinado em Paris o Tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa (CED) entre os seis Estados comunitários.

1952.07.25

Entra em vigor o Tratado que constituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

1952.08.10

É instalada a Alta Autoridade da CECA.

1952.09.08

Primeira reunião formal do Conselho de Ministros da CECA.

1952.09.10

Primeira sessão da Assembleia Parlamentar da CECA que reúne em Estrasburgo. Dos 77 deputados, 38 são democratas-cristãos, 23 são socialistas, 11 são liberais e 5 são independentes.

1952.09.15

O Governo francês propõe a criação de uma Comunidade Europeia da Saúde.

1952.12.10

É instalado o Tribunal da CECA com sede no Luxemburgo.

1953.02.10

É aberto o mercado comum para os produtos carboníferos, minerais de ferro e ferruginosos.

1953.03.09

É entregue aos seis Estados comunitários o projecto de texto do Tratado que instituiria a Comunidade Política Europeia (CPE).

1953.05.01

É aberto o mercado comum para os produtos do aço.

1954.08.30

A Assembleia Nacional francesa recusa ratificar o Tratado de Paris que instituiu a CED. Como consequência Jean Monnet demite-se da Presidência da Alta Autoridade da CECA.

1954.10.23

É reformulado o Tratado de Bruxelas que, celebrado em 1948 entre a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, havia dado origem à *Organização de Defesa da União Ocidental*, mediante a adesão da Itália e da República Federal da Alemanha, dando origem à *União da Europa Ocidental* (UEO).

1955.05.18

Os países membros do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) enviam um memorando aos restantes Estados membros da CECA propondo o prosseguimento dos esforços tendentes ao «estabelecimento de uma Europa unida mediante o desenvolvimento de instituições comuns, a fusão progressiva das economias nacionais, a criação de um grande mercado comum e a harmonização progressiva das suas políticas sociais». Acrescentavam no mesmo documento que «a ampliação das bases comuns de desenvolvimento económico deveriam estender-se, entre outros, ao campo dos transportes, da energia e das aplicações pacíficas da energia nuclear».

1955.06.02

Reunidos em Messina (Itália), os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos «Seis» anunciam o seu desejo de promover «o estabelecimento de uma Europa unida para manter o lugar que ocupa no mundo, para lhe devolver a sua influência e a sua glória, e para aumentar de forma contínua o nível de vida do seu povo». Para concretizar tais objectivos, encarregam uma Comissão de peritos presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros belga Paul-Henri Spaak (*Comissão Spaak*), de preparar um relatório sobre o assunto.

1956.04.21

A *Comissão Spaak* apresenta o seu relatório.

1956.05.29

Conferência Intergovernamental de Veneza aprova as conclusões do relatório da *Comissão Spaak*, criada em Messina, iniciando-se as negociações em vista da criação da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica.

1957.02.13

O Conselho de Ministros da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) delibera dar início a um processo negocial tendente à criação na Europa de uma ampla zona de comércio livre. Os seis Estados comunitários declarar-se-ão dispostos a participar nas negociações que tenham uma tal finalidade.

1957.03.25

São assinados os Tratados de Roma mediante os quais os «Seis» criam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa/EURATOM). Em simultâneo é assinada em Roma a *Convenção relativa a certas Instituições comuns às Comunidades Europeias*, mediante a qual se procede à fusão orgânica das Instituições de controle – Assembleias Parlamentares e Tribunais – comuns às três Comunidades.

1958.01.14

Entram em vigor os Tratados de Roma que criam a CEE e a CEEa.

1958.03.19

Primeira reunião da Assembleia Comum às três Comunidades composta por 142 deputados dos quais 67 são democratas-cristãos, 38 socialistas, 35 são liberais e 2 são independentes.

1959.01.01

Para cumprimento do artigo 93 do TCEEA os Estados membros procedem à abolição de todos os direitos aduaneiros à importação e à exportação, impostos de efeito equivalente e restrições quantitativas à importação e à exportação no que respeita aos bens e produtos afectados pelas disposições do capítulo sobre o mercado comum nuclear.

1959.06.08

A Grécia pede a sua associação à CEE.

1959.07.31

Seguindo o exemplo dado pela Grécia, a Turquia apresenta a sua candidatura à celebração de um acordo de associação com as Comunidades Europeias.

1959.11.23

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis Estados comunitários reunidos em Estrasburgo acordam em proceder a consultas trimestrais para tratar simultaneamente das implicações políticas da actividade das Comunidades Europeias e sobre outros problemas internacionais sem prejuízo das consultas que devam ter lugar no quadro da NATO e da UEO.

1960.05.11

Criação do Fundo Social Europeu. Directiva do Conselho determinando para os Estados comunitários a maior liberalização possível dos movimentos de capitais para investimento directo, aplicação em bens imobiliários, transacções de carácter pessoal, etc.

1961.02.11

Conferência Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros das Comunidades em que se decide aumentar os laços políticos entre os «Seis» em vista da criação de uma união política.

1961.07.09

É assinado o acordo de associação entre a Grécia e a CEE com base no artigo 238 do TCEE.

1961.07.21

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados comunitários em Bona (Bad Godesberg) em que estes responsáveis aprovam uma declaração final conhecida como *Declaração de Bad Godesberg* onde manifestam a intenção de «I. Dar forma à vontade de união política, já implícita nos Tratados que instituíram as Comunidades Europeias; e II. Realizar, com intervalos regulares, reuniões que tenham por finalidade confrontar os seus pontos de vista, concertar as suas políticas e alcançar posições comuns para favorecer a união política da Europa, reforçando assim a Aliança Atlântica». No mesmo documento os Chefes de Estado e de Governo dos «Seis» mostram-se dispostos a «reforçar os laços políticos, económicos, sociais e culturais existentes entre os respectivos povos e a concretizar a União da Europa». É criada uma Comissão intergovernamental para con-

cretizar as propostas saídas desta Cimeira e presidida pelo diplomata francês Christian Fouchet.

1961.07.31

O Primeiro Ministro britânico Macmillan anuncia, na Câmara dos Comuns, a intenção de abrir negociações do Reino Unido com a CEE com vista à adesão britânica, fazendo-a, todavia, depender da solução de três questões colocadas pelo próprio Reino Unido: I. A consideração das necessidades dos países da Commonwealth; II. A consideração das necessidades dos restantes Estados membros da EFTA; e III. A resolução dos graves problemas da agricultura britânica à luz dos princípios de solidariedade e unidade da Europa que haviam dado forma ao Tratado de Roma

1961.08.03

O Parlamento britânico, por 315 votos contra 5, vota a favor da candidatura do Reino Unido às Comunidades.

1961.08.09

O Governo conservador do Reino Unido chefiado por Macmillan solicita formalmente a sua adesão à Comunidade mediante carta endereçada ao Presidente em exercício das Comunidades, Erhard. Simultaneamente Portugal demonstra interesse em iniciar negociações com a Comunidade em vista da celebração de um futuro acordo de associação.

1961.09.01

entra em vigor o primeiro regulamento comunitário sobre a liberdade de circulação dos trabalhadores dos Estados membros no interior da Comunidade, abrindo as fronteiras aos cidadãos dos Estados comunitários.

1961.11.02

Na sequência dos trabalhos da Comissão intergovernamental criada na Cimeira de Bad Godesberg, é apresentado o *Plano Fouchet* que visava criar uma União dos Estados membros das Comunidades Europeias, a partir de um Tratado baseado na união indissolúvel dos Estados fundada no «respeito pela personalidade dos povos e dos Estados membros», que seria suportada no plano institucional por um Conselho de Chefes de Estado e de Governo e por uma Comissão política composta por Altos funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros.

1961.11.08

São oficialmente abertas as negociações entre o Reino Unido e a Comunidade.

1961.12.18

O Conselho adopta dois programas gerais tendentes à supressão das restrições à liberdade de estabelecimento e à livre prestação de serviços.

1962.01.14

O Conselho de Ministros da Comunidade Europeia determina, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 1962, a passagem à segunda fase da criação da união aduaneira cuja criação fora prevista pelo Tratado de Roma.

1962.01.15

A França propõe uma segunda versão do *Plano Fouchet* que diferia da inicialmente apresentada em 2 de Novembro de 1961 no facto de a proposta União de Estados já não pos-

suir um carácter indissolúvel e na obrigatoriedade de o Comité de Ministros reunir quatro vezes por ano.

1962.01.30

Entrada em vigor da Política Agrícola Comum (PAC).

1962.02.09

O Governo espanhol solicita a abertura de negociações com vista à celebração de um acordo de associação com as Comunidades Europeias.

1962.02.16

Visita histórica do general De Gaulle à República Federal da Alemanha culmina numa cimeira bilateral com o Chanceler Adenauer em Baden-Baden destinada a desbloquear o impasse em que caíram os trabalhos da *Comissão Fouchet* visando a criação de uma União Europeia de natureza política e visando ainda estreitar os laços de cooperação franco-alemã nos domínios da política externa, defesa e cultura. Se no plano comunitário os resultados alcançados não foram dignos de registo, no plano do relacionamento bilateral a cimeira de Baden-Baden possibilitará a assinatura do Tratado do Eliseu em 22 de Janeiro de 1963.

1962.03.30

Assembleia Parlamentar adopta a designação de Parlamento Europeu.

1962.04.30

A Noruega pede a sua adesão às Comunidades Europeias.

1962.05.15

O Conselho de Ministros da Comunidade decide acelerar o processo de redução dos direitos aduaneiros no interior do Mercado Comum.

1962.05.18

Seguindo o exemplo espanhol e na sequência da aproximação britânica à Comunidade, o Governo português apresenta um pedido de abertura de negociações com as Comunidades, visando a celebração de um acordo de associação.

1962.11.01

Entra em vigor a associação da Grécia à CEE.

1962.12.18

Directiva do Conselho alargando o âmbito de aplicação da Directiva de 11 de Maio de 1960 a outros tipos de operações comerciais, em vista da completa realização dos fins do Tratado de Roma.

1963.01.14

Em Conferência de Imprensa o general De Gaulle anuncia o veto francês ao pedido de adesão do Reino Unido à Comunidade, justificando-a com o facto de «a natureza, a estrutura e a conjuntura próprias da Inglaterra diferirem profundamente das dos demais Estados continentais» e colocando aquela que, em sua opinião, era a questão fulcral: a de saber «se o Reino Unido actualmente pode aderir, com o continente e como ele, a uma pauta aduaneira que seja verdadeiramente comum, renunciar a todas as preferências relativas à Commonwealth, deixar de pretender que a sua agricultura seja privilegiada e também considerar nulos os compromissos que assumiu com os Estados que fazem parte da

sua zona de comércio livre». Na mesma Conferência de Imprensa, porém, o Presidente francês esclarecia que não existiam quaisquer entraves a que viesse a ser concluído um acordo de associação entre o Reino Unido e as Comunidades.

1963.01.22

Na sequência da histórica visita efectuada em 1962 pelo general de Gaulle à República Federal da Alemanha, é assinado em Paris o *Tratado do Eliseu*, acordo de cooperação franco-alemão que marcará decisivamente o eixo Paris-Bona, tornado espinha dorsal da Europa comunitária.

1963.01.29

Em consequência do veto francês são suspensas as negociações entre o Reino Unido e a Comunidade.

1963.02.11

São suspensas as negociações da Comunidade com Portugal.

1963.07.11

O Conselho de Ministros da CEE propõe ao Reino Unido a organização de contactos regulares no âmbito da União da Europa Ocidental (UEO).

1963.07.20

A Comunidade Económica Europeia assina o maior acordo de associação concluído algum dia entre Estados europeus e Estados africanos: a *Convenção de Iaoundé* válida por cinco anos, assinada entre a CEE, o Burundi, os Camarões, a República Centro Africana, o Zaire, a Costa do Marfim, o Benin, o Gabão, o Alto Volta, o Mali, a Mauritânia, o Níger, o Ruanda, o Senegal, a Somália, o Chade, o Togo e Madagáscar.

1963.09.12

É assinado o acordo de associação entre a Turquia e a Comunidade Económica Europeia.

1963.09.29

Três Estados africanos, o Quénia, o Uganda e a Tanzânia solicitam a abertura de negociações com a Comunidade Europeia.

1963.10.14

A Comunidade Económica Europeia assina o primeiro acordo comercial com um país terceiro – no caso o Irão.

1964.05.04

Iniciam-se as negociações do *Kennedy Round* no âmbito do GATT, onde a Comunidade Europeia participa como um importante bloco comercial do mundo, e que acabarão por conduzir a uma redução sensível dos direitos aduaneiros no comércio mundial. Como consequência a pauta aduaneira da Comunidade sofre uma redução de 35 a 40% na generalidade dos produtos (com excepção dos produtos agrícolas).

1964.05.08

Decisão do Conselho instituindo uma colaboração entre os bancos centrais dos Estados comunitários e uma colaboração em matéria de relações monetárias internacionais.

1964.06.01

Entra em vigor a *Convenção de Iaoundé*.

1964.07.01

Começa a funcionar o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA).

1964.12.15

Pela primeira vez na sua história a Comunidade adopta preços únicos para os cereais, os quais deverão vigorar a partir de 1967.

1965.03.31

Proposta da Comissão, presidida por Walter Hallstein, ao Conselho que visava dotar a Comunidade de receitas próprias e alargar tanto a competência orçamental do Parlamento Europeu como da própria Comissão.

1965.04.08

É assinado o Tratado de Bruxelas, também conhecido como *Tratado de Fusão*, mediante o qual se procede à fusão orgânica das Instituições de direcção das três Comunidades, criando uma Comissão única e um Conselho único das Comunidades.

1965.06.30

Durante a reunião do Conselho de Bruxelas a França representada pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maurice Couve de Murville, retira-se das Instituições comunitárias, dando início à política da *chaise vide*.

1965.07.01

Expiram os regulamentos financeiros que vigoravam desde 1962 e disciplinavam as finanças comunitárias.

1966.01.01

Entrada na terceira fase de constituição da união aduaneira. Tendência para a adopção da regra da maioria qualificada em lugar da regra da unanimidade que até então presidia às deliberações do Conselho.

1966.01.28

Assinatura dos *Acordos do Luxemburgo*.

1966.04.21

O Governo britânico declara-se disposto a aderir à CEE mediante certas condições.

1966.11.10

O Primeiro Ministro britânico Harold Wilson anuncia a intenção de uma nova aproximação do Reino Unido à Comunidade. Portugal mantém o seu pedido de negociações apresentado em 1961.

1967.04.21

Suspensa a associação da Grécia à CEE na sequência do «golpe dos coronéis».

1967.05.11

O Governo trabalhista do Reino Unido chefiado por Harold Wilson apresenta um segundo pedido de adesão do Reino Unido à Comunidade.

1967.05.16

Segundo veto de Gaulle à adesão do Reino Unido à Comunidade.

1967.06.30

As negociações do *Kennedy Round*, no âmbito do GATT, iniciadas em 4 de Maio de 1964, conduzem a um forte desarmamento pautal no comércio mundial.

1967.07.01

Entrada em funcionamento da Comissão única das Comunidades Europeias.

1968.06.27

Em vista da próxima entrada em vigor da pauta aduaneira comum, o Conselho aprova um regulamento estabelecendo uma definição comum da noção de origem das mercadorias.

1968.07.01

Um ano e meio antes do previsto no Tratado de Roma, a Comunidade alcança o estágio da união aduaneira com a plena entrada em vigor da pauta aduaneira comum.

1968.12.18

Sicco Mansholt, Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela política agrícola comum, apresenta o *Plano Mansholt* tendente a modernizar as estruturas agrícolas comunitárias.

1969.02.05

Portugal apresenta um *aide-memoire* junto da CEE, fazendo saber à Comunidade Europeia o seu empenho em colaborar em quaisquer negociações que se viessem a produzir, nos domínios comercial e científico-tecnológico, entre a CEE e os Estados da EFTA.

1969.04.28

O general de Gaulle abandona o poder em França.

1969.07.23

O Conselho de Ministros das Comunidades examina as várias candidaturas existentes.

1969.10.01.

A Comissão das Comunidades emite um parecer sobre o alargamento comunitário.

1969.12.01

Cimeira de Haia aprovando o *tríptico comunitário* propõe-se reabrir negociações com os Estados candidatos à adesão (*alargamento*), implementar novas políticas comuns (*acabamento*) e decide empenhar-se na realização da união económica e monetária (*aprofundamento*).

1969.12.31

Termina o período de transição de 12 anos inicialmente fixado para o estabelecimento do Mercado Comum.

1970.02.09

Os governadores dos bancos centrais dos diferentes Estados comunitários assinam um acordo visando a instituição de um sistema de auxílio monetário a curto prazo tendente a aumentar a solidariedade monetária entre os Estados membros da Comunidade Europeia.

1970.03.04

O *Plano Barre* propõe a realização por etapas da união económica e monetária no âmbito da Comunidade.

1970.03.06

Para cumprimento das deliberações tomadas na Cimeira da Haia, o Conselho das Comunidades cria duas Comissões – uma, presidida pelo Primeiro-Ministro do Luxemburgo Pierre Werner, com a incumbência de elaborar um relatório prevendo a realização por etapas de uma união económica e monetária; outra, dirigida pelo belga Etienne Davignon, encarregada de estudar a melhor maneira de realizar progressos no campo da unificação política europeia.

1970.04.21

Decisão do Conselho sobre o financiamento do Orçamento comunitário.

1970.04.22

Tratado do Luxemburgo alarga poderes do Parlamento Europeu em questões orçamentais. Por este Tratado o Parlamento Europeu conquista o direito de alterar o projecto de orçamento da Comunidade no que respeita às despesas não obrigatórias e de propor ao Conselho alterações por maioria simples no âmbito das despesas obrigatórias. No mesmo documento prevê-se a substituição das contribuições financeiras dos Estados membros por recursos da própria Comunidade, nomeadamente as receitas provenientes da Pauta Aduaneira Comum, dos direitos niveladores agrícolas e de uma percentagem do imposto sobre o valor acrescentado cobrado em cada um dos Estados membros.

1970.05.28

Na sequência da Cimeira da Haia a Comunidade encara o seu alargamento a Estados membros da EFTA possibilitando que aqueles que não desejam aderir possam celebrar acordos visando o estreitamento das relações com a Comunidade. Nesta data o Governo português entrega à Comunidade uma nota em que declara desejar o estreitamento das suas relações com as Comunidades Europeias.

1970.06.30

Iniciam-se as negociações para adesão do Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega às Comunidades Europeias.

1970.10.08

Relatório Werner propõe a realização por etapas da união económica e monetária no âmbito da Comunidade num prazo de dez anos. Para o efeito deveriam ser criadas instituições comuns – um centro de decisão para a política económica e um sistema comunitário de bancos centrais – na pressuposição que a união económica nunca poderia prescindir de uma união política, o que deveria levar a transferências de responsabilidades não só para o centro de decisão para a política económica como também dos Parlamentos nacionais para o Parlamento Europeu, no âmbito de uma vasta reforma institucional das Comunidades. A final previa-se a adopção de decisões a um nível exclusivamente comunitário bem como a criação de uma moeda única ou, em alternativa, de moedas comunitárias dotadas de uma completa e recíproca convertibilidade.

1970.10.27

Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade aprovam o *relatório Davignon* visando a concertação da política externa dos diferentes Estados comunitários, num documento muito menos ambicioso do que o elaborado pela *Comissão Werner*, dado partir da ideia que a Europa unida devia agrupar Estados democráticos dotados de um Parlamento livremente eleito, sendo a proposta reduzida ao incremento da cooperação entre os Estados membros com recurso a reuniões periódicas dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade com a finalidade de harmonizar os diferentes pontos de vista em matéria de política externa. Consciente da modéstia das suas próprias sugestões, o *relatório Davignon* previa a necessidade de, num prazo de dois anos, ser apresentado um novo relatório sobre as mesmas questões.

1971.01.01

Entra em vigor o Tratado do Luxemburgo que alarga os poderes do Parlamento Europeu em matéria orçamental.

1971.02.01

Decisão do Conselho das Comunidades que reforma o Fundo Social Europeu.

1971.03.15

Os Estados comunitários acordam num plano tendente à realização por etapas da união económica e monetária.

1971.03.22

Na sequência do *Plano Barre* e do *Plano Werner* é aprovada uma resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados membros estabelecendo um conjunto de medidas e decisões visando a realização por etapas da união económica e monetária e criando igualmente um grupo do Conselho encarregado de acompanhar a harmonização das políticas económicas e financeiras a curto prazo.

1971.06.22

Comunidade Europeia propõe aos países em vias de desenvolvimento não associados um sistema de preferências generalizadas visando reduzir os níveis de protecção no comércio mundial.

1971.12.17

Iniciam-se as negociações entre Portugal e as Comunidades Europeias visando a celebração de um acordo que estabeleça uma zona de comércio livre e livre troca de produtos industriais.

1972.01.22

São assinados os Tratados de adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca às Comunidades Europeias. A Noruega, apesar de ter subscrito o respectivo Tratado não o ratifica por a população, através de referendo, se ter pronunciado por escassa maioria contra a adesão.

1972.04.24

Criação da *serpente* monetária europeia.

1972.07.22

São assinados em Bruxelas acordos entre as Comunidades Europeias e Portugal visando o estabelecimento progressivo de uma zona de comércio livre limitada aos produtos industriais, acordos que entram em vigor em Janeiro de 1973.

1972.10.19

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade que reafirmam a vontade de transformar, antes do fim da década, o conjunto das suas relações numa União Europeia. Na mesma Cimeira, realizada em Paris, os Chefes de Estado e de Governo solicitam às Instituições da Comunidade que reconheçam ao Comité Económico e Social o direito de emitir pareceres por sua própria iniciativa, sobre todas as questões que se enquadrem no âmbito das suas competências.

1973.01.01

Entra em vigor a adesão do Reino Unido, da Dinamarca e da Irlanda, nascendo a nova «Comunidade dos Nove» que, económica e comercialmente, constitui já uma potência mundial. Simultaneamente entram em vigor os acordos de comércio livre celebrados entre a Comunidade Europeia e os restantes Estados membros da EFTA, mediante os quais a pauta aduaneira comunitária deixa de ser aplicada no comércio entre a Comunidade e estes Estados. Forma-se uma ampla zona europeia de comércio livre entre os Estados comunitários e os Estados membros da EFTA os quais, porém, não participam das políticas comunitárias.

1973.05.21

Directiva do Conselho relativa à supressão das restrições à deslocação e à habitação dos originários dos Estados membros no interior da Comunidade, extensiva aos membros das respectivas famílias.

1973.07.23

Em Copenhague é aprovado um segundo *relatório Davignon*.

1973.07.28

Directiva do Conselho relativa à supressão de barreiras à liberdade de estabelecimento e à livre prestação de serviços no âmbito da actividade bancária, em vista da realização dos fins previstos no Tratado de Roma.

1973.10.07

O Conselho das Comunidades oferece a Portugal uma ajuda excepcional de urgência para fazer face a dificuldades com que o País se defrontava.

1973.12.14

Chefes de Estado e de Governo da Comunidade voltam a reafirmar o seu desejo de alcançar a União Europeia na cimeira de Copenhague, aprovando em simultâneo a *Carta de Identidade Europeia*.

1974.06.21

Acórdão do Tribunal comunitário no *Caso Reyners*, estabelecendo jurisprudência segundo a qual qualquer profissional, com base no artigo 52º do TCEE pode exigir directamente dos Estados comunitários o tratamento igual ao aplicado aos seus nacionais.

1974.12.09

Cimeira de Paris decide dar novo impulso à união europeia e à união política institucionalizando o *Conselho Europeu*, e solicitando às diferentes Instituições comunitárias relatórios em que estas exprimam os seus pontos de vista sobre a união europeia. A Cimeira dá luz verde à realização de eleições directas para o Parlamento Europeu.

1975.01.14

Proposta do Parlamento Europeu dirigida ao Conselho no sentido de este adoptar as medidas necessárias à eleição do Parlamento Europeu por sufrágio directo e universal.

1975.02.28

É assinada a *Convenção de Lomé* (Lomé I), entre a Comunidade Europeia e os Estados ACP (Estados de África, Caraíbas e Pacífico), substituindo a *Convenção de Iaoundé*. Pretende-se garantir a liberdade de acesso ao mercado comunitário dos produtos originários dos Estados ACP, fomentando a cooperação comercial.

1975.03.10

Reúne-se em Dublin, pela primeira vez, o Conselho Europeu.

1975.03.18

Criação pelo Conselho do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

1975.06.26

Na sequência da solicitação da Cimeira de Paris de Dezembro de 1974, a Comissão envia ao Conselho o seu relatório sobre a união política europeia.

1975.07.12

A Grécia apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1975.07.22

Tratado de Bruxelas alarga poderes do Parlamento Europeu em questões orçamentais, possibilitando a criação do Tribunal de Contas das Comunidades e conferindo ao Parlamento Europeu o direito exclusivo de dar quitação à Comissão relativamente à execução do orçamento bem como o poder de o rejeitar por motivos importantes. No preâmbulo do mesmo Tratado afirma-se o princípio segundo o qual a substituição total das contribuições financeiras dos Estados membros pelos recursos próprios da Comunidade passa por um reforço das competências orçamentais do Parlamento Europeu.

1975.12.01

O Conselho Europeu fixa para a Primavera de 1978 as primeiras eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal, na sequência do que já fora admitido pela Cimeira de Paris de Dezembro de 1974. Posteriormente a respectiva data seria fixada para o período compreendido entre 7 e 10 de Junho de 1979.

1975.12.29

Leo Tindemans, Primeiro-Ministro belga, apresenta aos Governos dos Estados comunitários um relatório sobre a «união europeia» que lhe havia sido pedido na sequência da Cimeira de Paris.

1976.01.20

O Conselho das Comunidades autoriza a Comissão a iniciar conversações com Portugal visando o alargamento do âmbito dos acordos celebrados em 22 de Julho de 1972 a uma série de produtos no mesmo não incluídos, com base na «cláusula evolutiva» inserida nos referidos acordos.

1976.02.16

O COMECON (Conselho de Assistência Económica Mútua – agrupamento comercial dos Estados europeus satélites da União Soviética) mostra-se disponível para celebrar acordos com as Comunidades Europeias.

1976.07.12

Conselho Europeu de Bruxelas aprova projecto do Parlamento Europeu relativo à eleição do Parlamento por sufrágio directo.

1976.09.20

Em Bruxelas são aprovados e assinados o Acto e a decisão dos representantes dos Estados membros reunidos no seio do Conselho sobre a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio directo e universal.

1977.03.28

Portugal apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1977.04.05

O Conselho das Comunidades solicita à Comissão, nos termos dos Tratados, o seu parecer sobre o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

1977.06.01

Entra em vigor o Tratado de Bruxelas que alarga os poderes do Parlamento Europeu em questões orçamentais, criando o Tribunal de Contas das Comunidades e conferindo ao Parlamento Europeu o direito exclusivo de dar quitação à Comissão relativamente à execução do orçamento bem como o poder de o rejeitar por motivos importantes. Na mesma data, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão adoptam uma Declaração conjunta sobre direitos fundamentais à qual os Chefes de Estado e de Governo se associarão na reunião do Conselho Europeu de 7 de Abril de 1978 através de uma *Declaração Sobre a Democracia e Sobre os Direitos Fundamentais*.

1977.07.28

A Espanha apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1977.10.25

Tribunal de Contas da Comunidade, instituído na sequência do Tratado de Bruxelas de 22 de Julho de 1976, substitui-se à Comissão de Controlo da CEE e do EURATOM e ao Comissário de Contas da CECA como responsável pelo controlo orçamental comunitário.

1978.02.16

O Parlamento Europeu vota uma resolução em que, pese embora reconheça a individualidade de cada Comunidade e a autonomia dos respectivos Tratados institutivos, é de opinião que a expressão *Comunidade Europeia* pode designar globalmente o conjunto formado pelos Estados comunitários e pelas respectivas Instituições.

1978.04.07

O Conselho Europeu, reunido em Copenhague, confrontado com os pedidos de adesão da Grécia, de Portugal e da Espanha às Comunidades, aprova a «Declaração Sobre a Democracia e Sobre os Direitos Fundamentais», segundo a qual «constituem elementos essenciais da participação nas Comunidades Europeias o respeito e a salvaguarda da democracia representativa e dos Direitos do Homem em cada um dos Estados».

1978.05.29

Parecer favorável da Comissão Europeia ao alargamento da Comunidade a Portugal.

1978.06.05

Parecer favorável do Conselho das Comunidades ao alargamento a Portugal das Comunidades Europeias.

1978.07.06

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da Comunidade em Bremen (RFA) onde a França e a RFA propõem o relançamento da cooperação europeia no domínio monetário através da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME) que substitua a *Serpente*.

1978.07.25

Decisão do Conselho fixando o período de 7 a 10 de Junho de 1979 para a realização das primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu.

1978.10.17

São oficialmente abertas as negociações entre Portugal e as Comunidades Europeias em vista da adesão lusa à Comunidade.

1978.10.18

A Comissão adverte os Estados membros sobre a tendência manifestada para o recrudescimento de práticas proteccionistas no interior da Comunidade.

1978.12.18

É criado o *Sistema Monetário Europeu*.

1979.02.05

São oficialmente abertas as negociações entre a Espanha e as Comunidades Europeias em vista da adesão daquele Estado às Comunidades.

1979.03.05

Directiva do Conselho em vista da harmonização das condições de admissão de valores mobiliários à cotação oficial de uma bolsa de valores em qualquer Estado comunitário.

1979.03.13

Entra em vigor o Sistema Monetário Europeu (SME) e aparece o ECU.

1979.05.28

É assinado o Tratado de Atenas pelo qual a Grécia adere às Comunidades.

1979.06.07

Primeiras eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio universal.

1979.10.31

Assinatura em Lomé da segunda *Convenção de Lomé* (Lomé II) entre a CEE e 58 Estados da África, Caraíbas e Pacífico (Estados ACP)

1979.12.13

Na sequência dos poderes que lhe foram conferidos pelo Tratado de 22 de Julho de 1975, pela primeira vez na sua história o Parlamento Europeu rejeita o orçamento da Comunidade por 288 votos contra 64 e 1 abstenção.

1979.12.19

É celebrado um acordo complementar que revê o acordo CEE – Portugal assinado em 22 de Julho de 1972.

1981.01.01

A Grécia torna-se no décimo Estado membro das Comunidades Europeias. (A aproximação deste país às Comunidades tinha começado vinte anos antes. A 8 de Junho de 1959 a Grécia tinha pedido a sua associação à CEE que entrou em vigor a 1 de Novembro de 1962 mas foi suspensa a 21 de Abril de 1967 na sequência do «golpe dos coronéis» e continuou suspensa até à queda do regime militar. O Governo grego solicitou de novo a sua adesão em 1975 tendo o respectivo Tratado sido assinado em 1979). Simultaneamente, entra em vigor a *Convenção de Lomé II*.

1981.02.24

Directiva do Conselho harmoniza os procedimentos de exportação das mercadorias comunitárias.

1981.05.19

Regulamento do Conselho relativo à luta contra as fraudes nas trocas com países terceiros prevendo a assistência mútua entre as autoridades administrativas dos Estados membros e a sua colaboração com a Comissão.

1981.07.07

Resolução do Parlamento Europeu convidando os Governos dos Estados membros a dar cumprimento à obrigação prevista nos Tratados de fixar uma sede para as Instituições comunitárias. O Grão-Ducado do Luxemburgo interporia recurso desta resolução do Parlamento Europeu junto do Tribunal de Justiça das Comunidades arguindo incompetência do Parlamento Europeu para tomar tal resolução – o Tribunal de Justiça das Comunidades indeferiria o recurso a 10 de Fevereiro de 1983.

1981.10.14

O *Projecto Gensher-Colombo*, visando o reforço da cooperação europeia nos domínios político e de segurança em vista da concretização da União Europeia, é apresentado pelos seus autores ao Conselho das Comunidades.

1981.11.19

O *Projecto Gensher-Colombo* é apresentado ao Parlamento Europeu.

1982.02.15

Directiva do Conselho definindo a informação periódica que deverá ser publicada pelas sociedades cujas acções são admitidas à cotação oficial de uma bolsa de valores.

1982.03.10

O Parlamento Europeu aprova um projecto de acto relativo à adopção de determinadas disposições, tendo em vista o estabelecimento de um processo eleitoral uniforme em todos os Estados comunitários para a eleição dos membros do Parlamento Europeu.

1983.02.10

Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades julgando improcedente o recurso interposto pelo Grão-Ducado do Luxemburgo contra a resolução do Parlamento Europeu de 7 de Julho de 1981.

1983.02.21

O Conselho reconhece a impossibilidade de adoptar um processo eleitoral uniforme em todos os Estados comunitários para as eleições para o Parlamento Europeu de Junho de 1984, prosseguindo os seus trabalhos em vista da adopção desse procedimento uniforme nas eleições de 1989.

1983.05.20

Resolução do Parlamento Europeu que decide transferir para Estrasburgo os serviços que asseguram o funcionamento das sessões plenárias, continuando em Bruxelas os serviços destinados a assegurar o funcionamento das Comissões Parlamentares. O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo impugnaria a resolução junto do Tribunal de Justiça das Comunidades – o qual daria provimento ao recurso em acórdão de 10 de Abril de 1984.

1983.06.19

Os Chefes de Estado e de Governo dos Dez Estados comunitários participam na Cimeira do Conselho Europeu de Estugarda onde, no meio de alguma tensão, subscrevem uma declaração em que manifestam a sua vontade de avançar para a união europeia.

1983.09.26

Regulamento do Conselho permitindo a transformação em alfândega de mercadorias, antes da sua colocação em prática livre.

1983.11.14

O Conselho adopta um regulamento relativo ao procedimento destinado a simplificar a entrega dos certificados de circulação das mercadorias abrangidas pelos acordos CEE-ACP.

1984.02.14

Parlamento Europeu adopta um projecto de *Tratado sobre a União Europeia*, proposto pelo deputado Altiero Spinelli.

1984.02.28

Adopção pela Comunidade do programa *Esprit* (investigação e desenvolvimento no domínio da tecnologia da informação)

1984.04.09

Declaração comum do Luxemburgo assinada pela CEE e pela EFTA.

1984.04.10

Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades dando provimento ao recurso interposto pelo Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo da resolução do Parlamento Europeu

de 20 de Maio de 1983, entendendo que este violou, naquela resolução, o disposto no acórdão de 10 de Fevereiro de 1983.

1984.05.15

Resolução do Conselho sobre informatização dos procedimentos administrativos nas trocas intracomunitárias.

1984.06.17

Segundas eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio directo, secreto e universal dos cidadãos da Comunidade.

1984.06.25

O Conselho Europeu reunido em Fontainebleau sob a presidência de François Mitterrand encarrega uma Comissão *ad hoc*, presidida pelo senador irlandês James Dooge, composta por representantes pessoais dos Chefes de Estado e de Governo, de fazer sugestões para o melhoramento do funcionamento da cooperação política. No mesmo Conselho Europeu, os Dez Estados membros da Comunidade chegam a acordo sobre o montante da compensação a atribuir à Grã-Bretanha por forma a reduzir a contribuição deste Estado membro para o orçamento comunitário. Nesta mesma cimeira é adoptado o princípio que estabelece a eliminação das formalidades aduaneiras e de controle policial no que diz respeito às pessoas que circulam no interior do espaço comunitário.

1984.07.23

Regulamento do Conselho redefine o território aduaneiro da Comunidade, precisando que no mesmo passa a estar expressamente incluído o mar territorial dos Estados membros ribeirinhos.

1984.10.27

Declaração de Roma assinalando o 30º aniversário do Tratado de Bruxelas, revisto, onde os Ministros da Defesa dos Estados membros da UEO dão conta da intenção de utilizar de forma mais desenvolvida os institutos previstos no Tratado de Bruxelas, bem como da firme vontade em adoptar as instituições existentes às novas tarefas da Organização.

1984.12.08

Assinatura, no Togo, da terceira *Convenção de Lomé* (Lomé III) entre a CEE e 66 Estados da África, Caraíbas e Pacífico (Estados ACP).

1985.02.02

Território da Groenlândia sai da Comunidade passando a ter o estatuto de território do Ultramar associado à Comunidade.

1985.02.18

Regulamento do Conselho visando a simplificação das formalidades nas trocas de mercadorias no interior da Comunidade.

1985.03.19

A *Comissão Dooge* criada no Conselho Europeu de Fontainebleau, apresenta o seu relatório final.

1985.03.29

Conselho Europeu de Roma conclui com êxito as negociações entre as Comunidades e Portugal e a Espanha em vista do alargamento das Comunidades àqueles dois Estados ibéricos.

1985.04.23

Os Ministros da Defesa dos Estados membros da UEO, na sequência da Declaração de Roma de 27 de Outubro de 1984 anunciam a criação de três agências: uma destinada ao estudo das questões do desarmamento e do controle de armamentos; outra destinada ao estudo das questões de segurança e de defesa; e uma terceira agência destinada ao desenvolvimento da cooperação entre os Estados membros no domínio do armamento.

1985.05.07

Decisão do Conselho sobre o financiamento do Orçamento comunitário.

1985.05.22

Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades admite e dá provimento a um recurso por omissão apresentado pelo Parlamento Europeu contra o Conselho, considerando que este não tinha instituído uma política comum na área dos transportes.

1985.06.11

Conselho das Comunidades aceita formalmente os pedidos de adesão de Portugal e da Espanha.

1985.06.12

São assinados os Tratados de Lisboa e de Madrid pelos quais Portugal e a Espanha aderem às Comunidades.

1985.06.14

A Comissão transmite ao Conselho Europeu um «livro branco» sobre a finalização do mercado interno, enunciando um conjunto necessário de cerca de 300 textos legislativos destinados a eliminar as barreiras às trocas comerciais. Na mesma data, a França, a Alemanha e os Estados do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) assinam o *Acordo de Schengen* que tem por finalidade última a eliminação progressiva das acções de controle nas fronteiras comuns, mediante a instalação de um regime de livre circulação aplicável a todas as pessoas, nacionais dos Estados signatários, dos outros Estados membros da Comunidade ou de países terceiros.

1985.06.28

O Conselho Europeu de Milão aprova o programa contido no «livro branco» elaborado pela Comissão e aprofunda o debate sobre questões institucionais. No fim do debate o Presidente Bettino Craxi, pese embora o desacordo britânico, dinamarquês e grego, convoca uma Conferência Intergovernamental que é encarregada de (1) elaborar um Tratado sobre uma política externa e de segurança comum e (2) de introduzir nos Tratados comunitários as modificações institucionais necessárias em ordem à revisão do processo de decisão no seio do Conselho, à alteração dos poderes de execução da Comissão e ao aumento das competências do Parlamento Europeu.

1985.09.09

Iniciam-se os trabalhos da Conferência Intergovernamental convocada na sequência do Conselho Europeu de Milão.

1985.10.24

Resolução do Parlamento Europeu sobre as infra-estruturas necessárias às suas reuniões de Bruxelas, decidindo mandar construir uma nova sala para 600 pessoas e o respectivo equipamento de apoio. O Governo francês interporia recurso desta resolução junto do Tribunal de Justiça das Comunidades que, por acórdão de 22 de Setembro de 1988 julgaria improcedente tal recurso.

1985.12.02

O Conselho Europeu reunido no Luxemburgo decide instaurar o grande mercado interno antes do fim de 1992 e adopta os grandes princípios a que se submeterá o Acto Único Europeu.

1986.01.01

Portugal e Espanha convertem-se em membros das Comunidades que passam a contar com doze Estados membros.

1986.01.16

O Parlamento Europeu aprova uma resolução apresentada pelo deputado Altiero Spinelli em que se critica o Acto Único Europeu por o mesmo ter ficado aquém das expectativas.

1986.01.27

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze, reunidos em Conferência Intergovernamental, aprovam o Acto Único Europeu.

1986.02.17

Portugal, Espanha, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido e Irlanda assinam no Luxemburgo o Acto Único Europeu, primeira reforma institucional desde a constituição das Comunidades.

1986.02.27

A Dinamarca submete a referendo o Acto Único que é aprovado pelos eleitores.

1986.02.28

Na Haia a Dinamarca, a Grécia e a Itália assinam o Acto Único Europeu.

1986.09.20

Em Punta del Este (Equador) são iniciadas as negociações do *Uruguai Round* visando a reformulação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) por forma a estender o Acordo Geral a domínios até então nele não contemplados como os serviços, a agricultura e os bens culturais. Nestas negociações a Comunidade assume-se como a grande potência comercial do Mundo.

1986.11.17

O Conselho adopta, sob proposta da Comissão, uma directiva tendente ao alargamento das obrigações comunitárias de liberalização dos movimentos de capitais.

1986.12.01

Regulamento do Conselho definindo medidas que têm por finalidade interditar a colocação em prática livre das mercadorias de contrafacção.

1987.02.15

A Comissão Europeia, em comunicação intitulada *Realizar o Acto Único – Uma Nova Perspectiva para a Europa*, propõe um novo regime de recursos próprios para a Comunidade pretendendo alcançar um período de segurança orçamental até 1992.

1987.04.14

A Turquia apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1987.05.14

O Conselho de Ministros da Educação adopta o programa comunitário ERASMUS, destinado a promover a mobilidade dos estudantes e a colaboração entre Universidades dos diferentes Estados membros.

1987.05.20

Na sequência da Declaração Comum do Luxemburgo, CEE e EFTA assinam em Interlaken (Suíça) duas Convenções visando alargar as trocas entre a Comunidade e os Países da EFTA, criando igualmente um regime de trânsito comum.

1987.07.01

Entra em vigor o Acto Único Europeu, passo prévio para a construção do Mercado Único.

1987.07.13

Regulamento do Conselho relativo ao regime de admissão temporária de contentores com vista a facilitar a sua utilização sobretudo no transporte combinado ferroviário-rodoviário.

1987.10.27

Os Ministros da Defesa dos Estados membros da UEO, reunidos na Haia, aprovam a *Plataforma de Haia* onde, na sequência da cimeira soviético-americana que reuniu, em Reykjavik (Islândia), o Presidente Ronald Reagan e o Secretário-Geral do PCUS Mikail Gorbatchev, se afirma o empenho dos Estados membros da UEO em que, de futuro, «as decisões cruciais para a segurança da Europa não sejam tomadas sem que esta tenha uma palavra a dizer». Na mesma reunião os Ministros tentam uma primeira aproximação a um conceito de identidade de defesa europeia, cometendo à Assembleia da UEO uma palavra determinante na definição de uma tal identidade, ao mesmo tempo que afirmam que a integração da Europa não estará completa enquanto não se estender aos domínios da segurança e da defesa.

1987.11.18

O Parlamento Europeu aprova o Programa da Comissão denominado *Realizar o Acto Único – Uma Nova Perspectiva para a Europa*.

1988.02.12

Os Chefes de Estado e de Governo dos Doze reúnem-se extraordinariamente em Conselho Europeu em Bruxelas e, resolvendo os principais problemas atinentes aos meios necessários para a completa realização do Acto Único Europeu, alcançam um acordo global em matéria de reformas agrária e orçamental da Comunidade com vista a alcançar o grande mercado interno, nomeadamente (1) aprovando um novo sistema de recursos próprios que garanta às Comunidades, no período de 1988-1992, um período de

segurança orçamental, tendo em conta os compromissos relativos às despesas agrícolas e (2) concedendo uma maior atenção às acções estruturais e à investigação, «disciplinando» a gestão orçamental (*Pacote Delors I*).

1988.06.16

Decisão do Conselho aprovando o programa comunitário *Juventude para a Europa* com a finalidade de promover o intercâmbio de Jovens na Comunidade.

1988.06.24

Directiva do Conselho sobre a completa liberalização dos movimentos de capitais a partir de 1 de Julho de 1990 (1 de Janeiro de 1993 para a Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda).

1988.06.25

A Comunidade Europeia e o Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON) assinam no Luxemburgo uma declaração conjunta que estabelece um marco de cooperação entre os dois blocos europeus, depois de trinta anos de ignorância recíproca.

1988.06.28

Os Chefes de Estado e de Governo dos Doze reúnem-se em Conselho Europeu em Hannover (Alemanha) com a finalidade de estudarem o processo de integração monetária e as formas de avançarem para a concretização da União Económica e Monetária, para o que criam um comité técnico, *Comité Delors*, presidido por Jacques Delors e integrando, ainda a título individual, os Governadores dos Bancos Centrais dos Estados membros e três peritos – um dinamarquês, um espanhol e um suíço –, encarregado de fixar as bases para a união monetária dentro da Comunidade e de propôr as fases concretas para a realização da União Económica e Monetária. O Conselho Europeu de Hannover confirma ainda Jacques Delors no seu cargo de Presidente da Comissão Europeia para um período de dois anos.

1988.07.24

Decisão do Conselho relativa ao novo regime de recursos próprios da Comunidade concretiza o acordo alcançado no Conselho Europeu de Bruxelas.

1988.09.02

A Comunidade Europeia assina um acordo de cooperação com a Hungria. Foi o primeiro acordo de comércio individual celebrado entre a Comunidade e um Estado da Europa de Leste.

1988.10.22

Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades considerando improcedente o recurso interposto pelo Governo francês de uma resolução do Parlamento Europeu de 24 de Outubro de 1985 sobre a construção de infra estruturas para a Assembleia.

1988.10.24

Após pareceres da Comissão e do Parlamento Europeu, por Decisão do Conselho é instituído o Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias.

1988.11.15

Portugal e a Espanha aderem à UEO.

1988.12.02

Reunião do Conselho Europeu em Rodes.

1988.12.03

É assinado um acordo de comércio entre a Comunidade Europeia e a Checoslováquia.

1988.12.12

Directiva do Conselho fixando a informação que deverá ser publicitada aquando da aquisição ou da cessão de uma participação importante numa sociedade cotada na bolsa.

1988.12.21

Directiva adoptada pelo Conselho estabelecendo o princípio geral do reconhecimento dos diplomas do ensino superior com duração mínima de três anos de acordo com três princípios: (1) o princípio da confiança mútua entre os Estados membros, (2) o princípio da equivalência dos estudos superiores e (3) o princípio do reconhecimento mútuo dos diplomas ainda que sem prévia harmonização das condições de acesso ao exercício das profissões.

1989.01.18

O Parlamento Europeu adopta a resolução PRAG, sobre a sede das Instituições, e o principal local de trabalho do Parlamento Europeu.

1989.04.12

Os Presidentes do Parlamento Europeu e do Conselho e um representante da Comissão assinam em Estrasburgo um acordo sobre o direito de apresentar petições ao Parlamento Europeu. A Comissão para o estudo da união económica e monetária criada no Conselho Europeu de Hanôver de 27 e 28 de Junho de 1988 e presidida por Jacques Delors apresenta o seu relatório onde chama a atenção dos Estados membros para a necessidade de serem iniciadas conversações com vista à assinatura de um Tratado que garanta a efectivação da união económica e monetária. O relatório propõe a criação de uma verdadeira União Económica e Monetária, em três fases, caracterizada por possuir uma política monetária e uma moeda comuns sob a dependência de um Sistema Europeu de Bancos Centrais, independente das instituições comunitárias.

1989.06.15

Eleições directas para o Parlamento Europeu no Reino Unido, Irlanda, Países Baixos, Dinamarca e Espanha.

1989.06.18

Eleições directas para o Parlamento Europeu em Portugal, França, Itália, Luxemburgo, Grécia, Alemanha e Bélgica.

1989.06.27

O Conselho Europeu reúne em Madrid e aprova o *Relatório Delors* sobre a União Económica e Monetária, apresentado pelo *Comité Delors* constituído no Conselho Europeu de Hannover. Este documento, tornado base de trabalho para a realização da União Económica e Monetária, previa que esta seria alcançada progressivamente, ao longo de um processo que comportaria três fases. É fixado na mesma altura o dia 1 de Junho de 1990 para o início da primeira fase, coincidindo com a data prevista para a liberalização dos movimentos de capitais. Nesta reunião o Conselho Europeu encarrega as instituições comunitárias de organizarem os preparativos necessários à convocação de uma Conferência Intergovernamental para a União Económica e Monetária.

1989.07.04

A Cimeira do G7 (Grupo dos 7 Estados mais desenvolvidos do Mundo: Estados Unidos, República Federal da Alemanha, Japão, França, Itália, Canadá e Grã-Bretanha), reunida em Paris, encarrega a Comunidade Europeia dos trabalhos de coordenação da ajuda ocidental à Polónia e à Hungria. Em simultâneo é criado o chamado *Grupo dos 24* constituído pelos Doze Estados membros da Comunidade, Austrália, Áustria, Canadá, Finlândia, Islândia, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Turquia e Estados Unidos – grupo encarregado de concentrar os esforços ocidentais para auxílio do processo de liberalização económica nos Estados da Europa de Leste através do programa PHARE.

1989.07.17

A Áustria apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1989.09.05

A Comunidade Europeia assina um acordo de comércio e cooperação com a Polónia.

1989.10.20

Reunião extraordinária do Conselho Europeu no Palácio do Eliseu (Paris) em que os Chefes de Estado e de Governo dos Doze são confrontados com a perspectiva da reunificação a breve prazo da Alemanha e com as novas exigências que se colocam à Comunidade derivadas das revoluções a Leste – começando a ganhar forma a ideia de convocação de uma Conferência Intergovernamental que permita alcançar a União Política. Nesta reunião do Conselho Europeu é acordada a criação do BERD.

1989.11.06

Cimeira extraordinária do Conselho Europeu em Paris em que os Chefes de Estado e de Governo dos Doze Estados membros discutem as condições de ajuda económica a conceder pela Comunidade aos Estados da Europa de Leste. Anteriormente o Conselho da Comunidade acordara no desenvolvimento de uma estratégia comum visando facilitar as exportações de alta tecnologia para a Europa de Leste.

1989.12.08

O Conselho Europeu reunido em Estrasburgo decide marcar para Dezembro de 1990 a abertura da Conferência Intergovernamental encarregada de preparar um Tratado sobre a união económica e monetária, com base no artigo 236 do TCEE. No mesmo Conselho Europeu os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da Comunidade Europeia, com excepção do Reino Unido, adoptam a *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores*.

1989.12.09

Acordo de cooperação sobre comércio e economia assinado entre a Comunidade Europeia e a União Soviética.

1989.12.15

Assinatura, em Lomé, da quarta *Convenção de Lomé* (Lomé IV) entre a CEE e 69 Estados da África, Caraíbas e Pacífico (Estados ACP).

1990.01.17

O Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, apresenta ao Parlamento Europeu o programa anual da Comissão e defende publicamente que os Estados comunitários devem aproveitar a Conferência Intergovernamental convocada para preparar a realização

da União Económica e Monetária para alterarem outros aspectos institucionais dos Tratados comunitários.

1990.02.21

Milésima reunião da Comissão Europeia.

1990.03.20

O Governo belga apresenta um documento em que aponta as linhas gerais a que devem obedecer os trabalhos da Conferência Intergovernamental encarregada de preparar as alterações aos Tratados comunitários visando a União Política, a saber: (1) aperfeiçoamento do sistema institucional comunitário; (2) diminuição do défice democrático comunitário com reforço da legitimidade democrática das instituições comunitárias; e (3) desenvolvimento da dimensão externa da Comunidade.

1990.04.12

O Chanceler Helmut Kohl e o Presidente Mitterrand enviam uma carta aos restantes membros do Conselho Europeu, nas vésperas da cimeira de Dublin, defendendo uma profunda alteração dos Tratados comunitários que leve em consideração as transformações profundas que abalam a Europa, preconizando simultaneamente o reforço da legitimidade democrática das instituições comunitárias e a unidade e coerência de acções a empreender nos domínios da política externa e de segurança comuns.

1990.04.28

Reunião extraordinária do Conselho Europeu em Dublin onde, apesar de se registarem divergências quanto ao avanço para a União Política, os Chefes de Estado e de Governo dos Doze solicitam aos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros que analisem as necessidades de alteração do Tratado de Roma, no respeito por três princípios: (1) o reforço da legitimidade democrática da Comunidade, (2) a necessidade de serem encontrados mecanismos que permitissem à Comunidade responder com mais eficácia e prontidão às novas questões que lhe eram colocadas, e (3) a necessidade de articulação da política externa comunitária.

1990.05.11

São assinados acordos de comércio entre a Comunidade Europeia e a Bulgária e a República Democrática Alemã. Em simultâneo é actualizado o acordo celebrado, em 1988, com a Checoslováquia.

1990.05.22

O Tribunal de Justiça das Comunidades reconhece ao Parlamento Europeu um direito idêntico ao conferido ao Conselho e à Comissão possibilitando-lhe a interposição de recursos de anulação contra actos de outras Instituições «na condição de tal recurso ter apenas como objectivo a salvaguarda das suas prerrogativas e se basear unicamente em elementos que asseverem a violação da referida salvaguarda».

1990.05.29

São assinados os acordos que instituem o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD).

1990.06.19

Os cinco Estados subscritores do *Acordo de Schengen* (França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) assinam a *Convenção* adicional àquele Acordo que define as condições de aplicação e as garantias de execução da política de livre circulação consignada no referido Acordo.

1990.06.25

O Conselho Europeu de Dublin analisa o documento solicitado aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade na reunião extraordinária do Conselho Europeu de Abril e acorda na convocação de uma Conferência Intergovernamental para a União Política, a decorrer em simultâneo com a Conferência Intergovernamental para a União Económica e Monetária. Ao mesmo tempo os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade encarregam a Presidência de submeter ao Conselho Europeu que se realizará em Outubro de 1990 uma proposta de decisão definitiva sobre a sede das Instituições comunitárias.

1990.07.01

Entra em vigor a primeira fase da União Económica e Monetária: é consagrada a livre circulação de capitais. Para todos os Estados comunitários, com excepção da Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda, entra em vigor a directiva do Conselho de 24 de Julho de 1988 sobre a completa liberalização dos movimentos de capitais.

1990.07.04

Chipre apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1990.07.16

Malta apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades.

1990.08.08

Regulamento do Conselho, com base no artigo 113 do Tratado de Roma, impedindo as trocas comerciais dos Estados comunitários com o Iraque e o Koweit, adoptado na sequência da decisão do Conselho e dos Estados membros da Comunidade de 4 de Agosto reunidos no âmbito da Cooperação Política Europeia – de acordo com a resolução 660 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2 de Agosto.

1990.10.28

Reunião extraordinária do Conselho Europeu em Roma para analisar os esforços desenvolvidos no sentido de alcançar a União Económica e Monetária e a União Política marcada por forte reacção britânica que se demarca de muitos aspectos da União Política e se opõe à União Económica e Monetária. Apesar desta oposição é fixado o dia 1 de Janeiro de 1994 para o início da segunda fase da União Económica e Monetária e são afirmadas algumas linhas de orientação para a Conferência Intergovernamental para a União Económica e Monetária, ficando assente (1) que caberia a uma nova entidade (o Sistema Europeu de Bancos Centrais) definir e gerir a política monetária única da Comunidade a qual, (2) na terceira fase da União Económica e Monetária se caracterizaria por possuir taxas de câmbio fixas e uma moeda própria.

1990.11.27

A Itália adere ao *Acordo de Schengen* e à respectiva *Convenção* adicional.

1990.12.06

O Chanceler Helmut Kohl e o Presidente Mitterrand enviam uma carta aos restantes membros do Conselho Europeu, na véspera da Cimeira de Roma, apresentando algumas sugestões quanto ao desenvolvimento futuro da união política.

1990.12.15

O Conselho Europeu de Roma acorda em dar um novo impulso no sentido de ser alcançada a união económica e política da Europa em 1993, salientando que uma tal União deveria fundar-se (1) na solidariedade entre os seus Estados membros, (2) na coesão económica e social associada à completa realização das legítimas aspirações dos cidadãos europeus, (3) na justa repartição de competências entre os Estados membros e as instituições comunitárias, (4) na coerência das acções externas a empreender pela Comunidade no quadro das suas políticas externa, de segurança e económica e (5) a afirmação da dignidade da pessoa humana, pressupondo a luta contra a discriminação racial e a xenofobia. Na mesma data são abertas as Conferências Intergovernamentais sobre a União Política e sobre a União Económica e Monetária.

1991.04.12

A presidência luxemburguesa envia aos Estados membros, para discussão, um projecto de texto articulado contendo as alterações aos Tratados comunitários sugeridas pelas Conferências Intergovernamentais em curso.

1991.06.27

Reunião do Conselho Europeu no Luxemburgo que aprova a versão consolidada dos textos propostos pelas Conferências Intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária e a União Política em curso. O texto consolidado previa a aprovação de um Tratado assente em três pilares: um comunitário, contendo as alterações necessárias aos Tratados comunitários em vista da união económica e monetária e da união política; dois intergovernamentais referentes à política externa e de segurança comuns e à cooperação entre os Doze em matéria judiciária e de assuntos internos.

1991.07.01

Suécia deposita oficialmente o seu pedido de adesão às Comunidades.

1991.07.26

Os Doze aprovam um compromisso sobre a importação de automóveis japoneses depois de dezoito meses de negociações. Tóquio aceita, a 31, as propostas comunitárias que prevêm a abertura progressiva do mercado europeu e a suspensão, no ano 2000, do sistema de quotas.

1991.10.02

A Comissão de Bruxelas veta a aquisição da empresa aeronáutica canadiana De Havilland por um consórcio franco-italiano constituído pelas empresas Aérospatiale e Alénia.

1991.10.14

Mitterrand e Kohl comunicam aos seus parceiros comunitários uma iniciativa comum visando estreitar os laços entre os Doze em matéria de defesa, anunciando a criação de um corpo de intervenção franco-alemão, possível embrião de uma força europeia no seio da UEO.

1991.10.22

CEE e EFTA constituem o *Espaço Económico Europeu* (EEE).

1991.11.18

Portugal e a Espanha aderem ao *Acordo de Schengen* e à respectiva Convenção adicional.

1991.11.22

A Hungria, a Polónia e a Checoslováquia assinam em Bruxelas acordos de associação com a CEE.

1991.12.09

Cimeira do Conselho Europeu de Maastricht que aprova Tratado sobre a união política e a união económica e monetária, dando origem à União Europeia.

1991.12.16

Reunidos após a Cimeira de Maastricht, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE acordam nas condições que deverão ser respeitadas pelas novas Repúblicas emergentes da Jugoslávia e da União Soviética para poderem ser reconhecidas pelos Doze. São quatro essas condições: (1) observância do Estado de direito e da democracia de acordo com os princípios das Nações Unidas e da Acta Final de Helsínquia; (2) garantir os direitos das minorias e dos grupos étnicos; (3) garantir o respeito pelas fronteiras estabelecidas que não poderão ser modificadas senão por negociações e acordos mútuos; (4) respeito pelos acordos e Tratados já subscritos em matéria de desarmamento e segurança regional.

1992.01.01

Inicia-se a primeira presidência portuguesa das Comunidades Europeias.

1992.01.07

Um helicóptero de observadores comunitários é abatido na Jugoslávia pelo exército federal de obediência sérvia causando a morte aos seus cinco ocupantes.

1992.01.14

O alemão Egon Klepsch (Democrata-Cristão/PPE) é eleito Presidente do Parlamento Europeu, à primeira volta, reunindo 253 dos 446 sufrágios expressos, substituindo o socialista espanhol Baron Crespo na presidência da Assembleia.

1992.01.15

Os Doze reconhecem as independências da Croácia e da Eslovénia.

1992.02.08

É formalmente assinado o Tratado de Maastricht que cria a União Europeia.

1992.02.12

O Reino Unido manifesta-se contra o pacote financeiro preparado por Jacques Delors relativo às perspectivas financeiras da Comunidade para os próximos anos.

1992.03.02

Jacques Delors responde às críticas britânicas sobre o pacote financeiro comunitário e o aumento do orçamento das Comunidades.

1992.03.18

O Presidente da República e o Primeiro Ministro da Finlândia apresentam a João de Deus Pinheiro, Presidente em exercício do Conselho das Comunidades, o pedido formal de

adesão do seu país às Comunidades Europeias com base nos artigos 237 TCEE, 205 TCEEA e 98 TCECA.

1992.04.03

O Primeiro-Ministro português, Professor Cavaco Silva, anuncia publicamente a adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu, adesão confirmada a 4 do mesmo mês pelas instâncias comunitárias.

1992.04.04

Decisão do ECOFIN (Conselho de Ministros das Finanças da Comunidade) e dos Governadores dos Bancos Centrais admitindo o escudo português no Sistema Monetário Europeu.

1992.04.06

O Conselho das Comunidades analisa o pedido de adesão da Finlândia e decide dar início à aplicação dos processos previstos nos Tratados para o alargamento das Comunidades. Nessa medida solicita um parecer à Comissão sobre o pedido de adesão da Finlândia. Na mesma data as Comunidades reconhecem a República da Bósnia-Herzgovina que proclamara a sua independência e resultara da desagregação da antiga Jugoslávia.

1992.04.07

O Parlamento Europeu, considerando os progressos realizados pelo Tratado de Maastricht, nomeadamente no que diz respeito à União Económica e Monetária, aprova uma resolução convidando os Parlamentos Nacionais a ratificarem o Tratado. Chama, todavia, a atenção, para as lacunas que, em seu entender, o Tratado contém. Convida os Parlamentos a solicitarem aos Governos respectivos que preparem as próximas Conferências Intergovernamentais por forma a que tais lacunas sejam eliminadas, nomeadamente as que se referem à existência do défice democrático comunitário. Na mesma resolução o Parlamento Europeu sugere por igual que os Parlamentos nacionais desenvolvam a estratégia estabelecida na Conferência dos Parlamentos da Comunidade a qual visa transformar as relações entre os povos e os Estados membros da Comunidade numa União Europeia de tipo federal baseada num projecto de constituição elaborada pelo Parlamento Europeu em colaboração com os Parlamentos nacionais. No mesmo documento, o Parlamento Europeu assumiu o encargo de começar a preparar uma nova revisão dos Tratados na perspectiva de as próximas Conferências Intergovernamentais poderem suprir as deficiências que o Parlamento Europeu apontou ao Tratado de Maastricht.

1992.04.10

O Tribunal de Justiça das Comunidades dá luz verde à concretização do acordo que institui o Espaço Económico Europeu.

1992.04.30

Parecer do Comité Económico e Social defende que as medidas financeiras propostas pela Comissão Europeia na sua comunicação, *Do Acto Único ao pós-Maastricht: os meios para realizar as nossas ambições*, no que diz respeito à coesão económica e social, correspondem ao mínimo necessário para permitir às regiões e aos Estados menos desenvolvidos da Comunidade fazer face, nas melhores condições, ao impacto da realização do mercado interno e da União Económica e Monetária.

1992.05.02

Na cidade do Porto, no decurso de uma cerimónia oficial, o Primeiro Ministro de Portugal e Presidente em exercício do Conselho Europeu, Cavaco Silva, o Presidente em exercício do Conselho das Comunidades e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João de Deus Pinheiro, o Vice-Presidente da Comissão, F. Andriessen, os Estados membros das Comunidades e os Estados membros da EFTA assinam o acordo que constitui o *Espaço Económico Europeu (EEE)* mediante o qual se pretende criar «um conjunto integrado, dinâmico e homogéneo, baseado em regras comuns e em condições de concorrência equivalentes, dotado de meios, nomeadamente judiciais, necessários à sua aplicação e assentes na igualdade, na reciprocidade e no equilíbrio geral das vantagens, dos direitos e das obrigações das partes contratantes». O acordo permite a realização das *quatro liberdades* (liberdade de circulação de bens, pessoas, serviços e capitais) com base na legislação comunitária.

1992.05.18

A Suíça manifesta a sua intenção de aderir à Comunidade Europeia.

1992.05.21

O Parlamento britânico aprova na generalidade a ratificação do Tratado de Maastricht, apesar de os *eurocépticos* reclamarem a sujeição do Tratado a referendo popular. Simultaneamente em Bruxelas e ao fim de setenta e duas horas de reunião, o Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade acorda as bases gerais para a reforma da política agrícola comum, trinta anos depois dela ter entrado em vigor.

1992.05.22

O Presidente francês François Mitterrand e o Chanceler alemão Helmut Kohl, no âmbito da Cimeira franco-alemã reunida em La Rochelle, expressam o desejo de que se iniciem em breve as negociações para o alargamento da Comunidade à Suécia, Áustria e Finlândia com a finalidade de fortalecer a união política europeia.

1992.06.02

A Dinamarca recusa ratificar o Tratado de Maastricht em consequência do resultado de um referendo popular em que 50.7% dos dinamarqueses se opuseram ao Tratado da União Europeia.

1992.06.03

Na sequência dos resultados do referendo realizado na Dinamarca, o Presidente francês François Mitterrand anuncia a sujeição do Tratado de Maastricht a um referendo a realizar em França. Movimentos no mesmo sentido começam a ganhar forma em Portugal, no Reino Unido e na Alemanha – onde começa a ser reivindicada a submissão do Tratado a referendo popular. A Irlanda já anunciara a intenção de realizar idêntico referendo.

1992.06.10

Jacques Delors adverte o Reino Unido de que não deverá utilizar a sua próxima presidência das Comunidades para a promoção e a defesa dos seus interesses nacionais.

1992.06.16

O Sistema Monetário Europeu começa a dar mostras de alguma instabilidade – o Bundesbank sobe as suas taxas de desconto em 8,75 pontos percentuais, alteração nunca vista até então.

1992.06.26

Reunião do Conselho Europeu em Lisboa regista avanços na questão do alargamento das Comunidades aos países signatários do acordo do Espaço Económico Europeu que já solicitaram a adesão às Comunidades, pese embora tenha reafirmado que a abertura dos processos negociais com os referidos Estados só poderia ter lugar após a ratificação do Tratado de Maastricht por todos os Estados comunitários e a aprovação pela Comunidade das suas perspectivas financeiras para os anos seguintes.

1992.07.02

O Parlamento luxemburguês, com uma maioria de 51 votos favoráveis contra 6 votos desfavoráveis, ratifica o Tratado de Maastricht sobre a União Europeia.

1992.07.08

O Parlamento Europeu aprova uma resolução em que toma nota da vontade expressa pelos Estados membros, na sequência do Conselho Europeu de Lisboa, de reconduzir Jacques Delors na presidência da Comissão Europeia no período 1993 – 1994, renovando a sua confiança no Presidente da Comissão. Em simultâneo, porém, o Parlamento Europeu lamenta não ter sido previamente consultado e insiste na necessidade de organizar um verdadeiro processo de investidura da Comissão.

1992.07.17

A Câmara dos Representantes do Parlamento belga aprova o projecto de lei de ratificação do Tratado de Maastricht com 146 votos a favor, 33 contra e 3 abstenções.

1992.07.31

A Comissão emite um parecer favorável à adesão da Suécia às Comunidades. Na mesma data o Parlamento grego, com uma maioria de 286 votos favoráveis contra 8 votos desfavoráveis, ratifica o Tratado de Maastricht sobre a União Europeia.

1992.09.08

Como consequência da instabilidade que ameaça algumas moedas integrantes do Sistema Monetário Europeu, a Suécia sobe as suas taxas de juro de 24% para 75%.

1992.09.13

A agitação no Sistema Monetário Europeu mantém-se: a lira italiana desvaloriza-se em 7% dando origem ao primeiro realinhamento do sistema desde 1990.

1992.09.16

4ª feira negra, que marca a mais grave crise de sempre atravessada pelo Sistema Monetário Europeu. A pressão do mercado força a lira italiana, a libra esterlina e a peseta a saírem dos seus limites de flutuação (bandas) no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu. O Reino Unido começa por anunciar duas subidas consecutivas das suas taxas de juro em 5% e, posteriormente, anuncia que a libra esterlina deixa de fazer parte temporariamente do mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu.

1992.09.17

Com 176 votos a favor e 16 votos contra, o Senado italiano aprova a ratificação do Tratado de Maastricht. Ao mesmo tempo continua a turbulência e a agitação no âmbito do Sistema Monetário Europeu provocando um segundo realinhamento da paridade das

moedas no prazo de poucos dias. Simultaneamente o Comité Monetário resolve suspender temporariamente a participação da lira italiana no mecanismo de taxas de câmbio do sistema. Enquanto isto a peseta sofre uma desvalorização de 5% e o Reino Unido desce as suas taxas em 10%.

1992.09.18

Na sequência da crise que afecta o Sistema Monetário Europeu, o Primeiro-Ministro britânico John Major declara que a libra esterlina apenas voltará ao mecanismo de câmbio do Sistema Monetário Europeu quando o Bundesbank alterar a sua política.

1992.09.20

Referendo popular em França mostra que 51% dos franceses são favoráveis à ratificação do Tratado de Maastricht e 49% se mostram contrários à sua ratificação.

1992.10.14

Nas vésperas da reunião do Conselho Europeu de Birmingham o Parlamento Europeu aprova uma resolução na qual apela aos Chefes de Estado e de Governo dos Doze no sentido de aumentar a transparência e a democraticidade no seio das instituições comunitárias. Lançando a proposta concreta de uma pronta codificação do direito comunitário, o Parlamento Europeu, simultaneamente, reclama a convocação, antes da data prevista de 1996, de uma conferência intergovernamental destinada a colmatar o défice democrático da Comunidade.

1992.10.16

Reunião extraordinária do Conselho Europeu convocada pela presidência britânica para Birmingham possibilita aos Doze Chefes de Estado e de Governo da Comunidade a reafirmação da sua crença no Tratado de Maastricht, a par da constatação que o progresso da Comunidade só se pode fazer com o apoio dos cidadãos europeus, para o que se torna necessário (1) demonstrar aos europeus as vantagens da Comunidade e do Tratado de Maastricht; (2) tornar a Comunidade mais aberta e acessível aos cidadãos da Europa; (3) respeitar a história, a cultura e as tradições de cada uma das nações europeias; e (4) explicar aos cidadãos europeus que a instituição da cidadania europeia lhes confere um acréscimo de direitos e protecção sem que isso signifique qualquer substituição relativamente à protecção que lhes é dispensada pelas respectivas cidadanias nacionais. Simultaneamente o Conselho Europeu realça o papel importante desempenhado pelo Parlamento Europeu na vida comunitária, congratulando-se com os contactos cada vez mais frequentes estabelecidos entre o Parlamento Europeu e os diferentes Parlamentos nacionais. Finalmente, e esforçando-se por dar um conteúdo ao princípio da subsidiariedade inscrito no Tratado de Maastricht, os Chefes de Estado e de Governo reafirmam que as decisões devem ser tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos, sublinhando que uma unidade cada vez maior é possível sem uma centralização excessiva, cabendo a cada Estado membro decidir da forma como os seus poderes devem ser repartidos internamente e tendo sempre presente que as acções de nível comunitário não devem ser tomadas senão quando tal se mostrar apropriado e indispensável – explicando a adequação do quadro jurídico fixado pelo Tratado de Maastricht à realização de tais objectivos.

1992.10.26

Com 423 votos a favor e 46 votos contra, a Câmara dos Deputados italiana aprova a ratificação do Tratado de Maastricht. Em 17 de Setembro o Senado italiano já aprovara a ratificação do mesmo Tratado com 176 votos a favor e 16 votos contra.

1992.10.29

A Câmara dos Deputados do Parlamento espanhol ratifica o Tratado de Maastricht com 314 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções.

1992.11.04

O Parlamento britânico, com uma escassa margem de três votos de diferença, aprova uma moção do Primeiro Ministro John Major sobre a ratificação do Tratado de Maastricht. Na mesma data o Senado belga ratifica o Tratado da União Europeia, por 115 votos a favor, 26 votos contra e uma abstenção. A Câmara dos Representantes belga, por seu turno, já o ratificara em 17 de Julho, por 143 votos a favor, 33 votos contra e 3 abstenções. No mesmo dia – 4 de Novembro –, na sequência do pedido de adesão da Finlândia às Comunidades, apresentado em 18 de Março de 1992, a Comissão das Comunidades emitiu o seu parecer segundo o qual, uma tal adesão, se deveria enquadrar no regime previsto pelo Artigo O do Tratado da União Europeia, devendo a Finlândia aceitar integralmente todas as consequências resultantes do referido Tratado. A Comissão entendeu, todavia, que, na sequência do Conselho Europeu de Lisboa, as negociações para o alargamento apenas poderiam ter o seu início após a ratificação por todos os Estados membros do Tratado da União Europeia.

1992.11.18

Resolução do Parlamento Europeu sobre a ratificação do Tratado de Maastricht por parte da Dinamarca, onde a Assembleia denota partilhar das preocupações da opinião pública dinamarquesa quanto à insuficiência de transparência e de democracia do sistema comunitário. Recordando algumas propostas concretas por si formuladas para resolver o problema, o Parlamento Europeu manifesta, no entanto, profunda preocupação perante o espírito e os termos do *compromisso nacional* a que chegaram os principais partidos dinamarqueses e que servirá de base a um *acordo especial* entre a Dinamarca e os seus parceiros, na medida em que esse acordo teria como consequência libertar definitivamente este país de determinadas obrigações impostas pelo Tratado e relativas à política de defesa comum, à concretização da moeda única, à cidadania comunitária, bem como aos assuntos internos e de justiça.

1992.11.21

Na sequência de novas investidas especulativas contra algumas moedas integrantes do Sistema Monetário Europeu, em particular o escudo e a peseta, o Comité Monetário das Comunidades Europeias desvaloriza as moedas ibéricas em 6%, provocando o terceiro realinhamento no âmbito do mecanismo de câmbios do SME.

1992.11.25

A Primeira Ministra da Noruega apresenta ao Presidente em exercício do Conselho, Douglas Hurd, o pedido formal de adesão da Noruega às Comunidades Europeias. Na mesma data, o Senado espanhol ratifica o Tratado da União Europeia com 222 votos a favor e 3 abstenções. A Câmara dos Deputados, por seu turno, já o ratificara em 29 de Outubro por 314 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções.

1992.12.06

A Suíça rejeita, por referendo popular, participar no Espaço Económico Europeu.

1993.01.30

No regresso da instabilidade ao Sistema Monetário Europeu, reúne de emergência o Comité Monetário das Comunidades Europeias, a pedido do Governo irlandês, tendo deliberado desvalorizar a libra irlandesa em 10%, originando assim o quarto realinhamento do Sistema em escassos cinco meses.

1993.02.01

São oficialmente inauguradas em Bruxelas as negociações entre a Comunidade Europeia, a Áustria, a Finlândia e a Suécia, em vista do alargamento comunitário a estes Estados.

1993.02.10

O Parlamento Europeu aprova uma resolução congratulando-se com a abertura das negociações da Comunidade Europeia com a Áustria, a Finlândia e a Suécia, em vista do alargamento das Comunidades a estes Estados

1993.03.24.

A Comissão das Comunidades Europeias emite um parecer favorável ao alargamento da Comunidade à Noruega, esclarecendo que as negociações deverão ser conduzidas ao abrigo do artigo O do Tratado da União Europeia e que só poderão ser concluídas após a ratificação do referido Tratado por todos os Estados membros.

1993.04.05

O Conselho das Comunidades, recorrendo às conclusões do Conselho Europeu de Edimburgo relativas ao alargamento das Comunidades/União Europeia aos países da EFTA, «acolheu com satisfação a avaliação positiva feita pela Comissão ao pedido de adesão apresentado pela Noruega, decidindo proceder à abertura das negociações com vista à adesão da Noruega à União».

1993.05.13

Mantém-se a instabilidade nos mercados de câmbio com importantes reflexos no valor das moedas comunitárias. Reunido de emergência a pedido do Banco central espanhol, o Comité Monetário das Comunidades desvaloriza a peseta em 8% e, por arrastamento, o escudo em 6,5%: é o quinto realinhamento na paridade das moedas ocorrido no âmbito do Sistema Monetário Europeu desde Setembro de 1992.

1993.05.18

2º referendo popular na Dinamarca mostra que 56,8% dos dinamarqueses se pronunciam favoravelmente ao Tratado de Maastricht.

1993.07.29

O Sistema Monetário Europeu persiste numa situação de instabilidade. O Bundesbank reconhece o seu papel central no sistema e desce a sua taxa Lombarda em 0,5%. Esta descida acaba por se manifestar insuficiente, continuando a verificar-se ataques especuladores sobre a peseta, o escudo, o franco belga e a coroa dinamarquesa. A a ponto de os Bancos centrais de Portugal e da Bélgica terem de intervir para defender as suas moedas.

1993.07.30

O que alguns observadores classificam como o dia mais negro para a história do Sistema Monetário Europeu é caracterizado por um ataque implacável dos especuladores contra cinco moedas integrantes do Sistema, encostando-as aos limites das bandas de flutuação. O franco francês chega mesmo ao ponto de ultrapassar os limites permitidos por essas margens de flutuação. Em face da situação que se afigura como incontrolável, o Bundesbank pede a convocatória urgente e de emergência de uma reunião do Comité Monetário da Comunidade Europeia.

1993.07.31

O Comité Monetário da Comunidade Europeia reunido de emergência a pedido do Bundesbank durante mais de sete horas para procurar uma saída para a crise que afecta o Sistema Monetário Europeu reconhece no final da reunião não ter chegado a nenhuma conclusão, remetendo a solução da crise para a reunião do ECOFIN – Conselho de Ministros das Finanças da Comunidade – convocado de emergência para o dia 1 de Agosto.

1993.08.01

Até à meia noite os Ministros das Finanças dos Doze Estados Comunitários reunidos no âmbito do ECOFIN não chegam a qualquer decisão capaz de credibilizar o Sistema Monetário Europeu – sujeito a permanentes ataques e vivendo em constante turbulência – continuando a sua reunião pela madrugada.

1993.08.02

Já de madrugada, os Ministros das Finanças dos Doze Estados Comunitários decidem enfrentar a crise que se instalou no Sistema Monetário Europeu concedendo às moedas integrantes do Sistema uma margem de flutuação de 15% – substituindo as anteriores bandas larga (de 6%) e estreita (de 2.5%) À para o escudo, a peseta, a coroa dinamarquesa, o franco francês e a libra irlandesa. Apenas o florim holandês e o marco mantém a sua paridade bilateral ligada à banda estreita. Os observadores mais atentos são unânimes em constatar que tal deliberação significa a morte do Sistema Monetário Europeu, pelo menos nos termos em que foi pensado em 1979. São lançadas fundadas dúvidas sobre a viabilidade de a curto prazo a moeda única poder vir a ser uma realidade, bem como sobre a possibilidade de alcançar os critérios de convergência na exacta medida em que eram previstos no Tratado de Maastricht.

1993.10.12

O Tribunal Constitucional da Alemanha profere um acórdão em que considera o Tratado da União Europeia conforme à Lei Fundamental de Bona. Está vencido o último obstáculo que impedia a entrada em vigor do Tratado de Maastricht.

1993.10.29

Cimeira extraordinária do Conselho Europeu em Bruxelas onde os Chefes de Estado e de Governo ultimam os pormenores necessários à entrada em vigor do Tratado da União Europeia. Subjacente a esta cimeira para a iniciativa franco-alemã que, a propósito do provável alargamento da Comunidade à Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia, defende uma reforma institucional da Comunidade com a valorização do peso dos Estados grandes e a desqualificação do voto dos Estados pequenos.

1993.11.01

Entra em vigor o Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht).

bibRIA

A FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS AVEIRENSE 1888-1891

Introdução

A *historiografia da indústria* das primeiras décadas deste século nada diz sobre a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense. Tal silêncio é, por certo, expressão de algumas das características desses textos historiográficos e da ambiência cultural que integraram.

Vivendo paredes-meias com a arte, a museologia, o coleccionismo, a etnografia e a exegese literária, a historiografia das actividades industriais e artesanais – mercê das suas premissas ideológicas e culturais – tinha, então, uma maior propensão para o estudo de «indústrias nobres», como a cerâmica, o vidro, o mobiliário, a tipografia, o papel, os tecidos, as rendas, a tapeçaria, a ourivesaria, etc. (essa característica possibilitou a produção de um conjunto muito variado de textos pioneiros, em diversos domínios, nomeadamente no das artes decorativas). A ausência de uma qualquer abordagem económica, social ou tecnológica dos sectores estudados é, assim, correlata do «esquecimento» de outras actividades, como a exploração mineira, a metalurgia, as saboarias, as tanoarias, as moagens, as conservas, os curtumes, etc., onde não se verifica o binómio *arte-indústria* (por esta ordem). Por essa razão é que, mesmo na cerâmica e no vidro, a sobrevalorização da vertente artística relegou para o domínio da excepção a análise dos aspectos relacionados com a produção industrial. As mais da vezes ficou-se pela referência breve, pelo testemunho pessoal¹.

José Queirós (1856-1920) constitui um bom exemplo dessa atitude ao ignorar, na sua obra, *A Cerâmica Portuguesa*, as diversas oficinas e fábricas de cerâmica utilitária, doméstica e de construção². A sua postura face às unidades cerâmicas da Pampilhosa repetir-se-ia em Aveiro, em relação às fábricas de telha e tijolo: a Jerónimo Pereira Campos & Filhos (1896), bem como a Empresa Cerâmica da Fonte Nova (1903-1908) não lhe mereceram qualquer referência; em contrapartida é grande o destaque dado à «produção artística» da Fábrica de Louça do Cojo (1775-1907), da Fábrica de Louça da Fonte Nova (1882-1937) e, especialmente, da Fábrica da Vista Alegre.

O mesmo se passou no domínio do fabrico do vidro, ainda que tenham existido, também, atitudes diferentes, mas pouco representativas³. A produção de vidro comum para utilização doméstica (coparia e frascaria) e para construção (vidraça, telhas e tijolos) não mereceu destes

¹ Sobre as premissas teóricas e metodológicas da historiografia aqui referida, veja Manuel Ferreira Rodrigues, *A historiografia portuguesa da indústria*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, 1993 (Dissertação de mestrado policopiada). A ortografia e a acentuação foram actualizadas no texto e notas, excepto nos anexos.

² A referência à Empresa Cerâmica de Lisboa constitui uma excepção (Cfr. José Queirós, *Cerâmica Portuguesa*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1907, p. 99-100).

³ No seu conhecido trabalho – *O Vidro e o Papel* –, Sousa Viterbo sublinha os aspectos utilitários do vidro a par dos artísticos: O vidro tem, para ele, uma feição «aristocrática e popular, satisfazendo ao mesmo tempo requisitos do luxo e as mais triviais exigências domesticas, companheiro inseparável do rico e do pobre [...]» (Francisco Marques Sousa Viterbo, *Artes e Indústrias Portuguesas. O Vidro e o Papel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1903, p. 12).

historiadores a atenção que dedicaram à produção de objectos artísticos, especialmente de cristal. Ao referir-se ao fim do fabrico de vidro na Fábrica da Vista Alegre, Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) afirmava: «a região Norte carece instantemente de uma *boa fabrica de vidro liso e cristal*. A prova está na prosperidade de *certa indústria bastarda de vidro liso*, que depois nasceu no Porto, ganhando avultadíssimas somas que foram para o bolso de um estrangeiro, perfeitamente indiferente ao aperfeiçoamento da sua própria arte, quanto mais á sorte do operário nacional»⁴. Defendendo um modelo de desenvolvimento de cariz organicista ou corporativo, incompatível, pois, com a organização capitalista da produção, Joaquim de Vasconcelos torna claras as razões desse desprezo pela moderna indústria vidreira do seu tempo. Ora a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense – que nem chegou a constituir um sucesso económico que fosse motivo de orgulho nacional ou local, que não foi investimento de uma «família ilustre», nem teve protecção régia – não terá produzido qualquer objecto de natureza artística, mas tão-só vidraça, telhas e redomas.

A nível local, Marques Gomes (1853-1931), autor de uma obra rica e multifacetada, segue, no essencial, as atitudes referidas. Depois da Exposição Distrital de Aveiro – realizada (por proposta sua) num contexto político e cultural marcado pelo Inquérito Industrial (1881) e pelas comemorações camonianas (1880) e pombalinas (1882) –, Marques Gomes escreveu um pequeno volume intitulado, *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história*. Independentemente das suas características, que não cabe aqui discutir, esse trabalho constitui uma das primeiras histórias de empresa da historiografia portuguesa, e uma referência decisiva para trabalhos posteriores sobre aquela fábrica⁵. No entanto, muitas outras actividades da cidade e da região não mereceram a focagem do seu olhar atento. São exemplos dessa «negligência», a ausência de estudos ou simples referências às cerâmicas de construção, às tanoarias, aos curtumes, às moagens, às conservas, às saboarias, á refinação de sal, á serração, á produção de vidro, papel, lixa, soda, gasosas e pirolitos, chocolate, gás, etc., em Aveiro⁶.

Rangel de Quadros (1842-1918), autor de uma obra vasta (mas pouco conhecida), lamentava que, dos inúmeros aspectos da vida da cidade e da região, nunca ninguém tivesse «tomado notas, esboços ou apontamentos»⁷. O volume de «apontamentos históricos», manuscritos, co-

⁴ Joaquim de Vasconcelos, «O vidro», [Catálogo da] *Exposição Distrital de Aveiro em 1882. Relíquias da arte nacional*, Aveiro, Grémio Moderno, 1883, p. 46. Sublinhado meu.

⁵ *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história*, Porto, Tip. Comércio e Indústria, 1883. A *Exposição Distrital de Aveiro* constituiu um acontecimento de enorme importância social, económica e cultural; incrementou o interesse pelo património cultural, nos seus muitos e variados aspectos, e pelo desenvolvimento da cerâmica (e do vidro) na região de Aveiro. Veja Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, [Catálogo da] *Exposição distrital de Aveiro em 1882. Relíquias [...]*. Para uma visão global da exposição (intervenientes, programa, notícias dos jornais, etc.), veja João Augusto Marques Gomes, *António Ferreira de Araújo e Silva. Esboço biográfico* (com um prefácio de Bento Carqueja), Porto, 1906, p. 13-64.

⁶ Também é certo que, antes da publicação desse estudo, Marques Gomes havia publicado dois trabalhos, – realizados, em grande parte, sob influência de Pinho Leal, e com elementos do *Portugal antigo e moderno* –, onde manifestava interesse por vários aspectos industriais; nessas obras há referências esporádicas a minas (no âmbito de «febre mineira» de meados de Oitocentos) e a diversas fábricas de cerâmica, em Eixo, de papel e fição, em Oleiros e Oliveira de Azeméis, de vidros e porcelana da Vista Alegre, bem como a diversos empreendimentos industriais de José Ferreira Pinto Basto (Cfr. Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro. Notícia geographica, estatística [...]*, Coimbra, 1877; *Idem, Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875).

⁷ Uma parte significativa da obra histórica de José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot permanece inédita. Em 1984 foi publicado um volume: *Aveiro. Origens, brasão e antigas freguesias*, Aveiro, Paisagem Editora, col. «Autores Aveirenses», n° 1, 1984, 222 págs. Esses estudos incidem principalmente sobre as instituições e personalidades políticas e religiosas do Antigo Regime. As referências à segunda metade do séc. XIX são mais Memória do que História, onde o rigor se alia ao desejo de deixar testemunho do que conheceu. O resto forma

ligidos «só por mera curiosidade» – que possuem exactamente as características de «notas», «esboços» e «apontamentos» –, contém um conjunto de pequenos textos de grande importância sobre diversas fábricas e actividades industriais em Aveiro, desde o séc. XVIII. Ora é exactamente num desses textos que se encontra um pequeno mas importante testemunho sobre a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense⁸.

Como compreender que Rangel de Quadros se refira á fábrica e seus proprietários e Marques Gomes o não tenha feito? Atendendo ao passado político liberal do pai de um dos proprietários da empresa, seria de esperar que Marques Gomes se lhe referisse. Porque não o fez? Porque, tal como noutras ocasiões, a empresa ruiu⁹. Ou estará esse silêncio relacionado com o facto de, pelo menos, dois dos quatro membros da sociedade terem tido, inicialmente, simpatias republicanas?

Atente-se na denominação desta unidade vidreira. Expressões como *Fábrica de Vidros* [...], ou *Real Fábrica de Vidros* [...] seriam alternativas, noutras circunstâncias¹⁰. Parece evidente, pois, a intencionalidade e afinidade da designação da fábrica com a terminologia do discurso republicano da década de Oitenta. Egberto de Magalhães Mesquita (1862-) – filho de um liberal das lutas de 1828 e 1846 e primo do «herói de Chaimite», Mouzinho de Albuquerque – foi um dos primeiros colaboradores do jornal republicano, *O Povo de Aveiro*¹¹. Manuel da Rocha (1841-1910), embora não fosse, de forma militante, um republicano, integrou, como se verá, a comissão para a erecção da estátua de José Estêvão (1889), com o aplauso de Homem

um conjunto de onze volumes de recortes de artigos publicados em jornais e compilados por Monsenhor João Gaspar – num total de cerca de 1700 páginas –, que estão disponíveis na Biblioteca Municipal de Aveiro.

⁸ Cfr. José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, «Fábrica de Vidros e Tijolos, no Cojo», *Aveiro. Apontamentos avulsos (manuscrito). De 1911 a 1916*, p. 117-119.

⁹ Os insucessos económicos e falências parecem constituir uma inibição para estes autores, como para o jornalismo do seu tempo. Terá sido essa a razão do silêncio que envolveu, poucos anos volvidos, a (gorada) experiência da Escola Industrial de Aveiro, de 1867-68? Terá sido por essa razão, também, que a falência das fábricas da Fonte Nova foi ocultada? Sobre estes casos, veja Manuel Ferreira Rodrigues, «O ensino técnico-profissional em Aveiro, 1867-1893», *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 20-21, 1993, p. 25-48; *idem*, «A indústria cerâmica em Aveiro (final do séc. XIX – início do séc. XX. Contribuição para o seu estudo», *Revista Portuguesa de História*, vol. XV, 1990, p.161-201.

¹⁰ O facto do liceu local ser conhecido, então, como *Liceu Nacional de Aveiro*, pode obrigar a rever a interpretação proposta, e, assim, teríamos de admitir que aquela designação mais não seria do que uma forma elevada de referir a fábrica, testemunhando, outrossim, o evidente desejo de projecção nacional da empresa. Note-se, também, que outros documentos essa unidade vidreira é referida apenas como «Fábrica de vidro».

¹¹ Da sua autoria veja, entre outros, o artigo, «O centenário do Marquês de Pombal e seus descendentes» (*O Povo de Aveiro*, nº 15, 1882.05.08, p. 2, c. 3-4) e os dois poemas: «Aos Reis» (*O Povo de Aveiro*, nº 4, 1882.02.19, p. 2) e «Um baile na corte» (*idem*, nº 9, 1882.03.26, p. 2).

Seu pai, Manuel António Loureiro de Mesquita, natural de Tondela, morreu com 91 anos, em 1898.04.17 (Cfr. Arquivo do Registo Civil de Aveiro (ARCA), *Óbitos*, Vera Cruz, fl. 8v., reg.º 22). Tendo-se comprometido «nas lutas de 28 e 46, foi perseguido e injuriado, e prezo por fim na Praça de Almeida, onde terminou seis longos anos de violentas opressões [...]. Foi vereador da câmara municipal de Aveiro e tesoureiro pagador do distrito, exercendo outros cargos públicos». Veio para Aveiro para trabalhar no comércio, «sendo por muitos anos arrematante do abarracamento da feira de março», e ligou-se, pelo casamento, a uma das mais distintas famílias da nossa sociedade [...]» (*Campeão das Províncias*, nº 4767, 1898.04.20, p. 1, c. 5). Este jornal publica um pequeno artigo biográfico, com um retrato de Manuel António Loureiro Mesquita (Cfr. *idem*, nº 2234, 1903.04.18, p. 1). Em 1869, foi director do *Distrito de Aveiro*, o jornal fundado por José Estêvão.

Quando Mouzinho de Albuquerque veio a Aveiro, em Outubro de 1901 – poucos meses antes de se suicidar –, foi recebido em casa de Egberto de Magalhães Mesquita, na R. dos Mercadores (*Campeão das Províncias*, nº 92, 1902.01.11, p. 1, c. 3-5).

dos proprietários de *O Povo de Aveiro*, para exploração de um palhaborde comprado pelos dois¹². Outros elementos disponíveis permitem pensar que se manteve próximo do «grupo do Cristo», durante o início deste século, tendo-se envolvido, até, numa sociedade para exploração da Fábrica de Moagem dos Santos Mártires, de que faziam parte, entre outros, o polémico e mal-amado director de *O Povo de Aveiro* e seu irmão Manuel¹³.

Apesar de tudo, creio que a vida precária e efémera desta unidade fabril terá sido decisiva para a construção do silêncio que a envolveu. Depois, as características e o reduzido número de informações disponíveis terão contribuído para esse mutismo.

O fabrico de vidro na região de Aveiro, 1824-1888

Entre 1824-27 e 1832, a par das muitas tentativas feitas para obter uma pasta porcelânica, a «real fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos», da Vista Alegre, produzia faiança e vidro; vidro de boa qualidade, conforme testemunho de José Acúrsio das Neves (1766-1834)¹⁴. São ilucidativas as imagens do *Catálogo de Artefactos de Vidro da Fabrica da Vista Alegre*, editado em 1829¹⁵. O alemão Francisco Miller, que exercera as mesmas funções na fábrica do Covo, dirigiu a secção dos vidros até 1826, tendo sido substituído por João da Cruz e Costa a partir dessa data¹⁶. Também por essa altura (1826-1828), foi contratado o mestre lapidário inglês Samuel Hungles¹⁷, «que educou bastantes aprendizes», como João Ferreira Ribeiro, de Vagos¹⁸.

A partir de 1832, já na posse do caulino, a fábrica aperfeiçoava o fabrico de porcelana sem, no entanto, deixar de continuar a «obrar» em vidro e cristal. Os vidros e cristais deste período

¹² João Simões Peixinho foi um dos primeiros proprietários de *O Povo de Aveiro* (Cfr. *Catálogo-Almanaque da Imprensa Aveirense*, Aveiro, 1885, p. 64). A escritura de constituição da sociedade referida foi registada em Aveiro (Arquivo Distrital de Aveiro (ADA), Aveiro, not. Arnaldo Augusto A. Fortuna, 1888.03.07, liv. 715-76, fls. 25-25v.).

¹³ Cfr., *infra*, nota 61. Note-se que Marques Gomes e Rangel de Quadros escreviam no *Campeão das Províncias*, e integravam o grupo de Manuel Firmino de Almeida Maia (1824-1897); este presidente da câmara, eleito inúmeras vezes, depois de 1860, foi violentamente atacado nas páginas de *O Povo de Aveiro*.

¹⁴ «Junto à fábrica de louça tem ele [José Ferreira Pinto Basto] estabelecido um bom laboratório de produtos químicos e farmacêuticos, e outra fábrica em que se manufacturam e lapidam vidros com tanta perfeição, como os melhores que vêm dos países estrangeiros» (José Acúrsio das Neves *apud* João Augusto Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, Aveiro, Tip. Minerva Central, 1924, p. 43. Desta obra foi feita uma edição facsimilada, pela Estante Editora, Aveiro, 1993). Carlos Barros diz que a fábrica, nesse período, «dedicou-se em exclusivo ao fabrico do vidro», o que não parece ser exacto, pois também produziu faiança (Cfr. *Idem*, «O Vidro em Portugal, do século XV ao século XIX», in Maria Filomena Barata e Paulo de Oliveira Ramos (Coord.), *O Vidro em Portugal [Catálogo da] Exposição no Museu nacional de Arte Antiga. Setembro-Dezembro, 1989. No âmbito da Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro*, Lisboa, APAI, 1989, p. 45-46. Veja, também, Ilda Arez *et al.*, *Vista Alegre. Porcelanas* [com] «Introdução histórica a um inventário artístico» de Borges de Macedo, Lisboa, Edições INAPA, 1989).

¹⁵ Essas ilustrações podem ser vistas na obra de Vasco Valente, *O vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, p. 76-97.

¹⁶ Vasco Valente, *op. cit.*, p. 86. Veja, também, João Augusto Marques Gomes, *op. cit.*, p. 81 e 98. Os Miller espalharam-se por todo o país, mantendo-se ligados à produção e venda de vidro. Em 1858, *O Campeão do Vouga* publicava um anúncio que dizia: «Alexandre Miller, na rua dos Ingleses n.º 24, tem para vender grande porção de garrafas de quartilho e meio - Porto» (*idem*, n.º 621, 1858.05.19, p. 4).

¹⁷ J. Acúrsio das Neves *apud* João Augusto Marques Gomes, *op. cit.*, p. 45. Vasco Valente, *op. cit.*, p. 86.

¹⁸ Cfr. João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Vista Alegre. O livro do seu centenário. 1824-1924*, Lisboa, Fábrica da Vista Alegre, 1924, p. 85.

terão mesmo alcançado grande notoriedade¹⁹. Em 1838, «o progresso dos vidros da Vista Alegre obtinha verdadeira consagração na Exposição dos Produtos da Indústria Portuguesa, promovida pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional, realizada em Lisboa»²⁰. Em 1844, a par das porcelanas, também os cristais da Vista Alegre foram «muito apreciados na Exposição quadrienal da Sociedade Promotora da Indústria Nacional»²¹.

Em 1848, segundo Marques Gomes, depois de uma interrupção de dois anos, teria aumentado a «produção e a procura tanto da porcelana como do vidro»²². Os vidros da Vista Alegre teriam voltado «a ser apreciados na Exposição da Indústria Nacional, de Lisboa»²³, mas o fabrico terá perdido «o carácter artístico, limitando-se – no dizer de Matos Sequeira – á vidraça e coparia»²⁴.

Ainda que não se conheçam as razões, a produção de vidro, segundo a maioria dos autores, teria terminado, definitivamente, em 1880, em favor de uma especialização crescente no domínio da porcelana²⁵. Ainda que as informações das *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, de 1865 – parcialmente publicadas por *O Comércio do Porto* e transcritas pelo *Campeão das Províncias* –, não façam qualquer referência ao fabrico do vidro²⁶, os elementos recolhidos, referentes ao distrito de Aveiro, no ano de 1865 (e publicados dois anos depois), permitem ter uma ideia do significado económico do fabrico do vidro, então. A produção da fábrica abrangia: «porcelana branca (52.804 peças de louça de uso doméstico e 6.420 peças de escultura e objectos de laboratório), porcelana pintada (21.775 peças de louça de uso doméstico e 400 peças de escultura), cristal (23.667 peças), vidro branco e de cores (5.710 Kg), tijolos refractários (100 milheiros), potes refractários (120), cacinhos pequenos (100), formas de gesso (1600), caixas de tijolo refractário (12.000)»²⁷. Entre as 154 pessoas ocupadas nas fábricas, podemos contar: 1 mestre de fabricação de vidro; 2 fabricantes de potes e estojos refractários; 10 oficiais de fabricação de vidro (vidreiro); 8 estendedores de vidraça. Sem contar com outros trabalhadores não especializados, que serviriam indistintamente o fabrico de porcelana e a produção vidreira, contam-se, pois, 21 trabalhadores²⁸. Importava, pois, saber por que razão foi abandonada produção de vidro, por que razão 1880 foi considerado o último ano

¹⁹ Marques Gomes (*op. cit.*, p. 82) cita um testemunho de Acúrsio das Neves e outro de um jornal portuense, *O Artíficeiro*, para defender que, «de 1835 a 1840 houve um período de grande prosperidade debaixo da direcção de [mestres] portugueses». Vasco Valente (*op. cit.*, p. 87-89) data esse período de 1837 a 1840, dizendo que foi «avultada a produção de peças de vidro e cristal [...], e a qualidade era da melhor, sem defeitos de coloração, ou de cozedura, e executadas com perfeição inexecedível».

²⁰ Marques Gomes, *op. cit.*, p. 82. Este autor cita o *Relatório Geral da Exposição da Indústria Portuguesa* [...], de 1838.

²¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 83.

²² *Ibidem*.

²³ *Idem*, *op. cit.*, p. 84.

²⁴ Gustavo Matos Sequeira, *A indústria vidreira em Portugal*, s.l., ed. da Companhia Industrial Portuguesa, 1929, p. VII.

²⁵ Também Marques Gomes escrevera, antes, que do encerramento da fábrica, em 1846-1847, «resultou a diminuição do trabalho artístico propriamente dito, passando quase que a fabricar só vidro liso e este mesmo deixou de fabricar-se por completo em 1880» (Marques Gomes, *op. cit.*, p. 87).

²⁶ Cfr. *Inquérito Industrial de 1865. Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 239-241 e *Campeão das Províncias*, nº 1408, 1866.01.20, p. 4, c. 2. Nesse documento, a fábrica da Vista Alegre é, apenas, uma fábrica de porcelana.

²⁷ Dados do Inquérito, *apud* Lucília Caetano, «Contributo para a História da "Industrialização"», *Revista Portuguesa de História*, tº. XXV, Coimbra, 1990, p. 133.

²⁸ Cfr. *idem*, *op. cit.*, p. 134.

do fabrico do vidro²⁹. Haverá alguma relação entre a referida demolição de um forno e o fim da produção vidreira?

Referindo-se á indústria vidreira, Pinho Leal diz, em 1873, que então havia no distrito de Aveiro apenas uma só fábrica de vidro e cristal, acrescentando que estava, então, fechada³⁰. Referia-se, certamente, á Fábrica do Covo. Na entrada «Covo», do seu *Portugal Antigo e Moderno* [...], escreve: «Esta fabrica não trabalha (parece-me que desde 1864) porque estando pessimamente montada e sem os aperfeiçoamentos que têm tido esta fabricas pelos sistemas modernos, seguidos em toda a Europa, não dava ao seu proprietário os lucros suficientes»³¹. Esta ideia é expressa depois: «fabricava boa vidraça; mas os artefactos a que aqui chamam cristal não podiam competir em perfeição com as mais ordinárias fabricas de França e Inglaterra [...]»³². É que, concluía, de forma inusitada, «se um indivíduo inteligente e activo, que desprezasse o antigo e mofento sistema rotineiro, se pusesse á testa desta fabrica, montando-a convenientemente, podia dar lucro imenso ao seu proprietário»³³.

No entanto, em 1865, segundo os dados do Inquérito desse ano, a fábrica de vidros do Covo estava a trabalhar. A fábrica produzia vidraça branca (21150,72 Kg – 97%) de cor (azul, leite, amarelo e vermelho, no total de 528 Kg). Além desse artigo, eram fabricadas garrafas (vidro preto – 2112,5 dúzias e vidro verde – 5.888 dúzias), peças de cristal (7.438 dúzias), tijolos refractários (5 dúzias) e potes refractários (100). Empregava 33 trabalhadores: um director (200\$000 réis anuais); quatro fabricantes de vidraça (585); dois 1^{os}. estendedores (370); cinco 2^{os}. estendedores (300); um compositor de massa (300); seis revezadores (200); dois atijadores (200); três trabalhadores (165); quatro carreiros maiores de 16 anos (140); quatro carreiros menores de 16 anos (80) e um carreiro menor de 16 anos (80)³⁴.

No final da década de 1850, surgiu uma outra unidade vidreira, na Malhada, em Ílhavo. Desta pouco mais se sabe ainda: o *Campeão do Vouga* faz-lhe uma breve referência, na altura da sua criação, em 1859: «vai estabelecer-se uma fabrica de vidro na vila de Ílhavo. A empresa pertence a uma sociedade, da qual faz parte o sr. João da Cruz e Costa, que foi por muito tempo mestre na officina de vidro da Vista Alegre»³⁵. Em 1862, o *Campeão das Províncias* testemunhava a subsistência dessa unidade vidreira, três anos após a sua fundação: «ha três fabricas de vidro, sendo uma na Vista Alegre, outra na Malhada de Ílhavo e a terceira no Covo, concelho de Oliveira de Azeméis»³⁶. José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot reitera esta afirmação³⁷.

²⁹ Sem explicar porquê, Jorge Borges de Macedo afirma que o fim do fabrico do vidro se verificou em 1845: «No ano seguinte [1845] foi abandonado o fabrico do vidro, passando a produzir, exclusivamente, cerâmica» (Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 28).

³⁰ Augusto S. A. B. de Pinho Leal, «Aveiro», *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. I, Lisboa, 1873, p. 268.

³¹ *Idem*, «Covo», *op. cit.*, vol. II, 1874, p. 436-37. Mais tarde, em 1890, na entrada «Vista Alegre» já se repete a questão do fim do fabrico do vidro em 1880 (vol. 12, 1890, p. 1918).

³² Pinho Leal, «Covo», *op. cit.*, vol. II, p. 436-37.

³³ *Ibidem*.

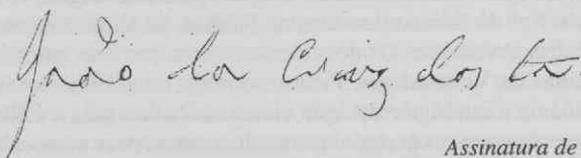
³⁴ Cfr. Lucília Caetano, *op. cit.*, p. 135-136. Tinha dois fornos de estender, um pisão de motor hidráulico, 2 fornos de fusão e 2 fornos de têmpera.

³⁵ «Estabelecimento industrial», *Campeão do Vouga*, nº 686, 1859.01.05, p. 4, c. 2. Veja, também, o mesmo jornal de 1859.07.30, p. 4. Sublinhado meu. Acrescentava o jornal: «Se este estabelecimento for por diante ficará tendo o concelho de Ílhavo duas fabricas de vidro, além da de porcelana, que é única no país». Sublinhado meu.

³⁶ *O Campeão das Províncias*, nº 1087, 1862.11.29, p. 4, c. 1.

³⁷ *Almanaque Aveirense Estatístico e Recreativo para o ano de 1863*, Aveiro, Tip. Aveirense, 1862.

Efectivamente, foi em 1859 (e não em 1860) que João da Cruz e Costa instalou uma fábrica de vidro, na Malhada de Ílhavo. Este mestre vidreiro comprou, em Fevereiro de 1859, pela quantia de 60\$000 reis, um «assento de casas com seu Estaleiro, pátio e mais pertenças», no sítio da Lage, na Malhada de Ílhavo³⁸. No acto da compra, o proprietário Domingos da Rocha recebeu apenas 40\$000 reis; no dia seguinte, João da Cruz e Costa declara dever ao referido Domingos Rocha, 75\$200 reis, correspondentes aos 20\$000 reis que lhe faltaram, na compra da propriedade, mais 55\$200 reis de um empréstimo anterior³⁹. No final de 1860, João da Cruz e Costa e mulher voltam a declarar-se devedores, ao mesmo Domingos da Rocha, da quantia de 78\$958 reis, pela «compra do prédio aonde se acha colocada a Fabrica de Vidro»⁴⁰. Nesta escritura, os devedores afirmam não possuir, então, «dinheiro para satisfazer essa quantia». Estes escassos elementos são suficientemente claros quanto às dificuldades económicas sentidas por esta fábrica, mas pouco mais adiantam.



Assinatura de João da Cruz e Costa, 1859

António Gomes da Rocha Madail identificou alguns produtos e propôs a sua musealização, afirmando: «outra fábrica de vidro existiu outrora em Ílhavo, na Malhada, de que se conhecem com segurança duas garrafas e um copo; essas duas peças não podem deixar de dar entrada no Museu [de Ílhavo], embora nada se saiba das condições de vida e funcionamento de tal empresa fabril, que deve ter tido efémera duração»⁴¹. Vasco Valente, citando Rocha Madail, refere-se-lhe com brevidade, publicando, contudo, uma fotografia de uma peça daquela fábrica, e hoje existente no Museu Marítimo de Ílhavo⁴².

Não se conhecem, por enquanto, as razões do abandono do mestre João da Cruz e Costa e de outros «artistas» da Fábrica da Vista Alegre. João Teodoro Ferreira Pinto Basto (1870-1953), sem explicar porquê, atribui o abandono de lapidários e floristas ao facto da fábrica ter recommçado a trabalhar, em 1848, «só em vidro liso e vidraça»⁴³. Não se interroga, porém, sobre as razões que terão estado na origem desses como de outros abandonos, em datas tão distantes como 1846 e 1859. Em 1857, a imprensa local registava a saída de «alguns artistas de

³⁸ Arquivo Distrital de Aveiro (ADA), Ílhavo, not. José Correia da Silva, liv. 145-30, 1859.02.03, fls. 94-96v. O *Campeão das Províncias* refere a existência de uma sociedade de que faria parte João da Cruz e Costa. Vasco Valente refere-se a uma sociedade familiar, João da Cruz e Costa & Filhos (*idem, op. cit.*, p. 99). Não foi possível encontrar qualquer registo de sociedade; no entanto, a existir uma outra sociedade, pergunta-se: por que razão os compradores do terreno são João da Cruz e Costa e sua mulher? Por que razão assumem por inteiro a responsabilidades das dívidas?

³⁹ ADA, Ílhavo, not. José Correia da Silva, liv. 145-30, 1859.02.14, fls. 96v-97. João da Cruz e Costa comprometeu-se a pagar a referida quantia no prazo de um ano, note-se, «sem vencimento de juros».

⁴⁰ *Idem*, liv. 146-31, fls. 36-37.

⁴¹ António Gomes da Rocha Madail, *Etnografia e História. Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo*, Ílhavo, Tip. «Casa Minerva», 1934, p. 89.

⁴² Cfr. Vasco Valente, *op. cit.*, p. 89-99.

⁴³ «Em 1846 cessou o fabrico do vidro, para recommçar em 1848, mas só em vidro liso e vidraça. A decadência acentuou-se e os lapidários e floristas foram procurando vida, indo uns para a Marinha Grande e outros estabelecer uma fábrica na Malhada, junto da ponte de Ílhavo, fábrica que teve pouca duração» (João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *op. cit.*, p. 90).

pintura [...] por baixa de salários»⁴⁴. Haverá alguma conexão entre essas notícias e o abandono do mestre vidreiro, dois anos mais tarde? Estará essa saída relacionada com alterações na estratégia da empresa? Terão ido todos os «mestres portugueses», referidos por Marques Gomes, para a Marinha Grande? Quais? Quantos? Que motivos terão conduzido a fábrica ao fim da floristagem e da lapidação? Como se explica a opção da empresa pela vidraça se a cristalaria utiliza, sensivelmente, as mesmas matérias-primas? Que relações havia entre os pintores de vidro e os pintores de porcelana? – perguntas sem resposta ainda, a reclamar a realização urgente de um estudo monográfico sobre esta empresa centenária. O que parece fora de dúvida é que, tal como em 1846-48, 1857 e 1859, o fim da produção de vidro e cristal na Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, provocou a saída da mão-de-obra especializada, que se fixou noutras regiões.

Ora, entre outros aspectos que serão objecto de análise, pretendo sugerir a existência de uma relação estreita entre o fim do fabrico do vidro na Fábrica da Vista Alegre e a fundação da Fábrica Nacional de Vidros Aveirense. Os dois técnicos com que esta unidade nasce terão saído da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre. Ficam, contudo, as dúvidas: se eram da Vista Alegre os vidreiros – nacionais e estrangeiros – que vieram trabalhar para a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, onde estiveram no período que medeia entre, pelo menos, 1880 e 1888? Na Marinha Grande? No Covo? Ter-se-ão dedicado, entretanto, a outras actividades?

A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense

A constituição da sociedade, datada de 19 de Fevereiro de 1888, coloca em comum indústria e capital, associando solidariamente nomes, saberes e recursos. A sociedade é formada por um silvicultor, um proprietário, com interesses no comércio, e dois técnicos, um português, de Ílhavo, e um francês, possivelmente vindo, também, da Vista Alegre. A escritura fundadora consigna, pois, uma convergência de interesses diferentes e, aparentemente, testemunha a existência e reunião objectiva de condições para a instalação de uma unidade vidreira em Aveiro, a saber: *know how*, matérias-primas e combustíveis (lenha), a acessibilidade a mercados diversos – servidos, quer pelo caminho de ferro, quer pela ria –, e capital. Apesar de tudo, pouco tempo depois, e após inúmeras contrariedades, a sociedade seria dissolvida e a fábrica acabaria por fechar as suas portas.

Quadro I

FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS AVEIRENSE

1888.02.19

Rocha, Mesquita & Companhia

Capital
2.000\$000

SÓCIOS	PROFISSÕES	FUNÇÕES	QUOTAS	%
Egberto de Magalhães Mesquita	Silvicultor ^a	Presidente ^b	800\$000	40
Manuel da Rocha	Proprietário	Dir. Comercial	800\$000	40
Fernando Eduardo Pereira	Artista	Dir. Técnico	200\$000	10
Georges Bracourt	Artista	Subdirector ^c	200\$000	10

a. Na escritura seguinte [1888.03.01] é indicado como proprietário.

b. A direcção da fábrica era composta por estes 4 cargos, embora com atribuições diferentes.

c. «É poteiro, fonalista ou subdirector [...]».

FONTE: Arquivo Distrital de Aveiro, Aveiro, not. António A. A. Duarte Silva, liv. 1037-130, fls. 39v.-42.

⁴⁴ A *Imprensa*, n.º 115, 1857.09.04, p. 4, c. 2.

Egberto Magalhães Mesquita
 Manuel de Rocha
 Georges Massonnet

Fernando Eduardo Pereira

Assinaturas dos sócios, 1888

Os sócios

Esquecido por diversas enciclopédias, Egberto de Magalhães Mesquita foi um silvicultor ligado aos esforços de florestação e aproveitamento dos terrenos arenosos da costa aveirense, nomeadamente da Gafanha e de S. Jacinto, durante a década de 1880. A década de 1881-1891 «constitui, no dizer de Ferreira Borges, uma “nova era” para a arborização das dunas, a que a crise financeira de 1891 viria a pôr termo»⁴⁵. Num trabalho publicado em 1884 – *Arborização da costa de Aveiro. Estudos Florestais* –, Egberto de Magalhães Mesquita mostra-se um bom conhecedor da costa aveirense, bem como da ria, dos seus recursos e das suas potencialidades⁴⁶. Na linha dos métodos adoptados na Europa desde início do séc. XIX e, em consonância com outros estudos similares da segunda metade de Oitocentos, defendia a criação de uma *ante-duna* ou *duna-litoral* para a fixação do areal costeiro, a fim de se arborizar com brevidade e rapidez aquela região⁴⁷. Porque o desenvolvimento do pinheiro bravo «à beira-mar é tão irregular [...], o seu crescimento tão mesquinho e demorado, que só passados muitos anos e depois de ter absorvido avultado numerário se constitui de feição para fixar as areias»⁴⁸, Magalhães Mesquita advogava a sua substituição pelo *Ailantus Glandulosa, Desf.*, sem, contudo, explicar as razões dessa opção⁴⁹.

Embora apenas por uma vez Egberto de Magalhães Mesquita se refira, nesse estudo, à importância das florestas para usos industriais⁵⁰, e sem saber ainda se possuía pinhais próprios, parece-me possível admitir que os seus conhecimentos terão sido capitais para o abastecimento de matérias-primas e madeira para os fornos da fábrica. Dado que o texto da escritura de constituição da sociedade permite pensar que Egberto de Magalhães Mesquita conhecia a indústria vidreira, importava, também, saber que relações tinha na Marinha Grande. Note-se que, após conclusão do curso de Agronomia, no Instituto Geral da Agricultura, em 1885, é

⁴⁵ Apud Maria Carlos Radich, «A silvicultura em Portugal, no séc. XX», *Ler História*, n.º 22, 1991, p. 64.

⁴⁶ Egberto de Magalhães Mesquita, *Arborização da costa de Aveiro. Estudos florestais* (dissertação inaugural), Aveiro, Imprensa Aveirense, 1884, 70 págs. Sobre este estudo, Joaquim Melo Freitas escreveu: «O nosso pezadíssimo amigo o sr. coronel de engenharia, Silvério Augusto Pereira da Silva, tem um relatório de muito mérito sobre a possibilidade e urgência da arborização da costa entre Mira e Ovar. Socorrendo-se a este trabalho, o nosso patrício Egberto de Mesquita publicou uma tese sobre o mesmo assunto [...]» (Joaquim Melo Freitas, «Arborização das dunas», *A Época. Memorial dos acontecimentos da semana*, ano II, n.º 43, 1886.11.25, p. 1, c. 2). Este jornal, propriedade de Joaquim de Melo Freitas e dos Melo Guimarães, das Fábricas da Fonte Nova, foi-me gentilmente cedido para consulta pelo sr. Melo Freitas, a quem fico em dívida. Este semanário foi editado pela primeira vez em 1885.02.05.

⁴⁷ Cfr. Maria Carlos Radich, *op. cit.*, p. 66, e Egberto de Magalhães Mesquita, *op. cit.*, p. 53-59.

⁴⁸ Egberto de Magalhães Mesquita, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁹ Maria Carlos Radich, *op. cit.*, p. 67. Sobre resinagem, veja, também, a carta de Egberto de M. Mesquita, «Indústria resinera», *Campeão das Províncias*, n.º 27, 1901.05.18, p. 2, c. 3.

⁵⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 26.

nomeado subchefe da divisão florestal do distrito de Leiria⁵¹. De resto, em 1908, viria a mudar-se definitivamente para aquela cidade⁵².

O outro sócio, Manuel da Rocha, juntamente com alguns notáveis da cidade, integra a comissão, formada em 1879 – que «mete ombros á construção de um teatro digno da terra e da civilização dos nossos dias» –, como escrevia o *Campeão das Províncias* a propósito do Teatro Aveirense. Algum tempo depois, integra, como vogal, a Comissão Promotora do Monumento a José Estêvão, inaugurada em 12 de Agosto de 1889. Um bom testemunho biográfico sobre Manuel da Rocha foi-nos deixado por Homem Cristo [?], precisamente a propósito da erecção da estátua de José Estêvão: «Rico e influente, não é um egoísta nem abusa do dinheiro para oprimir os pobres. É, pelo contrario muitíssimo obsequiador. Dezenas e dezenas de indivíduos lhe devem obséquios e auxílios [...]. Filho das classes trabalhadoras, Manuel da Rocha também foi operário. Mais tarde deixou a sua nobre profissão para administrar a casa rica da sua família, que tem aumentado consideravelmente»⁵³. Acrescenta *O Povo de Aveiro* que, «como membro da comissão José Estêvão, os seus serviços foram muito importantes. Se a actividade de Domingos Leite foi o principal motor do triunfo que se obteve, a influencia política de Manuel da Rocha foi o principal auxiliar. Cantam os *firminos* serviços á estátua! Disputam primazias os regeneradores! E no fim de contas quem conseguiu tudo, isto é, quem obteve dos poderes públicos os maiores auxílios e concessões, foi um homem que não é regenerador, nem progressista, nem firminista, mas que encontrando-se na política por um simples acidente pôs todo o valor da sua influencia ao serviço de uma boa causa»⁵⁴.

Um documento notarial refere que Manuel da Rocha e seus dois irmãos – Francisco e João – formaram um sociedade familiar algum tempo depois de terem vindo do Brasil, onde haviam estado desde 1876⁵⁵. Não se sabe a data do regresso do Brasil, no entanto, em meados da década de 80 há testemunhos dos inúmeros bens, tanto mobiliários como imobiliários (nomeadamente pinhais), que possuíam, na Ria de Aveiro, em Esgueira e Aveiro⁵⁶.

⁵¹ *A Época*, nº 8, 1885.03.26, p. 3, c. 3 e nº 13, 1885.04.30, p. 3, c. 3.

⁵² Cfr. *O Aveirense*, nº 23, 1908.04.19, p. 1, c. 3. No ano seguinte, o mesmo periódico noticiava que Egberto de M. Mesquita voltara a Aveiro, «em comissão de serviço [como] silvicultor, chefe da arborização das dunas e da hidráulica florestal» (*idem*, nº 63, 1909.01.24, p. 1, c. 4).

⁵³ «Manuel da Rocha», *O Povo de Aveiro*, nº 399, 1889.08.12, p. 4. Acompanha-o a gravura *supra*.

⁵⁴ *Ibidem*. Com o apodo «firminista» referia-se *O Povo de Aveiro* a Manuel Firmino de Almeida Maia.

⁵⁵ ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1034-127, 1886.07.16, fl. 4-4v.

⁵⁶ Rangel de Quadros acrescenta outro elemento biográfico, dizendo ter sido um «empresário de açougues» (Rangel de Quadros, *op. cit.*, fl. 118). Além dos açougues, Manuel da Rocha teve interesses em muitos outros negócios, como a pesca da sardinha, a venda de gado, etc.

Durante o período de funcionamento da fábrica, Manuel da Rocha integrou a vereação eleita para o triénio de 1890-1893, presidida por Francisco Manuel Couceiro da Costa⁵⁷; á sua responsabilidade ficou, então, o pelouro da iluminação e impostos⁵⁸. Alguns anos mais tarde voltaria a ser eleito vereador (vereador-substituto), na equipa dirigida por Gustavo Ferreira Pinto Basto, para o triénio de 1902-1904⁵⁹. Foi, também, sócio (nº 4) do Sindicato Agrícola do Distrito de Aveiro⁶⁰. Mais tarde, Manuel da Rocha ainda viria a integrar uma sociedade para exploração de uma fábrica de moagem⁶¹.



Desconhecem-se ainda os motivos que terão levado estes os homens a envolver-se neste empreendimento. No entanto, o seu prestígio social, as ligações ao poder municipal, a sua capacidade económica, a vontade de investir terão sido elementos decisivos para a aliança com os dois vidreiros, que integraram a sociedade.

Do director técnico, Fernando Eduardo Pereira, pouco se sabe. Nasceu e casou em Ílhavo, e ali residia em 1888, sendo, por isso, admissível a suposição de ter estado na Fábrica da Vista Alegre⁶². Rocha Madail refere-se a um pintor da Vista Alegre que era, certamente, irmão ou tio [?] de Fernando Eduardo Pereira: «Há a notar ainda [...], já que de vidros nos estamos ocupando, as tentativas locais de douradura em cristal realizadas pelo grande desenhista ilhavense, pintor também, Manuel Eduardo Pereira, hoje esquecido por todos. Fora discípulo do francês Chartier-Rousseau [...], dele recebeu segredos profissionais e formulários que na vida prática depois utilizou, conseguindo resultados artísticos magníficos que mais ninguém obtinha»⁶³.

Sobre o fomalista Georges Bracourt, para lá da sua nacionalidade e do facto de residir em Aveiro, nada mais se sabe. Pode especular-se sobre a relação do seu apelido com outros Bracourt ligados a fábricas de vidro. Matos Sequeira refere uma «Praçaria Bracourt» [sic], na

⁵⁷ Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (AHMA), «Sessão de 2 de Janeiro de 1890», *Câmara Municipal de Aveiro*, Actas, liv. 24, fl. 146.

⁵⁸ *Campeão das Províncias*, nº 92, 1902.01.11, p. 1, c. 3.

⁵⁹ AHMA, Actas, liv. 27, fl. 11 e 12.

⁶⁰ Cfr. *Anuário da Cidade de Aveiro*, 1891, p. 18 e 21.

⁶¹ ADA, Aveiro, not. Joaquim Peixinho, liv. 17, 1903.05.11, fls. 44-44v. Dessa sociedade faziam parte Manuel Homem Cristo (Administrador), Albino Pinto de Miranda (Director), Manuel da Rocha (director), Rosa Ferreira Pinto Basto, Francisco Manuel Homem Cristo e Carolina Franco da Silva. Sobre os maquinismos desta fábrica, veja o *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 10, 1907.

⁶² Fernando Eduardo Pereira, filho de Tomé Simões Malaco e de Maria Pereira, nasceu em 1856.02.26 (Cfr. Arquivo do Registo Civil de Ílhavo (ARCI), *Nascimentos. 1854-1859*, fl. 67v.). Casou, em 1876.10.23, com Ana Pereira. No assento de casamento apenas é referido como «artista» (ARCI, *Livro de casamentos da freguesia de Ílhavo*, fl. 12v.).

⁶³ A. G. da Rocha Madail, *op. cit.*, p. 89-90. Para este autor eram três os discípulos de Rousseau: Joaquim José de Oliveira, Gabriel Pereira Bela, o *Sardineiro*, e Manuel Eduardo Pereira (Paz Guerra, de alcunha) [...], de quem Víctor Rousseau se desvanecia» (*ibidem*). Não foi possível encontrar registos referentes a este pintor que poderia não ser familiar de Fernando Eduardo Pereira, pois nos registos foram encontrados outros indivíduos com os mesmos dois apelidos, nomeadamente um padre de nome Fernando Eduardo Pereira. Manuel Eduardo Pereira não era seu pai, na medida em que, curiosamente, em Ílhavo, as crianças tomavam, regra geral, o apelido da mãe e não o do pai.

Marinha Grande⁶⁴. Carlos Barros diz que a Fábrica de Vidros da Marinha Grande teve como arrendatária, em 1896, a Parceria Bracourt⁶⁵.

Além de Georges Bracourt, «casado, súbdito francês e morador nesta cidade», a fábrica teria contratado, pelo menos, mais três outros estrangeiros: um que não foi possível identificar, o estendedor de vidraça, António Baridó, «cidadão francês, residente nesta cidade»⁶⁶, e o «vidraceiro» Agostinho Lamboulay, que faleceu em 1891, com 29 anos⁶⁷. A existência de um tão significativo número de estrangeiros deve fazer-nos reflectir sobre a história do fabrico do vidro na Vista Alegre e na Marinha Grande, bem como sobre a natureza do projecto que a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense era expressão.

Capital, «know how» e organização interna

Quer o francês Georges Bracourt, quer o ilhavense Fernando Eduardo Pereira entram com um capital de 200\$000⁶⁸. Foi-lhes dado «direito de entrarem com uma prestação semanal para a caixa da fabrica até perfazerem as suas partes iguais aos primeiros outorgantes, sendo-lhes estas prestações contadas para todos os efeitos como capital fundador»⁶⁹.

Mesmo assim, o vidreiro português cederia a sua posição na empresa em favor de seu irmão, P^e. Emídio Eduardo Pereira, a troco do capital que, formalmente, representava a sua participação na sociedade. Poucos dias após a realização da escritura de constituição da sociedade, com a concordância e na presença de todos os sócios, Fernando Eduardo Pereira fazia uma «sociedade» com o irmão nos termos seguintes: o P^e. Emídio Eduardo Pereira dava a seu irmão «o capital de duzentos mil réis com que este entrara para a sociedade comercial»⁷⁰. Ficava ainda «com o direito de receber juros de seis por cento relativos ao capital de duzentos mil réis, da totalidade dos saldos, e bem assim com o direito de receber metade da parte igual, da divisão do saldo que por esta foi feita entre os quatro sócios»⁷¹; a outra metade de todos esses direitos ficava a pertencer ao primeiro outorgante Fernando Eduardo Pereira. Uma terceira condição determinava que «os restantes direitos e obrigações que na citada escritura foram impostos ao primeiro outorgante [Fernando Eduardo Pereira], ficam na forma da mesma escritura a cargo dele dito primeiro outorgante»⁷².

⁶⁴ Matos Sequeira, *op. cit.*, p. VIII.

⁶⁵ Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário. 1769-1969*, Lisboa, FEIS-INII, 1969, p. 145. Os Bracourt foram arrendatários da fábrica de 19 de Junho de 1896 a 21 do mesmo mês e ano!

⁶⁶ Note-se que o notário escreve sempre «Barrido», enquanto o próprio assina «Baridó». É possível que o vidreiro Manuel Baridó, velho operário da Fábrica-Escola Irmãos Stephens, da Marinha Grande, seja descendente deste António Barrido.

⁶⁷ Agostinho Lamboulay era «cidadão francês, mas nascido na cidade de Cartagena do Reino de Espanha, morador nesta cidade e freguesia da Glória, filho de Joseph Fernand e de Maria Guerrero, artistas» (ARCA, *Óbitos*, Glória, 1891.01.21, reg.º, I, fl. 1-1v.). Noutro documento, o seu nome é grafado como «Agostinho Bambuile» (Cfr. AHMA, *Registo de Óbitos*, 1891, liv. 908, fl. 180). O *Povo de Aveiro* deu, também, notícia do seu passamento, realçando a «profunda consternação [que causou] entre o pessoal da fabrica, onde era muito estimado pelas suas boas qualidades como homem e como operário». Acrescenta o jornal que «o funeral do infeliz moço foi feito a expensas dos proprietários da fabrica, e esta fechou no dia do funeral em sinal de luto». A. Lamboulay vivia em Cartagena antes de vir para Aveiro (Cfr. *O Povo de Aveiro*, 473, 1891.01.25, p. 3, c. 3).

⁶⁸ Cfr. Quadro I.

⁶⁹ ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1037-130, fls. 40v.

⁷⁰ *Idem*, fls. 51-52.

⁷¹ *Ibidem*. Sublinhado meu.

⁷² A quinta condição determinava que «no caso de dissolução da sociedade exploradora da fabrica, cada um

As obrigações dos quatro administradores foram preceituadas no regulamento inserido na escritura de fundação da empresa. O Regulamento Geral da Fábrica consigna uma estrutura organizativa assente na divisão por pelouros.

Egberto de Magalhães Mesquita, como presidente, tinha atribuições de natureza abrangente, devendo, por isso, ser «consultado sobre todos os serviços», cabendo-lhe a resolução de problemas não previstos no Regulamento Geral da Fábrica. O director comercial, Manuel da Rocha, tinha a seu cargo tarefas de natureza comercial e administrativa. Estavam a seu cargo:

1. O caixa da fábrica.
2. O pagamento ao pessoal.
3. A promoção da venda dos produtos da fábrica.
4. A satisfação de encomendas e demais pedidos.
5. A «venda por miúdo».
6. A escrituração da fábrica.

Ainda que o poteiro francês pudesse substituir o director técnico por impedimento temporário deste, a sua função principal era a direcção dos trabalhos de olaria, cuja tarefa mais importante é o fabrico dos potes. Assim, ao francês, «poteiro, fomalista ou subdirector» competia:

1. «A boa execução dos potes e mais serviços de olaria».
2. Ajudar «o director técnico em tudo o que estiver ao seu alcance».
3. Substituí-lo «mesmo quando esteja impedido, sempre de acordo com ele para que o trabalho tenha a máxima regularidade e boa execução».

Apesar de possuir uma quota igual a Bracourt, Fernando Eduardo Pereira detinha nas suas mãos um enorme poder, a fazer lembrar o dos oficiais das corporações e a fazer pensar no local onde se encontrava antes. O verdadeiro «patrão» da fábrica era ele. Segundo o *Regulamento Geral da Fábrica*, ao director técnico competia:

1. «Dirigir todos os trabalhos de construção, composição de vidros e de todos os materiais precisos».
2. «Habitar na fabrica, ou tão perto que possa de pronto presidir á boa execução do serviço».
3. «Dirigir e ensinar o pessoal e tê-lo sempre nos melhores termos disciplinares, de maneira a concorrerem todos para o bom desempenho dos trabalhos e sossego no interior da fabrica». Tinha, «para o bom cumprimento deste quesito, a autoridade absoluta sob [*sic*] os operários e [podia], portanto, lançar mão dos meios que entende[ssse], á excepção dos extremos que ser[iam] de acordo com todos os sócios».
4. «Fazer semanalmente a folha dos vencimentos do pessoal e entrega-la-á ao director comercial para este a satisfazer. Nas mesmas condições far[ia] a dos fornecimentos, documentando-a com os recibos dos fornecedores: tem como serviço de escritório a seu cargo os seguintes livros: um para lançamento das notas de encomendas que lhe d[aria] o director comercial; um da fabricação com o movimento dos fornos e seus produtos semanais, especificando quantos cilindros, quantas chapas e total de cada afinação; um da importância semanal dos vencimentos e materiais empregados».
5. «Revedo os diversos livros [de encomendas, de movimento dos fornos e de produtos fabricados] fará um boletim mensal, que tornará patente aos sócios, habilitando-os assim a conhecer a marcha da fabrica e simplificando o balanço geral que se fará anualmente pelos seus livros e pelos do director comercial».

dos quatro sócios levanta livre o capital com que entrou, como na aludida escritura se estipulou, e assim o segundo outorgante receberá o seu capital de duzentos mil réis, o qual fica garantido nos direitos que o primeiro outorgante fica tendo na sociedade».

6. «Processar a folha do ordenado do director comercial»⁷³.

Localização, matérias-primas e mercados

O Cojo tornou-se, especialmente nas duas últimas décadas de Oitocentos, o espaço mais apetecido de muitas e diversas actividades industriais e comerciais; transformou-se no eixo de articulação do espaço urbano com as regiões envolventes, próximas e distantes. Esse interesse pelo esteiro do Cojo não era recente; segundo o *Campeão das Províncias*, «em tempos muito remotos, no séc. XVI, era designado de Ribeira das azenhas»⁷⁴. De facto, junto do esteiro do Cojo foram sendo instalados, ao longo dos séculos, diversos moinhos, armazéns, fábricas e depósitos de sal. A Fábrica de Louça do Cojo, as fábricas da Fonte Nova, a Jerónimo Pereira Campos & Filhos, a Fábrica Aleluia, são apenas os exemplos recentes mais conhecidos. Para aquela região da cidade foram sonhados, no final do séc. XIX, projectos vários, que forçaram a Câmara, muitas vezes, a elaborar diversas «representações» para a obtenção de auxílios financeiros junto do poder central. As inúmeras dragagens, a construção do cais e o alargamento do esteiro explicam o interesse por aquela área, onde viria a nascer a primeira «zona industrial» da cidade.

A instalação das indústrias junto do esteiro do Cojo possibilitava o acesso à vasta área económica que a ria banhava, desde Mira a Ovar. Por esse facto, também, a exigência de um ramal ou de uma estrada, de ligação ao caminho de ferro Lisboa-Porto, foi uma das reivindicações mais sentidas pelo comércio e indústria da região, nessa altura. Em 1885, Melo Freitas defendia o prolongamento do esteiro do Cojo, ligando-o directamente à estação do caminho de ferro; assim se evitariam os inconvenientes do movimento anual dos cerca de 24.000 carros necessários para levar, do Cojo à via férrea, o sal de cerca de mil barcos que ali aportavam carregados com aquela mercadoria⁷⁵. Algum tempo antes, este autor defendera a criação da linha do Vale do Vouga (que só seria inaugurada nas vésperas da República) e a construção de um canal para ligar o rio Vouga ao esteiro do Cojo, favorecendo a navegação e o desenvolvimento da região atravessada⁷⁶. Em 1894, a vereação aveirense é clara: «o largo do Cojo tende a ser o centro comercial da cidade e que ali se pretende estabelecer o mercado diário e uma estação do caminho de ferro, como pode ver-se em vários trabalhos e discussões em que a Câmara tomou parte»⁷⁷.

⁷³ Sobre a organização do trabalho nas fábricas de vidro e do poder dos mestres, veja Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, p. 505-71.

⁷⁴ Acrescentava o jornal que «talvez isso concorresse em parte para que o benemérito fundador da Vista Alegre, José Ferreira Pinto Basto, escolhesse este ponto para estabelecer ali uma grande fábrica de moagem, que nunca chegou a funcionar» (*Campeão das Províncias*, nº 5211, 1903.01.24, p. 1, c. 2-3).

⁷⁵ «Obra indispensável em Aveiro», *A Época*, ano I, nº 46, 1885.12.17, p. 3, c. 5.

⁷⁶ «Um braço do Vouga em Aveiro», *idem*, ano II, nº 20, 1886.06.17, p. 3, c. 3.

⁷⁷ AHMA, «Acta da sessão de 3 de janeiro de 1894», *Câmara Municipal de Aveiro. Actas. 1891-1895*, liv. 25, fl. 150. Algum tempo antes, a direcção do município considerava como duas «obras de suma importância», «a estrada municipal Ilhote do Cojo – Estação de Aveiro, e aprovada pelo decreto de 18 de Fevereiro do ano corrente e o mercado mensal no Ilhote do Cojo» (*idem*, fl. 66v.). A construção do mercado do Cojo, que cobria um área de 1.088m², foi iniciada em Janeiro de 1898 (Cfr. *Campeão das Províncias*, nº 4739, 1898.01.08, p. 1, c. 5). Sobre a questão do mercado e da projectada Estação de Caminho de Ferro do Cojo, veja os *Documentos relativos ao estabelecimento de uma Estação Central do Caminho de Ferro e mercado municipal em Aveiro*, Aveiro, Imprensa Aveirense, 1891. Sobre a importância do Cojo é elevado o número de artigos publicados; entre muitos, veja, de Edmundo Magalhães Machado, «Aveiro. Assuntos locais», *O Povo de Aveiro*, nº 497, 1891.07.02, p. 1 e seg.

Mesmo já em 1955, os industriais da região ainda atribuíam ao esteiro do Cojo uma grande importância económica. Referindo-se aos efeitos das obras em curso então nesse canal, Ricardo Pereira Campos afirmava: «Antes deste estado de coisas, o movimento anual de barcos carregados ou descarregados pela nossa Sociedade computava-se entre 1.400 a 1.500, o que, á média de 10 toneladas cada, dava 14 a 15 toneladas anuais [...]. Os artigos que transportamos pela Ria são: produtos cerâmicos, barros refractários, lenha e toda a espécie de combustíveis»⁷⁸.

Foram essas as razões que estiveram presentes na escolha do local para instalação da fábrica. Se dúvidas houvesse, a queixa apresentada em sessão camarária de 14 de Março de 1889, tirá-las-ia; as descargas de matérias-primas para a Fábrica de Vidros provocavam a obstrução da navegação no canal da ria: «o Sr. Vereador Pereira da Cruz lembrou a conveniência de se adoptarem prontas providencias para a desobstrução e limpeza do esteiro que, do Cojo vai á malhada da Fonte Nova, por isso que, em virtude dos assoreamentos produzidos pelas areias e outros materiais, provenientes das descargas efectuadas para a Fabrica de Vidros de Manoel da Rocha, desta cidade & Companhia»⁷⁹. Tal situação tornava «o esteiro inavagável, impossibilitando assim o transporte do sal, que não podendo por isso ir á dita malhada a descarregar, tem de ser conduzido em carros, pela cidade, causando grandes prejuizos nas ruas e calçadas da cidade»⁸⁰. Por enquanto, não se sabe se estes problemas tiveram algum peso nas dificuldades sentidas pela empresa.

Além do fabrico de vidraça, Rangel de Quadros afirma que a fábrica também produziu telhas e redomas⁸¹.

A atribulada e efémera vida da fábrica

Depois de ter noticiado a constituição da sociedade comercial, *O Povo de Aveiro* dava conta dos trabalhos de instalação da fábrica, quando a empresa contava um mês de existência legal: «prosseguem com actividade os trabalhos para a montagem da fabrica de vidro, que vai estabelecer-se nesta cidade, próximo á Fonte Nova»⁸².

Durante cerca de um ano, procedeu-se á construção das instalações e fornos da fábrica. Para isso, foi construída uma «fábrica de tijolo», que esteve em actividade entre 1888 e 1890⁸³. Segundo os «apontamentos» de Rangel de Quadros, «em 10 de Abril de 1888 foi ali cosida a primeira fornada de tijolos refractários [que] ficaram muito bons»⁸⁴.

Em 26 de Abril de 1888 é assinado um compromisso com o estendedor de vidraça, António Baridó⁸⁵. Contratado «unicamente como estendedor de vidraça (chapa)», António Baridó obrigava-se «a fazer este serviço com a máxima perfeição e durante três anos a contar do dia em que principiar os seus trabalhos profissionais, sendo considerado como primeiro estendedor e, nesta qualidade, se obriga a principiar os fornos e deixá-los sempre com a temperatura

⁷⁸ Ricardo Pereira Campos, «Sobre o futuro do Canal do Cojo», *Litoral*, 1955-10-15, p. 8.

⁷⁹ AHMA, *Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 24, fl. 90.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, *op. cit.*, fl. 118.

⁸² *O Povo de Aveiro*, n.º 318, 1888.03.18, p. 2, c. 5. Depois de constituída a sociedade, *O Povo de Aveiro* escrevia: «vai estabelecer-se nesta cidade, próxima á Fonte Nova, uma fabrica de Vidro, para cujo fim se acha constituída uma sociedade comercial» (*idem*, n.º 315, 1888.02.26, p. 2, c. 5).

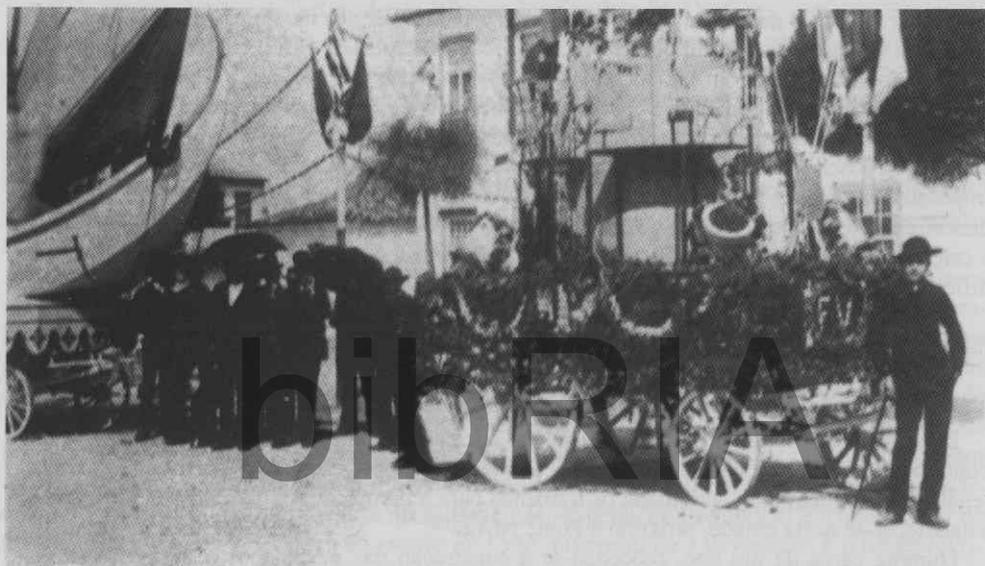
⁸³ José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, *op. cit.*, fl. 118. Note-se que Rangel de Quadros, pensando ter havido também uma «fábrica de tijolo», diz: «A Fabrica de tijolo findou em 5 de Agosto de 1890 [...]».

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ Cfr. Anexo II.

própria para o segundo estendedor poder obrar as suas barras com perfeição; e a ensinar ao ajudante os serviços que lhe competem fazer e procurar industriá-lo de forma que ele o possa substituir no caso de impedimento; a evitar a quebra das chapas, bem como o empeno»⁸⁶.

Para trabalhar com António Baridó, a fábrica contrata, dias depois, «Colombo Gomes, ex-posto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, casado, artista, da Marinha Grande»⁸⁷, para «trabalhar como ajudante no fabrico da vidraça e ensinar este mesmo serviço (de ajudante) a tantos indivíduos quantos o director técnico lhe mandar»⁸⁸.



*Carro alegórico da Fábrica de Vidros
Inauguração da Estátua de José Estêvão, 1889.0812*

Nesta altura já o francês Georges Bracourt teria pensado abandonar a empresa. No dia 26 de Maio (um mês após a contratação de António Baridó e dez dias depois da admissão de Colombo Gomes), Georges Bracourt desliga-se da sociedade. No notário, declara ter recebido, até então, todos os vencimentos conforme a escritura de fundação (141\$850 reis), mas perdia, ainda segundo o mesmo documento, todo o direito sobre os duzentos mil reis correspondentes á sua quota⁸⁹.

Não foi possível saber que género de «contratempos» impediram o início do fabrico do vidro, que razões levaram ao abandono de Georges Bracourt, como não foi possível saber a re-

⁸⁶ «Prestação de serviços, que faz António Baridó, súbdito francês, á firma comercial Rocha, Mesquita & C^a, desta cidade de Aveiro. Em 26 de abril de 1888», ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1038-131, fls. 21-22.

⁸⁷ «Prestação de serviços que faz Colombo Gomes, casado, artista, da Marinha Grande, comarca de Leiria, á firma comercial Rocha, Mesquita & Companhia, da cidade de Aveiro. Em 16 de maio de 1888», ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1038-131, fls. 33v.-34.

⁸⁸ *Ibidem*. Cfr. Anexo III.

⁸⁹ Cfr. Anexo IV.

lação entre esse abandono e as contratações referidas. A primeira fornada – que segundo Rangel de Quadros «saiu e bem» –, só seria festejada em 1 de Fevereiro de 1889, portanto, cerca de um ano após a contratação de António Baridó. *O Povo de Aveiro* também se refere ao início da produção de vidro, ainda que de forma abstracta e encomiástica: «princípios esta semana a produzir a Fabrica de Vidro estabelecida á estrada da Fonte Nova, propriedade dos Srs. Manuel da Rocha e C^a. Informam-nos de que o vidro ali fabricado rivaliza com o que produzem as melhores fabricas do país, o que é mais que suficiente para lhe dar a melhor aceitação no mercado»⁹⁰. E conclui o jornal: «Parabéns á empresa que, após tantos contratamentos, vê os seus esforços coroados do melhor êxito»⁹¹.

Mesmo assim, acrescenta Rangel de Quadros que «daí por diante tudo começou a correr mal. Ora as fornadas saíam estragadas, ora rebentavam os fornos. A reconstrução destes era dispendiosa e morosa e, em quanto não funcionavam, era mister subsidiar os operários». As razões desses problemas, em sua opinião, residiam na direcção técnica da fábrica: «Desconfiou-se, que os indivíduos, que sucessivamente foram encarregados da direcção técnica da Fabrica, se deixavam subornar por os proprietários de idênticos estabelecimentos e muito de propósito concorreram para tais danos»⁹².

Poucos dias após a primeira fornada, dá-se outra alteração na sociedade: á semelhança de Georges Bracourt, Fernando Eduardo Pereira abandona a empresa⁹³ e perde todos os direitos que tinha na sociedade. Perde os 200\$000 reis com que tinha entrado na sociedade e recebe a quantia de 160\$000 «como indemnização». A firma fica apenas com os dois primeiros sócios, passando a girar sob a designação Rocha & Mesquita⁹⁴. Com os elementos disponíveis não é possível explicar este abandono; a escritura não permite saber as razões de tal decisão. De qualquer modo, a empresa perdia assim o elemento mais decisivo para a sua actividade. Importava saber para onde foi trabalhar o técnico ilhavense. A direcção técnica da fábrica terá sido assegurada, desde então, por outros vidreiros, nomeadamente pelos referidos António Baridó e Colombo Gomes. Note-se que, pelo menos este último, era da Marinha Grande, deixando de pé a explicação avançada por Rangel de Quadros⁹⁵.

Em cerca de uma dezena de breves referências a diversos momentos da vida da fábrica, jamais *O Povo de Aveiro* deixa entrever as razões apontadas por Rangel de Quadros. Convém, no entanto, esclarecer que essas pequenas notícias locais eram, as mais das vezes, relatos abstractos em segunda mão. Sem nunca entrar em pormenores, *O Povo de Aveiro* dá nota das inúmeras (mas naturais) paralisações da fábrica. Sete meses após a primeira fornada de vidro, dizia o jornal de Homem Cristo: «Na Fabrica de Vidro Aveirense tem estado paralísada a fabricação de vidro, em consequência de se andarem a construir novos fornos, em substituição dos antigos. Em princípio de outubro próximo começará a fabrica novamente a produzir»⁹⁶.

Importa acrescentar que, no *Inquérito Industrial de 1890* – com informação referente a 1889 –, não transparece, aparentemente, qualquer indício de dificuldades. Poderíamos dizer,

⁹⁰ *O Povo de Aveiro*, n.º 371, 1889.02.10, p. 3, c. 3. . Sublinhado meu.

⁹¹ *Ibidem*. Sublinhado meu.

⁹² José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, *op. cit.*, fl. 118. Na medida em que essa informação foi escrita muito tempo após o fim da fábrica, o testemunho de Rangel de Quadros é enformado pelo conhecimento do desfecho da experiência.

⁹³ Cfr. Anexo V.

⁹⁴ ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1040-133, fls. 40-40v.

⁹⁵ Não foi possível averiguar as ligações familiares deste trabalhador. Note-se, contudo, que «Gomes» é um dos mais comuns apelidos da onomástica marinhense (Cfr. José M. Amado Mendes, *Santos Barosa. 100 anos no vidro*, Marinha Grande, ed. Santos Barosa, SA, 1992, p. 38 e nota 112).

⁹⁶ *O Povo de Aveiro*, n.º, 1889.09.15, p. 3.

até, que, pelo número de técnicos estrangeiros (quatro), como pelos valores de produção, a fábrica teria, então, resolvido parte dos problemas com que se defrontava. Pela sua natureza, os elementos do *Inquérito Industrial de 1890* não permitem sequer a visão que as entrecortadas e sumárias notícias de jornal dão, não possibilitando um esclarecimento para os inúmeros contratempos que a empresa conheceu. Poderíamos perguntar a razão de não existirem aprendizades ou mulheres, ou como é que o «capital circulante» atinge a verba de 9 contos, quando o «capital fixo» é verdadeiramente irrisório. Também não conhecemos a estrutura das «obragens» da fábrica. Não tendo podido conhecer as versões que outros jornais deram dos acontecimentos é, pois, difícil saber as circunstâncias que ditaram as dificuldades com que a fábrica se debateu⁹⁷.

Não se sabe se os avultados empréstimos obtidos, em meados de 1889 e no início de 1890, por Egberto de Magalhães Mesquita se destinavam a pagar a reconstrução dos fornos, ou se foram empregues no aumento da capacidade de produção da fábrica. A verdade é que o valor dos empréstimos excede largamente o do capital social da empresa. No primeiro caso, Fernando de Melo, um empregado público de Águeda, empresta a Egberto de Magalhães Mesquita «a quantia de um conto de reis a juro de cinco por cento ao ano»⁹⁸. O início do reembolso teria de fazer-se três anos depois. Em 13 de Janeiro de 1890, Egberto de Magalhães Mesquita conseguiu de José de Melo Júnior, também de Águeda, outro empréstimo, no valor de dois contos e quinhentos mil reis, a juros de cinco e três quartos por cento ao ano»⁹⁹. Foi, por certo, o facto de seus pais terem ficado sempre por fiadores que levou Rangel de Quadros, mais tarde, a dizer que o velho liberal Manuel António Loureiro de Mesquita também era sócio da empresa¹⁰⁰.

A laboração da fábrica recomeçaria vinte dias depois¹⁰¹. Ao fim de cerca de cinco meses, voltam a ser interrompidos «os trabalhos da Fabrica de Vidro da Fonte Nova, em consequência de se andarem a reparar os respectivos fornos»¹⁰².

⁹⁷ Dos poucos jornais publicados então – *Jornal de Sucessos, Correio de Aveiro e Distrito de Aveiro* – não existe nas hemerotecas públicas exemplar algum.

⁹⁸ ADA, Aveiro, not. Fernando Ribeiro Nogueira, liv. 462-38, fls. 29v.-30v.

⁹⁹ Acrescentava o texto da escritura: «Não podendo ser exigido este capital e juros, digo, capital e juros, digo, capital senão passados três anos, a contar da data desta escritura e caso sejam demandados os devedores por este capital o serão nas justiças da comarca onde pertencer o domicílio do credor, declarando o procurador deste, neste acto que recd digo que recebeu da mão dos ditos devedores os juros que fica correndo desde um de Fevereiro do corrente, relativos ao mencionado capital. E pelos ditos Manoel António Loureiro de Mesquita e esposa foi declarado que de suas livres e espontâneas vontades ficam por fiadores dos ditos outorgantes devedores ao mencionado capital e juros, obrigando todos os bens em geral» (ADA, Aveiro, not. Fernando Ribeiro Nogueira, liv. 463-39, fls. 16v.-17v). Sublinhados meus.

¹⁰⁰ José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, *op. cit.*, fl. 119. A escritura de partilhas amigáveis dos bens deixados por morte da mãe de Egberto Mesquita, em 1890, permite conhecer o valor da fortuna que possuíam. Nessa altura, seriam distribuídos pelos quatro filhos cerca de 27 contos de bens vários (Cfr. ADA, Aveiro, not. Fernando Ribeiro Nogueira, liv. 466-42, fls. 24v.-28v).

¹⁰¹ «Recomeçaram no domingo os trabalhos na importante Fabrica de Vidros Aveirense, situada próxima da Fonte Nova» (*O Povo de Aveiro*, nº 424, 1890.02.16, p. 3, c. 3).

¹⁰² Acrescentava o jornal: «Esta interrupção já dura ha algumas semanas» (*O Povo de Aveiro*, nº 407, 1889.10.06, p. 2, c. 4).



bibRIA

Quadro II

FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS AVEIRENSE, 1889		
Capital	Fixo	90\$000
	Circulante	9:000\$000
Horário	Meses de trabalho	9
	Horário diário	Verão 5 H
		Inverno –
Mestres		1
Operários	Homens >16 anos	(\$240) 16
	Homens 12-16 anos	(\$200) 4
	Estrangeiros	4
	Aprendizes	–
	Mulheres	–
Total		21
Máquinas		–
Fornos		2
Matérias-primas	Soda, cal, areia e barro	3:342\$000
	Procedência	Diversa
Produtos	Vidraça	4:357\$000

FONTE: *Inquérito Industrial de 1890*, vol. III: *Indústrias fabris e manufactureiras (Inquérito de gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 3-70.

Meio ano mais tarde, *O Povo de Aveiro* noticia: «Está ha tempos parada a Fabrica de Vidros Aveirense, em virtude de importantes obras a que se anda procedendo, a fim de tornar aquele estabelecimento um dos primeiros do seu género, no país»¹⁰³. Em meados de Setembro, repetia o referido jornal: «recomeçam na próxima semana os trabalhos de fabricação de vidro – serviço que ha meses tinha sido interrompido em consequência da construção de novos fornos a que foi preciso proceder-se»¹⁰⁴. Mas as obras prolongar-se-iam por mais algum tempo, até finais de Setembro: «Depois de importantes reformas introduzidas na Fabrica de Vidros Aveirense, só na quarta feira se principiou ali a fabricar vidro. As melhoras que a fabrica ultimou permitem-lhe hoje uma extraordinária rapidez na factura de vidraça»¹⁰⁵. E acrescentava o jornal: «No seu género, a Fabrica de Vidros Aveirense, pode-se dizer a primeira no país».

Meio ano mais tarde, em 16 de Março de 1891 – segundo Rangel de Quadros –, «findou totalmente essa Fabrica dando grandes prejuizos aos sócios»¹⁰⁶. *O Povo de Aveiro* confirma a notícia dizendo, no entanto, que «esta fabrica volta[ria] brevemente a funcionar, tendo por único proprietário o sr. Manuel da Rocha, que trata[va] no momento de *adquirir pessoal em condições que garantam longa e prospera vida* àquele estabelecimento»¹⁰⁷. Com essa nova

¹⁰³ *O Povo de Aveiro*, n.º 448, 1890.08.03, p. 3, c. 4.

¹⁰⁴ *O Povo de Aveiro*, n.º 454, 1890.09.14, p. 3, c. 3.

¹⁰⁵ *O Povo de Aveiro*, n.º 456, 1890.09.28, p. 3, c. 2.

¹⁰⁶ Rangel de Quadros, *op. cit.*, fl. 118-119.

¹⁰⁷ *O Povo de Aveiro*, n.º 478, 1891.04.26, p. 3, c. 4. Sublinhado meu.

tentativa chegaram mesmo a construir-se novas estruturas fabris; no entanto, esses esforços não terão sido bem sucedidos, uma vez que, dois meses mais tarde, *O Povo de Aveiro* anunciava a arrematação do material e instalações da fábrica: «No dia 12 do corrente [Julho de 1891], pelas 10 horas da manhã, no local da Fabrica de Vidros Aveirense, terá lugar a venda em leilão de todo o material de dois barracões de madeira, um dos quais recentemente construído, e bem assim de diversos utensílios de ferro e madeira de uso commum»¹⁰⁸.

Os prejuízos terão sido elevados. Segundo Rangel de Quadros, «Manuel da Rocha [...] perdeu 9:000:000, só á sua parte; Manuel António Loureiro de Mesquita e seu filho Egberto de Magalhães Mesquita, Engenheiro florestal e todos proprietários, que também perderam muito»¹⁰⁹. E conclui: «Os utensílios da Fabrica foram vendidos e pouco deram. A casa foi aplicada para armazém de sal»¹¹⁰.

O fabrico de vidro, em Aveiro, depois de 1891

Depois do insucesso da Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, houve ainda uma outra tentativa de criação de uma unidade vidreira. Essa experiência verificou-se num contexto de crescimento da área urbana da cidade¹¹¹, tentando, assim, responder á «febre das construções» da primeira década deste século. Com ela surgiram outras unidades, umas mais importantes do que outras para o desenvolvimento da região, mas que testemunham, no seu conjunto, a forte conexão entre urbanização e industrialização. São disso exemplo a Empresa Cerâmica da Fonte Nova (1903-1908)¹¹², Fábrica de Chocolate¹¹³, a Fábrica de Louça dos Santos Mártires¹¹⁴, a Fábrica de Lixa Lusostela¹¹⁵, a Fábrica de Moagem dos Santos Mártires¹¹⁶, a Fábrica de Gasosas e Pírolitos¹¹⁷ e outras.

A localização desta «secção» da Jerónimo Pereira Campos & Filhos – mesmo em frente á Fábrica de Telhas da Empresa Cerâmica da Fonte Nova – não deve ter sido alheia á «guerra» comercial movida por esta empresa. As duas fábricas produziam os mesmos produtos, exploravam barreiros contíguos, utilizavam o mesmo caminho, o esteiro do Cojo era decisivo para

¹⁰⁸ *O Povo de Aveiro*, nº 498, 1891.07.5, p. 3, c. 5.

¹⁰⁹ Rangel de Quadros, *op. cit.*, p. 118-119.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ Entre 1900 e 1910, a «grande febre de construções» enche os jornais de notícias sobre alinhamentos, construções, abertura de novas ruas, na cidade e no concelho; as actas da Câmara engrossam com pedidos de obras várias (Veja, por exemplo, o *Campeão das Províncias*, nº 5352, 1904.06.11, p. 3, c. 2; *idem*, nº 5851, 1909.04.24, p. 2).

¹¹² Sobre esta fábrica, veja Manuel Ferreira Rodrigues, «A indústria cerâmica em Aveiro [...], p. 21-28.

¹¹³ Sobre a fábrica de chocolate pouco se sabe, apenas que era seu proprietário um espanhol, F. Santiago R. Fernandes, e que tendo começado a trabalhar em 1904, os seus produtos eram de «1ª ordem» («Chocolate», *Campeão das Províncias*, nº 5399, 1904.11.23, p. 3).

¹¹⁴ O primeiro anúncio da Fábrica de Louça dos Santos Mártires surgiu em final de Agosto de 1906 (Cfr. *Vitalidade*, nº 593, 1906.08.25, p. 4). Sobre esta unidade, veja Manuel Ferreira Rodrigues, «A indústria cerâmica em Aveiro [...]

¹¹⁵ Esta empresa, pioneira no fabrico de lixa, nasceu em Soza, Vagos, em 1904 (*Vitalidade*, nº 500, 1904.11.12, p. 3). Mais tarde (1914-1915), é transferida para o sítio das Rossadas, Esgueira. Estes e outros poderão ser visto num trabalho em preparação sobre esta unidade.

¹¹⁶ Sobre a Fábrica de Moagens dos Santos Mártires, propriedade da parceria Cristo & Rocha, veja, entre outros, *O Povo de Aveiro*, nº 1014, 1903.09.20, p. 2, c. 3; *Campeão das Províncias*, nº 5343, 1904.05.11, p. 2.

¹¹⁷ Em 1904 nasceu um fábrica de gasosas e pírolitos, com sede em Arnelas, Aveiro (Cfr. ADA, liv. 797-158, fls. 37-39v.). Resta acrescentar, também, que, nesse mesmo ano, se tentou instalar na cidade uma fábrica de conserva de peixe.

as duas (com vantagem para a Empresa Cerâmica da Fonte Nova), disputavam os melhores trabalhadores. A decisão do fabrico do vidro, na Jerónimo Pereira Campos & Filhos, podendo ter outras explicações, está relacionada com o aparecimento da empresa concorrente. Note-se que o início do fabrico do vidro coincide com o acordo entre as duas empresas¹¹⁸. Com uma fábrica de vidros naquele local, a mais velha empresa de cerâmica de construção de Aveiro diversificava a sua oferta e controlava, daquele local, o cumprimento, por parte da sua rival, do acordo celebrado entre ambas. Note-se que, pouco tempo depois, a nova fábrica de telhas e tijolos conhece sérias dificuldades, declara falência e parece acabar, então, o fabrico de vidro na Jerónimo Pereira Campos & Filhos, permitindo pensar na conexão entre o fim da produção de vidro, nesta empresa, com o colapso da sua concorrente.

Em Abril de 1904, o *Vitalidade* anuncia que «os srs. Jerónimo Pereira Campos & Filhos «vão empreender o fabrico da vidraça [...] na sua fabrica de cerâmica»¹¹⁹. Também o *Campeão das Províncias* se refere ao mesmo assunto, confirmando os dados anteriores¹²⁰. Segundo este jornal, os seus proprietários procediam, então, aos primeiros preparativos e começariam «brevemente a construir o barracão para as instalações»¹²¹. Em Outubro desse ano, os trabalhos de construção da «fabrica de vidraça das Agrads de S. Domingos» iam «muito adiantados»¹²².

Em Julho de 1905, o *Vitalidade*, órgão dos regeneradores-liberais da região, diz que estava já «em plena laboração a nova fabrica de vidro que montaram nas Agrads, os srs. Jerónimo Pereira Campos & Filhos, junto da sua fabrica de telha de sistema Marselha»¹²³. Acrescenta o jornal de Acácio Rosa que os defeitos «das primeiras experiências» «foram logo corrigidos, apresentando hoje a fabrica produtos correctos»¹²⁴.

Pouco tempo depois, o mesmo jornal, chama encomiasticamente a atenção para o primeiro anúncio da «Fabrica de Vidro e Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos». Testemunhando a violência física do fabrico da vidraça – «o trabalho é dos mais violentos» –, e as dificuldades iniciais, o articulista do *Vitalidade* dá conta da evolução positiva do empreendimento: «Por vezes visitámos a fábrica, e trememos pelos resultados da arrojada tentativa; mas de uma última visita que ali fizemos trouxemos as melhores impressões»¹²⁵. É que «os activos e inteligentes industriais, srs. Pereiras Campos venceram todas as dificuldades e hoje

118 Sobre esta questão, veja Manuel Ferreira Rodrigues, «A indústria cerâmica em Aveiro [...]», p. 21-28.

119 «Nova indústria», *Vitalidade*, n.º 471, 1904.04.23, p. 2, c. 5.

120 «Pensa-se na montagem aqui de uma fabrica de vidro [...]» («Novas indústrias», *Campeão das Províncias*, n.º 5337, 1904.04.20, p. 2, c. 3).

121 *Ibidem*.

122 «Vidraça», *Campeão das Províncias*, n.º 5386, 1904.10.08, p. 2, c. 2-3.

123 «Fabrica de Vidro», *Vitalidade*, n.º 535, 1905.07.15, p. 3, c. 5.

124 Os primeiros produtos foram expostos na «mercearia e confeitaria do Sr. Ricardo Pereira Campos, aos Arcos» (*ibidem*).

125 «Indústria local», *Vitalidade*, n.º 538, 1905.08.05, p. 2, c. 1.

Fabrica de Vidro e Ceramica

DE

JERONYMO PEREIRA CAMPOS & FILHOS

AGRAS — AVEIRO



Vidraça em chapa e por medida, vendas por junto e a retalho, telhas e meias telhas de vidro, redomas, etc., etc.

Retalho de vidraça, limpo, compra-se a 10 réis o kilo.

Variedade em cumes com arabescos, telha com pingentes para beiral e tympanos, claraboias, passadeiras, ventiladores, cruzetas, espigões, vasos, pedestaes, balaustres, florões, figuras e outros productos de ornamentação, tijolos refractarios, batido, burro, etc., etc.

Azulejos nacionaes e estrangeiros, ladrilho, mosaico, cimento; etc., etc.

PREGOS SEM COMPETENCIA

estão fabricando vidro da melhor qualidade. Não só o *forno e os potes da fusão* deram o melhor resultado, mas o *sistema de estenderia* apresenta as chapas completamente lisas e despenhadas»¹²⁶.

Ainda não é possível saber quando e como finda o fabrico de vidro na empresa de Jerónimo Pereira Campos & Filhos. O anúncio da *Fábrica de Vidro e Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos* desaparece a partir de Agosto de 1906¹²⁷.

João Evangelista de Campos, conjugando a memória com alguns elementos recolhidos em fontes várias refere-se ao fim desta experiência. Da boca de João Pereira Campos (1877-1946) soube que «a fábrica montou, nos barracões, há pouco demolidos, junto á Ponte-de-Pau, e que, ultimamente serviam de armazém de ferrapeiros e sucateiros – e que hoje são terrenos da entrada do campo das feiras – uma secção para o fabrico do vidro, e, para isso, contratou pessoal especializado na Marinha Grande»¹²⁸. Acrescenta o referido autor, alegadamente segundo o relato de João Pereira Campos, que «houve dificuldade em conseguir esse pessoal; entretanto os industriais que os dispensaram faziam-no de má-fé, pois instruíram-no, e pagavam-lhe, para provocar prejuízos na firma para onde vinha trabalhar»¹²⁹. As razões das dificuldades sentidas não eram muito claras. O terceiro filho de Jerónimo Pereira Campos, depois de sorrir da credence dos seus operários – que colocavam por toda a parte ramos de arruda contra o mau olhado, e que já por várias vezes tinham ido á bruxa –, teria ido com eles ouvir os conselhos da afamada bruxa de Adães¹³⁰.

Nessa altura, já a região de Oliveira de Azeméis se assumia como o centro vidreiro mais importante depois da Marinha Grande. Ali surgiram, desde o início do século XX, diversas fábricas de vidro que atrairiam mão-de-obra especializada da Marinha Grande¹³¹.

Conclusão

Na forma em que ainda se encontra, este trabalho mais não é do que um modesto contributo para o estudo da indústria do vidro e da região de Aveiro. Com esse objectivo foram anexados vários documentos relativos à vida da fábrica, dada a sua grande riqueza informativa, em diversos domínios.

Nos primeiros estudos sobre a *industrialização*, «os factores tecnológicos ocupavam lugar privilegiado [...]. Dadas as características, profundamente inovadoras, da evolução tecnológi-

¹²⁶ *Ibidem*. Sublinhados meus.

¹²⁷ *Vitalidade*, nº 588, 1906.07.21.

¹²⁸ João Evangelista de Campos, *Achegas para a historiografia aveirense*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1988, p. 220. O texto deste livro é constituído por cerca de uma centena de «Achegas [...]», semanalmente publicadas num semanário aveirense.

¹²⁹ *Ibidem*. Ali pode ler-se mais: «Esses industriais tinham o maior empenho em arruinar um possível concorrente, tanto mais que a Zona Norte do País era considerável cliente das fábricas da Marinha Grande [...]. O pessoal de Aveiro, que trabalhava na secção do vidro, parecendo-lhe fora do normal as avarias que, constantemente, estavam a acontecer, começou a «magicar» que elas seriam provocadas pelo pessoal da Marinha Grande [...]. Juntaram-se com o fim de conseguirem averiguar a razão de ser de tantos prejuízos que a firma estava a suportar; e, concluindo que eles – que de vidros nada sabiam – não tinham possibilidade de chegar a qualquer conclusão, resolveram, para o efeito, consultar uma bruxa. Foi escolhida a de Adães, então muito afamada na nossa região» (*Ibidem*).

¹³⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 221.

¹³¹ Em 1898, surge a Fábrica de Abreu & C^o, no Bustelo («Indústria do vidro», *Campeão das Províncias*, nº 4749, 1898.02.12, p. 4, c. 3). Sobre estas fábricas tem Aurélio Guerra um trabalho em preparação: *A indústria vidreira de Oliveira de Azeméis*. Esse valioso estudo é constituído por um aprecievél número de artigos publicados no *Correio de Azeméis*, ao qual serão anexados os textos das escrituras referidas.

ca, compreende-se que a esta tenha sido dedicada especial atenção, quer pelos respectivos contemporâneos quer, posteriormente, pelos estudiosos, desde os historiadores e economistas, a geógrafos e cientistas das mais diversas áreas de especialização»¹³². Os factores humanos foram negligenciados. Depois, uma vez mais a conjuntura sobredeterminaria o relevo especial atribuído «ao movimento operário e á função dos grandes inventores»¹³³. No entanto, «em estudos mais recentes e actualizados sobre história da indústria, os recursos humanos começaram a ser devidamente realçados, sob os diversos ângulos de análise [...]. Consequentemente, tem-se chamado a atenção para um variado número de aspectos, a saber: formação profissional e educação formal; inovação e transferência de «know how» (através de meios legais ou da própria espionagem industrial); funções dos diversos intervenientes no processo industrial, bem como a respectiva origem e mobilidade social»¹³⁴.

Com os elementos disponíveis é difícil afirmar que estivemos, de algum modo, perante um ou dois casos de sabotagem industrial, de concorrência «desleal». O que parece não oferecer dúvidas é que, a questão dos *recursos humanos* foi o factor fundamental para o insucesso das experiências referidas. No *Inquérito Industrial de 1881*, os empresários queixavam-se justamente da «falta de preparação do pessoal operário nos diversos ramos de actividades industriais/artesanais. Um ou outro referia-se, igualmente, á falta de técnicos especializados e, inclusive, de gestores»¹³⁵. Em 1883, no Congresso da Indústria Cerâmica, no Porto, ouviram-se mútuas queixas de aliciamento da mão-de-obra especializada disponível, pelo que alguns industriais viram no ensino industrial a solução para tal problema¹³⁶. Sem ensino industrial adequado seriam inevitáveis os episódios conhecidos de disputa de mão-de-obra qualificada e a contratação de estrangeiros. Note-se que, depois de uma experiência gorada de ensino industrial, em 1867-68, em Aveiro, a Escola Industrial apenas seria criada em 1893-94¹³⁷; por outro lado, apenas era dada atenção às necessidades da indústria cerâmica, nos domínios da pintura e da modelação.

Entre cerca de 1890 e 1930 «inicia-se a revolução industrial no vidro, em especial no sector dos fornos»¹³⁸. A energia tradicional, a lenha, seria substituída pela electricidade e pelos combustíveis líquidos e, «ao mesmo tempo que se começa a delinear uma certa especialização geográfica, verifica-se alguma dispersão para novos pólos, Vieira de Leiria, primeiro, e Santa Iria de Azóia, mais tarde; a aristocracia operária vidreira começa a sofrer um rude golpe, com o início de um longo processo, durante o qual o saber-fazer – fonte de prestígio e de poder reivindicativo – vai ser substituído progressivamente pela máquina»¹³⁹. Depois de meio

¹³² José M. Amado Mendes, *Santos Barosa. 100 anos no vidro, 1889-1989*, Marinha Grande, ed. Santos Barosa, S. A., 1992, p. 25.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*. Peter Lane, citado por José M. Amado Mendes, diz: «torna-se agora claro que a tecnologia não será produtiva se não houver um elevado número de pessoas com uma variedade de aptidões e qualificações para executarem centenas de tarefas diferentes implicadas no evoluir de um grande empreendimento industrial».

¹³⁵ José M. Amado Mendes, *Bloqueios à inovação no tecido empresarial português em finais do século XIX: achegas para o seu estudo*, sep. da *Revista de História*, vol. X, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1990 p. 199.

¹³⁶ Joaquim de Vasconcelos, *Cerâmica Portuguesa. Série II. História da Arte em Portugal (4º estudo)*, Porto, Tip. Elzeviriana, 1884, p. 104.

¹³⁷ Sobre o ensino industrial em Aveiro, veja Manuel Ferreira Rodrigues, *O ensino técnico-profissional em Aveiro, 1867-1893*, sep. do *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 20-21, 1993, p. 25-48.

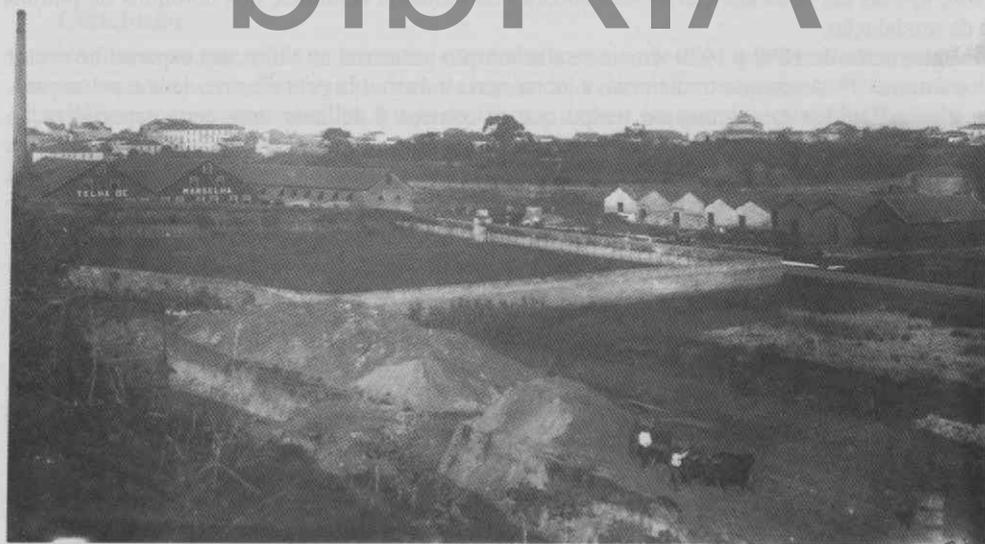
¹³⁸ José M. Amado Mendes, *História da Marinha Grande. Introdução e perspectivas*, Marinha Grande, ed. da Câmara Municipal da Marinha Grande, 1993, p. 65.

¹³⁹ *Ibidem*.

século de produção vidreira na Vista Alegre, o insucesso da Fábrica Nacional de Vidros Aveirense parece confirmar a referida especialização geográfica da produção vidreira em Portugal, ainda que o malogro desta(s) experiência(s) tenha reduzido a tal dispersão que de que fala José M. Amado Mendes. Lembro que a fábrica de Aveiro possuía, á partida, um conjunto de factores favoráveis, como a energia (tradicional), matérias-primas e transportes; e, apesar de tudo, não foi a falta de capital que inviabilizou o projecto.

No caso da produção de vidro pela empresa Jerónimo Pereira Campos & Filhos a explicação, devendo enfatizar os mesmos motivos, será um pouco diferente. Além dos aspectos relacionados com a concorrência movida pela Empresa Cerâmica da Fonte Nova, saliente-se que, não sendo impossível o fabrico de vidro numa unidade cerâmica, é problemática a sua produção industrial num horizonte de especialização crescente, sem «know how» ou mercados para o escoamento dos produtos.

bibRIA



Esteiro do Cojo. Barracões de sal.

Do lado esquerdo, pode ver-se a Fábrica de Telhas da Fonte Nova (1903-1908).

ANEXO I

Escritura de formação da sociedade fundadora da Fábrica Nacional de Vidros Aveirense e respectivo Regulamento Geral da Fábrica

Sociedade commercial para exploração d'uma fabrica de vidros com sede n'esta cidade, que entre si fazem Egberto de Magalhães Mesquita e outros d'Aveiro e Ilhavo. Em 19 de fevereiro de 1888.

[fl. 40] Saibam quantos esta virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e oito, aos dezanove dias do mez de fevereiro, n'esta cidade d'Aveiro e em meu cartório, perante mim tabelião e testemunhas ao deante nomeadas e no fim assignadas, compareceram pessoalmente: como primeiro outorgante o excellentissimo Egberto de Magalhães Mesquita, casado, engenheiro silvicultor, digo, casado, silvicultor; como segundo Manuel da Rocha, viuvo; proprietario, ambos d'esta cidade; como terceiro Fernando Eduardo Pereira, casado, da villa d'Ilhavo, d'esta comarca; e como quarto Georges Bracourt, casado, subdito francez e morador n'esta cidade e ambos estes artistas, e todos de maior idade, sui juris, os proprios meus conhecidos e das alludidas testemunhas de que dou fé; perante as quaes por todos e por cada um foi dito que estavam contratados a fazerem entre si uma sociedade commercial para exploração de uma fabrica de vidro com sede n'esta cidade, com as seguintes condições: — Primeira — Que a firma commercial será Rocha, Mesquita & Companhia. — Segunda — Que a firma só poderá ser uzada pelo socio Manuel da Rocha, mas somente nas transacções da sociedade e nunca em negocios extranhos a ellas, nem a letras de favor, fianças ou outros documentos de responsabilidade; ficando, aquele socio que contravier o exposto, não só sujeito em seu nome a responder individualmente pelas obrigações assim contrahidas, mas tambem a indemnisar a sociedade dos prejuizos que por taes transacções resultarem á mesma. — Terceira — A empresa denomina-se «Fabrica nacional de vidros aveirense». — Quarta — É composta de quatro socios, não podendo ser admittido mais nenhum sem o completo accordo dos mesmos quatro, de forma que um só d'elles pode regeitar a admissão d'um quinto, embora tenha o voto nos tres restantes. — Quinta — Os fundadores são os quatro outorgantes. — Sexta — O capital para a installação é

calculado em dois contos de réis. Para a totalidade d'esta somma concorre o primeiro outorgante Egberto de Magalhães Mesquita com oitocentos mil réis, o segundo Manuel da Rocha com igual quantia de oitocentos mil réis e cada um dos terceiro Fernando Eduardo Pereira e quarto Georges Bracourt com duzentos mil réis, ficando d'esta fórma todos considerados proprietarios da fabrica na rasão directa das suas entradas. Paragrapho unico: É facultado aos terceiro e quarto outorgan [fl. 40v.] tes o direito de entrarem com uma prestação semanal para a caixa da fabrica até prefazerem as suas partes eguaes aos primeiros outorgantes, sendo-lhes estas prestações contadas para todos os efeitos como capital fundador. Qualquer dos socios que porventura pretenda desligar-se d'esta sociedade perderá todos os direitos aos capitaes alli empregados. Se, porém, a deliberação de dissolução de sociedade for unanime, n'este caso tanto os lucros como os prejuizos serão divididos pelos socios nas proporções das suas entradas. — Setima — A administração da fabrica compoe-se de um presidente, um director commercial, um director tech, digo director tecnico e de um poteiro, fonalista ou subdirector. Todos estes cargos são perpetuos: é presidente da empresa o outorgante Egberto de Magalhães Mesquita: São-lhe presentes os planos da fabrica e é consultado sobre todos os serviços. Preside á reunião dos socios, tanto nas reuniões ordinárias como quando seja preciso para a resolução de qualquer ponto que os regulamentos não preceituem. É director commercial o outorgante Manuel da Rocha. É director tecnico o outorgante Fernando Eduardo Pereira. É poteiro, fonalista ou subdirector o outorgante Georges Bracourt. — Oitava — As obrigações de todos os cargos serão preceituadas n'um regulamento feito d'accordo por todos os socios e que abaixo vae transcripto. — Nona — A empresa, esperando que sejam coroados de bom resultado os seus trabalhos, accorda em fazer a divisão dos lucros

da seguinte fôrma: da totalidade do saldo serão tirados os juros de seis por cento para cada um dos socios relativos ao capital com que cada um entrou: o restante d'esse saldo é dividido em partes eguaes¹⁴⁰ pelos quatro socios. — Decima — O segundo outorgante director commercial receberá como ordenado a quantia de sete mil réis semanaes desde que se acenda o primeiro forno. O terceiro outorgante Fernando Eduardo Pereira, director technico, receberá de ordenado a quantia de doze mil réis semanaes desde hoje. O quarto outorgante Georges Bracourt, poteiro, fornalista ou subdirector, receberá de ordenado doze mil réis semanaes desde hoje. Todos os quatro socios são obrigados a prestar pessoalmente os serviços que lhes vão designados no regulamento, sem interrupção, fazendo-se substituir por pessoa habilitada e d'accordo com todos os socios. Durante qualquer impedimento, e deixando de vencer [fl. 41] o ordenado que lhe compete em quanto não fizer esta substituição. Disseram mais todos os outorgantes que estão de accordo no seguinte **Regulamento geral da fabrica**. *Ao presidente* competem os direitos e obrigações já mencionadas no corpo d'esta escriptura. *Ao director commercial* compete pagar as folhas do pessoal e fornecimentos: promover a venda dos produtos da fabrica com todas as suas forças, attendendo á prompta satisfação de todas as encomendas: Fazer a correspondencia e dar ao director technico a nota dos pedidos para este promover a sua factura: Aviar as vendas por meúdo: Como pela situação da fabrica é conveniente que sejam lá encaixotadas e de lá mesmo enviadas nos consumidores as grandes remessas, assistirá este director commercial¹⁴¹ ao encaixotamento, ou, quando não possa, tomará pelo menos nota para poder enviar a factura ao consumidor a tratar das mais praxes usuas n'este ramo de commercio: Tem a seu cargo a caixa de fabrica e portanto todas as obrigações inherentes: Tem mais a seu cargo, e sempre em dia, os seguintes livros: um onde lança dia a dia e resumido semanalmente os productos que recebeu da fabrica e suas importancias; um para a importancia das folhas de pessoal e fornecimento que

satisfaz; e um para a conta-corrente com os consumidores por grosso. *Ao director technico* compete: dirigir todos os trabalhos de construcção, composição de vidros e de todos os materiaes precisos: empregar todos os esforços para que a empreza possa ter productos, senão melhores, pelo menos eguaes aos das melhores fabricas n'este género: habitar na fabrica, ou tão perto que possa de prompto presidir á boa execução do serviço: Dirigir e ensinar o pessoal e tel-o sempre nos melhores termos disciplinares, de maneira a concorrerem todos para o bom desempenho dos trabalhos e socego no interior da fabrica. Tem para o bom cumprimento d'este quesito a auctoridade absoluta sob [*sic*] os operarios e pôde, portanto, lançar mão dos meios que entender, á excepção dos extremos que serão d'accordo com todos os socios. Fará semanalmente a folha dos vencimentos do pessoal e entregal-a-ha ao director commercial para este a satisfazer. Nas mesmas condições fará a dos fornecimentos, documentando-a com os recibos dos fornecedores: tem como serviço d'escriptorio a seu cargo os seguintes livros: um para lançamento das notas de encomendas que lhe [fl. 41 v.] dá o director commercial; um da fabricação com o movimento dos fornos e seus productos semanaes, especificando quantos cilindros, quantas chapas e total de cada afinação; um da importância semanal dos vencimentos e materiaes empregados. Revendo estes livros fará um boletim mensal, que tornará patente aos socios, habilitando-os assim a conhecer a marcha da fabrica e simplificando o balanço geral que se fará annualmente pelos seus livros e pelos do director commercial: Tem mais a seu cargo processar a folha do ordenado do director commercial. *Ao poteiro, fornalista ou subdirector* compete: a boa execução dos potes e mais serviços de olaria, ajudando em tudo o que pedir o bom andamento da fabricação e concorrer com os seus conhecimentos para o desempenho dos trabalhos: ajudar o director technico em tudo o que estiver ao seu alcance: ajudar o director technico em tudo que es, digo, alcance e substitui-o mesmo quando esteja impedido, sempre d'accordo com elle para que o trabalho tenha a maxima regularidade e boa execução. E d'esta fôrma disseram todos os outorgantes que estavam accordados na referida sociedade commercial e todos e cada um de per si se obrigavam ao cumprimento das obrigações

¹⁴⁰ Rasurado. Sob a palavra «iguais», lê-se «proporcionais».

¹⁴¹ Palavra riscada.

que lhes eram impostas, para o que obrigam suas pessoas e bens; e que d'hoje em diante começará a girar n'esta praça a dita firma commercial de – Rocha, Mesquita & Companhia – sem que, de futuro, nenhum dos sócios possa impugnar as condições aqui exaradas, devendo esta ser registada no tribunal do commercio pelo socio Manuel da Rocha. Disse mais este socio Manuel da Rocha que confessa ter já recebido do primeiro outorgante a quantia de oitocentos mil réis e dos terceiro e quarto duzentos mil réis de cada um, que, com a sua quota parte de oitocentos mil réis, prefazem a quantia de dois contos de réis que fica desde hoje em seu poder e na caixa da fabrica. Assim o disseram, quizeram, outorgaram e acceitaram, apresentaram-me sellos de estampilha no valor de novecentos réis que n'esta vão collados e inutilizados, e foram a tudo testemunhas presentes de mim reconhecidas de que dou fé, António Francisco Teixeira e José Joaquim Gonçalves da Caetana, ambos casados, proprietarios, d'esta cidade, que assignam com todos os

outorgantes depois de lida esta por mim, acres [fl. 42] accrescentando mais todos os outorgantes que o balanço geral da fabrica será todos os annos apresentado até ao dia quinze de cada anno, sendo confeccionado pelo presidente depois de ter recebido os balanços parceaes dos mais outorgantes. Ressalvo a emenda a folhas quarenta e uma, linhas treze, que diz – commercial – e a outra a folhas quarenta verso, linhas vinte e nove, que diz – eguaes –. E vae ser assignada na fórma dita, lida por mim António Augusto Duarte Silva Tabeião o subscrevi e vou assignar em publico e razo

Egberto de Magalhães Mesquita / Manoel da Rocha / Fernando Eduardo Pereira / Georges Bracourt Antonio Francisco Teixeira / Jose Joaquim Gonçalves da Caetana

(ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1037-130, fls. 39v.-42).

ANEXO II

Contrato de prestação de serviços entre o estendedor de vidraça António Barrido e a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense.

Prestação de serviços, que faz Antonio Barrido, subdito francez, á firma commercial Rocha, Mesquita & Ca. d'esta cidade d'Aveiro. Em 26 de abril de 1888.

Saibam quantos esta virem: que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e oito, aos vinte e seis dias do mez d'abril, n'esta cidade d'Aveiro e meu cartorio, perante mim tabellião e testemunhas ao diante nomeadas e no fim assignadas, compareceram pessoalmente: como primeiros outorgantes Egberto Magalhães Mesquita, casado, silvicultor; Manuel da Rocha, viuvo, negociante e proprietario, ambos d'esta cidade; e Fernando Eduardo Pereira, casado, artista, da villa de [fl. 21v.] Ilhavo d'esta comarca, na qualidade de representantes da firma commercial Rocha, Mesquita & Companhia, d'esta cidade; e como segundo outorgante Antonio Barrido, casado, cidadão francez, residente n'esta cidade, e todos de maior idade, sui juris, os proprios meus conhecidos e das alludidas testemunhas de que dou fé; perante as quaes por este foi dito que estava contratado a prestar temporariamente o

seu serviço, na qualidade de estendedor de vidraça, aos primeiros outorgantes, na fabrica para exploração de vidros que estes possuem n'esta mesma cidade, com as seguintes condições: que elle segundo outorgante prestará aos primeiros, na alludida fabrica, o seu serviço unicamente como estendedor de vidraça (chapa). Que se obriga a fazer este serviço com a maxima perfeição e durante tres annos a contar do dia em que principiar os seus trabalhos proficionaes, sendo considerado como primeiro estendedor e, n'esta qualidade, se obriga a principiar os fornos e deixal-os sempre com a temperatura propria para o segundo estendedor poder obrar as suas barras com perfeição; e a ensinar ao ajudante os serviços que lhe competem fazer e procurar industrial-o de fórma que elle o possa substituir no caso de impedimento; a evitar a quebra das chapas, bem como o empenho, digo, como o empenho: Mais se obriga a estender em cada mez de-

zasete mil kilogrammas de vidraça, não lhe sendo, porém, contados para este pezo as chapas empenadas ou fragmentos inferiores em diametro a um terço da chapa: Que por estes serviços receberá elle segundo outorgante dos primeiros a quantia de cincoenta e quatro mil réis por cada mez e mais cinco réis por cada kilogramma que estender e exceder aquelles dezasete mil kilogrammas a que se obriga, por mez. Que no caso de doença d'elle segundo outorgante que o inhíba de prestar os seus serviços á fabrica, vencerá durante o primeiro mez da sua doença a quantia de dezeseis mil réis e não os cincoenta e quatro mil como acima fica estypulado; e durante todo o outro tempo em que estiver doente, nada receberá, até que se apresente de novo a prestar so seus serviços: Que o praso da prestação da prestação de serviços será continuo e findará em igual dia passados os tres annos d'aquelle em que essa prestação tiver principio: Que elle segundo outorgante como caução do presente contracto deixará na caixa da fabrica a quantia de doze mil réis por mez ou trez mil réis por semana, mas somente durante o tempo que puder trabalhar, até prefazer a quantia de trezentos mil réis, a qual perderá em beneficio da fabrica quando não cumpra integralmente o mesmo contracto e, quando o cumpra, ser-lhe-ha entregue a dita quantia pelos primeiros outorgantes no

dia em que elle findar: Que além de todas as condições constantes d'este contracto, elle segundo outorgante se obriga ao cumprimento do regulamento geral da fabrica. Disseram os primeiros outorgantes que se obrigam a guardar e cumprir este contracto e ao pagamento dos salarios aqui fixados e ao cumprimento das mais obrigações declaradas e a elles impostas. Assim o disseram, quizeram, outorgaram e acceitaram, apresentando-me um sello de estampilha de quinhentos réis, [fl. 22] réis para n'esta ser collado e inutilizado e foram a tudo testemunhas presentes de mim reconhecidas de que dou fé, Sebastião digo, fé, Francisco Joaquim Lopes, casado, negociante e Manuel Gonçalves do Padre, casado, alfaiate, ambos d'esta cidade, que assignam com os outorgantes depois de lida esta por mim Antonio Augusto Duarte Silva Tabellião o subscrevo e assigno em publico e razo.

Egberto de Magalhães Mesquita / Manoel da Rocha / Fernando Eduardo Pereira / Antonio Baridó / Francisco Joaquim Lopes / Manoel Gonçalves do Padre

(ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1038-131, fls. 21-22).

ANEXO III

Contrato de prestação de serviços entre o marinhense Colombo Gomes, como oleiro e ajudante de estendedor de vidraça, e a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense.

Prestação de serviços que faz Colombo Gomes, casado, artista, da Marinha Grande, comarca de Leiria, á firma commercial Rocha, Mesquita & Companhia, da cidade d'Aveiro. Em 16 de maio de 1888.

Saibam quantos esta virem: que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e oito, aos dezeseis dias do mez de maio, n'esta cidade perante mim tabellião e testemunhas ao deante nomeadas e no fim assignadas, compareceram pessoalmente: como primeiros outorgantes Egberto de Magalhães Mesquita, casado, proprietario; Manuel da Rocha, viuvo, negociante e proprietario; e Fernando Eduardo Pereira, casa-

do, artista, na qualidade de presidente da empresa, director commercial e director technico da fabrica nacional de vidros "Aveirense", e na qualidade de representantes da firma commercial Rocha, Mesquita & Companhia, todos tres residentes n'esta cidade; e como segundo outorgante Colombo Gomes, exposto da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, casado, artista, da Marinha Grande, comarca de Leiria, e todos de maior idade, sui juris, os proprios meus

conhecidos e das alludidas testemunhas de que dou fé; perante as quais pelo segundo outorgante foi dito que se obrigava para com a empresa da referida fabrica a tomar conta das officinas de olarias da mesma fabrica nas seguintes condições: Obras por dia na factura das pedras de = seixo ou rolão = para a construção e mais pertenças dos fornos, o barro de quatro caixões: Fazer este serviço com a maxima perfeição e vigiar com o maior cuidado a maneira como os operarios que teem de lhe amassar os barros, executam este serviço, ensinando-lhe, com boas maneiras, a fórma d'elles cumprirem as suas obrigações: Além dos serviços proprios das olarias, obriga-se mais a trabalhar como ajudante no fabrico da vidraça e a ensinar a este mesmo serviço (de ajudante) tantos individuos quantos o director technico lhe mandar: Quando as affixações em que elle tiver este serviço, forem de monte, receberá por cada uma, duzentos réis além do seu ordenado semanal que é de tres mil e quinhentos réis. É obrigado ao trabalho de seis dias por semana, e quando a urgencia do serviço o peça, trabalhará também ao domingo, sendo-lhe pago este dia por quinhentos réis, como caução d'este contracto, deixa na [fl. 34] fabrica da caixa, digo, deixa na caixa da fabrica mil réis por semana, até prefaser a quantia de cem mil

réis, que perderá no caso de não cumprimento: Em tudo quanto não perceitua este contracto, fica sujeito ao regulamento geral da fabrica e ao de sua officina: Este contracto tem validade pelo praso de cinco annos a contar do dia em que lhe for entregue a officina. Disseram os primeiros tres outorgantes que acceitavam esta escriptura na fórma exarada, obrigando-se ao cumprimento d'ella; e apresentaram-me um sello de estampilha do valor de quinhentos réis para n'esta ser collado e inutilizado. Assim o disseram, quizeram, outorgaram e acceitaram, sendo a tudo testemunhas presentes de mim reconhecidas de que dou fé, Antonio Maria e Manuel Gonçalves do Padre, casados, alfaiates, d'Aveiro, que assignam com os outorgantes depois de lida esta por mim Antonio Augusto Duarte Silva Tabellião a subscreevo e assigno em publico e razo.

Egberto de Magalhães Mesquita / Manoel da Rocha / Fernando Eduardo Pereira / Colombo Gomes / Antonio Maria / Manuel Gonçalves do Padre

(ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1038-131, fts. 33v.-34).

ANEXO IV

Por esta escriptura, Georges Bracourt desliga-se da sociedade, continuando esta a funcionar conforme as disposições iniciais, ainda que com um sócio a menos.

Dissolução de sociedade que entre si fazem Egberto de Magalhães Mesquita, Manoel da Rocha, Fernando Eduardo Pereira, Georges Bracourt, todos residentes n'esta cidade, e nova sociedade que entre si fazem os trez primeiros. Em 26 de maio de 1888.

Saibam quantos este publico instrumento virem, que anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e oito, em vinte e seis de maio d'este anno, n'esta cidade d'Aveiro e meo cartorio, aqui perante mim Tabellião e testemunhas ao deante nomeadas e no fim d'este assignadas foram presentes pessoalmente como primeiro outorgante o Excellentissimo Egberto de Magalhães Mesquita, casado, Silvicultor, como segundo Manoel da Rocha, viuvo, proprietario ambos d'esta cidade, como terceiro Fernando Eduardo Pereira, casado,

da Villa d'Ilhavo e como quarto Geroges Bracourt, subdito Francez e morador n'esta cidade, ambos estes artistas e todos de maior idade, sui juris e os proprios meus conhecidos e elas ditas testemunhas de que dou fé, perante as quaes pelo ter, digo pelo quarto outhorgante Geroges Bracourt foi dito que elle com os demais outhorgantes, tinham formado uma sociedade commercial para a exploração de uma fabrica de vidros com sede n'esta cidade, por escriptura publica n'esta minha notta com data de desanove de fevereiro do corrente anno; ne [fl. 40v.] que

não lhe convindo a elle outhorgante fas digo outhorgante continuar a faser parte da mesma sociedade, tinha contractado com os demais outhorgantes desligar-se d'ella; que sendo uma das condições da dita escriptura de sociedade que qualquer dos socios que porventura pretenda desligar-se da sociedade perderá todos os direitos aos capitaes ali empregados; mas attendendo a que a *fabrica ainda não está em exploração* e que elle outhorgante tem recebido até hoje os vencimentos que lhe foram assignados na dita escriptura; tinham todos accordado em que elle dito quarto outhorgante perderia todo o direito que tinha á quantia de dusetos mil reis com que entrou para a sociedade, recebendo como indemnisação a quantia de cento e quarenta e um mil oito centos e cincoenta reis; e logo pelo segundo outhorgante Manoel da Rocha como depositam da caixa da fabrica foi apresentada a dita quantia de cento e quarenta e um mil e oito centos e cincoenta reis, em bom dinheiro que entregou ao dito quarto outhorgante Geroges Bracourt a contou e por a achar certa e boa em si a recebeu, declarando logo perante todos que d'esta quantia dava aos outros trez outhorgantes paga e geral quitação, obrigando-se a nada mais lhe pedir; por tal respeito [em] praso ou fora d'elle, declarando mais que de hoje em deante nada tem com a dita sociedade que sendo exclusivamente entre os trez restantes outhorgantes; que nada lhe ficam devendo. E pelos primeiro, segundo e terceiro outhorgantes foi dito que aceitavam esta paga e declaração que lhe dá e faz o quarto outhorgante;

ANEXO V

Por esta escriptura, Fernando Eduardo Pereira desliga-se da sociedade, ficando esta apenas em nome dos dois primeiros sócios.

Dissolução de sociedade que entre si fazem Egberto de Magalhães Mesquita, Manuel da Rocha e Fernando Eduardo Pereira, todos da cidade de Aveiro. Em 13 de Fevereiro de 1889.

Saibam quantos esta virem: que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e nove, aos treze dias do mez de fevereiro, n'esta cidade d'Aveiro e meu cartorio, perante mim tabellião e testemunhas adeante nomeadas e no fim assignadas, comparecerem pessoalmente: como primeiros

e que todos trez estavam d'accordo em que a dita sociedade commercial para exploração d'uma fabrica de vidros com sede n'esta cidade fundada pela citada escriptura de desanove de fevereiro de mil oito centos e oitenta e oito, continuam entre elles ditos outhorgantes desde hoje com todas as clausulas e condições constantes da mencionada escriptura, com excepção d'aquellas que eram do exclusivo cargo do socio desligado o quarto outhorgante, e para em que a dita cita escriptura de sociedade faça parte integrante d'este contracto. Em fé de verdade assim o disseram, quizeram, e outorgaram e foram a tudo testemunhas de mim reconhecidas de que dou fé, Manuel Gonsalves do padre, casado, alfaiate e Antonio Maria tambem casado e alfaiate ambos d'esta cidade que assignam com todos os outhorgantes, depois de lida esta por [fl. 41] perante todos, e vae aqui collado e inutilizado um sello d'estampilha no valor de seis centos reis. Eu Antonio Augusto Duarte Silva Tabelião o escrevi e assignei em publico e razo.

Georges Bracourt / Egberto de Magalhães Mesquita / Manuel da Rocha / Fernando Eduardo Pereira / Manuel Gonçalves do Padre / Antonio Maria

(ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1038-131, fls. 40-41).

outhorgantes Egberto de Magalhães Mesquita, casado, silvicultor; e Manuel da Rocha, viuvo, proprietario; e como segundo outhorgante Fernando Eduardo Pereira, casado, artista, morador n'esta cidade, onde residem tambem os primeiros outhorgantes; e todos de maioridade, sui juris, os proprios meus conhecidos e das

alludidas testemunhas de que dou fé; perante as quaes pelo segundo outorgante Fernando Eduardo Pereira foi dito que elle e os primeiros outorgantes constituíam a sociedade e empreza d'uma fabrica de vidros com séde n'esta comarca sob a denominação de - Fabrica de vidros Aveirense -, por escripturas publicas de dezenove de fevereiro e vinte de seis de maio do anno proximo passado; mas que não convindo a elle dito Fernando Eduardo Pereira continuar fazendo parte d'aquella sociedade e empreza, contratou com os demais outorgantes desligar-se d'ella, e effectivamente declara expressamente desligar-se da referida sociedade, ficando esta a cargo exclusivo dos dois primeiros outorgantes, e perdendo elle outorgante Fernando todo o direito que até agora tinha á dita sociedade e fabrica, e ainda á quantia de duzentos mil réis e qualquer outro importancia com que tenha entrado para a empreza, recebendo unicamente como indemnisação a quantia de cento e sessenta mil réis, em metal sonante. Seguidamente o outorgante Manuel da Rocha, como depositario da caixa da fabrica, apresentou a indicada somma de cento e sessenta mil réis, em bom dinheiro, que sendo entregue ao outorgante Fernando Eduardo Pereira, este a contou e em si a recebeu, declarando que d'esta quantia dava aos outros dois plena paga e geral quitação, obrigando-se a por tal respeito nada mais lhe pedirem, digo, lhes pedir, declarando mais que d'hoje em diante nada tem com a dita sociedade e empreza, as

quaes ficam pertencendo unicamente aos outorgantes Mesquita & Rocha, que nada lhe ficam devendo. Disseram [fl. 40v.] os dois primeiros outorgantes que aceitavam esta escriptura; e que desde hoje a firma commercial que girará na dita fabrica e seus negocios será a de - Me, digo, de - Rocha e Mesquita -, ficando a mesma fabrica a seu cargo, com todas as condições exaradas na primeira escriptura de dezenove de fevereiro de mil oitocentos oitenta e oito, a qual fica fazendo parte integrante d'esta. Assim o disseram, quizeram, outorgaram e acceitaram, apresentaram-me sellos de estampilha no valor de seiscentos réis para n'esta serem collados e inutilizados; e foram a tudo testemunhas presentes de mim reconhecidas de que dou fé. Antonio Thomaz da Maia Mendonça, solteiro, maior, medico-cirurgião, d'Aveiro e Manuel Gonçalves do Padre, casado, alfaiate, ambos d'Aveiro, que assignam com os outorgantes depois de lida esta por mim Antonio Augusto Duarte Silva Tabelião a subscrevo e assigno em publico e razo.

Manuel da Rocha / Egberto de Magalhães
Mesquita / Fernando Eduardo Pereira / Antonio
Thomaz da Maya Mendonça / Manuel Gonçalves
do Padre

(ADA, Aveiro, not. António Augusto Duarte Silva, liv. 1040-133, fls. 40-40v.).

O LIVRO DA FINTA DOS HOMENS DA NAÇÃO DA COMARCA DE ESGUEIRA, 1627 (Transcrição e notas)**

1. Enquadramento histórico local

A vila de Aveiro, em fins do século XV e por toda a centúria de 1500, goza de grande prosperidade. A sua população participa nos projectos ultramarinos e vive da pesca (sobretudo do bacalhau da Terra Nova), do sal e do comércio marítimo, para além da lavoura. A produção e comércio do sal acarretam o comércio de outros produtos: trigo, tecidos, ferro, etc. Vila portuária, rodeada de muralhas construídas entre 1418 e 1422, é talvez o maior aglomerado populacional de entre Douro e Tejo (com excepção de Lisboa), em meados do século XVI.

Em 27 de Maio de 1500, o rei D. Manuel, na pessoa de D. Jorge, filho bastardo de D. João II, institui em regime de morgado a Casa de Aveiro, de que consta a vila de Aveiro, as vilas de Montemor-o-Velho, Louçã, Penela, Torres Novas, além de outras terras, quase restituindo o antigo ducado de Coimbra que pertencera ao Infante D. Pedro. Porém, D. Jorge só toma posse efectiva da vila de Aveiro cerca de 20 anos depois, com a morte de D. Sancho de Noronha, anterior senhor da vila.

Em 1523 o rei D. João III cria a comarca de Aveiro, que poucos anos dura.

Após a morte de D. Jorge, em 1550, sucede-lhe na administração da Casa de Aveiro o seu filho primogénito D. João de Lencastre. A este, ainda em vida do pai, no princípio de 1547, o rei D. João III confere o título de duque de Aveiro, mas sem lhe passar carta. Passa-lha o rei D. Sebastião, em 20 de Abril de 1557, dando-lhe o ducado e a todos os seus herdeiros e descendentes da Casa de Aveiro.

A vila de Aveiro, embora cabeça de ducado, nunca é corte ducal. Os duques, ausentes nos paços de Setúbal, de Azeitão ou de Lisboa, possuem apenas o título e as rendas.

A comarca de Aveiro é extinta, por passar a ser terra senhorial, sendo feita a jurisdição dos duques nas suas terras, como donatários, pela ouvidoria de Montemor-o-Velho. As outras terras limítrofes de Aveiro, como Sá, Esgueira, Arada – terras da Coroa ou de donatários religiosos –, ficam sujeitas à provedoria de Coimbra.

Em 1580, as tropas do Prior do Crato saqueiam Aveiro e matam muitos dos seus habitantes, partidários do rei espanhol, Filipe II (I de Portugal). Este, talvez em agradecimento do apoio, eleva Aveiro à categoria de «vila notável», em 13 de Maio de 1581, tendo em conta a grandeza e riqueza da povoação, muralhada e enobrecida por muitos solares, igrejas e mosteiros.

Em 1587, no mesmo reinado, é criada nova comarca e provedoria, para cuja cabeça se escolhe a vila de Esgueira, a principal das terras do rei. Assim se separam da provedoria de

* Professora de História da Escola Secundária Nº 1, Aveiro.

** O presente trabalho é parte integrante de um estudo realizado no curso de formação – *Investigação e Estudo de História Local* –, promovido pelo Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho de Aveiro, no âmbito do Programa FOCO. Ao Dr. Manuel Barreira devo o apoio e a orientação na leitura, interpretação e transcrição dos documentos.

Coimbra as terras anexadas anos antes.

Criada a comarca da Esgueira, desde logo fica constituída por 31 vilas, entre as quais a de Aveiro, 10 concelhos e um couto.

A vila de Aveiro, já no século XVII, entra em decadência, sobretudo pelo reforço de um sector nobiliárquico-eclésiástico improdutivo e consumidor. Concentra-se a propriedade fundiária na nobreza e no clero, que se assenhoreiam de todos os lugares de governação. Não fomentam a produção, fazem despesas sumptuárias e exercem prepotências sobre os comerciantes, mareantes, pescadores e povo em geral. Isentos de impostos, impõem ao povo e à pouca burguesia sobrance pesadas e contínuas fintas.

Discute-se, como factor de decadência, o assoreamento da barra de acesso ao mar. De facto, torna-se difícil a navegação e as águas estagnadas criam doenças, destroem as salinas e invadem as povoações. Porém, o que é certo é que, pela barra, continuam a passar muitos navios estrangeiros. Decai, sim, a construção de barcos portugueses. Os meios de produção estão nas mãos da nobreza e do clero, que não investem. Os restantes habitantes, sem praticamente meios de produção, ainda têm de suportar pesadas cargas fiscais. Declinam os estaleiros, a pesca, o sal. Há um decréscimo populacional. A par desta recessão económica e demográfica, continuam a construir-se grandes casas nobres e a riqueza dos mosteiros torna-se cada vez maior.

É neste quadro que decorre a vida dos cristãos-novos da comarca da Esgueira, mercadores residentes todos eles na vila de Aveiro, a quem, no ano de 1627, é imposto por Filipe IV (III de Portugal) um empréstimo forçado para acudir às urgências do Estado.

2. Interpretação dos documentos

Os documentos reunidos sob o título *supra* tratam do processo de lançamento de um empréstimo forçado, mediante a compra de padrões de juro, pelos *homens da nação* (comerciantes) da comarca de Esgueira, para acudir às urgências do Reino, pela provisão de Filipe IV, de 18 de Fevereiro de 1627, esclarecida pela provisão de 6 de Março do mesmo ano.

O processo, em que o empréstimo forçado é considerado como um imposto (finta), compreende várias etapas que se passam a descrever.

2.1. Primeiras diligências (docs. 1-6)

A 25 de Fevereiro de 1627 é apresentada a provisão do rei ao provedor da comarca de Esgueira, Jorge de Andrade Correia, morador na vila de Aveiro. Mateus Fernandes de Oliveira é o escrivão da provedoria.

O Arcebispo Primaz de Lisboa, João Diogo da Silva, assina a provisão de Filipe IV, datada de 18 de Fevereiro de 1627. Nela o rei ordena ao provedor para, com três *homens da nação* da comarca de Esgueira, repartir pelos *homens da nação* da dita comarca 100 mil réis de juros, correspondentes a um empréstimo, a 16 por milhar e, posteriormente, entregar o dinheiro ao tesoureiro-mor da cidade de Lisboa. Justifica a necessidade da venda desses padrões de juro aos *homens da nação* para obter dinheiro para suprir a perda da armada de Março à Índia. Num papel anexo à provisão, e que parece cópia do que foi enviado aos *homens da nação* de Lisboa, o rei determina, como condições, a possibilidade de os proprietários desses padrões de juro trespassarem-nos e venderem-nos a terceiros, ficando anulada qualquer lei contrária a esse trespasso ou venda.

O provedor encarrega do lançamento, no prazo de três dias, dos ditos juros três comerciantes da comarca de Esgueira: Manuel Ribeiro, Francisco Nunes Viseu e Manuel Sedenho.

Estes protestam, por não haver dinheiro nem gente da nação suficientes para contribuir com tão grande quantia.

A 3 de Março do mesmo ano, comparecem perante o provedor os dois fintadores, Francisco Nunes Viseu e Manuel Sedenho, acompanhados pelo mercador residente na vila de Aveiro, Jorge Nunes. Os dois primeiros confirmam que Manuel Ribeiro é cristão-velho, pelo que convém que não seja fintador, dado o rei, na sua provisão, mandar que os fintadores fossem *homens da nação*. Por isso Jorge Nunes aparecia como o terceiro fintador. Entregam o rol de todos os fintados, indicando quanto cada um há-de pagar e, juntamente, renovam os protestos que já haviam feito.

É este o rol da finta, isto é, dos 1.600 mil réis que se hão-de pagar para a compra dos 100 mil réis de juros, a 16 o milheiro, a vender em partes pela gente da nação da vila de Aveiro, da comarca de Esgueira:

32 mil réis	a Simão e Lourenço Pereira, por seu caixeiro, Manuel Correia	512 mil réis
22 mil réis	a Luís Gomes.	352 mil réis
18 mil réis	aos bens confiscados da mulher e filhos de Paulo Gomes	288 mil réis
12 mil réis	a Francisco Dias Mendes	192 mil réis
5 mil réis	a Gaspar Rodrigues, viúvo	80 mil réis
4 mil réis	a Francisco Nunes Viseu	64 mil réis
2 mil réis	a Manuel Rodrigues Taneco	32 mil réis
2 mil réis	a Beatriz Gomes	32 mil réis
1 mil réis	a Jorge Nunes	16 mil réis
1 mil réis	a Manuel Sedenho	16 mil réis
1 mil réis	a Manuel de Mesquita	16 mil réis
100 mil réis		1.600 mil réis

Do mesmo modo que o rol da finta, faz-se o título da finta, isto é, do que se há-de pagar para a compra dos juros.

A 4 de Março de 1627, são notificados para pagarem a quantia em que foram fintadas as pessoas constantes do rol da finta ou, no seu impedimento, os seus representantes. Neste último caso são notificados:

- Manuel Correia, caixeiro de Simão e Lourenço Pereira (ausentes em Madrid), para entregar o dinheiro no prazo de dois dias.
- António Gomes, em nome de seu pai, Paulo Gomes (preso).
- Beatriz Mendes, mulher de Francisco Dias Mendes.
- Francisco Nunes e Fernão Pinto de Almeida, genros de Gaspar Rodrigues, viúvo que, segundo o escrivão, denotava perturbações mentais.

2.2. Entrega do dinheiro da finta (docs. 14-21)

A 8 de Março de 1627, comparece junto do provedor o licenciado Manuel de Almeida Sequeira, morador na vila de Aveiro, que se propõe entregar 400 quintais de ferro para pagamento dos 352 mil réis de finta que couberam a Simão e Lourenço Pereira, já que o provedor mandou arrestar as mercadorias (ferro e outras) da loja de Manuel Correia, caixeiro dos dois irmãos, ausentes em Madrid, mas residentes na vila de Aveiro onde têm trato e meneio.

A 9 de Março de 1627 o provedor, por parte do rei, encarrega António Privado de Albergaria de ser o depositário do dinheiro da finta cobrado à gente da nação da comarca de

Esgueira. São testemunhas Manuel Pereira, alcaide da vila de Aveiro, e o capitão Rafael de Figueiredo.

Nesse mesmo dia, Francisco Nunes Viseu entrega ao depositário não só os 64 mil réis que lhe eram fintados para 4 mil réis de juros, como os 80 mil réis que cabiam ao seu sogro, Gaspar Rodrigues.

A 10 de Março do mesmo ano, Manuel Roiz e Manuel Sedenho entregam ao depositário, respectivamente, 32 mil réis e 16 mil réis que lhes competiam da finta.

A 18 de Março, Luís Gomes entrega ao depositário 250 mil réis à conta do que lhe pertencia da finta (352 mil réis).

Nesse mesmo dia faz-se termo do depósito de 442 mil réis (soma das verbas entregues pelos cinco fintados anteriores). Porém, por provisão de 6 de Março de 1627, que só chega a 17 de Março, o rei manda que se faça nova finta, reduzindo-se os quatro mil cruzados (equivalentes a 1.600 mil réis) a apenas 100 mil réis a cobrar à gente da nação da comarca de Esgueira. Houve confusão entre o valor dos juros e o valor da cobrança. Os 100 mil réis são o valor total da cobrança e não o valor dos juros. Da nova finta são retirados a mulher e filhos de Paulo Gomes, preso nos cárceres, cujos bens não estão confiscados mas sequestrados, pelo que os 18 mil réis que agora lhe caberiam passam a ser suportados proporcionalmente pelos restantes fintados. Assim a nova finta de 100 mil réis, que, a 16 por milhar, dá o juro de 6.250 réis, reparte-se do seguinte modo:

a Simão e Loureço Pereira, por seu caixeiro Manuel Pereira	9.024 réis
a Luís Gomes	26.829 réis
a Beatriz Mendes, mulher de Francisco Dias Mendes	14.638 réis
a Gaspar Rodrigues	6.096 réis
a Francisco Nunes Viseu	4.878 réis
a Manuel Rodrigues Taneco	2.439 réis
a Beatriz Gomes	2.439 réis
a Jorge Nunes	1.219 réis
a Manuel Sedenho	1.219 réis
a Manuel Mesquita	1.219 réis
Total	100.000 réis

3. Provisão real de esclarecimento (doc. 9)

Filipe IV (III de Portugal), em provisão escrita em Lisboa, a 6 de Março de 1627, e assinada pelo Arcebispo Primaz, João Diogo da Silva, esclarece a sua provisão anterior de 18 de Fevereiro do mesmo ano, que parece ter sido mal interpretada por «outros corregedores». De facto, a quantia de 100 mil réis declarada na primeira provisão não é de juro a receber pela gente da nação da comarca de Esgueira mas sim a que deve ser lançada e cobrada, a 16 por milhar.

Ordena, também, que o dinheiro seja entregue em Lisboa até ao dia 20 do corrente mês de Março.

4. Título da nova finta (doc. 8)

Os 100 mil réis da nova finta, divididos em dez partes pela «gente da nação» da comarca de Esgueira, tal como se faz a 18 de Março (doc. 21), são cobrados pelos três fintadores, Francisco Nunes Viseu, Manuel Sedenho e Jorge Nunes.

5. Entrega do dinheiro da nova finta (docs. 22-27)

A 19 de Março de 1627 os cinco fintados – Francisco Nunes Viseu, em seu nome e do seu sogro Gaspar Rodrigues, Manuel Rodrigues Taneco, Manuel Sedanho e Luís Gomes – comparecem junto do provedor para receberem do depositário, António Privado de Albergaria, o dinheiro entregue na primeira finta (no total de 442 mil réis) diminuído da importância da segunda finta (no total de 41.461 réis). Conforme esclarecimento da provisão do rei de 6 de Março de 1627, os quatro mil cruzados (equivalentes a 1.600.000 réis) da primeira finta tinham sido reduzidos para 100.000 réis. Assim, Francisco Nunes Viseu recebe de volta 59.122 réis, dos 64.000 réis que havia pago na primeira finta e desconta 4.878 réis da nova finta. O mesmo, em nome do seu sogro Gaspar Rodrigues, recebe 73.904 réis, dos 80.000 réis que havia pago da primeira finta, deixando 6.096 réis.

Manuel Rodrigues Taneco recebe 29.561 réis, dos 32.000 réis depositados na primeira finta, e deixa 2.439 réis.

Manuel Sedanho recebe 14.781 réis, dos 16.000 réis depositados na primeira finta, e deixa 1.219 réis para a segunda.

Finalmente Luís Gomes recebe de volta 223.781 réis, dos 250.000 réis entregues à conta da primeira finta, e desconta 26.829 réis para a nova finta.

No mesmo dia Beatriz Mendes, mulher de Francisco Dias Mendes, entrega ao depositário António Privado a quantia de 14.638 réis da nova finta.

A 21 de Março Manuel Correia, caixeiro de Simão e Lourenço Pereira, entrega 39.024 réis; Beatriz Gomes entrega 2.439 réis; Manuel de Mesquita entrega 1.219 réis; e Jorge Nunes também 1.219 réis, todos para satisfazerem as suas obrigações da nova finta.

6. Diligências para se entregar o dinheiro da finta em Lisboa (docs. 10-13)

A 22 de Março de 1627, a maioria dos fintados, ou os seus representantes, elegem Francisco Gonçalves, o Ruivo, caminheiro e morador na vila de Aveiro, para ser o portador do dinheiro a Lisboa, para ser entregue ao tesoureiro-mor.

É necessário, segundo a provisão, que uma testemunha representativa dos fintados esteja presente à entrega do dinheiro ao tesoureiro e dele receba a certidão da entrega. Por isso, a 23 de Março, a maioria dos fintados reúne-se de novo para nomeação do seu representante. Escolhem a Leonardo Vaz Figueira, morador na cidade de Lisboa.

Nesse mesmo dia o depositário António Privado de Albergaria entrega os 100.000 réis da finta ao caminheiro Francisco Gonçalves para os ir levar a Lisboa. Testemunham este acto o Licenciado Manuel Soares de Albergaria, nobre da vila de Aveiro, e António Leborinho, escrivão e morador em Verdemilho.

No mesmo dia o provedor desobriga o depositário da responsabilidade dos cem mil réis da finta.

7. Comentários finais

1. Os documentos da livro da finta não estão coligidos pela ordem cronológica dos acontecimentos. Por essa razão, também, não estão numerados. Torna-se necessário, pois, estabelecer etapas para a compreensão do processo.
2. Filipe IV (III de Portugal) na sua provisão de 18 de Fevereiro de 1627, ao justificar a necessidade do empréstimo, não especifica o ano em que houve «perda da armada de Março à Índia». Não é possível determinar qual a armada a que se refere o rei.
3. Os juros reais, isto é, os padrões de juro postos à venda pelo rei são considerados neste

processo, de facto, como um imposto (finta) e não como um bem patrimonial (títulos) a adquirir livremente, na medida em que a sua compra é forçada.

4. O rei dá a possibilidade ao possuidor dos padrões de juro de trepassá-los e vendê-los, ficando anulada qualquer lei que já existisse contrária a essa venda.
5. A discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos é manifesta na provisão régia, dirigida apenas aos *homens da nação*. Note-se que um comerciante, Manuel Ribeiro, primeiramente nomeado fintador, se recusa a sê-lo, por ser cristão-velho.
6. O rol da finta, elaborada pelos próprios cristãos-novos, permite perpetuar a identificação dos cristãos-novos existentes na comarca, apesar de terem abandonado os seus nomes de origem judaica.
7. As expressões *homens da nação*, *gentes da nação*, *homens de negócio*, existentes nos documentos, são sinónimo de cristãos-novos.
8. Os *homens da nação* da comarca de Esgueira são comerciantes moradores na vila de Aveiro.
9. O provedor da comarca de Esgueira mora na vila de Aveiro e não na sede da comarca, a vila de Esgueira.
10. A prepotência do sector terciário nobiliárquico-eclesiástico, através da pessoa do provedor, salienta-se no episódio dos dois irmãos Pereira, os mais ricos cristãos novos da comarca. Apesar de ausentes em Madrid, o seu caixeiro é notificado para, no curto prazo de dois dias, entregar o dinheiro da finta. Como não cumpre o prazo dado, é-lhe feito arresto às mercadorias de sua loja. Quatro dias depois apresenta-se um licenciado a propôr a entrega de mercadoria em ferro para pagamento da finta que coubera aos dois irmãos.
11. O rei envia nova provisão (de 6 de Março de 1627) a esclarecer a primeira (de 18 de Fevereiro do mesmo ano), que parece ter sido mal interpretada também por «outros corregedores».
12. Os cem mil réis de juros referidos na primeira provisão são, de facto, os juros reais (padrões de juro) a serem comprados pela *gente da nação* e não o juro a receber pela sua posse.
13. O provedor vê-se forçado a mandar restituir o dinheiro já fintado a cinco *homens da nação* e a cobrar nova finta.
14. A família do comerciante preso, com os bens confiscados, notificada para pagar a primeira finta, já não é arrolada na nova finta, porque, afinal, os seus bens não estão confiscados mas sim sequestrados.
15. A parte que caberia na nova finta à família do comerciante preso é suportada proporcionalmente pelos restantes *homens da nação*.
16. A finta finalmente cobrada – 100 mil réis – é, de facto, 16 vezes menor do que a que inicialmente o provedor mandou cobrar (1.600.000 réis, equivalentes a quatro mil cruzados).
17. Os padrões de juro são comprados a 16 mil réis por mil, ao juro, portanto, de 6,25% (16 por milhar), pelo que os 100 mil réis de padrões de juro rendem aos compradores um total de 6.250 réis por ano.
18. Não é respeitada a data de 20 de Março de 1627, determinada pelo rei na sua segunda provisão, para a entrega do dinheiro da finta em Lisboa ao tesoureiro-mor. Só a 23 de Março o dinheiro é confiado, em Aveiro, ao caminheiro encarregado de o levar a Lisboa. Note-se que só a 17 de Março chega a Aveiro o correio com a segunda provisão régia.

19. Não se sabe se, efectivamente, o dinheiro é entregue em Lisboa. Falta a certidão do tesoureiro-mor a comprovar a entrega.

8. Síntese dos documentos

Doc.	Fls.	Data	SUMÁRIO
0		186?	Capa do processo do empréstimo forçado (tratado como finta).
1	1-1v.	1627.02.25	Finta dos <i>homens da nação</i> . Apresentação duma provisão do rei.
2	2-4v.	1627.02.18	Provisão do rei.
3	5-5v.	1627.?.?	Comparência de três <i>homens da nação</i> encarregados de serem fintadores.
4	5v.-6v.	1627.03.03	Comparência de dois fintadores e substituição de outro. Entrega do rol da finta.
5	6v.-7v.	1627.03.03	Rol da finta.
6	8	1627.03.03	Título da finta
7	8-9	1627.03.04	Notificação das pessoas do rol da finta.
8	10	1627.03.18	Título da nova finta.
9	11-12v.	1627.03.06	Provisão do rei de esclarecimento e ordem de entrega do dinheiro em Lisboa até 20 de Março.
10	13	1627.03.22	Eleição do caminheiro para ir a Lisboa levar o dinheiro.
11	14	1627.03.23	Nomeação do representante para estar presente em Lisboa à entrega do dinheiro e cobrar certidão do Tesoureiro-mor.
12	14-15	1627.03.23	Entrega do dinheiro ao caminheiro pelo depositário.
13	15-15v.	1627.03.23	Desobriga do dinheiro pelo depositário.
14	16	1627.03.08	Obrigaçãõ de pagamento da finta.
15	17-17v.	1627.03.09	Termo de depósito da finta.
16	17v.-18	1627.03.09	Entrega do dinheiro da finta.
17	18	1627.03.09	Entrega do dinheiro da finta.
18	18v.	1627.03.10	Entrega do dinheiro da finta.
19	18v.	1627.03.10	Entrega do dinheiro da finta.
20	19	1627.03.18	Entrega do dinheiro da finta.
21	19-21	1627.03.18	Termo de depósito da finta de cinco <i>homens da nação</i> . Lançamento da nova finta, com excepção de um homem preso e repartição da quantia que lhe cabia pelos restantes fintados.
22	21v.-22v.	1627.03.19	Retoma, por parte dos cinco fintados, do dinheiro que tinham entregue ao depositário, descontada a nova finta.
23	23	1627.03.19	Entrega do dinheiro da nova finta.
24	23	1627.03.21	Entrega do dinheiro da nova finta.
25	23v.	1627.03.21	Entrega do dinheiro da nova finta.
26	23v.	1627.03.21	Entrega do dinheiro da nova finta.
27	23v.	1627.03.21	Entrega do dinheiro da nova finta.

9. Leitura dos documentos

Finta dos Homens de Nação da Comarca de Esgueira, 1627

[As folhas dos documentos não estão numeradas. A numeração seguida é, pois, a da ordenação segundo os critérios de catalogação adoptados, em meados do século XIX, pelo secretário da Câmara Municipal de Aveiro. Na capa desse conjunto de 25 folhas, o referido funcionário escreveu]:

1627.

Processo para a repartição entre os homens / de nação (comerciantes) da Comarca de / Esgueira da quantia de -\$- rs, im- / portancia do emprestimo forçado, exigido para acu- / dir às urgencias do Estado pela Provisão de 18 de / Fever.º de 1627.

[Documento nº 1]

[fl. 1] finta dos homens da nasam / Apresentasam de hua prouisam de sua magestade. Anno do nascimento de nosso / Senhor ihesus Cristo de mille seis / semtos e uinte e sete annos aos / uinte e sinquo dias do mes de / feueireiro do dito anno nesta / uilla de aueiro e pousadas de / Jorge de Amdrada Correa / prouedor e contador da fazenda / de sua magestade em esta Comarca / da uilla de esgueira ahi por elle / prouedor foi mandado a mim / escrivam autuase a prouisam / de sua magestade que he a que / se segue a quall foi apresentada [fl. 1v.] a elle prouedor hoje matheus / fernandes de oliueira o escreveu.

[Documento nº 2]

[fl. 2] Prouedor da Comarca de Esgueira Eu ERej vos enuyo muito saudar. Tem o / Estado da india e cousas publicas desta Coroa tanta mais necessida / de de socorro e remedio prompto quanto foi major o dano quanto tem resulta / do da perda da armada de marso a india, E por Eu não querer nesta oca / sião posto que tão apertada carregar meus vassalos com nouas comtribui / çois, houue por bem de faser a despesa conveniente por conta de minha / fazenda vendendose sobre ella tanta quantia de juro por desasseis o mi / lhar quanta faltasse para se prouer o que fosse necessaryo. E porque emtre os / homens da nação dessa comarca se hão de Repartir Cem mil réis de / Juro para os comprarem E hauerem com as comdições declaradas no / papel Incluso com que nesta cidade se aceitou a quantia delle que aquy se Repartio / mandouos que tanto que esta Receberdes: desocupamdos de qualquer outro / negocio por graue que seja, tomeis tres homens da dita nação, moradores nessa dita / villa e sua Comarca e dos mais inteligentes acreditados e prati / cos della E com toda a breuidade se faça ahi com elles Repartição do di / to juro emtre os homens da nação da dita villa e dos mais lugares / E seu termo, separada e distintamente com muita claresa e do que ca / da hum ha de pagar pello que lhe foi Repartido para logo e com effeito / pagarem as comtias que lhes couberem sem dilação ou esensão al / guma e feita esta Repartição por uos com os ditos homens e co / branças dos pagamentos polos meios que forem mais eficases / e conuenientes fareis trazer todo o dinheiro procedido da dita / Repartição e pagamentos com toda a breuidade e segurança ha / conta dos compradores por parte confidente que de seu contenta / mento elegereis para se entregar nesta cidade ao Thsoureiro mor E com / seu conhecimento em forma e papeis necessaryos se fazerem / os padrões de juro e do que rectamente se fizer me dareis comta / sendo certo que do bom procedimento que nella tuerdes me hauerej / por bem seruido Escrita em Lisboa a 18 de Fevereiro de 1627.

Arcebispo Primaz / Joam Diogo da Silva

para provedor de Esgueira [fl. 3] Porquanto o emprestimo que os homens de negocios desta cidade

de [...] ¹ / fazem a sua Magestade na vez atraz presente do aprestamento das naos / se ha de pagar Em juro de dezasseis o milhar confor / me o Conselho da fazenda que os officiais do assentamento façam / os padrões as pessoas que presentarem Conhecimentos / em forma das entregas que Cada hum fizer ao Thesoureiro / mor a Cada hum em parte ou a mais Como / quizerem E poderão trespassar E Vender os / ditos juro E os Conhecimentos que lhes fizerem / das ditas Entregas as pessoas que lhes parecer / sem embargo de qualquer Ley que haja Em / Contrario para que se não Vender os ditos / juro porque para este Efeito se ha por derro / gada. Estes juro serão situados / nas partes onde houuer sobejos para serem / bem pagos. Em lisboa a 18 de feureiro de 627 [?]

[fl. 4v.]POR ELREY / Ao Prouedor da Comarca de Esgueira / ou a quem seu Cargo servir

[Documento nº 3]

[fl 5] E logo na Comformidade da dita / prouisam atraz e papell a ella iunto / mandou o prouedor vir peramte sy / a manoell Ribeiro e a francisquo / nunes viseu e a manoell sedenho / todos moradores nesta villa e pessoas / imclluidas na dita prouisam aos quoaís / lemdolhe a dita prouisam e papell / iunto encarregou que bem e uer / dadeiramente fisessem o lamsa / mento dos sem mill Reis de / juro comtheudos na dita prouisam / pellas pessoas da nasam e negoseo / desta villa de aueiro e sua comarca / os quoaís todos tres representado / muitas deficuldades para se / hauer de pagar digo tirar / nesta villa e sua Comarca / tamto dinheiro digo desta / villa e Comarca de esgueira tanto / dinheiro por nam hauer nella gente / de nasam bastamte pera com / tribuir Com elle prometeram / faser assim Com protesto de / requererem a sua magestade / sobre a materia e o prome [fl. 5v.] terem e assinaram encarregandolhe / o dito prouedor com pena de se proseder / comtra elles como paresesse iustica dessem / o dito lansamento feito em termo / de tres dias persisos e perante ² / o que outrossim prometeram faser / E o assinaram matheus fernandes / de oliueira o escreui digo com elle / prouedor o sobredito escreui.

Andrada / Manoel Ribeiro / Francisco nunes viseu / Manoel Sedenho

[Documento nº 4]

Aos tres dias do mes de março de mill / sseissentos e uinte e sete annos / nesta villa de aueiro e pousadas / de Jorge de Andrada Correa pro / uedor desta Comarca de esgueira pa / reseram francisquo nunes viseu / e manoell sedenho fintadores / do dinheiro da prouisam atraz / e com elles jorge nunes mercador / e morador em esta villa de aueiro [fl. 6] a quem elle prouedor mandou notefiquar / viesse as ditas suas pousadas com os / ditos dous fintadores por hauerem dis / cordado em algumas verbas e par / tidas com manoell Ribeiro que com / elles foi eleito pera fazerem a dita / finta na forma da provisam e porque / tambem o dito manoell Ribeiro / Recusou a principio ser fintador / disemdo que era christam uelho e os / ditos fintadores francisquo nunes / e manoell Sedenho ouvimdo o disseram / que pois era christam uelho nam / comuinha que fosse fintador pois / sua magestade mandaua que fossem homens / da nasam. E de como nesta comformidade / o dito prouedor mandou notefiquar / ao dito iorge nunes dou fee eu escriuão / e que o dilatar se não se fazer o dito / lansamento e finta logo no mesmo / dia que a prouisam se apresentou ao / dito prouedor e mandou chamar aos / ditos fintadores foi por elles pedirem / tempo pera saber a gente de nasam / hauia pella Comarca e damdo se lhe disseram que diligensia nam / acharam gente de nasam que / na Comarca houuesse de contribuir [fl. 6v.] E deram o rol que se segue Com os / protestos que ia tinham feito e de / nouo iurou o dito iorge nunes pello / iuramento que lhe foi dado que bem / e

¹ Folha rasgada. Deve referir-se a Lisboa.

² Leitura difficil.

uerdadeiramente faria o dito / lansamento. matheus fernandes / de oliueira o escreui e declaro que de nouo assinaram todos com / o prouedor o sobredito o escreui
Andrade Francisco Nunes Viseu / Jorge Nunes / Manuel Sedenho

[Documento nº 5]

Rol do que se ha de pagar pera / a compra dos sem mill Réis de / iuro que sua magestade manda que / se uenda em partes pella gente / da nasam e negoseo nessa uilla de / aueiro e Comarca de esgueira a / desasseis o milheiro.

[na margem] iuro

uilla de aueiro

32.000	A simão e lourenso pereira / por o seu Caixeiro manoell [fl. 7]Correia quinhentos e doze mill reis	512.000
18.000	aos bens confisquados da mo / lher e filhos de pallo gomes / dosemtos e outemta e outo / mill reis	288.000
22.000	a Luís gomes. tresentos e sim / quoenta e dous mill reis	352.000
12.000	a francisco mendes semto / e nouenta e dous mill reis	192.000
4.000	a francisquo nunes uiseu / sessemta e quatro mill reis	64.000
5.000	a gaspar Roiz outemta mill / reis	80.000
1.000	a iorge nunes desasseis / mill reis	16.000
2.000	a manoell Roiz tanequo / trinta e dous mill reis	32.000
1.000	a manoell sedenho de / sasseis mil reis	16.000
[fl.7v] 2.000	Brites gomes ueuua / trinta e dous mill reis	32.000
100.000	manoell de misquita / desasseis mill reis	16.000
		1600.000

Andrade / Jorge Nunes / Francisco Nunes Viseu / Manuel Sedenho

[Documento nº 6]

[fl. 8] Titulo do que ha de pagar a gente da nasão da uilla de aueiro para a compra / do Juro que sua magestade manda fazer /

32.000	A Simão e lorenzo pereira o seu Caixeiro manoel Correia	512.000
18.000	Aos bens confisquados da molher e filhos / de pallo gomes	288.000
22.000	A luis gomes	352.000
12.000	A francisco dias mendes	192.000
4.000	A francisquo nunes [sessemta e] quatro mil reis ...	64.000
5.000	A gaspar Roiz cinco [sic] mil reis	80.000
1.000	A Jorge nunes desasseis mill reis	16.000
2.000	A manoel Roiz tanequo trinta e dous	32.000
1.000	A manoel sedenho [desasseis] mil reis	16.000
1.000	A manoel de mesquita dezasseis mil reis	16.000
2.000	A biratis [sic] gomes ueuua trinta e dois mil reis	32.000
100.000		1600.000

Jorge Nunes / Fr^{co} Nunes Viseu / Manuel Sedenho

[Documento nº 7]

Aos quatro dias do mes de março de mill / e seissentos e uimte e sete annos nesta / uilla de aueiro e

pousadas de jorge / de Andrada Correia provedor e Contador / da fazenda de sua magestade em / esta Comarca da uilla de esgueira / ahi por o dito preuedor foi mandado [fl. 8v.] a mim escriuam notefiquasse as / pessoas contheadas neste roll / atras a qual diligensia eu es / criuam fiz logo nesse dia a saber / notifiquei em sua pessoa a manoell / Correia que dentro em dous dias pri / meiros seguintes entregue o di / nheiro que esta fintado no Rol / atras a simam e lourenso pereira / para se dar a execusam a prouisam / atras de sua magestade E o mesmo em / sua pessoa notifiquei a luis gomes / pello [sic] sua adisam contheada neste / Rol E outro sij em sua pessoa note / fique a antonio Roiz por sij e em nome / de sua mai molher de paulo gomes / seu pai E outro sij notifiquei em / sua pessoa a brites mendes molher / de francisquo dias mendes E outro / sij a francisquo nunes uiseu / E outro notifiquei a dito francisquo nunes / E a fernam pinto dalmeida / E em nome de seu sogro gaspar / rodrigues ueuuu porquanto indo / a sua casa E entrei na Camara / omde o dito gaspar rodrigues / estava E notefiquando o nam / me respomde a preposito nem / lhe emtemdi o que elle me dizia [fl. 9] e contudo em suas pessoas notifiquei a seu sogro³ / francisquo nunes e fernam pinto E outro sij / em sua pessoa notifiquei a iorge nunes / E a manoell Roiz tanequo E a manoell sedenho / E a brites gomes ueuuu E a manoell / de misquita E a todos os sobreditos pello / que lhe tocava a cada hum no Rol / atras o que notifiquei como fica dito / E me assino Em aueiro quatro março de seissemto e uinte e sete annos /
Matheus Fernandes de Oliveira

[Documento nº 8]

[fl. 10] titulo daquilo que se fintou a gente da nação desta uilla que são Sen mil réis que sua magestade mandou se fintassem para se lhe comprarem de Juro feyto em 18 de março de mil e seiscentos e uinte e sette

A simão e lorenzo pereira ao seu caixejro manuel Correia lhe cabe / por finta que se lhe finctou trinta e noue mil / e uinte e quatro reis	39.024
A luis gomes lhe cabe uinte e seis mil e oitocentos e uinte e noue	26.829
A biratis mendes molher de francisco dias mendes lhe ca / be quatrose mil e seiscentos e trinta e oito reis	14.638
A francisco nunes lhe cabe quatro mil e oitocentos e setenta e oito reis	4.878
A gaspar Roiz lhe cabe seis mil e nouenta e seis reis	6.096
A manoel Roiz tanequo dois mil e quatrocentos e trinta e noue	2.439
A briatis gomes dois mil e quatrocentos e trinta e noue	2.439
A manoel sedenho mil e duzentos e dezanoue reis	1.219
A manoel de mesquita mil e duzentos e dezanoue	1.219
A Jorge nunes mil e duzentos e dezanoue	1.219
	<hr/> 100.000

Andrada Fr^{co} / Nunes Viseu / Jorge Nunes / Manuel Sedenho

[Documento nº 9]

[fl. 11] Provedor da Comarca de Esgueira: Eu ElRey uos envio muito saudar / Porque poderia acontecer pareceruos como tem parecido aos ou / tros corregedores que a quantia que se comtem na ordem que se / uos enuiu para fazerdes lançamento nessa Comarca pela gen / te da nação hauia de ser juro me pareço dizeruos que isto não / ha de ser assij se não que a quantia declarada na dita ordem / he a que haueis de lançar E cobrar da dita gente E que / esta he a que se ha de satisfazer em

³ Leitura difícil.

juro de dezasseis o milhar / Em esta conformidade proçedereis E com a breuidade que de / nouo uos emcarrego para que este dinheiro esteja nesta / cidade ate uinte do prezente: escrita em Lisboa a 6 de março / de 1627 /

Arcebispo Primas / Joam Diogo da Silva

[fl.12v.] POR ELRey / Ao Prouedor da comarca d'esgueira / ou quem seu cargo servir

[Documento nº 10]

[fl. 13] Pera Leuar A Lisboa os çem mil reis [que]⁴ / o senhor o Jorge Correia de andrada [sic] prouedor Mandou / fintar nesta uilla por ordem de Sua Magestade. / Nos os abaixo Assinados Elegemos a francisco / Gonçalves o Ruibo Caminheiro e morador Nesta uilla de Aveiro / Na Rua do Caneiro. Aveiro a 22 de Março 1627 annos /

Manoel Correa / Luis Gomes / Antº dias da Silva / Por seu Pai Francisco dias mendes / Jorge Nunes / Manoel Sedenho / Manuel Roiz / Francisco Nunes Viseu / assino por meu irmão por trazer a paga / Manuel de mesquita

[Documento nº 11]

[fl. 14] Nós os abaixo assinados Nomeamos A Leonar / do uáz figueira morador na Cidade de lisboa para que / em nosso Nome Esteia presente a entregua dos / Çem mil reis que Leva francisco gonçalves da finta que o senhor / Prouedor Jorge de Andrada Correia Mandou / fazer nesta uilla. E Juntamente Pera / que Cobre sertidão o tizourejro da Cidade de / lisboa a quem o dito senhor Prouedor manda / entregar este dinheiro. Aveiro a 23 de Março 1627 /

Manoel Correia / Luis Gomes / Manuel de Mesquita / António Dias da Silva por seu Pai Francisco Dias Mendes / Jorge Nunes / Francisco Nunes Viseu / Manoel Sedenho /

[Documento nº 12]

Aos uinte e tres dias do mes de / março de mill e seissentos / e uinte e sete annos nesta [fl. 14v.] uilla de aveiro e nas pousadas de / jorge de Amdrada Correia pro / uedor e Contador da fasenda de / sua magestade em esta comarca / da uilla de esgueira ahi por elle / prouedor foi mandado a antonio priuado / daluergaria depositario / dos sem mill contheudos nesta finta / o qual logo trouxe a este iuizo / e se entregou nelle a francisquo / gonçalves o Ruivo Caminheiro / desta uilla que os fintados nos ditos sem mill / Reis elegeram e aprouaram / na forma do escrito atras e prouisam / de sua magestade que anda nestes / autos pera os entregar ao the / soureiro mor deste reino pera que / leua carta despois de ter ordem / pera isso dos senhores gouernadores / pera quem outro sij leua carta / que se ha de dar primeiro que ao dito / thesoureiro E pera leuar com / sigo a pessoa a que uai ordem dos / ditos fintados pera se lhe dar / conhecimento em forma pera / os padroins do iuro que se lhes [fl. 15] ha de faser. E Como Recebeo os ditos sem / mill Reis e se obrigou a dar satisfasam / delles per ser idoneo assim do gouerno / como do thesoureiro mor como da / pessoa a quem uai remetida a dita ordem / pera cobrar conhecimento o que obrigou sua / pessoa e bens e o assinou com o dito prouedor / sendo testemunhas o Licenciado manuell / Soares de aluergaria desta uilla / de aveiro E antonio leborinho escrivão / e morador em Verdemilho matheus fernan / des de oliueira escrivam da pro / uedoria o escreui dis o enmendado / na primeira regra assima o Recebeo. / o sobredito o escreuiij Andrada / Antonio Leborinho / de Francisco Gonçalves o ruiuo / Manuel Soares dAlbergaria

[Documento nº 13]

E logo no dito dia mes e anno / atras nesta uilla de aveiro e nas / pousadas de jorge de andrada /

4 Folha rasgada.

Correia prouedor desta Comarca de esgueira ahi perante elle digo / por o dito prouedor houue por desobrigado [fl. 15v.] a antonio priuado daluergaria / dos sem mill reis atras declarados / pollos entregar como dito he neste / juiso E o deu por quite e liure delles / de oie pera todo o sempre ao dito Antonio priuado / daluergaria E a seus herdeiros E assi / nou o dito prouedor. matheus fer / nandes de oliueira o escreuij
Andrada

[Documento nº 14]

[fl. 16] Aos outo dias do mes de março de / mill e seissetos e uinte e sete annos / nesta uilla de aueiro e pousadas de Jorge / de Andrada Correia ahi / pareseo o lesemseado manoell dal / meida morador em esta uilla de aueiro / e disse que a sua notisia uiera *que* elle / prouedor mandaua sobarrestar as / mercadorias que se achassem na logea / de manoell Correia assim de ferro como / de outras mercadorias como caixeiro / de siman e lourenso pereira estantes / em madrid e residentes que nesta / uilla tem trato e meneo porque lhe / foi lansado na finta do iuro da / gente da nasam na forma da prouisam / atras quinhentos e dose mill Reis por / que o dito lesemseado manoell de almeida sequeira obrigar como de feito / obrigaua por sua pessoa e bens moueis / e Raiz hauidos e por hauer a entregar / neste iuiso todas as ueses que lhe / fosse mandado por elle prouedor / quatrosemto quintais de ferro / para pagamento dos ditos quinhentos / e dose mill Reis E por assim se / obrigar como dito he se assinou com / o dito prouedor matheus Fernandes doliueira o escreuij /
Andrada / Manuel dAlmeida

[Documento nº 15]

[fl. 17] termo de deposito / Anno do nascimento de nosso senhor Ihesus / Christo de mill seissetos e uinte / e sete annos aos noue dias do mes de março / do dito anno nesta uilla de aueiro e / nas pousadas de jorge de Andrada / Correia prouedor e contador da fazenda / de sua magestade em esta comarca / da uilla de esgueira ahi por elle prouedor / foi mandado uir diante sij a antonio / priuado daluergaria e semdo pre / sente lhe encarregou da parte de sua magestade / tuesse em seu poder seguro e a bom Recado / todo o dinheiro que se for cobramdo / da finta e lamsamento *que* se uai fazendo / pera o juro que sua magestade manda pagar / a gentes da nasam desta uilla e sua Co / marca pera que estamdo em seu poder / seguro e a bom Recado se dar a pro / uisam do dito *senhor* a sua divida excusam / o quall antonio priuado daluergaria / prometeo faser e se obrigou a entregar / todas as veses que por o dito prouedor [fl. 17v.] lhe for mandado como dinheiro de deposito / e fazenda de sua magestade obri / gando a isso sua pessoa e bens hauidos / e por hauer tudo por seruir ao dito *senhor* / semdo por outra uia exemto de ser depo / sitario e de como se obrigou assinou / semdo testemunhas manoell / pereira alcaide desta uilla e o capitão Rafael / de figueiredo e assinou o dito prouedor / matheus fernandes de oliueira / escriuam da prouedoria o fis e escreuij /
Andrada / Antonio Privado de Albergaria / Rafael de Figueiredo / Manuel Pereira

[Documento nº 16]

[na margem] fr^{co} nunes

E logo no dito dia entregou francisco / nunes uiseu sessemta e quatro mill / Reis que lhe foram fintados pera / quatro mil Reis de iuro *que* lhe / coube na dita finta E de como os / Resebeo o dito antonio priuado / de aluergaria assinou. matheus [fl. 18] matheus [*sic*] fernandes de oliueira o / escreuij /
Privado.

[Documento nº 17]

[na margem] gaspar Roiz

E logo no mesmo dia entregou o dito / francisquo nunes uiseu ao dito antonio / priuado daluergaria outenta / mill reis que tantos lhe foi man / dado entregar pella uerba / de seu sogro gaspar Roiz a quem / couberam da dita finta. os quoaís / disse ao entregar. os daua por / Remir sua auexasam com protesto / de lhe serem leuados em Conta per / o dito seu sogro e herdeiros e de / como os Resebeo o dito antonio / priuado daluergaria o assinou / matheus fernandes de oliueira / o escreveu / Privado

[Documento nº 18]

[fl. 18v.] [na margem] M^{ell} Roiz

E nos des dias do mes de março do dito / anno entregou manoell Roiz a / antonio priuado daluergaria / trinta e dous mill reis que tantos / lhe foi mandado entregar pella / finta que foi feita ao dito manoell / Roiz do iuro que lhe coube na dita / finta e de como o Recebeo o dito / antonio priuado daluergaria / os ditos trinta e dous mill Reis / assinou matheus fernandes de oliueira / o escreveu / Privado

[Documento nº 19]

[na margem] M^{ell} Sedenho

E logo no dito dia mes e anno atras / entregou manoell sedenho desasseis / mil Reis que lhe foram fintados / nesta finta a antonio priuado / daluergaria do iuro que lhe coube / na dita finta e de como Recebeo / o dito antonio priuado daluergaria / os ditos desasseis mil Reis assinou / matheus fernandes de oliueira / o escreveu / Privado

[Documento nº 20]

[fl. 19] Aos desouto dias do mes de / março de mill e seissentos / e uinte e sete annos entregou / luis gomes a comta do que lhe foi / fintado atras = dusemtos / e sincoenta mill Reis que / Recebeo antonio priuado de al / uergaria e de como os Recebeo / assinou aqui matheus fernandes de oliueira o escreveu / Privado

[Documento nº 21]

[na margem] a 17 veio o correio

Aos desouto dias do mes de / março de mill e seissentos e uinte e sete / annos nesta uilla de aueiro e nas pousadas / de jorge de Andrada / correia prouedor desta comarca / de esgueira logo per o dito prouedor / foi mandado a mim escrivam faser / este termo em como sem embargo / de estar feito lamsamento da finta / do iuro que sua magestade mandou / lamsar na gente da nasam [fl. 19v.] dessa comarca de esgueira na com / formidade da prouisam atras do / dito senhor Carregando se lhes quatro mill / Crusados pera se lhes pagar em iuro / E cobrar la em Resam disso a comtia / atras de quatrocentos e corenta / e dous mill Reis como consta das uerbas / della das pessoas nellas decllaradas / e posta em caixa na man de antonio / priuado daluergaria deferimdo lhe / sua magestade algumas Resonis que / deu em fauor do bem comum desse / pouo mandou por prouisam sua que / a dita comtia se entendesse somente / em sem mill Reis que se lamsaria / pella dita gente da nasam pera / se lhes pagar em iuro a desasseis por / milhar como consta da prouisam que uai / adiamte. pello que mandou que se / fissesse noua finta e na mesma com / formidade que estaua feita Re / dusindo se

os quatro mill Crusados / que estauam lansados a dita comtia / de sem mill Reis exseptuando se / a molher e filhos de pallos gomes / preso nos carseres a cuios bens / que nam estam confiscados [fl. 20] mas socrestados se lansaram en re / sam dos ditos quatro mill crusados / dusentos e outenta e outo mill Reis / como consta da sua uerba. os quais / Redusidos a dita contia de sem mil / Reis de nouo fimtados lhe cabia desouto mill reis *que* de / conformidade dos ditos fintadores se repartio / pellos mais fimtados e por tambem / *hauer* carta do fisquo pera este juiso / per que se ordena ao dito prouedor / nam fimte os ditos bens a qual / finta dos ditos sem mill Reis / he a que se segue / finta do iuro de 6.250 / a resam de desasseis por milhar /

A siman e lourenso pereira / ao seu caixeiro manoell Correia / lhe cabe dessa finta trinta / e noue mill e uinte e quatro / Reis	39.024
a Luis gomes lhe cabe / uinte e seis mill e outo / sentos e uinte e noue Reis	26.829
[fl. 20v.] A brites mendes molher / de francisquo dias mendes lhe / cabe quatorze mill e seissentos / e trinta e outo Reis	14.638
A francisquo nunes uiseu lhe / cabe quatro mill e outosentos / e setenta e outo Reis	4.878
A gaspar Rodrigues lhe / cabe seis mill e nouenta / e seis Reis	6.096
A manoell Rodrigues / tanequo dous mill e quatro / semtos e trimta / e noue Reis	2.439
A brites gomes dous mill / quatrosemtos e trimta / e noue Reis	2.439
A manoell sedenho mill / e dusemtos e desanoue / Reis	1.219
[fl. 21] A manoell de misquita mill e dusentos e desanoue Reis	1.219
A Jorge nunes mill e dusentos e desanoue Reis	1.219
Soman estas dez partidas sem mill Reis que Redusidos iuro a iuro a desasseis por milhar monta seis mill e dusentos e sinquenta Reis 6.250	
Andrada / Francisco Nunes Viseu / Jorge Nunes / Manuel Sedenho	

[Documento nº 22]

[fl. 21v.] Aos desanoue dias do mes de março / de mill e seissentos e uinte / e sete anno nesta uilla de aueiro e nas pousadas de jorge de An / drada Correia prouedor desta Co / marca de esgueira ahi pareseram / luis gomes merquador e morador / em esta uilla e manoell Rodrigues / tanequo e manoell sedenho / e francisquo nunes uiseu. / todos outrossim merquadores e moradores / nesta uilla contheudos na finta / atras disemdo a elle prouedor / e o dito francisquo nunes em seu / nome e em nome de gaspar Roiz / seu sogro *que* elles foram notefi / quados por mando delle prouedor. viessem / Receber o dinheiro que tinham / entregue a antonio / priuado daluergaria morador em esta / uilla para da sua man hir a lisboa / como sua magestade ordenaua / E que elles uinham para Receberem / o dinheiro que quada qual tinha / entregue. E o dito francisquo [fl. 22] nunes o do seu sogro fiquando / logo na man do dito antonio priuado / a contia que lhe cabe na Redussam *que* / se fes. de quatro mill crusados em sem / mill Reis de que coube. a luis gomes / uinte e seis mill e outosentos e uinte / e noue respeito. do *que* se lhe tinha lansado / na primeira finta. E a manoell Roiz / tanequo dous mill e quatosentos / e trinta e noue reis E a manoell se / denho. mill e dusemtos e desanoue / Reis E a francisquo nunes uiseu. / quatro mill e outosentos e setenta e outo / Reis E a gaspar Roiz seu sogro seis mill / e nouenta e seis Reis as quais uerbas / *que* sam sinquo montam. coremta / e hum mill e quatosentos e sessenta / e hum Reis que ficam em poder de / antonio priuado daluergaria os quais / abatidos das somas que cada hum / tem entregue. Resta entregarem se lhe / a saber. a luis gomes. da sua uerba / duzentos e uinte e tres mill e sento / e setenta e hum Reis E a manoell / rodrigues uinte e noue mill e qui / nhentos e sessenta e hum Reis / E a manoell sedenho quatorse / mill e setesentos e

outemte / e hum Reis E a francisquo nunes [fl. 22v.] uiseu sincoenta e noue mill e sento / e uinte e dous Reis E ao mesmo francisco / nunes uiseu en nome de seu sogro gaspar / Rodrigues setenta e tres mill e noue / sentos e quatro Reis das quoais / quantias e uerbas assima ditas / da primeira fimta a entregou / antonio priuado daluergaria aos / sobreditos que se houueram por pagos / e satisfeitos e a deram por quite e liure / e assinaram. E assim o dito antonio / priuado daluergaria se deu por / entregue dos Corenta e hum mill / e quatosentos e sessenta e hum / Reis dos sobreditos E os assinou com / o dito prouedor. matheus fernan / des de oliueira a escreuij /
Andrada / António Privado de Albergaria / Manuel Roiz / Luis gomes / Manuel Sedenho / Francisco Nunes Viseu

[Documento nº 23]

[fl. 23] E logo no dito dia entregou brites / mendes molher de francisquo dias / mendes quatroze mill e seiscentos e trinta / e outo Reis que Resebeo antonio priuado / de aluergaria e assinou de como Re / sebeo. matheus fernandes de oliueira / o escreuij / Privado
[na margem] 14.638

[Documento nº 24]

[na margem] Simão e L^{co}. Pereira
Aos uinte e hum dias do mes de março / do dito anno entregou ma / noell correia trinta e noue mill / uinte e quatro Reis que foram / fintados nesta fimta a siman / e louremso pereira que Resebeo / antonio priuado daluergaria / e assinou de como Resebeo / matheus fernandes de / oliueira o escreuij /
[na margem] 39.024
Privado

[Documento nº 25]

[fl. 23v.] E logo no dito dia entregou / brites gomes dous mill e quatro / sentos e trinta e noue / Reis que lhe foram fintados nesta / fimta que Resebeo antonio / priuado daluergaria E as / sinou de como os Resebeo / matheus fernandes de / oliueira o escreuij /
Privado

[Documento nº 26]

E logo no dito dia entregou ma / noell de misquita mill e du / sentos e desanoue Reis que / lhe foi fintado nesta fimta / que Resebeo antonio priuado / daluergaria E assinou de Como / os Recebeo E assinou / matheus fernandes de oliuera / o escreuij /
Privado

[Documento nº 27]

E logo no dito dia mes e anno / atras entregou Jorge nunes / mill e dusentos / e desanoue Reis que lhe foi fintado / nesta fimta que Resebeo antonio / priuado daluergaria E assinou / de como os Resebeo e assinou / matheus fernandes de oliueira / o escreuij /
Privado

Loz de sanome drap domes e amoco
 (Remile e sa fenda) e um de
 Estes annos nesta villa de auceus
 e nas pagadas de Jorge de fm
 Orada Correia provedor desta Co
 marca de Esgueira a di. fore foram
 Luiz gomes mer quador emorada
 em esta villa em anall Rodrige
 fanequo e manall sedendo
 e fiamis quo nunes uifen. rudoj
 or ho fm mer quadore emorada
 nesta villa conselheiro na villa
 a deo defendo alle provedor.
 e doo fiamis quo nunes uifen
 nome ten nome de geyfar Borj
 seu sogro e elle e fiamis modo fiqua
 doj. por mando de elle provedor. uifen
 e seber o dms que ronsam
 e n rege a ambo nro fui na do
 daluen gauce moaidor en esta
 villa para da no man Gir aluboo
 como na ma gestade ordenaue
 e que elle fundam para fclabre
 o dms que quada qual fiamis
 en rege. rodo fiamis quo

6. Bibliografia consultada

- BARREIRA, Manuel, *O sal e o poder em Aveiro – séc. XVII*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993 [exemplar policopiado].
- CANELO, David Augusto, *Os últimos criptojudéus em Portugal*, Belmonte, Centro de Cultura Pedro Alvares Cabral, 1987.
- CARVALHO, Alberto Martins, «Santo Offício», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 472-477.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, «A provedoria de Esgueira», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, Aveiro, 1958, p. 53-80.
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, «Padrões de juro», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 512-513.
- FERRO, Maria José Pimenta, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, «Judeus», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 409-414.
- KELLER, Werner, *História do Povo Judeu*, Lisboa, Galeria Panorama, 1966.
- LOBO, Abade José Luciano, «A Formação do Distrito Administrativo de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, Aveiro, 1958, p. 37-68.
- LOUREIRO, J. Pinto, «A Comarca de Esgueira», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, nº II, Aveiro, 1936, p. 199-206.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Palas Editores, 1974.
- NEVES, Amaro, *Aveiro. História e Arte*, Aveiro, ADERAV, Aveiro, 1984.
- NEVES, Amaro, «Os Judeus em Aveiro. Contributo para o seu estudo», *Estudos Aveirenses*, nº 1, 1993, p. 5-18.
- NEVES, Francisco Ferreira, «A Casa e o Ducado de Aveiro. Sua Origem, Evolução e Extinção», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXVIII, Aveiro, 1972, p. 161-338.
- SARAIVA, António José, «Cristãos-novos», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 232-235.
- SARAIVA, José Hermano, *Itinerário Português. O Tempo e a Alma*, Lisboa, Gradiva, 1987.

CARTAS DE OLIVEIRA MARTINS PARA ACÁCIO ROSA

Em sentido próprio só com Oliveira Martins e a partir de Oliveira Martins, Portugal é história e tem a sua História.

Eduardo Lourenço

Em 1893, quando contava apenas 22 anos de idade, Acácio Vieira da Rosa (1871-1955) escreveu o seu primeiro livro, *A nossa Independência e o Iberismo*¹. Para a sua publicação, o jovem monárquico aveirense solicitou a algumas personalidades portuguesas e espanholas um pequeno texto sobre o tema, uma carta a publicar no início desse seu trabalho; antes, pedira ao conselheiro António Serpa Pimentel que lhe lesse o manuscrito e lhe redigisse o prefácio. Ao solicitar a Oliveira Martins uma carta sobre o tema que se propunha abordar – essa «questão velha de séculos»² que é o iberismo –, Acácio Rosa deu início a uma relação epistolar muito breve com o autor do *Portugal Contemporâneo*, pois, como se sabe, morreu no final de Agosto de 1894.

Como sublinha Fernando Catroga, «o ideal ibérico assumiu tal peso na estruturação dos diversos projectos sociais de meados do século XIX que o seu estudo não deve ser negligenciado só pelo facto de não ter recebido concreção histórica digna de registo. É que, sem a sua valoração, ficará por explicar a razão de ser de um dos debates mais intensos e longos da nossa literatura política de oitocentos»³. Por outro lado, o iberismo, não tendo conseguido «os apoios sociais e políticos necessários à sua viabilização», provocou, paradoxalmente, «um efeito contrário aos seus propósitos ao desencadear uma intensa campanha anti-ibérica e pró-nacionalista. E esta, por sua vez, foi um factor ideológico importante para a transformação do patriotismo em nacionalismo, isto é, para a nacionalização de uma sociedade liberal tida por estrangeirada pela propaganda reaccionária»⁴.

Depois das apaixonadas polémicas de 1848-52 e 1868-71, assiste-se, no rescaldo do *Ultimatum*, a novo empolamento da questão ibérica, mas, então, com contornos políticos e ideológicos bem diversos: essas «manifestações de solidariedade entre portugueses e espanhóis, geralmente animadas pela juventude académica e pelos republicanos, têm de ser vistas dentro do horizonte da recíproca fobia ao imperialismo britânico expresso tão brutalmente no caso português e tão extensivamente no caso espanhol (Gibraltar)»⁵. O republicanismo tenta,

¹ Acácio Rosa, *A nossa Independência e o Iberismo*. Obra ilustrada com o retrato do auctor e prefaciada por Antonio de Serpa Pimentel e precedida de cartas ineditas expressamente dirigidas ao auctor, pelos reconhecidos pensadores Conde de Casal Ribeiro, G. Azcarate, Oliveira Martins, Raphael de Labra, Alves Mendes, Fernando Anton e Thomaz Ribeiro, Lisboa, Typographia de F. da Silva, 1893, XL + 310 págs.

² Expressão com que Fernando Catroga inicia o referido texto sobre o iberismo, «Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX», *Cultura. História. Filosofia*, vol. IV, 1985, p. 419-446.

³ *Idem*, *op. cit.*, p. 427.

⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 431.

⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 460.

desde então, captar o apoio popular, passando «a associar a denúncia da monarquia e da tutela inglesa às promessas de redenção do império e da grandeza nacional perdida, apresentando-se, assim, como a única alternativa que, encarnando a alma nacional, poderia salvar o país»⁶. Por outro lado, no início da década de Noventa eram já bem explícitas e generalizadas as críticas aos «progressos materiais» da civilização industrial, tidos como responsáveis pela desnacionalização da cultura portuguesa que era preciso *reaportuguesar*⁷.

Apesar das dificuldades por que passava episodicamente o republicanismo, é num contexto ideologicamente favorável ao historicismo nacionalista republicano, quarenta anos após a publicação da marcante e polémica obra de D. Sibinaldo de Mas, *A Iberia*⁸, que surge o livro de Acácio Rosa, e nessa textura deve ser entendido, ainda que, para a forma que assume, outras razões possam ser aduzidas.

Apoiando-se num discurso historiográfico disponível desde o Visconde de Santarém e, especialmente, após a publicação da *História de Portugal* de Rebelo da Silva, sobre os acontecimentos políticos de 1580 e de 1640, Acácio Rosa considerava que o erro do «louco entusiasmo da mocidade» do malgrado monarca de Alcácer-Quibir fora redimido pela aurora do primeiro de Dezembro de 1640: «aquele dia não é um dia esplendente de sol, é o dia mais ridente da nossa história pátria»⁹. Assim, no início do trabalho, Acácio Rosa desfazia as dúvidas que o título pudesse porventura suscitar, acrescentando: «o que é o iberismo senão uma utopia? o que é o desarmamento geral senão uma negligência? o que é o anarchismo senão uma contumacia? o que é o sebastianismo senão uma estupidez?»¹⁰.

O tom de panfletarismo nacionalista, anti-iberista (anti-unitarista e antifederalista) estava dado na primeira parte do livro cujas fragilidades o prefácio de Serpa Pimentel atribui à juventude do seu autor. No início da segunda parte, sublinhando as características do contexto, Acácio Rosa propõe-se escrever «sobre essa calamidade que ignominiosamente se chama iberismo», acrescentado que «a última propaganda iberica posta em acção pelos aulicos de Salmeron e de Magalhães Lima tem crescido de um modo mais ou menos vertiginoso, tanto na Hespanha como em Portugal»¹¹. Sendo escassas as alusões directas ao republicanismo, este movimento está presente em todo este extenso catálogo anti-iberista: «É verdade, infelizmente, que ha em Portugal quem, pertencendo ao partido republicano, aspira á união iberica, porque só assim é que mais facilmente lograria ver em realidade o que por enquanto não passa de uma divagação hypothetica. Só uma paixão criminosa e intensissima é que pode levar o homem a sacrificar a independencia da sua patria ás aspirações dolorosas do seu partido»¹².

⁶ *Idem, op. cit.*, p. 461.

⁷ Dizia Eça de Queirós, em carta a Oliveira Martins: «porque têm sido os Filho de D. João I, e agora o Nun'Álvares que me têm feito patriota. Tu reconstróis a Pátria, e ressuscitas com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é pequeno feito *reaportuguesar* Portugal» (Cfr. Eça de Queirós [carta de Paris, 1894.04.26], *Correspondência* (leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho), 2º vol., Lisboa, 1983, p. 315).

⁸ D. Sibinaldo de Mas, *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez, e traduzida em lingua portugueza por um philo-iberico*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852.

⁹ Acácio Rosa, *op. cit.*, p. 69. O culto do 1º de Dezembro surgira «no ardor da polémica iberista», em 1861, como resposta aos iberistas (Cfr. Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 437-444). Em 24 de Maio de 1861 foi criada a *Associação 1º de Dezembro*, voltada «para o enaltecimento da gesta histórica anti-espanhola, tendo em vista a inoculação do sentimento nacional na mentalidade popular».

¹⁰ *Idem, op. cit.*, p. 9.

¹¹ *Idem, op. cit.*, p. 89. Sublinhado meu.

¹² *Idem, op. cit.*, p. 223.

Afirmando não querer guerrear a Espanha moderna, pois, diz ter por essa nação «uma *sympathia ardente*»¹³, Acácio Rosa não mostra simpatias por qualquer variante dos discursos iberistas, embora o essencial dos seus ataques se volte, obviamente, para os federalistas: «é tão grande o erro dos federalistas como é grande o erro dos unionistas. A frase [*sic*] da federação, em *theoria*, occulta mais os perigos da independencia do que a frase da união iberica. No fundo, é tudo uma e a mesma coisa»¹⁴. E o iberismo devia ser encarado como «um crime e um escarneio: — é um crime que fulmina a emancipação nacional e é um escarneio que desalenta a vitalidade de um povo. Os apologistas da união iberica são os carrascos do seu nome e os coveiros repugnantes d'esta orla formosissima e semeada de padrões gloriosos a que chamamos patria»¹⁵.

Não sendo este o lugar para um reflexão sobre muitos aspectos que encerra o livro, sublinhe-se que, tal como alguns autores, também Oliveira Martins se dispôs a deixar publicar um pequeno e simples texto — em forma de carta —, sobre um livro que não lera, embora as referências dadas lhe parecessem seguras: «não sei o que v. escreveu no seu livro; pois não tive ainda o gosto de o ler; mas creio não me enganar suppondo que será proxicamente isto que deixo escripto, o que lhe terá dito o sr. Antonio de Serpa»¹⁶.

¹³ *Idem, op. cit.*, p. 134.

¹⁴ *Idem, op. cit.*, p. 150. Sobre o federalismo afirma explicitamente: «A federação é hoje o objectivo dos ibericos. Esses renegados da patria recorrem a esse *systema* de anexações como se a organização federativa da península possede deixar intacta a independencia dos dois povos» (*idem, op. cit.*, p. 130).

¹⁵ *Idem, op. cit.*, p. 90.

¹⁶ Também Casal Ribeiro afirma desconhecer o conteúdo do livro: «Nem este mesmo eu conheço, nem uma linha sequer do seu ainda enedito livro» (*idem, op. cit.* p. XX). Não foi possível encontrar o original da referida carta redigida por Oliveira Martins. A acreditar na transcrição de Acácio Rosa (*op. cit.*, p. XXVI-XVIII), o autor de *O Portugal Contemporâneo* escreveu o seguinte:

Snr. Accacio Roza.

Respondo à carta de v. que summamente me penhora, alem do mais, pela companhia que v. me annuncia de pessoas que eu tanto estimo e prezo, como é o sr. Serpa Pimentel, entre todos. Quando v. pode enfeiar as opiniões de tão illustres pensadores, a minha pouco ou nada vale. Além disso, repetidas vezes, em mais de um livro, tenho dito, o que entendo ácerca da nossa nação na península hespanica; de modo que n'esta carta não poderia senão repetir o que desde muito tempo anda a correr mundo.

Depois de Herculano acabou o *luzitanismo* dos seculos XVII e XVIII, inventado para cortar a tradição viva e gloriosa do Portugal de Aviz. Essa tradição era a da politica *peninsular*, pelo accordo e alliança das duas nações de Hespanha, filhas da mesma origem commum e amentadas [*sic*] por uma mesma historia guerreira e social. Sempre julguei e julgo que o abatimento presente das duas nações peninsulares, accentuado depois da separação das suas colónias americanas, só poderá ter um fim, quando ambas, e essas colonias hoje constituidas em nações, se alliaem no interesse commum do futuro do sangue e as linguas hespano-portugueza.

E creio que a força das cousas fará com que esse programma se torne um facto. Cada dia diminue o isolamento lamentavel em que hespanhoes e portuguezes nos temos encontrado. As causas são varias, mas as mais immediatamente apercebivel é a penetração repetida da fronteira pelas linhas ferreas. A questão da autonomia politica não tem importancia para o caso, em primeiro lugar, porque a independencia é perfeitamente compativel com a alliança de pensamentos e interesses; em segundo lugar, porque todos os dias importa menos a vida organica dos povos aquillo que estrictamente se chama politica. Só as nações combalidas como a nossa, a politica é uma preocupação quase exclusivamente absorvente.

De resto o periodo que vae desde Aljubarrota até Alcacerquibir, periodo aureo da nossa vida nacional, prova bem como é compativel a alliança com autonomia nas duas nações da Hespanha. A nossa que nasceu, desmembrando-se do corpo peninsular, por actos de vontade enérgica dos principes, primeiro, e do povo depois: a nossa viverá emquanto nós proprios quizermos que viva, pois as ideias accites quanto á soberania assentam já no allierce definido da vontade dos cidadãos.

Oliveira Martins abandonara, então, o sonho do federalismo ibérico, continuando, no entanto, «a buscar uma via capaz de dar corpo à raiz espiritual da hispanidade»¹⁷. Na referida carta, o autor da genial *História da Civilização Ibérica* reafirmava essa fé, achando que «a força das cousas» imporia a formação de uma comunidade ibérica, alargada às antigas colónias latino-americanas; imporja, também, o fim do «isolamento lamentável» entre portugueses e espanhóis, sublinhando que, tal como no período que medeia entre Aljubarrota e Alcácer Quibir, «a independência é perfeitamente compatível com a aliança de pensamentos e interesses», «com a autonomia das duas nações da Hespanha».

Outros autores, especialmente os espanhóis, de forma breve, fizeram escrever uma declaração de apoio à união ibérica, em oposição clara à tese do autor do livro! G. de Azcarate, fazendo suas as palavras do americano Burgess, entende que «se se toma en cuenta la falta de limites geográficos, parece que um solo Estado con sistema de gobierno federal seria lo que mejor satisfaría todas las condiciones»¹⁸. Também Rafael M. de Labra se manifesta partidário da união ibérica¹⁹.

Como que a responder à «falta de limites geográficos», outro autor, Alves Mendes, fez escrever: «Por conseguinte, meu caro amigo, se alguns rethoricos, de indole muito flexivel e de ingenuidade muito problematica, nos vieram pregar iberismos, invocando como argumento culminante a falta de limites naturaes entre as duas nações peninsulares, e outras maravalhas, é bater-lhes com todo o peso da historia»²⁰. Alves Mendes repete o argumento popularizado entre 1860 e 1880. A história – evocada em inúmeras obras sem quaisquer pretensões históricas ou literárias – torna-se a arma mais eficaz e preferida no combate ao iberismo²¹.

Sem as cartas que Acácio Rosa enviou às diversas personalidades que acederam ao seu pedido é difícil saber as condições formais em que estas o fizeram, as razões que ditaram esse procedimento. Alguns houve que recusaram o convite de Acácio Rosa, deixando perceber, nas razões invocadas, que esses pedidos eram prática corrente²². De qualquer modo, a obtenção

Não sei o que v. escreveu no seu livro; pois não tive ainda o gosto de o ler; mas creio não me enganar suppondo que será proxicamente isto que deixo escripto, o que lhe terá dito o sr. Antonio de Serpa. Honrar-me-hei sobremaneira achando-me de accordo com elle.

Disponha v. do que é com toda a consideração, seu

muito obr^o v^{or}.

C. de V.

16 de setembro

J. P. Oliveira Martins

¹⁷ Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 462.

¹⁸ G. Azcarate, *op. cit.*, p. XXV.

¹⁹ «Completamente favorable a la union iberica» (Rafael M. de Labra, *op. cit.*, p. XXIX). E acrescentava: «ahora trabajo por la aproximacion de entambos pueblos. Por el reconocimiento reciproco y directo de sus hombres y sus intereses». Posição quase idêntica revelam as palavras de Fernando de Anton.

²⁰ Alves Mendes, *op. cit.*, p. XXXII-XXXIII.

²¹ Sobre esta questão, cfr. Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 440-43.

²² Entre esses conta-se João Arroio: «Agradecendo a V. Ex^a. as benevolas e immerecidas palavras que na sua carta me dirige, venho rogar-lhe que me dispense de collaboração na sua obra, que aliás aguardo com toda a ansiedade. Eu tenho recusado varios pedidos similares, e creia V. Ex^a. que a accedencia ao seu muito honroso convite, me levantava difficuldades e me creava desgostos. Rogo, pois, a V. Ex^a. que me exonere d'isso, obsequiando-me assim muito particularmente» (carta de João Arroio, Caldas de Felgueiras, 1892.10.11). Noutra carta, após leitura do livro que lhe fora enviado, escreve: «A nossa autonomia nacional é hoje uma indispensabilidade; 1640 foi, em meu parecer, o maior erro da nossa historia. Então, e só então, se deveria ter organizado, não a federação, que me parece irrealizavel, mas a confederação iberica» (carta de Lisboa, 1891.07.01).

desses depoimentos ter-se-á tornado num capital precioso para a promoção política e social do jovem monárquico de Verdemilho. A publicação de um livro apadrinhado constituía um dos mais decisivos processos de promoção social e política em final de Oitocentos. Se atentarmos no facto de Acácio Rosa ter oferecido o seu trabalho a diversas figuras públicas (independentemente da sua posição política) e ter solicitado, também, a publicação de anúncios em diversos jornais, através de amigos que tinha na capital, a quem oferecia alguns exemplares, teremos a confirmação da asserção²³. Muitos jovens em busca de «um lugar ao sol», procurando o reconhecimento social das suas posições ou tão-só o entono dos seus alinhamentos políticos, buscavam um apadrinhamento, a «bênção» de figuras de prestígio²⁴. Essa circunstância, aliada ao peso cultural e político do debate em torno do iberismo explicará, por certo, o envio das cartas a este jovem irrequieto e voluntarioso, que trocava, então, uma anódina carreira eclesiástica pelas luzes da ribalta política, ou pelo ingresso no quadro do funcionalismo do Estado.

O certo é que, se esta obra foi o primeiro contacto de Acácio Rosa com muitas dessas figuras da vida política e cultural portuguesa e espanhola, foi também o início de uma relação forte e duradoura com algumas dessas personagens, como o espanhol Fernando de Anton. Nesse mesmo ano de 1893, Acácio Rosa ainda publicaria o pequeno volume, *Impressões. A vuela pluma*, dedicado a Casilda, filha do referido Fernando de Anton. Num estilo eivado de lugares-comuns do ultra-romantismo, o autor dá-nos conta da estada do escritor espanhol na sua casa de Verdemilho, em finais de Agosto, quando Aveiro se preparava para receber o ministro da obras públicas, Bernardino Machado²⁵.

Ora, a primeira carta de Oliveira Martins, existente no espólio de Acácio Rosa, está relacionada com a publicidade a esse pequenino volume:

«[1894.02.15]

III^o. Senhor

Só hontem poude desempenhar a missão de que V. Ex^a. me encarregou, entregando em sessão da Academia o seu livro «*Impressões à vuela pluma*».

²³ É o caso de J. M. Barbosa de Magalhães, então deputado e director do *Correio da Tarde*, sócio-correspondente da Academica Real das Ciências e do Instituto de Coimbra (postal datado de 93.11.23). Um número significativo de cartas recebidas por Acácio Rosa prende-se, efectivamente, com a publicação deste seu livro. Ao monarca, Acácio Rosa fez chegar dois exemplares (conforme se lê numa carta de agradecimento, com data de 93.06.19). Sebastião de Magalhães Lima, também presenteado com o livro, respondeu-lhe agradecido: «[...] Nós pensamos diversamente, embora, no fundo, nos encontremos sob o mesmo ponto de vista de portugueses, sinceros e devotados amantes da pátria. Isto, porém, não impede que eu reconheça as suas altas faculdades de escriptor consciencioso e independente, e que, por isso o felicite lealmente» (Carta de Lisboa, 1893.11.27).

²⁴ Sem sair de Aveiro, outros exemplos há; como mostrei noutra local, também o seu archi-rival, Francisco Homem Cristo, dá entrada nas lides políticas pela mão de figuras consagradas do movimento republicano, como Sebastião de Magalhães Lima, Teófilo de Braga e outros (Cfr. Manuel Ferreira Rodrigues, *Homem Cristo e o 1^o de Maio em Aveiro, 1899-1912*, Aveiro, 1994; separata da comunicação apresentada nas comemorações do Quinquagenário da Morte de Homem Cristo, promovidas pela Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 1994).

²⁵ Acácio Rosa, *Impressões. A vuela pluma*, Porto, Imprensa Moderna, 1893, 53 págs. Nesse pequeno e discreto galanteio à filha de Fernando Anton, Acácio Rosa anuncia a próxima publicação de algumas *monographias dos homens mais notaveis que teem escripto sobre o iberismo*. A propósito desse livrinho, advertia Bulhão Pato, numa carta datada de 1894.01.01: «Deve ser moço, e amou, decerto! Espero que para si, o amor não seja apenas uma saudade».

Por isso também não tinha agradecido ainda a V. Ex^a. o exemplar com que me brindou e que eu agradeço muito penhorado.

Mande V. Ex^a. ao seu

m^{to}. obgd^o. v^{or}.

Oliveira Martins

15 fev.».».

Noutra carta, o autor de *Os Povos Peninsulares e a Civilização Moderna* mostra-se indisponível para aceder ao pedido de colaboração no jornal, *A Vitalidade*, que o jovem monárquico preparava então. As razões da recusa prendiam-se com o seu estado de saúde; de resto, essa seria uma das últimas cartas do autor do *Portugal e o Socialismo*. A missiva fora escrita em 29 de Julho; em 24 do mês seguinte, Joaquim Pedro de Oliveira Martins juntava-se ao seu querido amigo Antero.

Não era a primeira vez que o historiador acedia colaborar num jornal de Aveiro, nem com uma qualquer personalidade desta região. Em 1884, nesta cidade, fora publicado um efêmero periódico, *A Locomotiva*. O seu fundador, Carlos Faria (amigo de Acácio Rosa), autor de *Portugueses Cosmopolitas*, terá contado com a sua colaboração²⁶. Atentemos na carta que testemunha as dificuldades por que passava Oliveira Martins.

«[1894.07.29]

bibRIA

Setúbal (Brancanes) 29 vii

Ex^{mo}. am^o. e Sn^{or}.

Não me foi até hoje possível responder á sua obsequiosa carta convidando-me para colaborar na sua revista. O meu estado de estado de saude [sic] não me permite tomar sobre mim encargos que não poderia cumprir. A convalescença que aqui vim ter apresenta-se-me demorada e trabalhosa.

De V. Ex^a.

M^{to}. v^{or} e obgd^o. am^o.

Oliveira Martins».

²⁶ Esse jornal, dirigido pelo Barão de Cadore, Carlos Faria, e em que colaboraram diversas figuras de relevo nacional e ibérico, contrariamente ao que tem sido afirmado, não era um «órgão dos empregados do Caminhos de Ferro Portugueses, mas um jornal com informações várias (horários de comboios, hoteis, etc.) para ler em viagem, nos comboios; o título resulta do facto da locomotiva ser tida como símbolo do «Progresso». O primeiro número saiu em 1883.05.15; terminaria com o n^o 110, em 1884.02.02. Entre os seus correspondentes contavam-se Gervásio Lobato (Lisboa), Luís de Magalhães (Porto) e Alexandre da Conceição (Coimbra). Na lista de colaboradores anunciados no primeiro número contam-se, entre outros, os nomes de Jaime e Sebastião de Magalhães Lima, Joaquim de Vasconcelos, Oliveira Martins, Teixeira de Queirós, Albano Coutinho, Conde de Samodães, Fernando Caldeira e Camilo Castelo Branco.

Esta breve carta seria publicada pelo próprio Acácio Rosa, que dedicaria a primeira página do 5º número do seu jornal à morte de Oliveira Martins²⁷. Nessas colunas, o novel jornalista recusando, «em nome do dever», qualquer acusação de vaidade, confirma que as suas relações com aquele «notável pensador [que fora] seu amigo e mestre», que chorava sinceramente, haviam tido início por altura da publicação do seu «livro-estrela», um ano antes de morrer. Nesse texto ficamos a saber que uma outra carta lhe enviara Oliveira Martins, ainda por causa do referido livro sobre o iberismo²⁸.

Como é provável que Acácio Rosa tenha enviado à viúva, este testemunho do seu pesar, recebeu as seguintes palavras de reconhecimento:

«Lisboa Setembro de 1894

Ex^{mo}. Sr.

Cumpr-me agradecer a V. Ex^a. a carta de sentimentos que me escreveu pela morte do meu marido bem amado; assim como as palavras de respeito e reconhecimento que consagra á sua memoria honrada.

Confessando-me por tudo isto:

De V. Ex^a.

Att^{ta}. veneradora obg^{da}.

Victoria Barbosa de Oliveira Martins»

No ano em que se comemora o centenário da morte do grande historiador que, como disse Eduardo Lourenço, «não foi apenas um historiador do século XIX, entre outros, mas o seu mitólogo, o primeiro português que substituiu com eficácia cultural a única «imagem» de

²⁷ Acrescentou-lhe, no entanto, uma pequena frase: «Se um dia poder escrever mandarei algum artigo» (Cfr. «Oliveira Martins», *A Vitalidade. Hebdomadario independente*, nº 5, 1894.09.02, p. 1, c. 4).

²⁸ «Logo que saíu a publico o meu livro-estrela, enviei como era meu dever, um exemplar de *A nossa independencia e o iberismo* a Oliveira Martins. Junctamente com esse, mandei um outro exemplar, pedindo ao auctor d'*Os filhos de D. João I* a fineza relevante de o apresentar na Academia Real das Sciencias. O notável publicista respondeu-me com a seguinte carta, tão obsequiante como carinhosa:

«... Sr.

Recebi a carta de v. e os dois exemplares da sua obra, um para mim, outro para ser entregue á Academia Real das Sciencias. Não poderei desempenhar-me d'esta incumbencia antes do outomno, pois agora estão interrompidas as sessões da Academia com a ausencia da maioria dos seus socios. Agradeço-lhe muito a offerta que me fez tendo já começado a lêr a sua obra, dou-lhe os meus parabens por um trabalho tão cheio de promessas. Mande v... ao seu

am.^o mt.^o att.^o ven.^{or}

Oliveira Martins».

Acrescentava, depois: «A honra que a insigne Academia Real das Sciencias deu ao meu livro recebendo-o com agradecimento s manifestados em seu nome pelo secretario, sr. Manuel Pinheiro Chagas, foi certamente devida ao sr. Oliveira Martins. Sei avaliar isso.» (*idem*, *op. cit.*, p. 1, c. 3). Idênticas palavras diria a propósito da recepção ao seu livrinho, *Impressões. Á vueta pluma*.

Portugal então vigente»²⁹, fica aqui este testemunho, mais um, sobre o peso do seu nome para o recrutamento dos quadros das agremiações políticas de Oitocentos.

Acácio Rosa, amigo íntimo de Jaime de Magalhães Lima, Luís de Magalhães, Jaime Duarte Silva e Castro Mattoso, de Carlos Faria, D. João de Lima Vidal e do P^c. M. Rodrigues Vieira, entre outros, tornar-se-ia um jornalista afamado (e temido) durante os últimos anos da monarquia. Nas páginas do seu *Vitalidade* protagonizaria alguns episódios decisivos da luta política local, entre regeneradores-liberais e republicanos. Ficaram célebres as rijas contendas com Homem Cristo, nos primeiros anos deste século.

Depois, viria o silêncio imposto pela República (apesar de ter sido, como funcionário público, um dos primeiros que a ela «aderiram»³⁰). A cegueira afastá-lo-ia definitivamente da vida pública. A cegueira remeteu-o para um esquecimento de muitos anos na sua casa cor-de-rosa, em Verdemilho, entre as árvores e as flores que amava e os amigos que jamais o abandonaram³¹.

bibRIA

²⁹ Eduardo Lourenço, prefácio a Guilherme de Oliveira Martins, *Oliveira Martins. Uma biografia*, Lisboa, IN-CM, 1986, p. 16.

³⁰ Na acta da sessão de câmara, de 26 de Outubro de 1910, pode ler-se: «[...] foram lidos officios de adhesão ás instituições republicanas dos cidadãos: Dr. João Feio Soares, Dr. Alvaro de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, Dr. Manuel Maria da Rocha Madahil, Dr. Elias Fernandes Pereira, João Augusto Marques Gomes [...], Dr. Manuel Pereira da Cruz e Accacio Rosa, estes ultimos enviando: o primeiro, a quantia de reis 2\$500 e o segundo a de 1:000 reis, ambos com destino a socorros ás vitimas da revolução [...]» (Cfr. Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (AHMA), *Camara Municipal de Aveiro. Actas das Sessões, 1910*, liv. 29, 1910.10.26, fl. 6v). Recorde-se que Acácio Rosa integrara a última vereação monárquica presidida por Gustavo Ferreira Pinto Basto; dessa equipa faziam parte: o Dr. José Maria Soares, Avelino Dias de Figueiredo, Domingos Pereira Campos, Henrique Maria Rodrigues da Costa, José d'Almeida dos Reis, Manuel Mateus Ventura, Manuel dos Santos Silvestre Júnior, António Pereira da Cruz (AHMA, *Actas* [...], liv. 28, fl. 133v.). A «adesão» à República deste «antigo franquista» não lhe restituiu a consideração social e política que detivera: «hoje não sou nada, ou antes sou um funcionario da Republica, talvez em breve jornalista em horas vagas e humilde na imprensa local e sempre cultivador apaixonado das minhas arvores e das minhas flores» (*A Liberdade*, nº 57, 1912.03.07, p. 1, c. 5-6 e p. 2, c. 1-3).

³¹ Apesar das imprecisões ou do biografismo encomiástico que patenteiam, sobre Acácio Rosa foram publicados três pequenos artigos: M. Caetano Fidalgo, *Morreu Acácio Rosa, Correio do Vouga*, 1955.02.26, p. 1 e 9; António Cristo, «Correspondiam-se com o esquecido aveirense Acácio Rosa», *Litoral*, nº 176, 1958.02.22, p. 1 e 3-4; Victor Mendanha, «Só nas nações combalidas a política é que mais ordena», *Correio da Manhã*, 1989.02.09, p. 26-27.

Agradecimento

Cumpre-me agradecer ao filho de Acácio Rosa, Sr. Manuel Martins da Rosa, por tão gentilmente ter facultado a consulta do valioso espólio de seu pai. Uma palavra de apreço, também, para o Dr. Amaro Neves por me ter possibilitado o acesso a esse arquivo particular.

bibRIA

Pedro Arroja, *Abcissas. Crónicas de Economia Política*, Porto, Areal Editores, 1994, 317 págs.

Abcissas [...] é uma colectânea de crónicas publicadas, semanalmente, no *Jornal de Notícias*. Pedro Arroja reuniu, neste volume um conjunto de textos publicados entre 2.11.1991 e 11.09.1993. Pretendia, com elas, criar uma espécie de “Abecedário de Economia”, onde diversos temas da actualidade fossem tratados, discutidos e analisados, sempre com uma racionalidade económica académica – aquela que é estudada nas faculdades de Economia. Com este objectivo e neste aspecto, penso que o seu autor, figura bem conhecida dos meios empresariais, dos meios universitários e até dos meios de comunicação, Pedro Arroja está simplesmente de parabéns. Simplesmente porque, aquilo que quem não sabe (ou tem ideias vagas ou mesmo confusas) mais aprecia, é uma explicação simples, clara, directa e verdadeira.

A aposta num trabalho deste género permitirá a todos os seus leitores uma maior aproximação ao mundo em que vivem, uma melhor compreensão das decisões tomadas por aqueles que terão eleito para os governar.

Ao analisarmos este livro, podemos encontrar dois grandes tipos de objectivos: o de explicar e o de questionar.

Artigos que pretendem ser um ABC de economia, desenvolvem, de uma forma elementar mas séria, questões de que todos os dias ouvimos falar: o PIB, Taxas de Juro, as operações na Bolsa, o Sistema Monetário Europeu (SME), etc. Os conceitos são explicados, relacionados, taxas e valores comparados com os de outros países. Quando julgados necessários, destes conceitos são apresentados pequenos exemplos.

Há depois os outros, que parecem ser objectores de consciências. Os alicerces de toda a sociedade são questionados. Parece que somos acordados do nosso amorfismo e que só então nos apercebemos que, de facto, o reinado das ideias e verdades absolutas terá ficado muito para trás, no tempo.

Pedro Arroja, na sua crónica de 14 de Junho de 1992, diz-nos que temia vir a ser conhecido como “aquele economista que quer privatizar os rios” (p. 120), e a verdade é que, em parte, viu os seus receios tornarem-se realidade. Mas ele não

sugere só a privatização dos rios; sugere ainda a privatização dos mares, da atmosfera, dos partidos políticos... enfim, a máxima liberalização da economia, longe do poder do Estado. São ideias que ele fundamenta e se, numa primeira reacção havia um misto de condescendência e de diversão, gradualmente vamos caminhando para a aceitação e até defesa das vantagens que tal processo traria. E porquê? Porque, segundo ele, a propriedade privada é muito melhor gestora do que é seu, do que a propriedade pública que gere o que é de todos e “aquilo que é de todos não pertence de ninguém” (p. 121). E a que se deve esta situação? Sobretudo à falta de consenso sobre o que, na sociedade moderna, é entendido como o bem geral.

Compreenderemos melhor os seus pontos de vista sobre este assunto, analisando a sua crónica de 4 de Setembro de 1994: “numa sociedade moderna, democrática e ambiciosamente humanista, onde cada homem é tido, não como um mero indivíduo, mas como uma verdadeira pessoa, dotada de capacidade para escolher e agir, a ideia do *bem comum* é uma ideia vazia de conteúdo. Nesta sociedade, o bem de cada homem é feito de coisas particulares que diferem de homem para homem. Nesta sociedade, não existe meio dos cidadãos chegarem a uma concepção comum acerca do que é o *bem comum*”. E, completando a sua ideia, entende ele que a sociedade seria “como uma associação espontânea – uma associação que os diferentes homens procuram, e têm interesse em manter, com vista a realizarem os seus respectivos bens pessoais” (p. 314).

Mediante esta postura face ao entendimento da actividade económica, este economista-jornalista expõe as suas ideias e desenvolve-as, sempre com a noção de que mesmo fora da sala de aula, aceita o desafio de ser professor, advogado das suas ideias, mas também fomentador do pensamento crítico.

Ana Vitória Neves

Natália Canadas, *O PEDIP e a Política industrial para Portugal, nas vésperas do Século XXI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994, 201 págs.

Retomando, “em grande medida o texto da dissertação de Mestrado” recentemente apresentado à Faculdade de Economia da

Universidade de Coimbra, este estudo centra-se na "análise da configuração de um instrumento de política, o Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), privilegiando a sua vertente de incentivos ao investimento produtivo". Quando já se prepara a aplicação do PEDIP II, quando se inicia a materialização das orientações do estudo da equipa de Michael Porter e a economia portuguesa conhece um período recessivo (a produção industrial caiu 5,1%, em 1993), este trabalho constitui um documento valioso para uma reflexão sobre os mais variados aspectos da política industrial dos últimos anos em Portugal.

Segundo Natália Canadas, assiste-se, no princípio dos anos 90, a um renovado interesse pela Política Industrial, pela promoção da competitividade e do espírito empresarial, fenómeno que "simboliza a busca das virtualidades do Mercado. Não o mercado de Walras – esclarece –, antes sim os mercados de concorrência imperfeita nos quais as soluções de equilíbrio são locais e não gerais".

Apoiada em alguns estudos anteriores, a autora procura mostrar, genericamente, como o Condicionamento Industrial, os Planos de Fomento e, após 25 de Abril, a política de nacionalizações – medidas que partiram, variavelmente, da verificação da "insuficiência da produção nacional geradora do défice crónico da balança comercial" –, inibiram "o excesso de concorrência e a multiplicação de iniciativas". Natália Canadas sublinha, nessa análise, o significado dos anos 60 que – pese embora o limitado alcance das medidas tomadas –, constitui um corte com essa fase de "crescimento condicionado", consequência, por certo, do fenómeno da crescente integração internacional e dos avanços da industrialização.

De facto, o afastamento de modelos de desenvolvimento fechados e tradicionais, a adopção de políticas *outward looking* parece ser ditada pela integração internacional, primeiramente no quadro da EFTA e, posteriormente, no quadro da CEE.

As "fortes assimetrias na distribuição do rendimento, disparidades regionais e sectoriais, o atraso sistemático da agricultura, baixa produtividade, baixo nível salarial, a absorção dos excedentes da oferta de mão-de-obra via emigração, e uma posição financeira sólida" são, em sua opinião, características da situação antes de 1974. A queda do "regime salazarista" corresponde "à transição do período de forte dinamismo do co-

mércio mundial, para os choques petrolíferos, a estagflação, a desagregação do sistema de Bretton Woods e o aumento do proteccionismo". Neste período, assiste-se, segundo Natália Canadas, à "quebra da competitividade em correlação com o processo político interno", e viriam, então, a queda das exportações, uma "interiorização relativa da economia", a "desaceleração do crescimento do sector industrial, o decréscimo do investimento, a fuga de capitais, a alteração da estrutura do sistema de alianças então prevalente e a nacionalização dos principais grupos económico-financeiros", a ingovernabilidade económica.

Esta situação conduziria à coexistência, em finais da década de 70, dos "três demónios da política económica neoclássica", e à (inevitável) entrada em cena do FMI (1978 e 1983), ressuscitado pela crise petrolífera.

Viria, depois, a retoma do modelo tradicional, com a nova aposta no crescimento pelas exportações, "retorno sobretudo estimulado pela política cambial seguida", na medida em que propiciava, a curto prazo, lucros elevados para os sectores exportadores.

Compreensivelmente, a autora não questiona algumas das ideias feitas na análise dos anos 70, especialmente sobre os anos imediatamente antes e depois da revolução de 25 de Abril – não era esse o objecto da sua dissertação, e o discurso disponível ajustava-se à sua tese. Por outro lado, sublinhe-se que o não conhecimento do estudo de Pedro Lains sobre a industrialização portuguesa, entre 1950 e 1985 (P. Lains, *Breve Síntese sobre a Industrialização Portuguesa, 1950-1985*, ICS, 1988. Não publicado), também terá pesado para que a referência a esse período fosse vista um tanto dicotomicamente, entre a pressão dos mercados e das conjunturas externas e o diverso condicionamento da acção do Estado. Sobre os anos 1975-76, Pedro Lains diz haver "nos últimos tempos muita discussão sobre estes anos, mas baseada em muita parra e pouca uva, apesar de haver informação disponível". Refere-se este historiador, entre outras fontes, às comunicações apresentadas à *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, publicadas pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1977 (Cfr. P. Lains, "Economia portuguesa em 1976", *Diário de Notícias/Negócios*, 1994.05.09, p. 8).

Os pontos de vista de Lains sobre as nacionalizações, por exemplo, chocam a opinião comum. Na opinião daquele investigador "está por provar em que medida as nacionalizações terão sido

prejudiciais, para o que, como sempre, seria necessário saber o que teria acontecido caso elas não tivessem sido feitas". Acrescenta, em apoio da sua interrogação: "Talvez pouca gente saiba, hoje em dia, que o Estado tomou conta de empresas cuja produção correspondia, no total, a cerca de 15% do produto interno bruto, e que essa taxa era comparável à que existia em países como a França, a Grã-Bretanha e a Itália. Contudo, a verdade é que as empresas nacionalizadas representavam cerca de 30% do investimento total do País, residindo aqui um dos problemas que a democracia herdou da Ditadura, mas particularmente dos últimos anos do marcelismo".

Por outro lado, também não refere as importantes alterações na organização do espaço económico português com a descolonização e a independência das colónias. O centro industrial desloca-se da região da Grande Lisboa para o Litoral-Centro e Litoral-Norte. Em 1980, como mostrou José Reis, esta região atrai 55% do total do investimento industrial, num contexto de expansão peculiar e inédita.

Apesar disso, a década de 80, diz Natália Canadas, "com a adesão formal às Comunidades, parece igualmente não ter induzido uma alteração significativa do padrão de especialização". De facto, "face às oportunidades abertas pela integração foram os sectores tradicionais que melhor e mais rapidamente puderam responder às solicitações da procura externa".

No entanto, a década de 80 traz uma novidade: a preocupação com uma correcta selecção de sectores para aplicação de incentivos financeiros e fiscais, como o SIII e o SEBR.

O PEDIP parte, pois, da "necessidade de uma estratégia de desenvolvimento industrial", visando "privilegiar os aspectos inerentes à concorrência internacional". As premissas do PEDIP decorrem do ajustamento a uma era de internacionalização "marcada pela contínua reestruturação dos centros e das periferias"; da necessidade de ajustamentos aos desafios colocados por "tensores de mudança":

"1. O surgir de uma situação económica mundial "de multipolaridade de influências e dominações", em que "o Pacífico se tornou um dos maiores pólos de influência da economia mundial".

2. A emergência de fenómenos de globalização e das tecnologias, eventualmente ainda em sedimentação.

3. A afirmação de um novo paradigma tecnológico, levando ao encurtamento do ciclo de vida dos produtos, a maiores riscos inerentes ao investimento em I&D, etc."

Numa conjuntura em que a aceitação dos mecanismos de mercado não sofre contestação, numa fase de acentuada liberalização do comércio internacional, a definição do papel do Estado escapa à dicotomia liberalismo/intervencionismo; o Estado é entendido "como agente económico *in the game to be played* e não já apenas como regulador". É que, numa economia aberta, os preços não são mecanismos de equilíbrio; na medida em que estes são determinados no mercado mundial, "enfrentando os produtores domésticos curvas de procura infinitamente elásticas, a afectação eficiente de recursos é determinada de acordo com a produtividade marginal ao preço mundial dado", isto é, a liberdade de comércio assegura as respostas sem necessidade de intervenção do lado da oferta. As "falhas de mercado", contudo, irão impor a necessidade de uma política industrial.

Admitindo que a "variável determinante, para uma hierarquização das respostas sectoriais, será a elasticidade rendimento da procura de exportações", N. Canadas submete os valores disponíveis (entre 1977 e 1989) a um tratamento minucioso, constatando "uma reduzida especialização da indústria nacional em indústrias de fortes economias de escala, em indústrias de *knowledge intensive*":

1. "Aos sectores de especialização tradicional da indústria nacional, como os têxteis, o vestuário, o calçado, corresponde uma resposta sectorial significativa em termos de elasticidade rendimento da procura de exportações [...].

2. Dentro dos sectores para os quais foi obtida uma maior elasticidade produtividade-output situam-se sectores/indústrias normalmente apontados como indutores de fortes economias de escala, como o papel, as químicas de base, a borracha, o material de transporte, ou indústrias a que estão associados uma forte intensidade em investigação e desenvolvimento como a química fina e a electrónica.

3. Quando [procurou] uma maior resposta considerando conjuntamente os dois parâmetros [elasticidade rendimento da procura das exportações e o Coeficiente de Verdoorn] somos levados à retenção de um reduzido número de sectores", como os Produtos Metálicos e os Curtumes.

Assim, os dados "apontam para uma relação de escolha que incidirá sobre a prioridade para o

potenciar de segmentos dinâmicos de sectores, com elevada vocação exportadora [...], ou para a revitalização de indústrias tradicionais, como as indústrias da fileira têxtil”.

A autora detém-se, depois, sobre as medidas dos dois instrumentos pré-PEDIP, o SIII e o SEBR, bem como sobre o horizonte conjuntural de muito favorável à aplicação do PEDIP: expansão da procura, grande afluxo dos fundos comunitários e estabilidade governativa, “cenário compatível com a afirmação da necessidade e, talvez pela primeira vez desde o “Rumo” de Ferreira Dias, da possibilidade de uma política de desenvolvimento industrial”.

Sendo objectivos do PEDIP, segundo o discurso oficial, “melhorar o funcionamento dos mercados”, num cenário internacional onde prepondera a especialização interindustrial e intra-sectorial, N. Canadas notou:

1. Que “o postulado cariz não discriminatório deste sistema de incentivo traduziu-se numa distribuição de incentivos que em regra respeita o peso dos diferentes sectores na estrutura das intenções de investimento”;

2. Que “ocorreu uma reduzida procura de instrumentos específicos dirigidos a indústrias a que a política industrial confere um “tratamento preferencial”;

3. Que não houve “alteração significativa na repartição sectorial do incentivo”, apesar de uma “significativa alteração do peso relativo dos critérios de quantificação da relevância industrial”;

4. Que a aposta na indústria de componentes para veículos automóveis (projecto Ford/VW) “tem um certo cariz de *deja vu*”, pois, “mais do que uma estratégia pré-concebida, tal opção surge como induzida pelo exterior, em função das oportunidades e necessidades criadas pela reestruturação da indústria automóvel europeia”.

Depois da análise cuidada (e crítica) das diversas medidas tomadas, Natália Canadas deixa algumas recomendações:

1. Redução da margem de ambiguidade do sistema (clarificação de opções).

2. Necessidade de uma orientação para questões mais “locais”.

3. A maximização da eficiência poderá ocorrer em função do potenciar dos círculos virtuosos, o mais forte dos quais recolhe a ideia da existência de uma conexão íntima entre a qualidade do ambiente macroeconómico e condições propícias ao funcionamento dos mercados a nível

microeconómico, através do qual a coerência do sistema deve ser garantida.

Acrescenta a autora que “dos restantes círculos é consensualmente reconhecido que o Estado deve garantir que a articulação entre “formação/qualidade do produto” seja um objectivo coerentemente prosseguido hoje (o que obviamente não se faz com estratégias de massificação do ensino)”, porque, no cenário delineado, “a formulação de políticas, com incidência mais ou menos sectorial ou indústria específica, é *information intensive*”.

Os diversos quadros bem como os anexos destes trabalho conferem ao estudo uma enorme utilidade que para sabermos onde estamos como para tactearmos os caminhos por onde vamos.

SECTORES COM MAIOR INCENTIVO

(Atendendo à tipologia dos investimentos do Sinpedip)

A. Aquisição e des. de Tecnologia (I.D & D)	
Sectores	%
Material Eléctrico	25,6
Prod. Químicos Industriais	10,0
Material de Transporte	7,7
Têxteis	7,3
Alimentação	5,9

B. Inovação e Modernização (I & M)	
Sectores	%
Têxteis	17,5
Material de Transporte	8,9
Material Eléctrico	8,7
Produtos Metálicos	7,4
Cerâmica Fina	6,9

C. I. D & D + M + GQ & PA	
Sectores	%
Têxteis	18,0
Material de Transporte	9,6
Material Eléctrico	8,3
Produtos Metálicos	7,0
Cerâmica Fina	6,3

Fonte: Quadro 13, p. 138.

...de la ...

bibRIA

...de la ...

...de la ...

...de la ...



Lançamento da Revista *Estudos Aveirenses*

Para a apresentação da revista *Estudos Aveirenses*, o ISICA pôde contar com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Girão Pereira, do responsável pelo Pelouro da Cultura, Prof. Celso Santos e do Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Encarnação Dias.

O Dr. Costa Carvalho, docente do ISICA, expôs, de forma magnífica, algumas esperanças e medos que enformam a nossa sociedade, aludindo ao papel dos *media* na sociedade actual, bem como à "legitimidade" do poder de que estão investidos.

O Dr. Costa Carvalho prendeu a atenção da assistência que se deslocou ao Museu de Aveiro com a sua comunicação que aqui se transcreve:

Naqueles tempos, o mundo pululava, o povo multiplicava-se, o mundo mugia como um touro selvagem, e o grande deus foi despertado pelo clamor.

Enlil ouviu o clamor e disse aos deuses reunidos em conselho: «O tumulto da humanidade é intolerável e já não é possível dormir com esta confusão».

E, assim, os deuses concordaram em exterminar a humanidade.

Reconheçamos: a humanidade, sem se dar conta disso, volta a fazer muito barulho e, no auto-ensurdecimento, confunde cada vez mais espírito esclarecido com nebulosa de ideias, informação com desinformação. E a própria comunicação readquire, estranhamente, o significado oculto que já tinha no latim, e que era o de aviltamento, ó de agressão.

Faço votos por que, cinco mil anos depois do dilúvio, assinalado na Epopeia de Gilgamesh, as minhas palavras não se transformem em ruídos e por isso venham a ser a gota de perturbação que faça esbordar a taça da paciência dos deuses. Aconteça o que acontecer, desde já ilibo de qualquer culpa quem de boa mente, para honra minha e tormento de V. Ex^{as}, me convidou a vir aqui falar.

Aquando da abertura de um colóquio subordinado ao tema «conceito de informação na ciência contemporânea» Giorgio Santillana disse: «Creio que houve dois grandes males na história. O primeiro foi quando o homem começou a cultivar a terra, porque há nisso um momento de fixação do espírito, uma tendência para o aspecto passivo e sombrio. As grandes ideias cosmológicas parecem florescer mais em atmosfera de nómadas e de navegadores.

«O segundo mal foi o da invenção da escrita. A partir desse momento é que surgiu uma classe de pessoas capazes de fixar, conservar os dados, para com eles construir centros de poder. A escritura foi inventada essencialmente para a

contabilidade. Esta contabilidade cria administradores, surgem os ministros, e é o fim de tudo. A partir do momento que se cria a escrita, começa a administração e cessa o pensamento».

Ou a memória, como denunciou Sócrates no «Fedro». A memória que, hoje, seria fatal para o homem, se ela fosse perdida pelos computadores...

Porque é nestes que estão guardados mais de 4 milhões de escritos científicos que totalizam mais de 400 mil milhões de quilómetros de texto colocado em linha. Entre artigos e relatórios científicos e técnicos, estão a ser publicadas 450 milhões de páginas por ano, qualquer coisa como 150 mil páginas por dia.

E a biblioteca mundial imaginária, considerando uma só vez cada título, está estimada em mais de 150 milhões de volumes.

Dir-se-á que é um outro dilúvio! Este, provocado pela indústria do pensamento, resultante de um terceiro mal acontecido à humanidade: a electricidade.

Electricidade que na corrente gerou a torrente, o aumento da velocidade, o choque da aculturação, o curto-circuito da escrita, a distorção da fala, o aniquilamento da individualidade, a destruição do espírito cívico mundial.

A mais electricidade está a corresponder mais violência, a mais mass media electrónica corresponde um homem que vive em todo o mundo e em parte nenhuma; talvez algures na embocadura não se sabe de que rios, qual outro Utna

Pshtin, o longínquo, da Epopeia de Gilgamesh.

Mas como todo o excesso acaba por procurar o seu elemento corrector, surgiu recentemente, nos Estados Unidos, o Clube dos Procrastinadores da América, organização que agrupa gente muito especial: isto é, as pessoas que têm a tendência doentia de deixar para amanhã o que pode ser feito hoje.

Procrastinar, do latim procrastinare, significa precisamente transferir para outro dia, adiar. É o homem comum, por medo do sucesso ou com medo do desaire, a ficar contaminado pela doença até agora julgada feudo dos políticos. O homem entrou a adiar e a odiar: a adiar a electrotribalização; a odiar a sua impreparação

cultural, o analfabetismo funcional que faz dele inútil.

Vivemos num tempo em que a lei da pressa vigora, em que a cronocracia é a carta magna, em que é imperioso fazer escolhas complicadas imediatas, em que cada vez mais o mais difícil não é já saber-se o que é dever, mas sim onde é sendo singular na história, foi chamada «rebelión de las masas» por Ortega y Gasset. O filósofo espanhol precisa: «o característico do momento é que a alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem o desaforo de afirmar o direito da vulgaridade e de o impor seja onde for. Nas escolas, que tanto enchiam de orgulho o passado século, não se pôde fazer outra coisa senão ensinar às massas as técnicas da vida moderna, mas não se conseguiu educá-las. Foram-lhes dados instrumentos para viver intensamente, mas não sensibilidade para os grandes deveres da história: inoculou-se-lhes atropeladamente o orgulho e o poder dos meios modernos, porém não o espírito».

A Escola, permito-me acrescentar, deixou-se ultrapassar até pelos mass media na defesa nacional da língua; abdicou, entrou num desleixo de alma que se sabe-se lá até quando.

Defesa da língua para a qual a Escola tem de se oferecer voluntariamente, assumindo-se na plenitude da suas obrigações, atenta ao que, já a partir da próxima terça-feira, se vai passar, em Madrid, com a conferência Língua e Tecnologia 2000.

O director do comité organizador do encontro, o linguista Jose Manuel Blecua, do Instituto Cervantes, diz que o fundo do assunto é a «sobrevivência das línguas, porque a que não se modernizar não será utilizada nas grandes bases telemáticas e ficará de fora»

É convicção dos cientistas que a passagem da cultura da escrita à cultura do ecrã supõe «um choque muito mais intenso, repentino e revolucionário que todos os demais acontecimentos anteriores, sobretudo mais que o aparecimento da imprensa. Essa mutação gigantesca, que avança no seu caminho e se espera conseguir em menos de 25 anos, exemplifica-se em máquinas capazes de entender a língua escrita e falada, e máquinas às quais se poderá falar e devolverão o texto escrito; tradução automática de textos escritos, ou, pensando já em termos de ficção científica,

uma conversa telefónica entre um húngaro e um português nos seus respectivos idiomas com um operador electrónico de tradução simultânea».

O aviso vem da Comunidade Europeia: as línguas que não se adaptarem à engenharia linguística desaparecerão!

No século XVII, Francis Bacon afirmava: «o objectivo da ciência e da técnica é o de realizar tudo o que é possível», ideia frontalmente oposta à do angustiado Albert Einstein que, por sua vez, dizia haver coisas que mais valeria não serem feitas. Eu acrescentaria: há coisas em que nem sequer se deveria pensar.

O que se está a passar, ou seja, a ciência pela ciência, a técnica pela técnica, não é mais do que a repetição da arte pela arte desesperadamente proclamado no século XIX.

Porque escrever, então, nesta época do homem feito à imagem e semelhança da sua imagem numa diabólica linha de montagem de fotocópias? Por vaidade, por ânsia de dinheiro, de conquista de notoriedade, de alarde de saber? Qualquer um destes motivos será sempre uma manifestação mesquinha de narcisismo.

Jules Renard estava convencido de que escrevemos por ser esse o modo de podermos falar sem sermos interrompidos. Ainda assim, e com considera Paul Robinson, «o acto de escrever é rodeado de insanidade; não obstante, continuamos a escrever, e poucos de nós somos levados para o manicómio numa camisa-de-força».

Na Roma imperial, a grande maioria dos textos não foram conhecidos primeiramente através da cópia escrita, mas por meio da leitura, feita, geralmente, em reuniões de familiares e amigos do autor. Com o aumento da produção literária, expandiu-se a leitura em voz alta, sendo criados exclusivamente para o efeito edifícios públicos. Portanto, a leitura constituía, em Roma, o momento que, decisivamente, marcava o destino da obra.

Não sou tão cruel que pretenda imitar aqui os antigos, lendo o primeiro número de «Estudos Aveirenses», revista do ISCIA, a qual neste momento faz a sua apresentação pública. Sem dúvida que as leituras sucessivas, tal como sucedia em Roma, com o recto juízo e o muito saber de V. Ex^{as} levariam os trabalhos a uma perfeição máxima. Isto porque, cada um de nós, e de cada vez que escreve, tem a seu modo o

mesmo sonho de Gregório, bispo de Tours, com a mãe a aparecer-lhe e a perguntar-lhe por que vacilava o filho em pôr por escrito o que tinha visto. Ao que Gregório de Tours contestou: «Acaso não sabes que não tenho formação literária e que, como homem limitado e indouto que sou, não me atrevo de modo algum a levar à luz pública factos tão surpreendentes como aqueles que estão a acontecer?»

Aduzam V. Ex^{as} com a vossa crítica, desejava e esperada, para o ISCIA se sentir encorajado a prosseguir nesta, a um tempo, grata e ingrata tarefa; para se saber compreendido neste seu indiscutível acto de missão, realizado ainda bem dentro do decénio estabelecido pela UNESCO para a defesa da cultura, sem a qual não há efectivo progresso. Cultura que é uma forma plena de estar na vida, uma religião, no sentido etimológico desta palavra: escrupulo, consciência, honra, lealdade.

Se eu efectivamente fosse religioso, que o mesmo é dizer culto, teria escrupulos e, doravante, passaria a falar só daquilo que efectivamente soubesse. Isso significava estar calado durante muito tempo.

É o que eu vou fazer; e de imediato! Não sem antes dizer a V. Ex^{as}, muito obrigado!

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO (APESP)

Na sequência de um movimento nacional de instituições de ensino superior privado, em Lisboa, em finais de 1993, foi criada, no dia 25 de Fevereiro deste ano, com a participação activa do ISCIA, a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP).

As razões da criação deste organismo prendem-se com a necessidade de uma concertação conjunta para o enquadramento, dinamização e dignificação do ensino superior particular e cooperativo (ver o volumoso “dossier” editado pela Fundação Luís António Verney, *Para a História do Ensino Superior Privado em Portugal. Notas sobre uma Época Crítica*). Mas foram alguns as-

pectos relacionados com a natureza (ambígua) do texto do projecto do “Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo”, bem com as peripécias para a sua promulgação, que deram o “empurrão” decisivo.

A contestação à redacção do referido projecto de Decreto-Lei estribava-se, entre outros:

1. No facto de que o carácter “permissivo” do estatuto então em vigor (DL n.º 271/89, de 19 de Agosto) se devia na falta de cumprimento das disposições nele consagradas, admitindo-se que alguns dos seus preceitos necessitariam de regulamentação.

2. No facto do texto do diploma aprovado pelo Conselho de Ministro ser substancialmente diferente dos projectos que foram oportunamente objecto de parecer do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo.

3. No carácter “publicizante” da concepção subjacente ao projecto, nomeadamente no “querer impor ao EPESP o modelo organizacional e de gestão próprio do ensino público (e que está longe de poder ser considerado um modelo eficaz e eficiente)”.

Em suma, defendeu-se que o projecto estava ferido de inconstitucionalidade. A institucionalização de uma figura de prévio *reconhecimento de interesse público*, na base do exercício de um poder discricionário, com indeferimento tácito pelo não pronunciamento da Administração é bem prova disso. Foi considerada “juridicamente inaceitável a incompatibilidade estabelecida de os titulares dos órgãos do próprio estabelecimento de ensino não poderem ser titulares dos órgãos do próprio estabelecimento”. Foi igualmente considerado inaceitável “que o ME se atribua o poder de fixar discricionariamente o número de vagas à primeira matrícula e inscrição em cada curso”, como inaceitável e inconstitucional foi considerada a “imposição de um regime laboral, com carreira e categoria pro-

fissionais que sejam as do ensino superior público”.

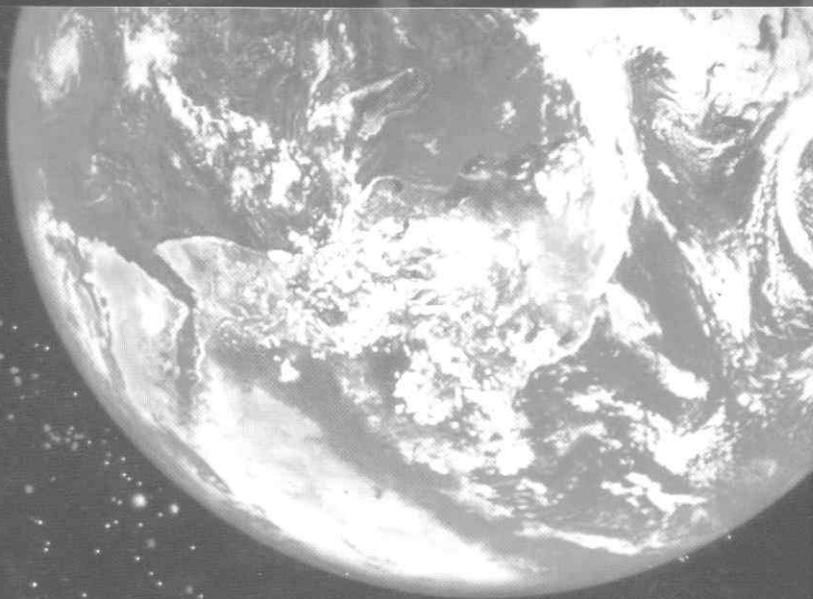
II JORNADAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com a colaboração empenhada dos alunos do 3.º ano, o Departamento de Ciências de Administração promoveu a realização das II Jornadas de Administração Pública.

Com estas jornadas de Reflexão, o Departamento de Ciências de Administração pretendiam diagnosticar a situação da Administração Pública, avaliar a eficácia dos modelos de gestão como instrumentos de optimização dos recursos públicos e, finalmente, sensibilizar os participantes para a aplicação não burocratizante do *Código do Processo Administrativo*.

Uma assistência constituída por professores, alunos e dirigentes, quadros técnicos superiores e técnicos da administração pública encheu por completo a sala da Associação Comercial de Aveiro, para ouvir os conferencistas, Dr. José Carlos Amaral, chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos da Comissão de Coordenação da Região Centro, assistentes convidado, do ISEC; Dr.ª Arminda Neves, Directora de Serviços de Desenvolvimento Organizacional do Instituto de Informática; Dr.ª Joana Orvalho, Directora do Secretariado para a Modernização Administrativa.

UA / SD	
N.º	4612 / AV
Data	24/09/94
Cota



Apesar de tudo, a pureza, a
perfeição e a harmonia
ainda existem no mundo.

E, porque é urgente
cultivá-las, a Lacticoop
respeita o que a Natureza
faz, num esforço que serve
um único compromisso:
manter inalterado o que é
obra da Natureza.

bib RIA



LACTICOOP



Gente que sabe manter a Natureza.



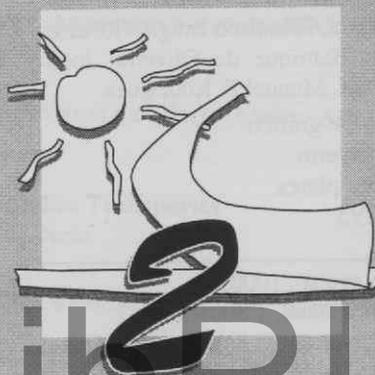
PERMUTA

Estudos Aveirenses, nº 2, 1991

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

estudos aveirenses

revista do iscia



Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição, nos sécs. XVI-XVII
Amaro Neves

A função direcção num mundo em mudança
Armando Telxelra Carneiro

Gestores e In-gestões. As pessoas e a competitividade
Arménio Rego

A comunicação audiovisual na relação Ensino-Aprendizagem
Caçilda Marado

Finta dos Homens da Nação da Comarca de Esguelra, 1627
Carla Emília R. Pereira

O boom de revistas sobre Transportes
Francisco C. Braga e Gilberto M. Ferrelra

Por terras de Arouca. Quatro antigas oficinas oleícolas
Henrique J. C. de Oliveira

Principal Cronologia Comunitária
João Pedro Dias

A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888 - 1891
Manuel Ferrelra Rodrigues

**estudos
aveirenses**

n.º 2, 1994

Revista semestral do ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, Aveiro

<i>Director</i>	João Pedro Dias
<i>Conselho Editorial</i>	Amaro Neves e Manuel F. Rodrigues
<i>Coordenador</i>	Manuel Ferreira Rodrigues
<i>Colaboradores deste número</i>	Amaro Neves, Ana Vitória Neves, Armando Teixeira Carneiro, Arménio Rego, Cacilda Marado, Carla E. Ramos Pereira, Francisco Braga, Gilberto Ferreira, Henrique de Oliveira, João Pedro Dias, Manuel F. Rodrigues.
<i>Capa</i>	2G gabinete gráfico
<i>Impressão</i>	Tipave, Aveiro
<i>Tiragem</i>	1500 exemplares
<i>Depósito Legal</i>	66 803/93

<i>Preço</i>	Número avulso, 1000\$00 Assinatura anual, 1 800\$00 Estes preços não se aplicam aos números especiais. IVA incluído
--------------	---

ESTATUTO EDITORIAL

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações, assinaturas, etc., deve ser dirigida ao editor e proprietário

FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro

R. João Mendonça, 17, 2.º, Apartado 292, 3800 Aveiro
Tel: (034) 23045; Fax: (034) 381406

ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Estudos Aveirenses* pretende ser um espaço de diálogo cultural e científico com o meio que nos envolve, aberto a investigadores, docentes e discentes do ISCIA ou não. Pretende ser um *forum* de diálogo interdisciplinar, visando tornar-se um instrumento de reflexão científica e pedagógica para professores e alunos, como para o público em geral. Orientada essencialmente para o estudo da Região de Aveiro, no domínio das Ciências Sociais, a revista dará particular atenção aos aspectos mais próximos das áreas disciplinares leccionadas no ISCIA, a Informação e a Administração.

Artigos

- Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição, nos séculos XVI-XVII 7
Amaro Neves
- A função *direcção* num mundo em *mudança* 45
Armando Teixeira Carneiro
- Gestores e In-gestões. As pessoas e a competitividade 59
Arménio Rego
- A comunicação audiovisual na relação Ensino-Aprendizagem 69
Cacilda Marado
- O *boom* de revistas sobre Transportes 77
Francisco Braga e Gilberto
- Por terras de Arouca. Quatro antigas oficinas oleícolas 83
Henrique de Oliveira
- Principal Cronologia Comunitária 129
João Pedro Dias
- A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891 165
Manuel Ferreira Rodrigues

Documentos

- O Livro da *Finta dos Homens de Nação da Comarca de Esgueira*, 1627 199
Carla Emília Ramos Pereira
- Cartas de Oliveira Martins a Acácio Rosa 217
Manuel Ferreira Rodrigues

Recensões

- Pedro Arroja, *Abcissas. Crónicas de Economia Política*, Porto, Areal Editores, 1994, 317 págs. 227
Ana Vitória Neves
- Natália Canadas, *O PEDIP e a política industrial para Portugal, nas vésperas do séc. XXI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994, 201 págs. 227
Manuel Ferreira Rodrigues

Notícia

- Lançamento da revista *Estudos Aveirenses* 233
- Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado 233
- II Jornadas de Administração Pública 234

bibRIA

ERRATA

Com a ajuda de um verificador ortográfico, muito depois dos textos da revista terem sido entregues na tipografia, decidi proceder à actualização da grafia dos documentos citados neste artigo. A precipitação com que essa tarefa foi realizada originou um significativo número de gralhas; como «Fabrica», em vez de «Fábrica», «á» em vez de «à» e «reis» em vez de «réis» são as mais frequentes não foram indicadas nesta errata:

Onde está		deve ler-se
<i>da indústria</i> , Coimbra	nota 1, l. 2	<i>da indústria</i> , 1893-1931, Coimbra
domesticas	nota 3, l. 3	domésticas
volvidos	nota 9, l. 2	antes
ha	p. 170, l. 28	há
influencia	p. 174, l. 16	influência
<i>de Aveiro</i> , liv. 24	p. 179, nota 79	<i>de Aveiro</i> , <i>Actas</i> , liv. 24
Manoel	p. 179, l. 15	Manuel
abril	p. 180, nota 86	Abril
maio	p. 180, nota 87	Maio
em quanto	p. 181, l. 12	enquanto
outubro	p. 181, l. 35	Outubro
utensilios	p. 185, l. 6	utensílios
commum	p. 185, l. 6	comum
Estes e outros	p. 185, nota 115	Estes e outros aspectos
terceiro filho	p. 188, l. 16	quarto filho

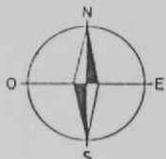
Na p. 168, não foi impressa a 1ª linha:
Cristo. Em 1888, este «brasileiro» faz sociedade com João Simões Peixinho (1837-1891), um

Na p. 183, não foi impressa a legenda da figura:
Fábrica de Vidro das Agrads (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Aveiro)

DISTRITO DO PORTO

AVEIRO

CARTA DO DISTRITO



DISTRITO DE VISEU

DISTRITO DE

DISTRITO DE

LEGENDA

- SEDE DE DISTRITO
- SEDE DE CONCELHO
- SEDE DE FREGUESIA
- LUGARES

--- LIMITES DE DISTRITO

--- LIMITES DE CONCELHO

SITUAÇÃO DOS ANTIGOS LAGARES DE VARA E DE PARAFUSO

ÁGUEDA	1
ANADIA	4
AROUCA	13
CAST DE PAIVA	12
FEIRA	3

DISTRITO DE COIMBRA